

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA



ANO 15
VOLUME 15
NÚMERO 2

2021

ISSN: 1981-383X

Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2020

Ano 15

Volume 15

Número 2



Revista de História Comparada (2021) – Ano 15 – Volume 15 – Número 2 – ISSN: 1981-383X
Copyright© by Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, Débora El Jaick Andrade, Flávio Gomes, Leila Rodrigues da Silva, Paulo Duarte Silva, Paulo Pachá e Victor Andrade de Melo (editores) *et al*, 2021.

Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em História Comparada/UFRJ.
Ano 15, v. 15, n. 2.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2021.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: 0 XX 21 2221-4049

Tel e Fax : 0 XX 21 2221-4049

Fax: 0 XX 21 2221-1470

Email: hcomparada@gmail.com

Site: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>
<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada>

Edição:

Paulo Pachá

Iamara da Silva Viana

Assistência Editorial e Revisão:

André Rocha de Oliveira

Fabiana Martins Nascimento

Flávia Patrocínio de Paula

Gabriel Paredes Teixeira

Márcia Pires Bessa

Nathália Serenado da Silva

Stéphanie Barros Madureira

Montagem e projeto gráfico da capa:

Fabiana Martins Nascimento

Gabriel Paredes Teixeira

Stéphanie Barros Madureira

Imagem da capa: *Gijsbert Claesz van Campen family portrait in a Landscape*. Pintura de autoria de Frans Hals (ca. 1620), com adições por Salomon de Bray (1628). Disponível em:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Family_Portrait_in_a_Landscape.jpg

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Ano 15 – Volume 15 – Número 2 –Dezembro/2021
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Denise Pires de Carvalho

INSTITUTO DE HISTÓRIA
Diretor: Antônio Carlos Jucá de Sampaio

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenador: Deivid Valério Gaia

EDITORES RESPONSÁVEIS

Iamara da Silva Viana (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Pachá (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Débora El Jaick Andrade (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Pachá (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Victor Andrade de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

André Rocha de Oliveira (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Fabiana Martins Nascimento (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávia Patrocínio de Paula (Mestranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Gabriel Paredes Teixeira (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Márcia Pires Bessa (Mestranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Nathalia Serenado da Silva (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Stéphanie Barros Madureira (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Carlos Roberto Antunes dos Santos (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabuls (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlim, Alemanha)

SUMÁRIO

DOS LOBO AOS CARNEIRO: CONTINUIDADE DE ASPECTOS DA MOBILIDADE SOCIAL ENTRE O MEDIEVO PORTUGUÊS E O PERÍODO COLONIAL DO BRASIL.....p. 7

FROM LOBO TO CARNEIRO: CONTINUITY OF ASPECTS OF SOCIAL MOBILITY BETWEEN THE PORTUGUESE MEDIEVAL AND THE COLONIAL PERIOD OF BRAZIL
Ana Lunara da Silva Morai e André Madruga Coelho

USOS DO MÉTODO MÚTUO DE ENSINO EM TERRAS DO IMPÉRIO DO BRASIL: UMA PERSPECTIVA COMPARATIVISTA (1814-1840).....p. 39

USES OF THE MUTUAL INSTRUCTION METHOD IN THE EMPIRE OF BRAZIL: A COMPARACTIVIST PERSPECTIVE (1814-1840)
Lívia Beatriz da Conceição

LOS FAVORITOS: ROTHSCHILD, BRASIL Y CHILE EN LA CONSOLIDACIÓN DEL CRÉDITO INTERNACIONAL (1824-1887).....p. 71

OS FAVORITOS: ROTHSCHILD BRASIL E CHILE NA CONSOLIDAÇÃO DO CRÉDITO INTERNACIONAL (1824-1887)
José Augusto Ribas Miranda

CULTOS, CIDADES E MONSTROS: AS REPRESENTAÇÕES DO MEDO NOS CONTOS DE HOWARD PHILLIPS LOVECRAFT EM MEIO À MODERNIZAÇÃO ESTADUNIDENSE (1890 - 1937).....p. 101

CULT, CITIES AND MONSTERS: THE REPRESENTATIONS OF FEAR IN THE TALES OF HOWARD PHILLIPS LOVECRAFT AMONG AMERICAN MODERNIZATION (1890 - 1937)
Alexandro Neundorf e Luan Kemieski da Rocha

OS AMERICANOS NO CINEMA SOVIÉTICO DO STALINISMO TARDIO: O DIDATISMO PARA A GUERRA FRIA.....p. 128

AMERICANS IN THE SOVIET CINEMA OF LATE STALINISM: THE DIDACTISM FOR THE COLD WAR
Gelise Cristine Ponce Martins e Moisés Wagner Franciscón

A PAN-AMAZÔNIA: A CONSTRUÇÃO DE UM TEMA LATINO-AMERICANO.....p. 165

PAN-AMAZON: THE CONSTRUCTION OF A LATIN AMERICAN THEME
Êça Pereira da Silva

A REPRESENTAÇÃO DE RAMON LLULL NO CINEMA DE ANIMAÇÃO (1990-2020): (DES)COMPASSOS ENTRE O DESENHO E A HISTORIOGRAFIA?.....p. 197

THE REPRESENTATION OF RAMON LLULL IN THE ANIMATED FILMS (1990-2020): (MIS)ALIGNMENTS BETWEEN ANIMATION AND HISTORIOGRAPHY?

Guilherme Queiroz de Souza

REPRESENTAÇÕES SOBRE OPERÁRIOS NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985) EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEOS.....p. 224

REPRESENTATIONS ABOUT WORKERS IN THE PERIOD OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985) IN CONTEMPORARY HISTORY TEXTBOOKS

João Henrique Zanelatto e Erick Martignago Dagostim

RESENHA

EMPRESARIADO E DITADURA NO CHILE, NO BRASIL E NO CONE SUL - UM CHAMADO A ESTUDOS COMPARATIVOS ENTRE OS REGIMES DE EXCEÇÃO NA REGIÃO.....p. 262

Pedro Henrique Pedreira Santos

DOS LOBO AOS CARNEIRO: CONTINUIDADE DE ASPECTOS DA MOBILIDADE SOCIAL ENTRE O MEDIEVO PORTUGUÊS E O PERÍODO COLONIAL DO BRASIL

Ana Lunara da Silva Morai¹

André Madruga Coelho²

Resumo: O presente artigo analisa por meio da comparação de duas famílias, os Lobo e os Carneiro, as estratégias sociais utilizadas por famílias para alcançar ascensão social em cronologias e espaços distintos. Tal análise busca elucidar, sobretudo, que muitas das estratégias de acumulação e de maximização de recursos materiais e de capital simbólico utilizadas por famílias da América portuguesa remontam à Idade Média. Para tanto, desconstruir-se-á a ideia de uma mobilidade social inalcançável, apontando, principalmente, que a promoção social era possível desde o medievo. Tal estudo comparativo lança elementos norteadores para a compreensão da formação do estatuto da nobreza ultramarina. Essa pesquisa, a qual se insere no campo da História social da família, utilizou o cruzamento de fontes de diversas naturezas, existentes, sobretudo, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Palavras-chave: Mobilidade social; América portuguesa; Idade média.

FROM LOBO TO CARNEIRO: CONTINUITY OF ASPECTS OF SOCIAL MOBILITY BETWEEN THE PORTUGUESE MEDIEVAL AND THE COLONIAL PERIOD OF BRAZIL

Abstract: The present article analyzes by comparing two families, the Lobo and the Carneiro, social strategies used by families to achieve social mobility in distinct times and spaces. This analysis intend to elucidate, above all, that many of the strategies of accumulation and maximization of material resources and symbolic capital used by families in Portuguese America date back to the Middle Ages. To this end, the idea of an unattainable social mobility will be deconstructed, pointing out, mainly, that social promotion was possible since the Middle Ages. Such a comparative study introduces guiding elements to understand the formation of the status of the overseas nobility. This research, which is inserted in the field of family social history, used the crossing of sources of different natures, existing specially in the Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) and in the Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Keywords: Social mobility; Portuguese America; Middle Ages.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar as estratégias sociais utilizadas por duas famílias para alcançar ascensão social em cronologias e espaços distintos.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: analunara@gmail.com

² Universidade de Évora. E-mail: andrefmcoelho@gmail.com

A família Lobo corresponde a uma linhagem proveniente das elites urbanas da cidade de Évora, Portugal, e que conheceram um percurso de ascensão durante os finais dos séculos XIII e XV. Os Carneiro, originais da região do Minho, Portugal, assentaram-se na capitania de Pernambuco, Estado do Brasil, no início do século XVII, onde ascenderam socialmente até finais do século XVIII.

Tal análise elucida que muitas das estratégias de acumulação e de maximização de recursos materiais e de capital simbólico utilizadas por famílias da América portuguesa remontam à Idade Média. O estudo comparativo desconstrói a ideia de que a mobilidade social era algo inalcançável, como apontado por alguns historiadores, evidenciando, principalmente, que a promoção social era possível desde o medievo.

Os estudos sobre família e reprodução social deparam-se com uma série de dilemas conceituais, sobretudo, oriundos da antropologia e da sociologia. Discute-se, entre outras questões: a amplitude e variabilidade do conceito de família ao longo do tempo; a relação entre os estruturantes sociais e as possibilidades de ação dos indivíduos; e ainda, dos conflitos entre os interesses (conscientes ou não) e as emoções.³ No âmbito da história, as pesquisas sobre família seguem em grande parte três perspectivas principais, articuladas entre si: 1) Pautadas na demografia histórica, as quais privilegiam os estudos quantitativos acerca da reprodução biológica da família; 2) Debruçadas sobre a identidade e representação da família, os quais priorizam fontes qualitativas; 3) Guiadas pela economia doméstica, ou seja, sobre padrões de organização da renda da família e práticas de herança.⁴

As pesquisas sobre estas questões para a América portuguesa têm sugerido uma grande heterogeneidade de modelos de reprodução social levando em consideração não só a diversidade de estratos sociais, mas também as variações regionais.⁵ No tocante às camadas sociais mais proeminentes da América

³ A historiografia sobre este tema é bastante vasta. Ver, entre muitos outros, as seguintes obras: BURGUIÈRE, André *et al* (Dir.). **História da família**. 3 volumes. Lisboa: Terramar, 1998. GOODY, Jack; THIRSK, Joan; THOMPSON, E. P (Eds). **Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800**. Cambridge: University Press, 1979. GOODY, Jack. **Família e casamento na Europa**. Oeiras: Celta, 1995.

⁴ Esta categorização foi proposta por: ANDERSON, Michael. **Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914**. Lisboa: Editorial Quercus, 1984.

⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

portuguesa, os historiadores articularam, sobretudo, a economia doméstica com a demografia histórica, para estudar, entre outros temas, as diferentes particularidades jurídicas do direito sucessório e familiar⁶; a acumulação e gestão patrimonial de grandes potentados locais, senhores de terra e/ou senhores de engenhos em diferentes capitanias.⁷ A análise deste artigo, resultado parcial das investigações realizadas para duas teses de doutorado, também articulará ambas as perspectivas. Além das pesquisas anteriores, realizou-se o cruzamento das informações de fontes de diversas naturezas, como comunicação entre autoridades político-administrativas, requerimentos, ofícios, entre outras solicitações, existentes, sobretudo, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

A seguir será apresentado o conceito e a problemática da mobilidade social ascendente, ponto focal de análise deste artigo. Em sequência, serão analisadas as trajetórias de ascensão social das famílias Lobo e Carneiro, apreciando, sobretudo, muitas continuidades existentes, especialmente no que diz respeito a participação nas esferas de poder e de prestígio e a formação e consolidação de sua base patrimonial.

A mobilidade social sob perspectiva comparada

Compreende-se por *mobilidade social* – conceito necessário para o entendimento das estratégias sociais utilizadas por famílias de diferentes épocas – como a mudança de posição dentro da estrutura hierárquica de uma sociedade.⁸ Em 2013, Peter Burke, reconhecendo o uso dado pelos historiadores às ferramentas da sociologia, e que considerou ser com frequência acrítico, publicou uma obra que desejava viesse a servir de manual. Na obra *History and social theory*,

⁶ A exemplo do seguinte estudo: LEWIN, Linda. **Surprise heirs: Illegitimacy, Patrimonial Rights, and Legal Nationalism in Luso-Brazilian Inheritance, 1750-1821.** Vol.1. Stanford: Stanford University Press, 2003.

⁷ A exemplo dos seguintes estudos: PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da Tradição.** A casa da Torre Garcia d'Ávila. Família e propriedade no nordeste colonial. 2º ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

⁸ GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 6º edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. p. 301-305.

o autor identificou vários métodos e problemas que têm orientado os trabalhos de historiadores e sociólogos, apresentando igualmente a definição de alguns dos conceitos centrais que podem ser aplicados pelas duas áreas.⁹ Sobre a mobilidade social, considera que existem três distinções que devem ser feitas: em primeiro lugar, entre os movimentos ascendentes e descendentes na escala social; em segundo, entre a mobilidade intrageracional, de um indivíduo, e intergeracional, ao longo de várias gerações; e, por fim, entre a mobilidade individual e a mobilidade de grupo. Sublinha ainda que existem dois problemas a ter em conta ao estudar a mobilidade social, nomeadamente as variações de grau e meios usados para alcançar consoante o espaço e tempo observados, advertindo igualmente para a leitura errônea a que as reproduções originárias do próprio período podem induzir, ao transmitirem uma imagem de imobilidade que poderia não corresponder à realidade. Em breves parágrafos, Burke não apenas sumariou o significado de “mobilidade social” como lançou os problemas fundamentais subjacentes ao uso do conceito para a investigação histórica.

Como base para a reflexão do tema deste trabalho encontra-se um artigo de António Manuel Hespanha sobre “A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime”.¹⁰ Embora reconheça a existência de mobilidade, Hespanha considera que esta seria rara e pouco desejável, entendida na época como algo não-natural e contrária ao equilíbrio social, parte da própria ordem definida pelo divino. Neste quadro, a única mobilidade legítima seria aquela resultante da *honestidade*, isto é, que não derivaria de uma busca consciente; ou, então, seria consequência extraordinária da intervenção de poderes como o monarca, cuja ação era entendida enquanto reposição do equilíbrio natural. A interpretação proposta pelo autor é feita a partir de textos jurídicos e teóricos, método aliás expectável dada a sua formação académica na área do direito.¹¹ Contudo, retomando as palavras de Peter Burke, a produção jurídica e normativa insere-se no quadro das

⁹ BURKE, Peter. **History and social theory**. 2º ed. Cambridge: Polity Press, 2013.

¹⁰ HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Tempo**, vol. 11, nº 21, 2006.

¹¹ São destaque as seguintes obras de António Manuel Hespanha sobre o direito português e instituições de poder: HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político. Portugal (século XVII). Coimbra: Almedina, 1994. HESPANHA, António Manuel. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012.

representações, pelo que uma observação que apenas tenha esta matéria como objeto enfrenta algumas limitações.

Levanta-se a questão colocada por Philippa Maddern para a Inglaterra medieval: “[...] why castigate the socially mobile if they not exist?”.¹² Em Portugal, quase uma década antes da publicação do artigo de António Manuel Hespanha, Nuno Gonçalo Monteiro tinha alertado para os riscos do “fetichismo do direito” e para os constrangimentos de uma análise do social feita somente a partir dos textos legislativos já que, em uma cultura jurídica contrária à mobilidade rápida, uma das estratégias utilizadas seria a adoção dos classificadores tradicionais, transmitindo uma ideia de imobilidade.¹³ Tal como Maddern, o autor reconheceu o paradoxo existente entre a literatura normativa e a realidade contemporânea, ao condenar a mobilidade social quando simultaneamente consagrava a obtenção de nobreza através do desempenho de cargos no oficialato. Já Georges Duby, referindo-se à Alta Idade Média, tinha demonstrado a forma como a produção jurídica e teológica sobre a organização da sociedade em três ordens estanques – *oratores, bellatores e laboratores* –, cujos membros teriam funções cujo cumprimento seria essencial para a harmonia do todo, correspondeu na verdade à construção de uma representação do social que se pretendia cristalizar e pacificar a sociedade, vindo a influenciar as formulações posteriores.¹⁴

Portanto, como não poderia deixar de ser dada a complexidade do social, a reflexão em torno da mobilidade nas sociedades, digamos, pré-industriais, exige que a observação não seja feita apenas de um ponto de vista. O escopo da análise deve, pois, ser alargado, para que se ultrapasse a idealização do plano teórico e se surpreendam, dentro do possível, as dinâmicas dessas sociedades. Contudo, perante este enquadramento mental, refletido na normativa, e que, apesar de constituir uma representação do seu contexto não deixava de o condicionar, através de que meios se processava esta mudança de posicionamento na escala social? Ou, por outras palavras, que elementos no percurso de indivíduos e grupos

¹² MADDERN, Philippa C. Social mobility. In: HORROX, Rosemary; ORMRD, W. Mark (ed.). **A social history of England. 1200-1500**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 117.

¹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. **Análise Social**, 2ª série, vol. XXXII, 141, 1997, p. 335-368.

¹⁴ DUBY, Georges. **As Três Ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 2008.

devem ser observados para comprovar a existência de mobilidade social? São interrogações determinantes para a condução de qualquer investigação sobre esta matéria e que exigem algumas considerações que ajudem a concretizar o que se procura conhecer com o estudo da mobilidade social.

Nuno Gonçalo Monteiro, em seus estudos sobre a mobilidade social no final do Antigo Regime, recorreu às listas de elegíveis para os cargos concelhios em Portugal produzidas no século XVIII para comprovar a aplicabilidade do conceito.¹⁵ Citando as constatações feitas pelo historiador inglês Lawrence Stone, precursor no uso do método prosopográfico, Nuno Gonçalo Monteiro apontou aquela que considerou ser a linha de distinção essencial na sociedade portuguesa, desenhada na dicotomia entre os que viviam do trabalho manual e aqueles que não o faziam; ou seja, entre os que “viviam à lei de nobreza” e os que não viviam. Expressão, aliás, constante da legislação seiscentista.

Em outros termos, o estilo de vida era um dos critérios mais importantes para o reconhecimento da posição social do indivíduo, numa avaliação qualitativa feita pela comunidade (e no caso português também sancionado pela lei), aspecto próprio de uma *sociedade de estatuto*. Neste âmbito, leia-se o conceito de *estatuto* no sentido que lhe foi dado por Max Weber, que colocou a tônica no prestígio conferido pelo nascimento e pelo modo de vida enquanto estruturador da ordem social, em contraposição a *classe social*, onde a mobilidade seria determinada pela capacidade de aquisição material.¹⁶ Isto implica por parte do interveniente o conhecimento e interiorização das regras que regiam o *espaço social* que integrava, o qual é aqui entendido por meio da definição elaborada pelo etnólogo Georges Condominas, como “[...] o espaço determinado pelo conjunto dos sistemas de relações, característico do grupo considerado”¹⁷, do sistema de valores e práticas próprios e esperados de cada corpo social e reconhecido por todos, do *habitus*.¹⁸ Desta forma, a mobilidade social pode ser entendida enquanto competição por

¹⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack brasiliense**, nº 02, 2006, p. 4-20.

¹⁶ WEBER, Max. **Economy and Society**. Vol. I, ed. de Guenther Roth e Claus Wittich, Berkeley. Los Angeles; Londres: University of California Press, 1978.

¹⁷ CONDOMINAS, Georges. Espaço social. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: IN-CM, 1998 (Vol. 38 - Sociedade-Civilização). p. 353.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. **Distinction**. A social critique of the judgment of taste. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2010. p. 165-171.

estatuto, apenas compreensível na contraposição com outros grupos, tal como sugerido por Sandro Carocci, exigindo a aquisição de capital simbólico, político e social que permitisse a apropriação do espaço social.¹⁹

Mesmo na contemporaneidade, os valores do grupo a que se pretende ascender não são uma questão secundária, pelo contrário. O sistema de valores esteve inclusive na base de um artigo publicado pelo economista francês Thomas Piketty, no qual procurou avaliar o peso deste discurso na atualidade enquanto motivador ou dissuasor das pretensões de mobilidade.²⁰

Evidencia-se assim que esta questão se encontra longe de constituir um tópico de fácil abordagem, o que em parte poderá explicar a pouca atenção que a historiografia portuguesa e brasileira tem dado ao estudo da mobilidade social em épocas recuadas. Inclusive, o próprio debate acerca dos classificadores empregues nos estudos de história social não tem sido frequente, revelando a pouca reflexão e crítica de fundo sobre estes temas, a qual a realizar-se poderia evidenciar a complexidade associada aos problemas do exame sociológico do passado.

A título de exemplo, atente-se no conceito de *elite*, termo polissêmico e que se reporta a uma realidade heterogénea, podendo referir-se à elite de um todo ou a elite no interior de um grupo. Mas que critérios podem ser aplicados para definir a pertença de um indivíduo às elites? Riqueza e conhecimento por si não bastariam, poder político e militar também não, pelo que o prestígio necessário para o reconhecimento do estatuto seria muito provavelmente alcançado pela conjugação desses elementos.²¹ Philippa Maddern chegou a uma conclusão análoga sobre as causas múltiplas da mobilidade social após analisar o percurso de seis famílias medievais inglesas.²²

¹⁹ CAROCCI, Sandro. Social mobility and the Middle Ages. **Continuity and change**, nº 26, 2011. p. 391.

²⁰ PIKETTY, Thomas. Self-fulfilling beliefs about social status. **Journal of Public Economics**, 70, 1998. p. 115-132.

²¹ Veja-se o que foi dito relativamente ao conceito de *elites urbanas* pelos seguintes historiadores: LE GOFF, Jacques. Tentative de conclusions. **XXIV Congrès de la SHMES**. Roma, École Française de Rome, 1997. p. 443-456. CROUZET-PAVAN, Elisabeth. Les élites urbaines: aperçus problématiques (France, Angleterre, Italie). **XXIV Congrès de la SHMES**. Roma, École Française de Rome, 1997. p. 9-28. BRAUNSTEIN, Philippe. Pour une histoire des élites urbaines: vocabulaire, réalités et représentation. **XXIV Congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (SHMES)**. Roma, École Française de Rome, 1997, p. 29-38.

²² MADDERN, Philippa C. *Op. Cit.* p. 121-122.

O recurso a casos exemplares, à semelhança do exercício realizado por Maddern para o caso medieval inglês, constitui uma boa estratégia para descortinar os meios através dos quais se poderá ter concretizado o processo de mobilidade social no período tardo-medieval português e na América portuguesa. Para isto, selecionou-se duas famílias, alvos de investigações anteriores, os Lobo e os Carneiro, para realizar um estudo comparativo.

Os Lobo e os Carneiro

A família Lobo corresponde a uma linhagem proveniente das elites urbanas da cidade de Évora, Portugal, e que conheceram um percurso de ascensão durante os finais dos séculos XIII e XV.²³ Os Carneiro, ainda que tivessem origem na região do Minho, Portugal, assentaram-se em Pernambuco no início do século XVII. Nessa capitania, lutaram na Restauração contra os holandeses, atuaram na produção do açúcar e passaram a integrar a nobreza da terra – grupo heterogêneo das antigas estirpes de Pernambuco que por reconhecimento régio ou local passaram a ser reconhecidas enquanto nobres.²⁴ Essa família ascendeu socialmente ao longo dos séculos XVII e XVIII, chegando a obter brasão de armas e justificação de nobreza na segunda metade do século XVIII.²⁵

Não obstante as aparentes diferenças que separam os Lobo dos Carneiro, a sua comparação possibilita equacionar as vias pelas quais a mobilidade social se poderia processar em cronologias e espaços diversos, apreciando, sobretudo, muitas continuidades existentes. O percurso percorrido por essas famílias em sua ascensão social será analisado por meio de dois vetores principais: a participação nas esferas de poder e de prestígio e a formação e consolidação de sua base patrimonial.

²³ COELHO, André Madruga. **Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média**: os Lobo entre a cavalaria e a baronia. Évora: CIDEHUS; Edições Colibri, 2017.

²⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 127, 155.

²⁵ MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Em busca da perpetuação**. Reprodução social e poder econômico da nobreza da terra nas Capitânicas do Norte, séculos XVI-XVIII. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora (Programa Interuniversitário de Doutoramento em História). Évora, 2021. *Idem*. **Entre Veados, Carneiros e formigas**: conflitos pela posse de terra na ribeira do Ceará-Mirim e concepções de mentalidade possessória, 1725-1761. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

No que respeita à proximidade relativamente aos vários poderes, em linhas gerais, tanto os Lobo como os Carneiro desempenharam cargos na governação local concelhia e no oficialato de nomeação régia, políticos e militares. O primeiro registo escrito da participação de um membro dos Lobo na administração do concelho de Évora pode ser encontrado na legislação concelhia compilada no *Livro das posturas antigas*.²⁶ Estas posturas consistem em determinações tomadas em reuniões de vereação durante as décadas de 70 e 80 do século XIV e que ganhavam força de lei. Cada item relata o processo de negociação que conduziu à definição da regulamentação em causa e enumera as figuras que nele estiveram envolvidas e entre as quais, a partir de 1378, encontramos alguns membros da família Lobo. O primeiro, Lopo Fernandes Lobo, aparece nesse ano e em 1381 e 1382 como regedor do concelho, cargo de nomeação régia com funções pouco claras, possivelmente escolhido para atuar em conjunturas de crise e instabilidade. Também por esses anos, os irmãos Martim Lopes Lobo e Fernão Lopes Lobo, que apoiaram o Mestre de Avis na sucessão ao trono, iniciaram a sua atividade na vida política concelhia, ainda que sem cargos definidos e provavelmente acabados de entrar na maioridade.

A família Carneiro destacou-se pela atuação em diferentes Câmaras das Capitanias do Norte do Estado do Brasil.²⁷ Alguns membros da família constam como camarários de Olinda, Pernambuco, desde meados do século XVII. A partir das primeiras décadas do século XVIII, vários membros da família passaram a atuar em Câmaras de outras capitanias, o que revela a preocupação em expandir as atuações sociais e econômicas da família para além de Pernambuco, pela possibilidade de interferir em negócios de seus interesses e conseqüentemente, para a ampliação de sua rede social.

A família, ao longo de cinco gerações, revezou os cargos camarários entre os irmãos, sobrinhos, tios e cunhados, como fizeram na Câmara de Olinda os irmãos

²⁶ BARROS, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Silva Santos (Org.). **O livro das posturas antigas da cidade de Évora**. Évora: CIDEHUS-UE, 2012.

²⁷ Atenta-se que a introdução do termo “Capitanias do Norte” em substituição a “capitanias anexas a Pernambuco” faz jus aos novos debates sobre a jurisdição dessa localidade. Evita-se utilizar o termo “anexas” devido à generalização das jurisdições e das temporalidades que Pernambuco possuía com relação às capitanias do Rio Grande do Norte, Ceará, Itamaracá e Paraíba. MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas capitanias do Norte (1654-1755). **Saeculum Revista de História**, n. 14, p. 11-25, 2006.

Manuel (1654) e João Carneiro da Cunha (1657, 1688 e 1702), juntamente com seu cunhado, Paulo Carvalho de Mesquita (1661), casado com Úrsula Carneiro Mariz. Depois, o referido João passou a revezar o ofício com seu irmão Manuel Carneiro da Cunha (1691) e seu sobrinho Gonçalo Carneiro da Costa (1680 e 1697).²⁸ Em sequência, nas primeiras décadas do século XVIII, foram os filhos desses homens que passaram a ser eleitos nas Câmaras de Igarassu, Aquiraz e Natal.²⁹

A família, desse modo, privilegiava o filho ou o sobrinho mais velho para dar continuidade aos ofícios camarários desempenhados pelo pai ou tio em Olinda. Foi o filho homônimo e primogênito de Manuel Carneiro da Cunha, que deu continuidade à vereança em Olinda no início do setecentos, o qual também passou a ser o administrador do engenho da família, o Brumbrum, localizado próximo dessa Câmara, na freguesia da Várzea. Os demais filhos foram incumbidos de administrar as sesmarias do pai, sendo o segundo mais velho, Miguel Carneiro da Cunha, o responsável pelo espaço onde se concentravam o maior número de sesmarias da família, na capitania do Ceará.³⁰ O filho mais novo foi destinado ao Rio Grande do Norte, onde o pai tinha duas sesmarias.³¹ Foi uma estratégia desses membros averiguar o funcionamento da economia local, e buscar ingressar na Câmara para melhor intervir nos negócios. Miguel Carneiro da Cunha foi juiz ordinário na Câmara de Aquiraz em 1719,³² capitania onde atuou na pecuária e

²⁸ FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarquia Pernambucana. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, XLVII, 1925 [1935]. Vol.1. p. 197-203.

²⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)-Pernambuco (PE), Cx. 32, doc. 2950. 1725, agosto, 20, Olinda. AHU-PE. Cx. 61, doc. 5192. 1744, outubro, 5, [Igarassu]; Cx. 76, doc. 6350. 1754, maio, 12, Igarassu; Cx. 78, doc. 6532. 1755, maio, 5, Igarassu; Cx. 117, doc. 8939. 1774, outubro, 4, Igarassu; Cx. 104, doc. 8099. 1767, maio, 27, Igarassu; Cx. 108, doc. 8380. 1770, março, 24, Igarassu. AHU-Ceará (CE), Cx. 2, doc. 115. 1730, agosto, 2, Aquiraz; doc. 142. 1733, maio, 1, Aquiraz. Arquivo Público Estadual do Ceará (APECE), Câmara do município de Aquiraz (CMA), Livro 18 (1721-1726), fl 28; Livro 19 (1726-1735), s/f. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), Livros dos Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal (LTVSCN), Cx.1, Liv. 1709-1721, fls. 117-119 [1718].

³⁰ Trata-se de oito sesmarias solicitadas entre 1703 e 1708. Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-brasileiro). Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>. Códigos: CE 0079; CE 0250; CE 0213; CE 0245; CE 0247; CE 0261; CE 0301 e CE 0309. Miguel Carneiro da Cunha, em 1719 e em 1731, solicitou para si mais duas sesmarais. Plataforma SILB: Códigos: CE 0429; CE 1005.

³¹ Solicitadas em 1712, na ribeira do Ceará-Mirim. Plataforma SILB: Códigos: RN 0333; RN 0334. João Carneiro da Cunha, em 1737, solicitou para si mais uma sesmarais. Plataforma SILB: Código: RN 0455.

³² MELLO, Antônio Joaquim de. **Biografias de Alguns poetas, e homens ilustres da província de Pernambuco**. Tomo II. Recife: Typographia Universal, 1858. p. 210.

ainda se envolveu em querelas locais.³³ Para além disso, Miguel teve um cunhado, Antônio Freitas da Silva, e um primo, Antônio Carneiro da Cunha, camarários na vila de Aquiraz em 1729 e 1733.

João Carneiro da Cunha foi eleito na Câmara do Natal (1718), poucos anos depois foi eleito vereador da Câmara de Olinda (1725 e 1731), mas, somente depois que seu irmão mais velho exerceu um mandato (1721). João, posteriormente, por ter estabelecido um relevante patrimônio em Igarassu, os quais ele usou para instituir um vínculo de bens em 1749, como se analisará adiante, passou a ser vereador em Igarassu em 1754, bem como muitos de seus descendentes, como seu filho Estevão José Carneiro da Cunha (1755), e seus netos João Carneiro da Cunha (1767-1770) e Manuel Xavier Carneiro da Cunha (1774). Ademais, nas últimas décadas do século XVIII, observou-se ainda o revezamento dos cargos camarários no Recife, por meio do dito João Carneiro da Cunha (1782 e 1805) e seu primo Francisco Xavier Carneiro da Cunha (1787).

Observa-se que a opção de ampliar as atuações das famílias para outras capitanias também estava restringida pelo número de filhos e agregados disponíveis, pois, uma vez que ingressavam em universidades ou instituições religiosas, dificilmente poderiam dirigir-se e estabelecerem-se em outros espaços para então serem eleitos em Câmaras. Soma-se a isso, o impedimento de parentes de até quarto grau tomarem posse simultaneamente em uma mesma Câmara.³⁴ Assim, os membros de uma mesma família, a princípio, não poderiam atuar conjuntamente em uma mesma Câmara. Esse parece ter sido mais um motivo para os jovens membros da família Carneiro buscarem novos espaços para angariar experiência no exercício do poder.

Esses revezamentos devem ter gerado uma forte união dos membros dessa família – tal como possivelmente ocorreu na família Lobo por meio da atuação conjunta de irmão no mesmo concelho – e de seus agregados parentais, especialmente dos cunhados, pois, quando eleitos deveriam representar os interesses de todo o grupo. Para além disso, o esquema de revezamento parece ter

³³ AHU-CE, Cx. 2, doc. 97. 1728, maio, 10, Lisboa. AHU-PE, Cx. 51, doc. 4528. 1738, março, 31, Recife.

³⁴ Ordenações Filipinas, Liv. 1, Tit. 67: Em que modo se fará a eleição dos Juizes, Vereadores, Almotaces e outros Oficiais (Cont.). Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l1p155.htm>. Acesso em: 01/2021.

sido bastante útil tendo em vista que esses indivíduos, não raras vezes, assumiram, postos militares, e ainda eram responsáveis pela gerência de engenhos, o que demandava intenso trabalho ao longo de muitos meses – embora a força motriz dessa atividade fosse sempre fruto das pessoas escravizadas –, entre outros tipos de propriedade.

As freguesias e/ou capitanias onde os membros da nobreza da terra exerceram ofícios camarários frequentemente foram as mesmas onde detiveram patentes militares e bens imóveis. Dessa maneira, acredita-se que o exercício de poder de diferentes naturezas sobre o mesmo espaço garantiu a promoção social da família em análise. Tratava-se, portanto, de ações multifacetadas que, a partir de finais do século XVII, extrapolavam atuações na capitania de Pernambuco.

Atenta-se, ainda, que a participação nas Câmaras não apenas viabilizava o exercício do poder por meio da tomada de decisões e de possíveis desvios de rendas e beneficiamento de parentes e amigos, mas a prática da edilidade, por si só, era nobilitante. Isso porque os róis dos elegíveis, desde os tempos medievais, deveriam ser elaborados por pessoas “das mais antigas e honradas”, e os eleitos estarem entre os “homens bons”.³⁵ Por essa razão é que a maioria dos edis das Câmaras da América portuguesa justificaram sua eleição por sua “conhecida nobreza”, especialmente, na conquista da terra, na Restauração, e no exercício de postos das ordenanças. Além de Olinda, há o exemplo das Câmaras do Rio de Janeiro,³⁶ de Natal,³⁷ e de São Luiz do Maranhão.³⁸ Destarte, por algumas vezes os cidadãos do ultramar, aqueles que desempenharam cargos administrativos nas Câmaras, receberam os mesmos privilégios que os cidadãos da cidade do Porto, como: permissão para portar armas, não serem constrangidos a participar de

³⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. *In*: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. IV: HESPAÑA, António M. (Coord.) O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 288.

³⁶ BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 372.

³⁷ BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **A câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza**: Governança local na capitania do Rio Grande (1720-1759). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017. p. 46-47.

³⁸ CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. “Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”: a Câmara de São Luiz e a política da monarquia pluricontinental no Maranhão. *In*: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso**: séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 27, 31-33.

guerras, não terem seus bens pessoais e de moradia executados, entre muitas outras regalias.³⁹ Tratava-se, portanto, de uma nobreza civil, ou seja, fruto de serviços prestados ao rei, que por sua vez, viabilizava ainda a mercê de outras honrarias.

Cabe apontar que na América portuguesa, a prestação de serviços à Monarquia foi o principal meio de nobilitação dos indivíduos. Assim era por não haver nobreza de Corte, visto que essa se concentrava no Reino,⁴⁰ e também por não possuir, salvo poucas exceções, famílias de linhagens proeminentes. A conquista ultramarina abriu um novo campo de possibilidades de prestação de serviços, pelos quais os vassallos receberam mercês. Entretanto, a obtenção de distinções superiores foi praticamente vedada às elites coloniais. As investigações recentes sobre os governadores e capitães-mores da América portuguesa, por exemplo, evidenciaram que foram pouquíssimas as nomeações de “brasílicos” para o exercício de tais cargos.⁴¹ Assim, foram, sobretudo, os exercícios de ofícios nas Câmaras, nas provedorias, na justiça, e os postos militares que possibilitaram a ascensão social e, por consequência, o enobrecimento na América portuguesa. As famílias e indivíduos que procuraram destacar-se naquele território atuaram de forma plural por vezes somando práticas diversas.⁴²

Outra forma de angariar poder e prestígio local, tanto no medievo tardio como na América portuguesa, foi a caridade, por meio individual, ou pela participação em confrarias e em irmandades. As atuações das famílias Lobo e Carneiro passaram por instituições locais desse tipo, as quais lhes conferiram prestígio social pelo seu carácter de auxílio e caridade, próprios da ética cristã. Os

³⁹ BICALHO, Maria Fernanda. *Op. Cit.* p. 322-323.

⁴⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As nobrezas portuguesas na época Moderna: um breve ensaio historiográfico crítico. In: FRANCO, Juan Hernández; BERRENDERO, José A. Guillén; HERNÁNDEZ, Santiago Martínez (Dir.). **Nobilitas**. Estudios sobre la nobleza y lo nobiliario en la Europa Moderna. Madrid: Doce Calles, 2014. p. 80.

⁴¹ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno G.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S. da (Orgs.). **Optima Pars**. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005. CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. **Governar Pernambuco e as Capitánias Anexas**: O perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (1654-1756). Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Sociais. Lisboa, 2019.

⁴² BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercê e Poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack brasiliense**, nº 2, 2005. p. 21-34.

Lobo participaram da confraria eborense do Hospital de Jerusalém e os Carneiro atuaram ativamente na Santa Casa da Misericórdia de Olinda.

A confraria do Hospital de Jerusalém remonta ao século XII, certamente após a conquista, tendo sido dotada de somas em dinheiro por determinação testamentária do próprio D. Afonso Henriques; aliás, o favor régio manteve-se uma constante ao longo do tempo, com particular incidência nos privilégios concedidos por D. Pedro, D. Fernando e D. João I, sendo, portanto, um indício do seu carácter aristocrático. A pertença a uma confraria representava um passo importante no processo de aristocratização das elites urbanas e na consolidação da posição social, defendendo os seus interesses perante os restantes grupos sociais.⁴³ Como tal, os Lobo não poderiam ser alheios a este fenómeno pelo que também eles aliaram o poder no concelho com a administração confraternal. Consta que Martim Lopes Lobo assumiu um papel de destaque, tendo sido por sete vezes o alcaide da confraria, posto mais alto da mesma e que julgava contendas entre confrades ou relativas a património. Note-se que a ocupação do cargo foi anual entre 1409 e 1412 e recordemos que, possivelmente após 1415, terá sido nomeado regedor do concelho, tendo a atuação no Hospital de Jerusalém, possivelmente, influenciado a sua nomeação.⁴⁴ Assim, a atuação na confraria foi relevante para a ascensão social da família.

A importância das obras de caridade enquanto fontes de capital simbólico e instrumentos de poder das elites manteve-se até depois do final da Idade Média e do desaparecimento das confrarias, substituídas pela Misericórdia, a qual permaneceu de maneira sólida durante a época moderna. As Misericórdias do Reino foram criadas, pela vontade da própria população, no final do século XV. Eram quase totalmente independentes, economicamente, da Coroa, visto que tinham como principal fonte de receita as doações de particulares. Tratava-se de uma política assistencial associada à figura do bom cristão – por meio de ações

⁴³ CLÁUDIO, Ana Sofia. **São as confrarias refúgio dos humildes?** Contributo para o estudo das elites eborenses no final da Idade Média. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Évora. Évora, 2003. PARDAL, Rute. **As elites de Évora ao tempo da dominação filipina.** Estratégias de controlo do poder local (1580-1640). Lisboa: Edições Colibri; CIDEHUS-UÉ, 2007.

⁴⁴ COELHO, André Madruga. *Op. Cit.* p. 73-94.

médicas, sanitárias, creditícias, e de caridade – distribuição de esmolas, alimentação de famintos, dotação de moças pobres, ente outras formas de auxílio.⁴⁵

A Santa Casa de Misericórdia de Olinda foi a primeira da América portuguesa, tendo seu funcionamento datado desde 1539, e confirmado pela Coroa em 1545.⁴⁶ Verificou-se que três membros da família Carneiro foram provedores da instituição por cinco vezes entre 1697 e 1757.⁴⁷ Portanto, destaca-se que quando os membros da família passaram a atuar na instituição, os Carneiro já acumulavam prestígio social por meio do exercício de vários ofícios e patentes. Tratava-se de um emprego de grande prestígio social, pois era a mais alta hierarquia interna da Misericórdia, cuja nomeação era fruto da votação de todos os irmãos da mesma instituição.⁴⁸ Os irmãos que faziam parte da Mesa estavam à frente em todas as cerimônias públicas, civis ou religiosas, tinham preferência para o exercício das atividades assistenciais e para angariarem recursos econômicos. Estavam isentos de alguns impostos, bem como de exercerem alguns ofícios, e ainda de terem seus bens executados. Era a Mesa responsável pelos empréstimos a juros, e beneficiária dos legados testamentários.⁴⁹

As Santas Casas de Misericórdia da América portuguesa tiveram, além da caridade, uma atribuição importante face à inexistência de uma autoridade monetária: a concessão de crédito, isto é, de empréstimos mediante juros aos indivíduos de diferentes estratos sociais, especialmente, aos de maior proeminência local.⁵⁰ Esse fato enfatiza a importância dessa instituição, não somente por legitimar o *status* social de seus irmãos, como possibilitava o favorecimento econômico dos mesmos. Desse modo, observa-se que a participação

⁴⁵ ABREU, Laurinda. Câmaras e Misericórdias: Relações políticas e institucionais. In: CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (Eds.). **Os municípios do Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais**. Lisboa: Colibri, 2005. SÁ, Isabel dos Guimarães. **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001 (Coleção Temas da História de Portugal). *Idem*. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, Caridade e poder no Império Português, 1500-1800**. Lisboa: CNCDP, 1997.

⁴⁶ FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga**. As Santas Casas de Misericórdias na América Portuguesa. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2011. p. 66.

⁴⁷ FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarquia Pernambucana. p. 199-201.

⁴⁸ FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga**. p. 172-173.

⁴⁹ SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre**. p. 58-74.

⁵⁰ SANTOS, Augusto Fagundes da Silva. **História financeira da Santa Casa de Misericórdia na Bahia no século XVIII**. Salvador: Quarteto, 2015. p. 175-176.

dos Lobo no concelho e administração da confraria do Hospital de Jerusalém e dos Carneiro na Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Olinda pode ser compreendida como um elemento chave no processo de consolidação e legitimação do prestígio social adquirido pela família, a qual, por sua vez, possibilitaria aos membros das ditas famílias o acesso à outras honrarias.

Sobre a formação e consolidação patrimonial das famílias Lobo e Carneiro deve-se atentar, antes de mais, que as mudanças estruturais verificadas na economia entre os séculos XIV e o século XVIII, traduzidas na passagem para uma economia-mundo, refletiram-se nos recursos e atividades a que os Lobo e os Carneiro se dedicaram. Ao contrário dos Lobo trecentistas e quatrocentistas, os Carneiro seiscentistas e setecentistas, enquanto proprietários de engenhos de açúcar, dedicavam-se à atividade transformadora com fins comerciais para maior parte de sua produção. No entanto, rapidamente investiram o seu capital financeiro noutros recursos, fosse na recomposição de sua mão-de-obra escravizada, fosse na aquisição de terras para a pecuária. Também as duas famílias procuraram vincular o seu patrimônio por meio da instituição de morgadios, como se verá adiante.

Como seria de esperar, esta opção por uma exposição dos percursos dos Lobo e dos Carneiro desenhada em traços gerais comporta limitações, a maior delas pela maneira como oblitera os trajetos individuais e os particularismos que neles podem ser lidos. Ainda assim, pode ser questionado até que ponto esse enfoque mais específico revelaria efetivamente momentos de mobilidade social, posto que nestas sociedades, que se representavam a si próprias como imóveis e rígidas, a mudança era alcançada de forma lenta; portanto, de acordo com a definição de Peter Burke, mais adequada ao modelo de mobilidade social intergeracional.⁵¹

Ao longo de gerações, Lobo e Carneiro foram acumulando capital simbólico que lhes conferiu prestígio e dignidade para ocuparem e se destacarem no espaço social. Neste âmbito, o desempenho de cargos políticos e militares era particularmente importante pois, tal como assinalado por António Manuel

⁵¹ BURKE, Peter. *Op. Cit.*

Hespanha e Nuno Gonçalo Monteiro, o próprio enquadramento jurídico da época sancionava o exercício do poder como concesso de nobreza.⁵² Mesmo para a Idade Média, Sandro Carocci afirmou que os estudos feitos sobre mobilidade social deixaram de colocar o econômico em primeiro plano enquanto fator primordial de mudança, deslocando antes o foco para o político.⁵³ Dentro deste cenário, os cargos de nomeação régia eram especialmente relevantes, uma vez que o serviço exigia pagamento, feito nem sempre em numerário. A retribuição pelo serviço e apoio era frequentemente feita pela Coroa através da outorga de privilégios que engrandeciam e acrescentavam o capital simbólico já detido, permitindo o desejado “viver à lei da nobreza” necessário para o reconhecimento do estatuto pela comunidade. Para mais, a ação do rei legitimava, reequilibrava e repunha a harmonia da sociedade.⁵⁴

Contudo, cabe destacar que a detenção de bens e de seus direitos de propriedade também constituía um parâmetro fundamental para indicar a posição cimeira de uma família na estratificação social.⁵⁵ Nessa consideração, o patrimônio, era duplamente importante. Em primeiro lugar, as necessidades de sustento material básico e supérfluo, pois se o modo de vida dos indivíduos era crucial para o reconhecimento do seu estatuto, era necessária a posse de uma base de sustento que não os forçasse a dedicarem-se a atividades manuais, isto é, artesanais. Em seguida, novamente, pela sua dimensão simbólica. Nesse último sentido, Teresa Novaes Marques averiguou que o endividamento de muitos senhores de engenho de Pernambuco foi consequência dos sucessivos adiantamentos de créditos para pagamentos de reposição de escravos e, sobretudo, de gastos com bebidas,

⁵² HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. p. 136. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. p. 343.

⁵³ CAROCCI, Sandro. *Op. Cit.* p. 384.

⁵⁴ Se o poder do rei derivava do divino, a sua atuação terrena era uma manifestação desse poder, conferindo-lhe a capacidade extraordinária de legitimar a exceção e repor o natural curso do cosmos que o rodeava. HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.* p. 138-143.

⁵⁵ SANTOS, Rui. Direitos de propriedade fundiária e estratificação social rural: um contributo sociológico. *In*: GARRIDO, A. et al (Orgs.). **Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães**. Economia, Instituições e Império. Coimbra: Almedina, 2012. p. 282-283.

alimentos e tecidos oriundos do reino. Tais gastos diferenciavam os senhores de engenho daqueles que não possuíam tal estatuto ou mesmas condições.⁵⁶

Os Lobo, além de várias herdades, possuíam outros bens rurais como vinhas, olivais, pomares, hortas e ferragiais no termo e no espaço periurbano da cidade Évora.⁵⁷ Embora não seja possível avaliar o processo de acumulação destes bens devido à insuficiência de fontes, especula-se que tenha ocorrido ao longo de várias gerações, como também ocorre no caso da família Carneiro. Os Carneiro, nas primeiras décadas do século XVII, foram proprietários somente de algumas lavouras de cana-de-açúcar em Pernambuco. Todavia, a partir do domínio holandês, o qual viabilizou a compra de engenhos em várias prestações, a família passou a produzir açúcar. O número de engenhos da família cresceu de modo que, entre a segunda metade do século XVII e finais do XVIII, possuía nove engenhos de cana-de-açúcar em diferentes freguesias da capitania de Pernambuco. Ademais, a partir de finais do século XVII, a família passou a angariar terras em outras capitanias, por meio da compra e da solicitação de sesmarias. Até finais do século XVIII, contabilizou-se a propriedade de 29 léguas de terras na capitania do Ceará e cerca de 8 léguas na capitania do Rio Grande do Norte. Integravam ainda ao patrimônio da família muitas pessoas escravizadas, animais, plantações de cana-de-açúcar, fábrica de cobre entre outros bens.⁵⁸

O esforço empregue pelos Carneiro na construção desse considerável patrimônio fundiário como meio de integrarem o grupo da “nobreza da terra” é particularmente significativo e demonstrativo da continuidade de características da cultura medieval na mentalidade do Antigo Regime, mesmo na América portuguesa, pois via-se na terra um elemento contributivo para a qualidade de nobre. Segundo Nuno Monteiro, o termo “senhor de engenho”, ou mesmo “senhor de terras”, recorrentemente utilizados pelos mais proeminentes grupos da

⁵⁶ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Eram os senhores de engenho caloteiros? reflexões sobre o crédito e os direitos de propriedade no mundo luso. **História econômica & história de empresas**. vol. 17 n° 1, 2014, p.147-176.

⁵⁷ COELHO, André Madruga. *Op. Cit.* p. 117-128.

⁵⁸ MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Em busca da perpetuação**. p. 290. *Idem*. **Entre Veados, Carneiros e formigas**. p. 178-195.

América portuguesa, é uma continuidade do antigo estatuto “senhor de vassalo”, referente ao medievo.⁵⁹

Os Lobo e os Carneiro, além de senhores de bens rurais, utilizaram-se de uma mesma estratégia para a consolidação e manutenção patrimonial da família: a fundação de morgadios. Em Portugal, a prática de vincular propriedades como um ato de regulamentação jurídica, pela qual ficavam os membros de uma linhagem sujeitos às regras estritas de indivisibilidade e inalienabilidade patrimonial, e de sucessão linhagística por meio, geralmente, da primogenitura e da varonia, estava instalada desde o século XIV, na Idade Média, como demonstrou a pesquisa de Maria de Lurdes Rosa.⁶⁰

A fundação de um morgadio também buscava transmitir modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados, destinados a vigorar durante gerações e condicionando tanto a posse dos bens como a chefia da linhagem. Essa vinculação de bens também era chamada de morgado, termo que, por sua vez, também designava o sucessor de um vínculo de morgadio. A instituição vincular permaneceu frequente no Antigo Regime português, especialmente entre a nobreza, mesmo no ultramar, como evidencia a pesquisa de João Luís Picão Caldeira.⁶¹

Na família Lobo, Fernão Lopes Lobo instituiu um morgadio em 1422. Nesse período a família já possuía alta distinção pois seus membros haviam ocupado ofícios do concelho de Évora e da confraria do Hospital de Jerusalém, além de atuações militares. Assim, a vinculação dos bens foi instituída quando a família julgou que havia um *status* a ser preservado. Embora não se saiba quais os bens vinculados no ato de sua instituição, percebeu-se que em 1533, quando o vínculo era administrado por Nuno Fernandes Lobo, bisneto do instituidor, constava vincular várias casas de moradia, herdades, entre outros bens rurais como vinhas, olivais, pomares, hortas e ferragiais no termo de Évora e arredores.⁶²

⁵⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. p. 14.

⁶⁰ ROSA, Maria de Lurdes. **O morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV**. Modelos e práticas de comportamento linhagístico. Lisboa: Editorial Estampa, 1995 (Coleção Histórias de Portugal: 16). p. 19.

⁶¹ CALDEIRA, João Luís Picão. **O morgadio e a expansão no Brasil**. Lisboa: Tribuna, 2007.

⁶² Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Núcleo Antigo, nº 276, fls. 101-103.

Na família Carneiro, em 1749, João Carneiro da Cunha vinculou para o filho primogênito o engenho Araripe de Cima, situado na freguesia de Igarassu, Pernambuco. Verificou-se que o engenho continuou na posse dos descendentes do neto do instituidor após o ano de 1817, como se verificou no inventário dos bens da falecida esposa de Francisco Xavier Carneiro da Cunha.⁶³ Acredita-se que o morgadio foi administrado pela família até os vínculos de bens serem extintos no Brasil por meio do decreto legislativo datado de 29 de maio de 1837.⁶⁴

Sobre a sucessão do morgado, João Carneiro da Cunha foi categórico sobre as cláusulas de exclusão de herdeiros. Afirmou que de nenhuma forma poderiam suceder filho natural ou “pessoa de infecta nação”. Declarou que caso algum sucessor do vínculo se casasse com mulher de “impuro sangue” deveria perder a administração dos bens para o parente mais chegado.⁶⁵ Dessa forma, o instituidor não somente visava excluir descendentes de origem mulata, moura, judaica ou cristã conversa da administração do morgadio, mas também impunha que os mesmos não contraíssem matrimônio com mulheres de “nação infecta” sob o risco de perda do vínculo.⁶⁶

Cabe atentar que a família Carneiro, ao longo das primeiras décadas do século XVIII, passou por embaraços com o Tribunal do Santo Ofício e quase tiveram sua familiatura negada.⁶⁷ Portanto, a familiatura junto ao Santo Ofício foi uma grande conquista para a família, especialmente frente ao conhecido histórico de casamentos da nobreza da terra, grupo que integravam, com cristãos-novos.⁶⁸ No Antigo Regime português, como assim o fora desde muito anteriormente, o sangue

⁶³ MENEZES, José Luiz Mota; GALVÃO, Tácito Luiz Cordeiro (Orgs). **Minha alma a Deus, meus bens aos meus herdeiros**. Catálogo dos Inventários e testamentos 1742-1822. Recife: IAHGP, 2011. p. 111.

⁶⁴ CALDEIRA, João Luís Picão. **O morgadio e a expansão no Brasil**. p. 217.

⁶⁵ AHU-PE, Cx. 75, doc. 6296. 1753, dezembro, 20, Recife.

⁶⁶ RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo**. Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015. p. 231-237.

⁶⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue**. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p. 128-129.

⁶⁸ SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e. **Cristãos-novos nos negócios da capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

era considerado o veículo transmissor de virtudes ou defeitos. Dessa maneira, a honra dos indivíduos estava associada diretamente a sua procedência.⁶⁹

A família Carneiro da Cunha, uma vez que conquistou tal mercê, que certamente implicou em um maior *status* social, tinha por objetivo a sua manutenção, isto é, não contrair casamento com pessoas “infectas”, mas também enaltecer uma linhagem de sangue puro. Segundo João Carneiro da Cunha, a instituição do vínculo fazia-se para “melhor conservação da nobreza e limpeza de sangue dos sucessores deste vínculo”.⁷⁰ Ademais, o instituidor recomendava que os sucessores do vínculo solicitassem a familiatura do Santo Ofício.⁷¹ O exemplo do morgado dos Carneiro da Cunha aclara-nos que a instituição de um morgadio nem sempre visava exaltar os seus antepassados, como o instituído pelos Lobo. Também era possível, por meio da ascensão social, que uma família passasse, a partir de uma nova geração, a criar uma linhagem mais ilustre, detentora de novas distinções sociais que as gerações precedentes não possuíam.

Além do morgadio em Pernambuco, a família Carneiro, desde meados do século XVII, sucedeu a administração de um morgado sediado em Vila do Conde, Portugal, o qual havia sido fundado pelos ancestrais da família ainda em finais do século XV.⁷²

A transmissão da herança por primogenitura, a criação de um aparato de signos identificadores da linhagem, como a transmissão do sobrenome da família, e a reorganização da sua memória genealógica, estabelecendo a ligação entre os antepassados e os descendentes, representou uma apologia da *honra*, qualidade e valor do grupo familiar. Portanto, a instituição de morgadios pode ser considerada

⁶⁹ FIGUEIRÔA-RÊGO, João de. “A honra alheia por um fio”. Os estatutos de limpeza de sangue nos espaços de expressão ibérica (sécs. XVI-XVIII). Lisboa: FCT; Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p. 439.

⁷⁰ AHU-PE, Cx. 75, doc. 6296. 1753, dezembro, 20, Recife.

⁷¹ A preocupação da família com a pureza de sangue foi algo flexibilizado pela Coroa posteriormente, pois, a partir de 1773, aboliu-se a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, o que implicou em profundas mudanças nas exigências para nobilitação civil ou política, como na fragilização dos demais critérios de limpeza de sangue no escalonamento das hierarquias sociais. OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar editora, 2001. p. 362-368.

⁷² Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC). H1, capa 4, doc. 6, cota 3507. Igarassu. 2 e 3 de abril de 1775.

um outro elemento chave no processo de ascensão social das famílias Lobo e Carneiro.

Além da vinculação de bens, atuação nos concelhos/Câmaras municipais e nas instituições de caridade, verificou-se outros pontos de contato e paralelismos no percurso dos Lobo e dos Carneiro em sua mobilidade social ascendente. Contudo, importa de igual modo assinalar algumas nuances das duas trajetórias, também elas reveladoras dos fatores que condicionaram e restringiram as possibilidades de mobilidade social dos grupos e indivíduos. Um aspecto diz respeito a uma maior proximidade dos Lobo com a Coroa, ao menos geográfica, realidade que pode ter várias explicações. A mais notória encontra-se na distribuição geográfica, com os Lobo junto dos centros de poder enquanto os Carneiro se localizavam numa zona periférica da monarquia pluricontinental portuguesa, sujeitos às expectáveis barreiras colocadas pela distância do Atlântico na comunicação e no acesso aos centros de decisão.⁷³

De seguida, menos explícita, está a inserção cronológica das suas movimentações – os Lobo participaram nas conjunturas de disputa pelo trono durante a crise dinástica de 1383-1385 como apoiantes do futuro rei D. João I e mais tarde ao lado de D. Afonso V no conflito com o seu tio e regente D. Pedro, duque de Coimbra, que se saldou na vitória do monarca em Alfarrobeira em 1449; ou seja, nas duas ocasiões, como parte do partido vencedor. Soma-se a sua presença no Norte de África durante as campanhas militares, logo em 1415 na tomada de Ceuta e mais tarde nas tentativas lançadas sobre Tânger e Arzila.⁷⁴ Já os Carneiro, lutaram na guerra contra a presença holandesa no norte do Estado do Brasil, entre 1645-1654, e na Guerra dos Mascates entre 1710-1711 enquanto apoiantes dos senhores de engenhos de açúcar contra a emergência dos homens de negócio que reivindicaram a criação da Câmara de Recife.⁷⁵

⁷³ Compreende-se a monarquia portuguesa enquanto um único reino com suas diferentes conquistas, cuja organização era feita pela administração periférica da Coroa e, em especial, pelos municípios, ou por pactos entre a Coroa e as elites locais situadas nos municípios das conquistas, portanto, uma “Monarquia pluricontinental”. FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

⁷⁴ COELHO, André Madruga. *Op. Cit.*

⁷⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates**, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: editora 34, 2003. p. 292.

Por outras palavras, a ascensão dos Lobo derivou do lugar que ocuparam no centro do palco nos momentos de reequilíbrio de poderes que a monarquia portuguesa atravessou na última centúria da Idade Média, combatendo ao lado do próprio rei. Essa proximidade teve efeitos na mobilidade social do grupo. Logo em 1387 o senhorio de Alvito foi doado por D. João I a Diogo Lopes Lobo, com todas as suas jurisdições, rendas e direitos, tendo sido mais tarde acrescentado com doações de D. Afonso V. O ano de 1475, com a outorga do título de barões de Alvito ao casal Maria de Sousa e João Fernandes da Silveira, também chanceler-mor do rei, constituiu um ponto de chegada em um processo de mobilidade social iniciado nos séculos anteriores. A concessão de poderes senhoriais equiparou os Lobo à nobreza, revestindo-os de um assinalável prestígio e capital simbólico, mais tarde reafirmado com a sua entrada efetiva para a nobreza titular do reino.⁷⁶

Para o caso dos Carneiro, a participação na Restauração (1645-1654) foi crucial para inserir a família em um processo de enobrecimento galgado no discurso do nativismo. Os argumentos aduzidos incidiram sobre as consecutivas conquistas: contra os índios no século XVI e pela expulsão dos holandeses em meados do século XVII. Tal discurso implicava um imaginário contratual das relações entre aqueles que participaram destes processos e a Coroa, a qual lhes devia, em agradecimento, várias mercês. Destarte, os participantes da Restauração, juntamente com os seus descendentes, autointitularam-se como a nobreza da terra, e conceberam-se como os únicos dignos a exercerem os mais altos postos hierárquicos locais. Nesse contexto, a relação da família com a Coroa esteve implícita nas nomeações régias para determinados cargos, em especial os militares, como a patente de mestre-de-campo concedida à Manuel Carneiro da Cunha no final do século XVIII.⁷⁷ Desse modo, observa-se que mesmo em contextos e espaços distintos, os Lobo e os Carneiro beneficiaram-se e fortaleceram-se com o serviço das armas prestado para a implementação de novas dinastias ou para a manutenção delas.

Ainda sobre o discurso do nativismo, cabe apontar que se tratava de uma estratégia de diferenciação social por parte do “velho estamento agrário” –

⁷⁶ COELHO, André Madruga. *Op. Cit.*

⁷⁷ COSTA, Francisco Augusto da. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1983, v.2, p. 38.

sucessores dos senhores de engenho e lavradores de cana-de-açúcar que atuaram na Restauração –, e visava protegerem-se da ascensão dos mercadores de grosso trato. Esse discurso, conceituado por Evaldo Cabral de Mello como o primeiro *nativismo pernambucano*, tratava-se de um discurso de diferenciação social que perdurou por séculos naquela localidade.⁷⁸

Como sugere Luís Miguel Duarte, tais vocábulos, ou designações, como “melhores da terra”, utilizada desde o medievo português, pressupunham que em um contexto específico, haveria ao menos um grupo que se autointitulavam melhor que os demais. Tratava-se de um elogio a diferença, um discurso de legitimação social que necessitava de reconhecimento, e era permeado de hierarquias, tensões e conflitos.⁷⁹

Os Carneiro, mediante a contínua acumulação de capital social, conseguiram, no terceiro quartel do século XVIII, ascender de “nobreza da terra” – por costume – para uma nobreza titulada, isto é, mais distintiva na hierarquia social do Antigo Regime, principalmente pela concessão de privilégios e de isenções.⁸⁰ Isso ocorreu por meio de um processo de justificação de nobreza junto à Casa Real, cujo resultado confirmou a nobreza da família, pelo qual ainda foram habilitados a utilizar um brasão de armas, o qual fizeram questão de ostentar para reproduzir o *status* da família.⁸¹

Assim, podemos dizer que o processo de ascensão social percorridos pelas famílias Lobo e Carneiro ocorreu de forma lenta e que necessitou gradualmente de legitimação social mediante seus pares. Tal mobilidade, portanto, ocorreu de modo intergeracional – por meio de várias gerações – e validada ainda pela Coroa, cuja ação era entendida enquanto reposição do equilíbrio natural, por tanto, segundo as

⁷⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**. p. 127, 155. *Idem*. **A fronda dos mazombos**. p. 159-162.

⁷⁹ DUARTE, Luís Miguel. Os melhores da terra (um questionário para o caso português). *In*: BARATA, Filipe Themudo (Ed.). **Elites e redes clientelares da Idade Média**. Problemas metodológicos. Actas do Colóquio. Évora: Colibri; CIDEHUS-UÉ, 2001. p. 101.

⁸⁰ OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. **Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal**. 2º ed. Lisboa: Texttype, 2002 [1806].

⁸¹ Exemplo disso fez João Carneiro da Cunha em um atestado que assinou a favor de Luiz de Veiga Pessoa em 1788, cujo sinete com brasão das armas acompanhou sua assinatura. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), Cx. 99, doc. 139 [1788]. ANTT: Casa Real, Cartório da Nobreza, Processos de Justificação de Nobreza, mç. 19, doc. 9. Processo de justificação de nobreza de Francisco Xavier Carneiro da Cunha [1783].

concepções de Hespanha, seria resultante da *honestidade*, tornando-se uma mobilidade legítima.

Considerações finais

A observação que foi feita do percurso dos Lobo e dos Carneiro, com as diferenças espaciais e temporais, demonstraram como as questões sociais são com frequência características estruturais que se reproduziram na longa duração, constituindo elementos duradouros e transversais a vários períodos, contestando eles mesmos a tradicional divisão da história em períodos cronológicos. A época contemporânea esteve ausente das páginas anteriores, mas seria do maior interesse realizar um estudo abrangente que permitisse avaliar as mudanças e continuidades destes processos até aos dias de hoje. Conjugada à diferença de cronologias está a verificação de fenômenos análogos em geografias diversas, indiciando que os mesmos valores e práticas referenciais se foram reproduzindo em vários espaços.

Quanto aos mecanismos pelos quais se processavam os movimentos de mobilidade social, os casos apresentados demonstraram com clareza o peso detido pelos critérios qualitativos para a própria classificação possível dos indivíduos e corpos sociais, condição essencial para a compreensão das alterações verificadas no posicionamento relativo dos objetos de estudo na escala social, no grupo ou comunidade de que faziam parte. Mesmo que as formulações normativas das sociedades tardo-medieval e de Antigo Regime se mostrassem adversas à mobilidade esta era possível, camuflada nas próprias estruturas que constituíam a moldura contextual, o espaço social onde se movimentavam e que queriam atingir e o *habitus* dos grupos superiores que mimetizavam e de que se foram apropriando lentamente. A própria noção de nobreza tornava-a permeável à capilaridade social.

Igualmente, a família constituiu um dos modelos de organização através dos quais se colocaram em prática estratégias de acumulação e maximização de recursos materiais e de capital simbólico, político e social pelos seus vários membros e ao longo de gerações, modelo que se começou a estruturar no século

XV e foi-se definindo no decorrer do Antigo Regime.⁸² Não é possível nesta fase ajuizar com certeza qual o peso da agência e da contingência na mobilidade social alcançada por este meio, da aplicação consciente de estratégias com vista à melhoria das condições do grupo ou, antes, se os dados foram sendo lançados à medida que os desafios e as oportunidades foram surgindo. Possivelmente seria uma conjugação destas duas variáveis.

Note-se que nos dois percursos familiares observados as estruturas eclesiásticas, seculares ou regulares, não parecem ter grande influência na alteração da condição social dos Lobo e dos Carneiro. Apenas no caso dos Lobo houve uma passagem por uma casa monástica na figura de uma abadessa do mosteiro de S. Bento de Cástris, uma das instituições mais poderosas da Évora quatrocentista, mas sem continuidade nessa interação. Não obstante a centralidade da igreja na mobilidade social ascendente de muitos grupos tanto durante o período medieval como no Antigo Regime a verificação desta ausência denota a existência de múltiplos caminhos e estratégias possíveis para atingir o mesmo fim.⁸³

Para finalizar, deve-se reforçar a forma como o estudo da mobilidade social, ao revelar as continuidades e permanências nas estruturas históricas, corresponde uma das temáticas em que as funções cívicas do historiador mais se evidenciam. A discussão de questões como esta, que mesmo sendo problemas do presente podem ser pensados na longa duração, são um inestimável contributo para o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade e das suas instituições formais e informais.

Referências bibliográficas

ABREU, Laurinda. Câmaras e Misericórdias: Relações políticas e institucionais. *In*: CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (Eds.). **Os municípios do Portugal Moderno**: dos forais manuelinos às reformas liberais. Lisboa: Colibri, 2005.

⁸² Sobre este processo ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares da. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. *In*: CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (Orgs.). **Sociedade, família e poder na Península Ibérica**. Elementos para uma história comparativa. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS-UÉ, 2010. p. 47-75.

⁸³ Sobre o papel das carreiras eclesiásticas para a mobilidade social no Antigo Regime ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; OLIVAL, Fernanda. Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). **Análise Social**, vol. XXXVII, 165, 2003. p. 1213-1239.

ANDERSON, Michael. **Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914**. Lisboa: Editorial Quercó, 1984.

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **A câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza: Governança local na capitania do Rio Grande (1720-1759)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

BARROS, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Silva Santos (Org.). **O livro das posturas antigas da cidade de Évora**. Évora: CIDEHUS-UÉ, 2012.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

_____. Conquista, Mercê e Poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack braszliense**, nº 2, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Distinction**. A social critique of the judgment of taste. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2010.

BRAUNSTEIN, Philippe. Pour une histoire des élites urbaines: vocabulaire, réalités et représentation. **XXIV Congrès de la SHMES**. Roma, École Française de Rome, 1997.

BURGUIÈRE, André *et al* (Dir.). **História da família**. 3 volumes. Lisboa: Terramar, 1998.

BURKE, Peter. **History and social theory**. 2º ed. Cambridge: Polity Press, 2013.

CALDEIRA, João Luís Picão. **O morgadio e a expansão no Brasil**. Lisboa: Tribuna, 2007.

CAROCCI, Sandro. Social mobility and the Middle Ages. **Continuity and change**, nº 26, 2011. p. 367-404.

CLÁUDIO, Ana Sofia. **São as confrarias refúgio dos humildes?** Contributo para o estudo das elites eborenses no final da Idade Média. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Évora. Évora, 2003.

COELHO, André Madruga. **Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média: os Lobo entre a cavalaria e a baronia**. Évora: CIDEHUS; Edições Colibri, 2017.

CONDOMINAS, Georges. Espaço social. *In*: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: IN-CM, 1998 (Vol. 38 - Sociedade-Civilização).

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”: a Câmara de São Luiz e a política da monarquia pluricontinental no Maranhão. *In*: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso**: séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

COSTA, Francisco Augusto da. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1983. 8. Vols.

CROUZET-PAVAN, Elisabeth. Les élites urbaines: aperçus problématiques (France, Angleterre, Italie). **XXIV Congrès de la SHMES**. Roma, École Française de Rome, 1997. p. 9-28.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII. *In*: MONTEIRO, Nuno G.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S. da (Orgs.). **Optima Pars**. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. **Governar Pernambuco e as Capitánias Anexas**: O perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (1654-1756). Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Sociais. Lisboa, 2019.

DUARTE, Luís Miguel. Os melhores da terra (um questionário para o caso português). *In*: BARATA, Filipe Themudo (ed.). **Elites e redes clientelares da Idade Média**. Problemas metodológicos. Actas do Colóquio. Évora: Colibri; CIDEHUS-UÉ, 2001. p. 91-106.

DUBY, Georges. **As Três Ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 2008.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João de. **“A honra alheia por um fio”**. Os estatutos de limpeza de sangue nos espaços de expressão ibérica (sécs. XVI-XVIII). Lisboa: FCT; Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso**: séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FRANCO, Renato. Pobreza e caridade leiga. **As Santas Casas de Misericórdias na América Portuguesa**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2011.

FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarquia Pernambucana. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, XLVII, 1925 [1935]. Vol.1.

GOODY, Jack; THIRSK, Joan; THOMPSON, E. P (Eds). **Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800**. Cambridge: University Press, 1979.

GOODY, Jack. **Família e casamento na Europa**. Oeiras: Celta, 1995.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6º edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Tempo**, vol. 11, nº 21, 2006. p. 121-143.

_____. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político**. Portugal (século XVII). Coimbra: Almedina, 1994.

_____. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012.

LE GOFF, Jacques. Tentative de conclusions. **XXIV Congrès de la SHMES**. Roma, École Française de Rome, 1997. p. 443-456.

LEWIN, Linda. **Surprise heirs: Illegitimacy, Patrimonial Rights, and Legal Nationalism in Luso-Brazilian Inheritance, 1750-1821**. Vol.1. Stanford: Stanford University Press, 2003.

MADDERN, Philippa C. Social mobility. *In*: HORROX, Rosemary; ORMROD, W. Mark (ed.). **A social history of England. 1200-1500**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 113-133.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Eram os senhores de engenho caloteiros? reflexões sobre o crédito e os direitos de propriedade no mundo luso. **História econômica & história de empresas**. vol. 17 nº 1, 2014, p.147-176.

MELLO, Antônio Joaquim de. **Biografias de Alguns poetas, e homens ilustres da província de Pernambuco**. Tomo II. Recife: Typographia Universal, 1858.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715**. São Paulo: editora 34, 2003.

_____. **O nome e o sangue**. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MENEZES, José Luiz Mota; GALVÃO, Tácito Luiz Cordeiro (Orgs). **Minha alma a Deus, meus bens aos meus herdeiros**. Catálogo dos Inventários e testamentos 1742-1822. Recife: IAHGP, 2011.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas capitânicas do Norte (1654-1755). **Saeculum Revista de História**, n. 14, pp. 11-25, 2006.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As nobrezas portuguesas na época Moderna: um breve ensaio historiográfico crítico. *In*: FRANCO, Juan Hernández; BERRENDERO, José A. Guillén; HERNÁNDEZ, Santiago Martínez (Dir.). **Nobilitas**. Estudios sobre la nobleza y lo nobiliario en la Europa Moderna. Madrid: Doce Calles, 2014.

_____. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. **Análise Social**, 2ª série, vol. XXXII, 141, 1997, p. 335-368.

_____. O 'ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack brasiliense**, nº 02, 2006, p. 4-20.

_____. Os concelhos e as comunidades. *In*: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. IV: HESPAÑA, António M. (Coord.) O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____; CUNHA, Mafalda Soares da. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. *In*: CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (orgs.). **Sociedade, família e poder na Península Ibérica**. Elementos para uma história comparativa. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2010. p. 47-75.

_____; OLIVAL, Fernanda. Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). **Análise Social**, vol. XXXVII, 165, 2003. p. 1213-1239.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Em busca da perpetuação**. Reprodução social e poder econômico da nobreza da terra nas Capitânicas do Norte, séculos XVI-XVIII. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora (Programa Interuniversitário de Doutoramento em História). Évora, 2021.

_____. **Entre Veados, Carneiros e formigas**: conflitos pela posse de terra na ribeira do Ceará-Mirim e concepções de mentalidade possessória, 1725-1761. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado Moderno**: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar editora, 2001.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. **Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal**. 2º ed. Lisboa: Textype, 2002 [1806].

Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-brasileiro). Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>.

PARDAL, Rute. **As elites de Évora ao tempo da dominação filipina.** Estratégias de controlo do poder local (1580-1640). Lisboa: Edições Colibri; CIDEHUS-UÉ, 2007.

PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da moral:** redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da Tradição.** A casa da Torre Garcia d'Ávila. Família e propriedade no nordeste colonial. 2º ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

PIKETTY, Thomas. Self-fulfilling beliefs about social status. **Journal of Public Economics**, 70, 1998. p. 115-132.

RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo.** Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.

ROSA, Maria de Lurdes. **O morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV.** Modelos e práticas de comportamento linhagístico. Lisboa: Editorial Estampa, 1995 (Coleção Histórias de Portugal: 16).

SÁ, Isabel dos Guimarães. **As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal.** Lisboa: Livros Horizonte, 2001 (Coleção Temas da História de Portugal).

_____. **Quando o rico se faz pobre:** Misericórdias, Caridade e poder no Império Português, 1500-1800. Lisboa: CNCDP, 1997.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva. **História financeira da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII.** Salvador: Quarteto, 2015.

SANTOS, Rui. Direitos de propriedade fundiária e estratificação social rural: um contributo sociológico. *In:* GARRIDO, A. et al (Orgs.). **Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães.** Economia, Instituições e Império. Coimbra: Almedina, 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e. **Cristãos-novos nos negócios da capitania de Pernambuco:** relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

WEBER, Max. **Economy and Society.** Vol. I, ed. de Guenther Roth e Claus Wittich, Berkeley. Los Angeles; Londres: University of California Press, 1978.

Recebido: 19/05/2021
Aprovado: 02/09/2021

USOS DO MÉTODO MÚTUO DE ENSINO EM TERRAS DO IMPÉRIO DO BRASIL: UMA PERSPECTIVA COMPARATIVISTA (1814-1840)

Lívia Beatriz da Conceição¹

Resumo: O objetivo deste artigo será aquele de problematizar as leituras construídas acerca do método mútuo de ensino em terras do Império do Brasil pelos dirigentes desse Estado imperial em formação que, no ato mesmo de se inventar, percebia o espaço escolar enquanto um *locus* estratégico nesse fim. Em particular neste caso, nos referiremos aqui às apropriações que foram construídas por alguns desses sujeitos da história sobre os usos diversos e possíveis que poderiam ser estabelecidos desse método de ensino no cotidiano escolar primário imperial. Nossa hipótese é a de que este método viabilizaria uma uniformização das práticas, permitindo o acesso, nesse processo, ao espaço em processo histórico de constituição das escolas públicas de instrução primária do Estado monárquico e centralizador, que se queria, tanto no Império do Brasil quanto na França do período, instrutor.

Palavras-chave: método mútuo de ensino; Império do Brasil; França.

USES OF THE MUTUAL INSTRUCTION METHOD IN THE EMPIRE OF BRAZIL: A COMPARACTIVIST PERSPECTIVE (1814-1840)

Résumé: L'objectif de cet article sera de problématiser les lectures construites sur la méthode mutuelle d'enseignement dans les terres de l'Empire du Brésil par les dirigeants de cet État impérial en formation qui, dans l'acte même de s'inventer, percevaient l'espace scolaire comme un lieu stratégique à cette fin. En particulier dans ce cas, nous nous référerons ici aux appropriations qui ont été construites par certains de ces sujets d'histoire sur les utilisations diverses et possibles qui pourraient être établies de cette méthode d'enseignement à l'école primaire impériale. Notre hypothèse est que cette méthode permettrait une uniformité des pratiques, permettant d'accéder, dans ce processus, à l'espace dans le processus historique de constitution des écoles publiques d'enseignement primaire de l'État monarchique et centralisateur, qui était voulu, tant dans l'Empire du Brésil que dans la France de l'époque, instructeur.

Mots-clés: la méthode mutuelle d'enseignement; l'Empire du Brésil; la France.

*No parlamento, nas casas, nos pasquins e até mesmo nas ruas e praças públicas, aqueles que pretendiam dirigir os destinos de uma sociedade que julgava ter completado sua emancipação da tutela metropolitana, expunham suas idéias e programas, procuravam viver seus sonhos e utopias, expressavam seus temores e angústias. Servindo-se de imagens e conceitos cunhados em países distantes, buscavam referências para a compreensão do quadro em que se moviam, assim como procuravam ser semelhantes às nações que se apresentavam como portadoras de uma civilização.*²

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Email: liviabeatrizd@gmail.com. Este artigo é fruto de pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Bolsa Nota 10-FAPERJ).

² MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema:** a formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACECESS, 1994, p. 1.

A presente epígrafe, cunhada por Ilmar Mattos no seu já clássico *O tempo saquarema*, tem como objetivo chamar a nossa atenção para o fato de que os anos seguintes à abdicação de D. Pedro I em terras do Império do Brasil foram vividos intensamente por parte significativa dos sujeitos históricos que nessa arena política atuavam. Tempo este, inclusive, no qual a agitação constante e cada vez mais crescente dos movimentos contestatórios das ruas se fazia presente³.

Mas, a assertiva de Mattos nos chama atenção também para um outro particular detalhe: na construção dos projetos de ação política daqueles que “pretendiam dirigir os destinos” do jovem Império em constituição, entrariam em cena certas ideias então em experimentação em outras nações tidas por vezes por esses atores políticos enquanto mais cultas e adiantadas num ideal forjado de civilização que se queria, num futuro não muito distante, alcançar: a exemplo da França do período.

Nesses termos, neste artigo pretendemos investigar os diálogos estabelecidos com “países distantes” como este por alguns personagens dessa classe dirigente imperial. Em particular neste intuito, nos referiremos aqui às apropriações que foram construídas por alguns desses atores políticos acerca dos usos diversos e possíveis que poderiam ser estabelecidos do método mútuo de ensino em terras do Império do Brasil⁴. Nossa hipótese é a de que este método de ensino viabilizaria uma uniformização das práticas no cotidiado escolar primário imperial, permitindo o acesso, nesse processo, ao estratégico espaço em processo histórico de constituição das escolas públicas de instrução primária do Estado monárquico e centralizador, que se queria, tanto no Império do Brasil quanto na França do período, instrutor⁵.

³ GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil imperial**, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁴ Devido aos limites de extensão deste artigo, optamos por definir o que veio a ser o método mútuo de ensino mais à frente no texto.

⁵ *Trabalhamos aqui com a perspectiva do Estado monárquico centralizador e instrutor francês. Para uma discussão oportuna a esse respeito, ver DA CONCEIÇÃO, Livia Beatriz. Diálogos apropriativos: as relações entre os projetos para a instrução pública primária de Joaquim José Rodrigues Torres e de François Guizot. **Quaderni Di Thule**, v. 44, p. 509-528, 2018. Ver, igualmente, ROSANVALLON, Pierre. **Le moment Guizot**. Paris: Éditions Gallimard, 1985 e seu “l’État Instituteur”.*

O tema da instrução pública primária foi um campo que a muitos atores políticos mobilizou na primeira metade do século XIX. A experiência de vida desses sujeitos históricos, estadistas que foram diretamente envolvidos com a construção e a consolidação de Estados Nacionais, seria diretamente afetada por isso, e a proposta do presente texto será aquela de problematizar tal aspecto em suas trajetórias políticas.

Notas explicativas acerca da criação da *Société pour l'instruction élémentaire* e o advento do método mútuo de ensino na França restaurada

Os primeiros ensaios para o uso do método mútuo de ensino na França foram feitos pela *Société d'encouragement pour l'industrie nationale*⁶, criada em 1801, e que daria origem à *Société pour l'Instruction élémentaire*, intuição esta que via no método de ensino mútuo uma forma rápida para a capacitação de professores laicos em número suficiente para generalizar a instrução primária por todo o território francês.

Ainda durante o governo da primeira Restauração monárquica francesa (1814/1815), a *Société d'encouragement* tomou conhecimento dos métodos de Bell e Lancaster na Inglaterra⁷; e durante o governo dos Cem-Dias, o ministro do Interior, Lazare Carnot, chamou a atenção do imperador para isso, formulando o decreto de 27 de abril de 1815, que criava a *Société pour l'Instruction élémentaire*.

A *Société pour l'instruction*, por sua vez, criaria em Paris um curso normal experimental para formação de professores a partir do sistema mútuo de ensino (além de várias escolas primárias para meninos e meninas que funcionariam de acordo com esse novo método). Após, houve ramificações dessa idéia para várias províncias francesas, fundando-se filiais desse novo tipo de instituição de ensino em diversos de seus departamentos, chamadas estas, por sua vez, de escolas

6 Devido às pretensões limitadas deste artigo, me abstenho de fazer uma discussão mais específica sobre a criação, funcionamento e objetivos da *Société d'encouragement pour l'industrie nationale*. Uma análise oportuna pode ser vista em LÉON, Antoine e ROCHE, Pierre. **Histoire de l'enseignement en France**. Paris: Presses universitaires de France, 1972; ou ainda em MAYEUR, Françoise. **Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France**. Tome III. De la Révolution à l'école républicaine (1789-1930). Paris: Nouvelle librairie, 1981.

⁷ De acordo com Françoise Mayer, depois que as relações entre França e Inglaterra foram restabelecidas em 1814, dois especialistas em educação foram enviados à Inglaterra com o objetivo de examinarem as escolas lancasterianas de ensino: o antigo politécnico François-Edme Jomard e o economista Jean-Baptiste Say. Ver em MAYEUR, Françoise. *Op. Cit.*

modelos locais. Além disso, alguns professores continuariam a ser enviados, por um período de cerca de 2 meses, à escola normal de Paris⁸, com o objetivo de se capacitarem nesse método de ensino.

Em 22 de julho de 1817, um *arrête* foi elaborado pelo governo liberal restaurado com o intuito não somente de encorajar, mas também de supervisionar e regulamentar, o funcionamento desses estabelecimentos de ensino. Este criava também algumas outras escolas modelos de ensino mútuo em cada umas das Academias francesas de Caen, Rouen, Orléans, Metz, Nancy, Dijon, Bourges, Clermont, Cahors, Montpellier, Aix et Pau. A partir desse momento, passariam a ser 12 os departamentos franceses nos quais foram forjados esse tipo de instituição de ensino. Os *instituteurs*⁹ encarregados de dirigir essas escolas provinham da escola normal de Paris ou dos cursos das escolas modelos de ensino mútuo já estabelecidas.

Retomando aqui em mais algumas linhas a questão da criação e dos objetivos da *Société pour l'Instruction élémentaire*, pelo artigo primeiro de seu regulamento de fundação, esta instituição teria a finalidade de “encorajar o estabelecimento na França de escolas elementares organizadas segundo os mais perfeitos métodos de ensino”¹⁰, propagando-os e aperfeiçoando-os. Tal intuito se fazia necessário porque os membros da *Société pour l'instruction* defendiam que a educação seria “o primeiro meio de formar homens virtuosos, amigos da ordem e submissos às leis”¹¹. Tendo por base este princípio, a *Société por l'instruction* prontificar-se-ia em procurar por tais métodos fora da França, experimentado-os, após, numa “instituição normal” na qual seriam formados “os mestres para as

⁸ Uma análise mais aprofundada sobre as escolas normais francesas, que se configuravam enquanto estabelecimentos de ensino para a formação de seus professores primários, pode ser vista em JACQUET-FRANCILLON, François. **Naissance de l'école du peuple: 1815-1870**, Paris, 1995 e em DA CONCEIÇÃO, Livia Beatriz. Em tempos de 'fermentação nascente': uma leitura dos projetos para a instrução pública primária do personagem François Guizot (1832-1836). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020.

⁹ “*Instituteur*” significa professor primário. Optamos aqui por manter a grafia original da língua.

¹⁰ A partir desse momento, todas as traduções são de minha inteira responsabilidade. “[...]Encourager l'établissement en France d'Écoles élémentaires organisées d'après les méthodes d'enseignement les plus parfaites[...]”. Artigo 1 do regulamento de fundação da *Société pour l'Enseignement élémentaire*. Disponível em: <http://www.le-temps-des-instituteurs.fr/hist-restauration.html>. Acesso em: 10/07/2013.

¹¹ “Premier moyen de former des hommes vertueux, amis de l'ordre soumis aux lois”. Artigo 1 do regulamento de fundação da *Société pour l'Enseignement élémentaire*. Disponível em: <http://www.le-temps-des-instituteurs.fr/hist-restauration.html>. Acesso em: 10/07/2013.

Escolas elementares” francesas¹². De acordo com autores como François Jacquet-Francillon, o barão De Gérando - personagem dos mais atuantes no cenário político-educacional francês -, como presidente de seu conselho administrativo, teria sido o responsável por apresentar aos outros membros da *Société pour l'Instruction* um relatório por meio do qual ele sugeriria o método mútuo de ensino britânico, frisando nesse documento o porquê de sua importância¹³.

Esperava a *Société pour l'Instruction* - e o próprio De Gérando -, em ações como estas, formar “um grande número de cidadãos suficientemente devotos para propagar os novos métodos em seus departamentos respectivos”¹⁴; e que estes, por sua vez, criassem outras instituições, como a de Paris, em suas cidades de origem, difundindo, assim, o novo método de ensino em terras francesas¹⁵. Entre 15 de abril de 1818 e 1º de março de 1819, de acordo com Antoine Léon e Pierre Roche, cerca de 192 *instituteurs* foram formados na França tendo por base esse tipo de sistema de ensino, com cerca de 30 destes tendo vindo das províncias francesas; espaços estratégicos estes nos quais, por sua vez, esses professores abriram novas escolas mútuas de ensino por meio das quais eles, ao passo em que ensinavam, recebiam novos jovens aspirantes à função de professor primário¹⁶. Novas dessas escolas foram assim criadas em Lille, Nérac, Bourges, Perpignan, Clermont-Ferrand, Périgueux etc, chamadas de escolas modelos locais. Junto à escola normal de Paris, tais estabelecimentos de ensino tinham o objetivo de propagar o método de ensino mútuo.

Para autores como Isabelle Stengers, a abertura de escolas mútuas na França restaurada tinha o objetivo principal de ensinar os pobres a ler, a escrever e

¹² “(...)Institution normale”; “des maîtres pour les Écoles élémentaires”. Artigo 4 do regulamento de fundação da *Société pour l'Enseignement élémentaire*. Disponível em: <http://www.le-temps-des-instituteurs.fr/hist-restauration.html>. Acesso em: 10/07/2013.

¹³ JACQUET-FRANCILLON, François. *Op. Cit.*

¹⁴ “(...)Un grand nombre de citoyens assez zélés pour propager les nouvelles méthodes dans leurs départements respectifs(...)”. Artigo 9 do regulamento de fundação da *Société pour l'Enseignement élémentaire*. Disponível em: <http://www.le-temps-des-instituteurs.fr/hist-restauration.html>. Acesso em: 10/07/2013.

¹⁵ De acordo com o regulamento, as comunas, ou as pessoas que quisessem formar esse tipo de escola em seus departamentos, deveriam se endereçar ao conselho administrativo da *Société* para que este fornecesse os esclarecimentos necessários a esta organização e pudesse fazer instruir um número de professores suficiente às demandas. Artigo 5 e 6 do título segundo do regulamento de fundação da *Société pour l'Enseignement élémentaire*. Disponível em: <http://www.le-temps-des-instituteurs.fr/hist-restauration.html>. Acesso em: 10/07/2013.

¹⁶ LÉON, Antoine e ROCHE, Pierre. *Op. Cit.*

a contar, tirando-os, nesse processo, das ruas. Significavam elas, nesse sentido, o oferecimento de “um saber mínimo conforme” a “classe social” deles¹⁷.

Tais ideias de Stengers encontram-se presentes no prefácio do conhecido livro de Anne Querrien *L'école mutuelle: une pédagogie trop efficace?*, no qual a autora em questão defende a hipótese de que a escola mútua francesa teria sido “um meio mais eficaz de submeter [os indivíduos] à disciplina do trabalho; e rejeitada rapidamente, em menos de quinze anos, por seus efeitos colaterais: a formação de contestadores e de militantes”¹⁸.

A instituição escolar, desta forma, não seria vista na França no período em questão, prossegue Querrien, como um lugar que objetivasse o desenvolvimento do desejo de aprender, mas sim seria percebida e planejada como um *locus* privilegiado de formação do dever de trabalhar; um espaço social, assim, estratégico de “contenção do desejo dentro dos limites ligados aos lugares” que seriam “conduzidos a ocupar os trabalhadores no aparelho de produção”¹⁹. E esse espaço escolar, projetado enquanto o local para a “formação da libido trabalhante”²⁰, se localizaria exatamente no início do ciclo primário, “dentro do mecanismo mesmo de aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo”²¹. Nesses termos, o objetivo da instrução primária na França no período em questão, afirma de forma categórica Querrien, seria aquele de fazer com que cada uma de suas respectivas classes conhecesse muito bem os seus deveres, e, por consequência, o lugar de cada um deles no estratificado tecido social francês.

Mas, para a difusão e a generalização desse tipo de ensino primário, complementa Querrien, seria necessário um método que permitisse o ensino eficiente a um número relativamente importante de alunos utilizando o serviço de

¹⁷ “(...) Un savoir minimal conforme”; “classe sociale”. STENGERS, Isabelle. *Une école mutuelle: ça existe?* Prefácio In: QUERRIEN, Anne. **L'école mutuelle: une pédagogie trop efficace?** Paris: les Empêcheurs de penser en rond, 2005, p. 8.

¹⁸ “Un moyen plus efficace d'assujettir à la discipline du travail, et rejetée très vite, en moins de quinze ans, pour ses effets collatéraux: la formation de contestataires et de militants”. QUERRIEN, Anne. **L'école mutuelle: une pédagogie trop efficace?** Paris: les Empêcheurs de penser en rond, 2005, p. 26.

¹⁹ “Contention du désir dans des limites liées aux places”; “amenés à occuper les travailleurs dans l'appareil de production”. *Ibidem*, p. 33.

²⁰ “Formation de la libido travaillante”. *Ibidem*, p. 28.

²¹ “Dans le mécanisme même de l'apprentissage de la lecture, de l'écriture et du calcul”. *Ibidem*, p. 28.

um número reduzido de professores. A educação individual limitava isso. O ensino simultâneo, por sua vez, oferecia um primeiro degrau precioso nesse intuito, pois as lições de um único mestre eram dadas de uma só vez a muitos discípulos²². O ensino mútuo, contudo, este sim, teria todas as características do ensino simultâneo e agregava um novo grau de simplicidade e de energia: cada aluno seria ativo e mais ativo do que se estivesse sozinho e cada um deles se corrigia pelo exemplo do outro, com, nesse processo, hábitos de ordem e de disciplina sendo difundidos e assimilados fortemente²³.

Desta forma, para autores como Anne Querrien, a partir do momento em que na França se decidiu estender a educação aos pobres, uma distância/diferenciação social precisava, para alguns, ser fortemente estabelecida. Instruir, nesse sentido, não poderia significar abrir caminho aos perigos do/a desordenamento/contestação social. Nesses termos, a fundação da *Société pour l'instruction élémentaire* fazia parte desse movimento, numa escala de percepção mais ampla²⁴, de expansão da instrução pública primária na França dentro dos limites da ordem político-social/institucional. As percepções forjadas por Marcel Grandière sobre a função político-social específica dessas escolas de formação de professores primários laicos na França no período em questão podem nos ser elucidativas nesse sentido:

A formação de mestres pelo Estado nas escolas normais coloca o problema das relações do Estado com a instrução pública, da situação e da missão dos *instituteurs* dentro da ordem social. A preocupação é de manter o equilíbrio entre as diversas partes que se ocupam da instrução das crianças nas escolas primárias: o poder central, com certeza, mas também as famílias, a Igreja, as autoridades locais preocupadas com a ordem social. As escolas

²² Mais adiante, em nota, falaremos um pouco mais sobre o ensino individual e simultâneo.

²³ Os promotores do método mútuo afirmavam que ele ensinava a obediência ao chefe, ao pai, ao magistrado, ao juiz, formando os hábitos da submissão ao fiel cumprimento da lei. Ele organizaria, nesse sentido, a submissão à ordem coletiva. Todo esse sistema de ordem do método mútuo teria a facilidade na qual a autoridade de um monitor poderia ser delegada a outro aluno. A autoridade, assim, percorreria todo o corpo da classe, com todos podendo exercê-la. Entendia-se que esse seria o melhor meio de submeter os alunos rebeldes, isto é, fazendo-os monitores. Menos a voz do mestre fosse escutada, melhor seria a obediência. O professor deveria somente organizar, vigiar e inspecionar. Seria o sistema que se faria obedecer, e não o mestre. Nesse sentido, o novo método postulava que cada um poderia em algum momento estar numa posição de aprender com o outro. *Ibidem*.

²⁴ REVEL, Jacquel (org.) **Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro. FGV, 1998.

normais reforçam a influência do Estado, enquanto introduzem no corpo social os hábitos e os comportamentos que o farão evoluir²⁵.

Feitas estas breves notas explicativas acerca da introdução do sistema mútuo de ensino na França restaurada - a partir sobretudo das ações nesse sentido colocadas em prática pela *Société pour l'instruction élémentaire* -, na próxima parte deste artigo pretendemos trazer ao debate algumas apropriações construídas acerca desse método de ensino em terras do Império do Brasil (importante frisar que em alguns momentos deste texto nos centraremos na província do Rio de Janeiro). Traremos aqui ao debate algumas ideais e ações que foram levadas a cabo por alguns dirigentes desse Estado imperial em formação que, no ato mesmo de se forjar²⁶, percebia o espaço escolar -também em constituição de forma interdependentemente relacionada a este processo - enquanto um *locus* estratégico nesse fim. Em especial nesse caso, nos referiremos aqui às leituras construídas por alguns desses sujeitos da história acerca dos usos diversos e possíveis que poderiam ser estabelecidos do método mútuo de ensino em terras do Império do Brasil.

“Tornar uniforme o sistema de ensino”: leituras e usos possíveis do método mútuo de ensino no Império do Brasil

A primeira lei geral relacionada à instrução pública primária em terras Império do Brasil data de 15 de outubro de 1827. Pela nova legislação, mandava-se “criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos”²⁷ do Império e ainda se ordenava que elas deveriam funcionar a partir

²⁵ “La formation des maîtres par l'Etat dans écoles normales pose le problème des rapports de l'Etat avec l'instruction publique, de la situation et de la mission des instituteurs dans l'ordre social. La préoccupation est celle de l'équilibre à maintenir entre les diverses parties prenantes à l'instruction des enfants dans les écoles primaires: le pouvoir central, bien sûr, mais aussi les familles, l'Eglise, les autorités locales soucieuses de l'ordre social. Les écoles normales renforcent l'influence de l'Etat, tout en introduisant dans le corps social des habitudes et des comportements qui vont le faire évoluer”. GRANDIÈRE, Marcel. *Les écoles normales et la formation des maîtres*. In: JACQUET-FRANCILLON, François. **Une histoire de l'école: anthologie d l'éducation et de l'enseignement en France XVIII-XX siècle**. Paris: Retz, 2010, p. 146.

²⁶ ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

²⁷ Lei de 15 de outubro de 1827. Ver em: LIMA, Lauro de Oliveira. **Histórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. Rio de Janeiro: Editora Brasília, s/d, pp. 105-107.

do método de “ensino mútuo”²⁸. Firmava-se ainda que caso os professores que atuassem nesses estabelecimentos de ensino não tivessem “a necessária instrução” neste tipo de método, deveriam “instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais”.²⁹

Na província do Rio de Janeiro, pela lei de 4 de abril de 1835, que criava a sua escola normal - a primeira do Império do Brasil para a formação de professores primários³⁰ -, ficar-se-ia estabelecido que nesta instituição de ensino habilitar-se-iam os docentes (assim como aqueles que num futuro próximo quisessem se destinar/habilitar no magistério primário) que não tivessem “adquirido a necessária instrução nas Escolas de Ensino mútuo, na conformidade da Lei de quinze de Outubro de mil oitocentos e vinte e sete, Artigo quinto”³¹. Neste fim, a José da Costa Azevedo, diretor da referida escola normal fluminense, caberia a função de ensinar “a ler e escrever pelo método Lancasteriano” (também conhecido como método mútuo de ensino), “cujos princípios teóricos e práticos” ele seria o responsável por explicar³². Sobre esta determinação, assim pronunciou-se Joaquim José Rodrigues Torres, primeiro presidente da província fluminense, em fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de 1º de março de 1836:

E bem que com a organização da Escola [normal] deu a Legislatura Provincial valente impulso à instrução primária, que a Constituição garante a todos os Cidadãos, resta ainda tornar uniforme o sistema de ensino das atuais Escolas [primárias]³³.

Rodrigues Torres chamava atenção nessa passagem para o fato de que o método mútuo de ensino – apreendido pelos professores da província no espaço em construção ao passo que em experimentação do laboratório da escola normal

²⁸ Artigo 4 da Lei de 15 de outubro de 1827. Ver em: LIMA, Lauro de Oliveira. *Op. Cit.*

²⁹ Artigo 5 da Lei de 15 de outubro de 1827. Ver em: LIMA, Lauro de Oliveira. *Op. Cit.*

³⁰ Ver a respeito em DA CONCEIÇÃO, Livia Beatriz. *Op. Cit.*

³¹ Artigo 1 da Lei de 04 de abril de 1835. **Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da província do Rio de Janeiro desde 1835**. Niterói, Typografia Niterói, 1839. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

³² Artigo 2 da Lei de 04 de abril de 1835. **Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da província do Rio de Janeiro desde 1835**. Niterói, Typografia Niterói, 1839. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

³³ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. **s/título, 1836**, p. 4. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 15/08/2010.

fluminense³⁴ - precisava se “tornar uniforme” em sua aplicabilidade nas escolas públicas de primeiras letras para meninos da província. Por sua vez, caberia a José Policarpo, diretor de todas as escolas de instrução primária da província, “regular o sistema” e o “método prático do ensino, escolher ou organizar os Compêndios, e modelos das escolas e dar as providências necessárias para que a instrução” se fizesse uniforme em todas elas, “submetendo tudo à provação do Presidente de Província”³⁵.

E esta “irregularidade no sistema e método prático de instrução” - se seguindo ao “estado de abandono em que estiveram quase todas as Escolas” primárias da província, tanto “por falta de medidas legislativas” quanto pela não “imediate e regular inspeção da Autoridade pública”, acrescida da “carência de informações, que não puderam ser logo solicitadas ou obtidas de todos os Municípios”³⁶ - fazia com que o então vice-presidente da província fluminense, José Ignácio Vaz Vieira, não pudesse “organizar” naquele momento “os Regulamentos internos das Escolas”³⁷ de primeiras letras, conforme decretava o parágrafo 3º do artigo 22 da lei provincial de 2 de janeiro de 1837.

Já no ano seguinte, esta reclamação seria reafirmada por Paulino José Soares de Souza, ao proferir em Assembléia Legislativa Provincial que “os regulamentos” de que tratava o “Artigo 22” da supracitada lei “ainda não se” achavam “confeccionados”, ainda que “alguns materiais importantes, principalmente relativos à organização moral e à disciplina das Escolas”, se achassem “já dispostos e reunidos”.³⁸ Julgava este homem de ação, na sua autoridade como presidente de província, que esta matéria era de muita importância, uma vez que, era de sua convicção, “os maus Regulamentos” podiam destruir ou mesmo impedir “os efeitos das Leis as mais benéficas e melhor

³⁴ Por conta das pretensões limitadas deste artigo, me abstenho de analisar esta ideia. Para tanto ver DA CONCEIÇÃO, Livia Beatriz. *Op. Cit.*

³⁵ Parágrafo 2º do artigo 22 da Lei n.1, de 1837, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 18, p. 199-204, set. 2005.

³⁶ Relatório do vice-presidente de província do Rio de Janeiro. VAZ VIEIRA, José Ignácio. **s/título**, 1837, p. 4. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 20/04/2012.

³⁷ Parágrafo 3º do artigo 22 da Lei n.1, de 1837, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 18, p. 199-204, set. 2005.

³⁸ Relatório do presidente de província do Rio de Janeiro. SOUZA, Paulino José Soares de. **Discurso** 1838, pp. 3-4. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 4/04/2012.

calculadas; e que, pelo contrário, os bons” podiam encobrir ou ainda atenuar “muitas vezes os defeitos daquelas”³⁹. Soares de Souza acrescentaria ainda que “algumas nações mais antigas que a” do Império do Brasil - que se “avantajam na carreira da civilização, e onde os diversos graus de instrução” vinham, “principalmente” nos “últimos tempos”, recebendo “um desenvolvimento e perfeição em verdade admiráveis” - ofereciam “como modelos Regulamentos” a que presidiam “a mais profunda sabedoria e consumada experiência”⁴⁰. Contudo, questionar-se-ia: conviria “adotá-los [os regulamentos] sem modificações”? A resposta a esta pergunta seria a de que “certamente não”! Tais “modificações”, complementar, ao menos no que dizia respeito “à instrução elementar”, deveriam ser estabelecidas a partir da “experiência própria” do “País”⁴¹.

Entendemos que em posições/ponderações como estas, o então presidente da província do Rio de Janeiro tinha os olhos muito bem voltados para as “recentes publicações”⁴² da Europa, mas permanecia com os pés muito bem fincados em terras do Império do Brasil⁴³. E no objetivo de construir uma leitura própria em terras imperiais dos “modelos” oferecidos pelas “nações mais antigas” - e avantajadas na “carreira da civilização” - Paulino José Soares de Souza não deixaria de observar que o “muito digno Diretor das Escolas Primárias, o Reverendo Fr. José Policarpo de Santa Gertrudes” - mais uma vez ele aqui - “com algum tempo, com paciência e perseverança”, certamente levaria “a efeito” tal obra, ainda que reconhecendo ser esta uma “tarefa difícil”.⁴⁴

³⁹ *Ibidem*, p. 4. Segundo Foucault, “a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo” dariam “no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina mecânica, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito”. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 136. Essa “observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens (...) levam consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados”. *Ibidem*, p. 136.

⁴⁰ Relatório do presidente de província do Rio de Janeiro. SOUZA, Paulino José Soares de. **Discurso 1838**, p. 4. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 04/04/2012.

⁴¹ *Ibidem*, p. 4.

⁴² Relatório do ministro e secretário de Estado interino VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. **Discurso 1838**, p. 18. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 19/04/2012.

⁴³ Trazemos aqui a ideia cunhada por Ilmar Mattos da “França como madrinha”. Para tanto ver: MATTOS, Ilmar. *Op. Cit.*

⁴⁴ Relatório do presidente de província do Rio de Janeiro. SOUZA, Paulino José Soares de. **Discurso 1838**, p. 4. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 04/04/2012.

E uma dessas dificuldades encontradas pelo diretor de todas as escolas de primeiras letras para meninos da província fluminense seria aquela da “falta de edifícios” nos quais se pudessem “aplicar as Escolas nas povoações”⁴⁵. Segundo Soares de Souza, os existentes nas “vilas e povoados, além de poucos e ocupados pelos seus proprietários”, não eram “proporcionados a mister semelhante”⁴⁶. Chamava ele atenção com isso para o fato de que “a organização material das Escolas” tinha “mais importância do que à primeira vista” parecia, tendo em vista que, na sua aceção, era “um fato incontestável, confirmado pela experiência, que as localidades, e o número dos Alunos” modificavam “muitos métodos”⁴⁷. Por isso, para o então presidente da província do Rio de Janeiro, não era “possível ter uma Escola em mau edifício, insuficiente, insalubre, e defeituoso, porque não” seria “possível em semelhante local classificar bem os Alunos, distribuir e ordenar as classes, e dar ao seu ensino todos os precisos desenvolvimentos, muito principalmente com o sistema do ensino mútuo”⁴⁸. Firmava ele ainda que esta seria “talvez uma das razões” (“além da quase geral ignorância da essência de semelhante sistema”) pela qual “a maior parte das Escolas” da província, “denominadas de ensino mútuo, somente tinham dele o arremedo de algumas estéreis formalidades, sendo mais propriamente de ensino individual e simultâneo, ou um informe amalgama de todos” esses “métodos”⁴⁹; afirmando por fim que seria “impossível prosperar esse método de ensino (...) sem satisfazer a todas as condições da sua existência”, e “não as satisfazer e acusá-lo de improfícuo” poderia ser considerado uma verdadeira “injustiça”⁵⁰. Paulino José Soares de Souza preocupar-se-ia então em tecer suas propostas de ação política para que tal “método de ensino” enfim prosperasse em terras fluminenses:

Parecera-me (...) necessário que primeiramente em cada Cidade, ou Vila, depois nas povoações de cada Município, em que houvesse ou fossem criadas Escolas, construíssem as Municipalidades uma casa para Escola com as precisas acomodações para os Professores, conforme uma planta organizada com as disposições

⁴⁵ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁷ *Ibidem*, pp. 4-5.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 5.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 4.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 5.

e todas as condições necessárias, sendo o edifício maior ou menor segundo as necessidades atuais e aumento presumível da população.

Esta despesa me parece, pela sua natureza, meramente municipal, e assim tem sido considerada em outros Países. Parece-me também econômica, porque incumbindo a Lei às Câmaras fornecerem casas para as Escolas, e não as tendo elas de sua propriedade, alugam-nas; pelo que adotada a medida proposta, forrariam avultadas despesas de aluguéis, que aliás (...) [teriam] que pagar por muitos anos. Aquelas Municipalidades que não tivessem rendas suficientes para construir em tempo razoável semelhantes edifícios, poderiam ser autorizadas a contrair empréstimos para tal fim, sendo as mais pobres coadjuvadas pelos Cofres da Província.⁵¹

No objetivo de também alcançar uma “uniformidade e regularidade” nas escolas públicas de instrução primária para meninos da província, a partir do estabelecimento do “sistema do ensino mútuo”, Soares de Souza sustentaria que este fato seria também “proveniente da falta de Compêndios”, além da “diversidade daqueles que eram empregados”; uma vez que “não somente se não havia adotado um que servisse para todas as Escolas; mas cada um levava aquele livro que podia obter”.⁵²

Ponderações como estas problematizadas até aqui e elaboradas pelos presidentes e vice-presidente da província do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres, José Ignácio Vaz Vieira e Paulino José Soares de Souza, nos levam a refletir sobre as relações que poderiam estar sendo estabelecidas por estes homens da ordem⁵³ com as ideias e o que estava sendo colocado em prática na França para o assunto por outro persongem que aqui agora será rapidamente trazido à trama: François Guizot, ministro da instrução pública francesa durante sua monarquia de Julho.

Como educador político-intelectual da burguesia⁵⁴, Guizot tinha como uma de suas principais propostas de ação para o ensino público primário francês tanto a regulamentação quanto a uniformização das ações relacionadas a este grau de ensino, construindo e levando a cabo para isso uma série de medidas legislativas

⁵¹ *Ibidem*, pp. 5-6.

⁵² *Ibidem*, p. 6.

⁵³ DA CONCEIÇÃO, Livia Beatriz. *Op. Cit.*

⁵⁴ ROSANVALLON, Pierre. *Op. Cit.*

que tinham por objetivo a centralização dessas práticas nas mãos do Estado monárquico centralizador e instrutor francês⁵⁵. Objetivos como estes que, como vimos, não deixaram de ser percebidos e trazidos ao debate por Paulino José Soares de Souza em Assembléia Legislativa Provincial.

No entanto, em apropriações próprias que estavam sendo construídas em terras do Império do Brasil, era da firme posição desses homens de ação que, para que projetos como este pudessem ser colocados em prática, a necessidade primeira seria aquela de “tornar uniforme o sistema de ensino”, nos dizeres de Rodrigues Torres. Para tanto, forjar-se-ia enquanto estratégica para estes indivíduos-mediadores a defesa do uso do método do “ensino mútuo”. Uma pausa: mas o que viria a ser o “método Lancasteriano” /mútuo de ensino? Como ele configurar-se-ia? Por que a defesa de seu uso em todas as escolas públicas de primeiras letras para meninos da província fluminense? Como teria sido a sua utilização em outras das províncias imperiais?

O método mútuo de ensino teve seus primórdios na Inglaterra em finais do século XVIII, sendo posteriormente adotado na França⁵⁶, em Portugal⁵⁷, dentre outros lugares da Europa⁵⁸, chegando ao que viria a ser a Argentina⁵⁹ e à América

⁵⁵ Esta discussão foge aos objetivos deste artigo. Uma discussão oportuna pode ser vista em: DA CONCEIÇÃO, Lívia Beatriz. Em tempos de 'fermentação nascente': uma leitura dos projetos para a instrução pública primária do personagem François Guizot (1832-1836). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020.

⁵⁶ Sobre o método mútuo na França, ver, por exemplo, LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitoral/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999, pp. 9-24 e BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 95-118.

⁵⁷ Sobre o método do ensino mútuo em Portugal nesse momento, ver, por exemplo, FERNANDES, Rogério. A difusão do ensino mútuo em Portugal no começo do século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 25-44; CARDOSO, Tereza Maria Fachada. Abrindo um novo caminho: o ensino mútuo da escola pública do Rio de Janeiro (1823-1840). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 119 - 143 e CONDE, Maria Tereza Barros. O modo de ensino mútuo na formação dos mestres de primeiras letras. Uma experiência pedagógica no Portugal Oitocentista. **Revista Lusófona de Educação**, 2005, 6, 117-137.

⁵⁸ Ver a respeito em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_joseph_lancaster.htm, verbete de autoria de Fátima Maria Neves.

⁵⁹ Sobre o método do ensino mútuo na chamada “iberoamérica”, em especial no que viria a ser a Argentina, nesse momento, ver, por exemplo, LÓPEZ, Claudina e NARODOWSKI, Mariano. El mejor de los métodos posibles: la introducción Del método lancasteriano em Iberoamérica en El temprano siglo XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 45-72.

Portuguesa na primeira metade do século XIX⁶⁰. Esse sistema de ensino seria, separadamente, sistematizado por Andrew Bell⁶¹ e Joseph Lancaster⁶² na Inglaterra.

Numa contraposição aos métodos do ensino individual⁶³ e simultâneo⁶⁴, no método mútuo o agente do ensino não seria somente o professor, mas também

⁶⁰ Sobre o método do ensino mútuo no que viria a se chamar Brasil no período anterior à lei de 15 de outubro de 1827, ver, por exemplo, BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 95-118. Sobre o método do ensino mútuo na província do Rio de Janeiro e na Corte, também no período anterior à lei de 15 de outubro de 1827, ver, por exemplo, CARDOSO, Tereza Maria Fachada. Abrindo um novo caminho: o ensino mútuo na escola pública do Rio de Janeiro (1823-1840). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). *Op. Cit.*, pp. 119 - 143.

⁶¹ Andrew Bell publicaria o seu *Essai d'éducation fait au collège de Madras*, em 1797. Ver a respeito em, por exemplo, BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 95-118; VILLELA, Heloísa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 145-176 e CARDOSO, Tereza Maria Fachada. Abrindo um novo caminho: o ensino mútuo na escola pública do Rio de Janeiro (1823-1840). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 119 - 143. De acordo com Maria Helena Camara Bastos, “Bell, médico e pastor anglicano, aplicou princípios do método nas Índias Inglesas, em Madras, onde dirigiu um orfanato de 1787 a 1794. Não podendo contar com mestres capacitados, teve a idéia de utilizar os melhores alunos - os monitores - para transmitir aos demais alunos os conhecimentos que haviam aprendido com o professor”. BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitoral/mútuo no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias de educação no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p. 35. Ver também em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_andrew_bell.htm, em verbete de autoria de Fátima Maria Neves.

⁶² Joseph Lancaster publicaria *Amélioration dans l'éducation des classes industrielles de la société*. Ver a respeito em, por exemplo, BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 95-118; VILLELA, Heloísa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 145-176 e CARDOSO, Tereza Maria Fachada. Abrindo um novo caminho: o ensino mútuo na escola pública do Rio de Janeiro (1823-1840). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 119- 143. Joseph Lancaster teria sido o criador na Inglaterra, em 1798, de uma escola para filhos de trabalhadores, local no qual ele teria gradualmente elaborando esse método de ensino. Segundo Maria Helena Camara Bastos, “diante do problema de instruir gratuitamente grande número de alunos sem utilizar muitos professores, decidiu dividir a escola em várias classes, colocando em cada classe como monitor um aluno, com conhecimento superior aos dos outros e sob direção imediata do professor”. BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitoral/mútuo no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. *Op. Cit.*, p.35. Ver também, sobre o método Lancaster, inclusive com uma breve diferenciação entre este e o de Andrew Bell, o verbete sobre Joseph Lancaster em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_joseph_lancaster.htm, de autoria de Fátima Maria Neves.

⁶³ O método do ensino individual “consiste em fazer ler, escrever, calcular cada aluno separadamente, um após o outro, de maneira que, quando um recita a lição, os demais trabalham em silêncio e sozinhos. O professor dedica poucos minutos a cada aluno. O emprego de meios coercitivos garante o silêncio e o trabalho. Não existe um programa a ser adotado, e as variações, de

alguns monitores, aqueles eleitos como melhores alunos, que passavam a ter a função de transmitir aos demais discípulos os conhecimentos que haviam aprendido com o professor, e isso tudo sob a direção imediata deste. O aluno-monitor, desta forma, forjar-se-ia em um dos agentes fundamentais do método de ensino mútuo, uma vez que, “o professor antes do início da aula, dá uma explicação e indicações particulares. Quando os demais alunos chegam à escola e tomam seus lugares, o monitor de cada classe transmite aos seus colegas os conhecimentos que lhe foram dados pelo professor”⁶⁵. Também caberia ao monitor o controle da classe e classificação de seus alunos. De acordo com Maria Helena Câmara Bastos:

Com essa organização, o papel do professor é restrito. Ele não tem contato direto com os alunos, a não ser antes da aula com os monitores. Durante a aula ele permanece em sua mesa, ao fundo da sala, sobre um alto e vasto estrado, e é assistido por um ou dois monitores, os mais velhos e instruídos, que transmitem suas ordens e o substituem em caso de falta. Como chefe da orquestra, ele regula a marcha da escola. Para conduzir e avaliar corretamente as centenas de alunos, o professor emite ordens precisas e de fácil compreensão, através de sineta, apito ou de um bastão. Além disso, controla o movimento dos alunos: a entrada, a saída, a instalação nos bancos, as mudanças de exercício; controla a regulariza o trabalho dos monitores.⁶⁶

Redimensionando um pouco as ponderações sustentadas por Bastos de que tais funções fariam com que o professor tivesse um papel reduzido, entendemos

uma escola para a outra, são imensas”. BASTOS, Maria Helena Camara. *Apud* LESAGE, Pierre. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, p. 96. De acordo com Pierre Lesage “tal organização gera a indisciplina – frequentemente chovem tapas!” LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, p. 10.

⁶⁴ No método do ensino simultâneo, “o professor instrui e dirige simultaneamente todos os alunos, que realizam os mesmos trabalhos ao mesmo tempo. O ensino é coletivo e apresentado ao grupo de alunos reunidos em função da matéria a ser ensinada. Os alunos são divididos de maneira mais ou menos homogênea, de acordo com o seu grau de instrução. Para cada grupo ou classe, um professor ensina e adota material igual para todos”. BASTOS, Maria Helena Camara. *Apud* LESAGE, Pierre. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, p. 96. Este tipo de ensino foi atribuído a Jean-Baptiste de la Salle, ganhando maior projeção em finais do século XVII. Para uma discussão a respeito, ver, por exemplo, LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 9 - 24.

⁶⁵ BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, p. 98. Ver também a este respeito, LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 9–24.

⁶⁶ BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, p. 98.

que, como “chefe da orquestra”, do alto de sua mesa e emitindo ordens através de um “sistema de sinais”⁶⁷ precisos, esse agente social poderia por vezes alcançar seu objetivo de controle de todo o processo político-educativo, conseguindo, em algumas situações, o comportamento desejado de seus discípulos. Através desse “exercício cotidiano da vigilância” - e usando de “mecanismos disciplinares”⁶⁸ para isso - o professor de instrução pública de primeiras letras poderia sim ter o propósito, por vezes certamente não alcançado⁶⁹, de forjar o “indivíduo disciplinar” enunciado por Michel Foucault⁷⁰. Atuava assim esse sujeito da história como um poderoso agente auxiliar do governo do Estado⁷¹ no cotidiano do estratégico espaço em constituição ao passo que em experimentação das escolas públicas de instrução primária do jovem Império em construção⁷². Vale aqui dizer que, inclusive, muitas dessas aulas ocorriam no espaço do governo da Casa⁷³ dos próprios professores de primeiras letras. Ou ainda, havia casos nos quais os próprios presidentes de província consideravam vantajosa e “mui valiosa” a ideia de “prestar” “casas suficientes” tanto “para a escola” quanto “também ao professor”⁷⁴, conforme sugeriria Paulino José Soares de Souza não somente em seu relatório enviado à assembléia provincial fluminense de 1º de março de 1839, mas também no do ano anterior:

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, p. 161.

⁶⁸ *Ibidem.* p. 205 e 199, respectivamente.

⁶⁹ E nesse caso entrariam em cena outros personagens dessa trama, como os próprios alunos, por exemplo, processando-se uma diferença entre intenção e resultados. JULIA, dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Número 1, Campinas, Autores Associados, 2001. Estamos chamando atenção, como isso, para as redes de antidisciplina, as ações de resistência, ainda que limitadas, ao poder disciplinar e às suas medidas disciplinadoras. CERTEAU, michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2011. Estratégias cotidianas de ação estas que não estão livres do sistema de dominação, das limitações, mas que também não são paralisadas por ele, e que “reconhecem, ao mesmo tempo que nos permite ver, os intervalos, as ambiguidades deixadas abertas pelos sistemas de dominação e de controle e pelas instâncias de sociabilidade”. REVEL, jacques. A história ao rés-do-chão. Prefácio *In*: LEVI, giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 27-28.

⁷⁰ Para Foucault, “a escola mútua levará ainda mais longe esse controle dos comportamentos pelo sistema de sinais a que se tem que reagir imediatamente.” FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, p. 161.

⁷¹ MATTOS, Ilmar. *Op. Cit.*

⁷² DA CONCEIÇÃO, Lúvia Beatriz. Diálogos apropriativos: as relações entre os projetos para a instrução pública primária de Joaquim José Rodrigues Torres e de François Guizot. **Quaderni Di Thule**, v. 44, p. 509-528, 2018.

⁷³ MATTOS, Ilmar. *Op. Cit.*

⁷⁴ Relatório do presidente de província do Rio de Janeiro. SOUZA, Paulino José Soares de. **Discurso 1839**, p. 35. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 04/04/2012.

A disseminação da nossa população por um território extenso, e em grandes distâncias, me parece um dos principais obstáculos ao derramamento da instrução primária na nossa Província. A maior parte das nossas Vilas, e povoados contêm uma população diminuta, e o resto dela se acha derramado pelas fazendas, e estabelecimentos rurais. Não permitindo as distâncias que a infância dela freqüente as Escolas dos povoados, vêem-se os pais que não têm nas Vilas pessoas que recebam em casa seus filhos, na triste necessidade, ou de deixá-los entregues à ignorância dos princípios elementares, ou de pagar avultadas somas a pessoas muitas vezes ignorantes, e charlatões que ensinem mal a seus filhos os primeiros rudimentos da instrução primária.

Este inconveniente é grande e deplorável. Mas se não cabe no possível removê-lo, poder-se-ia talvez atenuar, e para isso julgara eu conveniente que os edifícios, que se construíssem nos Municípios para a Escola, e habitação dos Professores, tivessem as proporções necessárias para receber um número suficiente de Alunos pensionistas do Mestre. Daí poderia ele tirar um lucro legítimo, e inocente, que consideravelmente melhoraria a sua existência; nisso ganhariam os pais e o derramamento da instrução, e cresceria o interesse dos Professores em acreditarem se pelo seu comportamento e ensino.⁷⁵

Era o governo do Estado como numa teia tentando adentrar o espaço do governo da Casa das escolas públicas de primeiras letras para meninos da província. E espaço social este em estratégico processo de construção no qual se adquiria os “conhecimentos” “indispensáveis” para se apreender não somente as obrigações relacionadas aos “negócios domésticos”, mas, do mesmo modo, aquelas que diziam respeito ao bom desempenho enquanto “Cidadão” do Estado em formação⁷⁶, conforme argumentaria, alguns anos antes, enquanto presidente da província fluminense, Joaquim José Rodrigues Torres, outro dos fios condutores dessa trama política.⁷⁷

⁷⁵ Relatório do presidente de província do Rio de Janeiro. SOUZA, Paulino José Soares de. **Discurso 1838**, pp. 6-7. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 04/04/2012.

⁷⁶ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. **Discurso 1835**, p. 4. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 13/08/2010.

⁷⁷ E sempre levando em consideração a significativa diferença entre o que se configuraria enquanto projeto dessa classe dirigente imperial e o percebido como campo de possíveis da trama social. VELHO, Gilberto Velho. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Com isso, estamos chamando atenção aqui para o fato de que devemos pensar também sobre as intenções, sobre os projetos dos outros tantos agentes escolares que participaram ativamente desse processo, uma vez que eles também deixaram marcas e construíram percepções próprias do e no mundo em que viviam, a exemplo dos próprios professores de primeiras letras. Porém, essa percepção foge aos limites e objetivos desse trabalho. Para tanto, ver, a título de exemplo, DA CONCEIÇÃO, Lúvia Beatriz. *História e educação: diálogos*

Nesses termos, “tornar uniforme o sistema de ensino”, como defendiam Rodrigues Torres, Vaz Vieira e Soares de Souza, seria (re)firmar uma centralidade a partir do controle regular desses estratégicos estabelecimentos de ensino, em diálogos travados aqui com as ideias forjadas e colocadas em prática na França para o assunto por François Guizot enquanto ministro da instrução pública⁷⁸.

Mas por que tornar uniforme essas ações a partir do ensino mútuo? Nas palavras de Soares de Souza:

Julgo pois este sistema preferível para as classes numerosas e para as noções elementares a qualquer outro; descansa sobre um princípio fisiológico confirmado pela experiência de que os meninos muito mais facilmente imitam outros do que pessoas de mais adiantada idade; favorece a emulação e o desenvolvimento do senso moral; faz, quando a parte disciplinar se acha bem desenvolvida contrair hábitos de ordem, regularidade e deferência; dá lugar a formarem-se nas Escolas tantas classes quanto os diversos grupos de indivíduos de igual saber e inteligência, e subministra aos Alunos estudiosos úteis exercícios pelo ensino de outros.⁷⁹

Nas apropriações construídas e usos possíveis que estavam sendo forjados acerca desse método de ensino em terras do Império do Brasil, Soares de Souza frisaria a possibilidade de, através dele, poder-se alcançar “hábitos de ordem, regularidade e deferência”. Que se tornem uniformes, que se tornem regulares, pondo-se fim, com isso, às temidas “funestas paixões”⁸⁰. Que se tornem/formem, nesses termos, indivíduos-súditos ordenadamente disciplinados!⁸¹

Mas, na defesa desse método de ensino, outra das argumentações construídas por Paulino José Soares de Souza nos chama aqui especial atenção, qual seria: a questão do pouco tempo necessário a ser empregado para a formação de uma “classe” de “indivíduos”. Segundo autores como Heloísa Villela, a ideia “de

estabelecidos no projeto de ação política de Joaquim José Rodrigues Torres como presidente de província (1834-1836). *Histórica* (SÃO PAULO. ONLINE), v. 5, p. 20, 2012.

⁷⁸ Para Ilmar Mattos, a lei provincial de janeiro de 1837, em grande parte inspirada nas reformas processadas por François Guizot na França enquanto ministro da instrução pública da monarquia de Julho, teria sido a materialização do projeto regressista conservador de “tornar uniforme o sistema de ensino”. MATTOS, Ilmar. *Op. Cit.*

⁷⁹ Relatório do presidente de província do Rio de Janeiro. SOUZA, Paulino José Soares de. **Discurso 1838**, pp. 3-4. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 04/04/2012.

⁸⁰ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. **Discurso 1835**, p. 34. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 13/08/2010.

⁸¹ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*

que era possível instruir toda a população rapidamente e a um baixo custo”⁸², a partir do uso do ensino mútuo, era compartilhada pelos dirigentes imperiais⁸³, tendo em vista que esse método “fora planejado para suprir a falta de professores e apresentava como grande vantagem poder um só mestre ter até seiscentos discípulos sem que, para isso, fosse necessária a utilização de castigos físicos, açoites ou palmatórias”.⁸⁴

Ao revés, e numa crítica a esse sistema de ensino, o então ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, assim referir-se-ia a esse método (ao ponderar sobre essa questão do controle do tempo) a partir de sua utilização nas escolas de primeiras letras para meninos da Corte imperial:

Os resultados do Sistema Lancasteriano não correspondem à expectativa pública, quer no tempo, quer na perfeição. E não é só no nosso país que isto se observa: na Europa, onde há abundância de Professores muito habilitados, e facilidade de se encontrar todos os requisitos à rigorosa execução do Sistema, acontece o mesmo, como se vê das recentes publicações de Mr. Cousin, que examinou os Estabelecimentos de instrução na Prússia, e na Holanda. É sabido que o método Lancasteriano limita-se a uma instrução grosseira, por assim dizer, própria para as últimas classes da sociedade, e não se estende ao apuro, à delicadeza, à correção, e ao cálculo, que na Gramática, na Religião, e nos outros conhecimentos, a civilização hoje exige na instrução primária de todas as classes superiores àquela, as quais, pelo inverso do que acontece na Europa, abrangem toda a nossa população. Seja como for, o Governo está disposto a não estabelecer Escola alguma de Ensino Mútuo, senão quando tiver edifício com todas as proporções necessárias para ela se montar rigorosamente no plano do Sistema, fechando dest’arte a porta às desculpas, com que entusiastas dele se defendem contra as arguições dos seus antagonistas.⁸⁵

Vasconcelos traria à cena nessa fala diversas questões relacionadas aos usos que estavam sendo feitos do método de ensino mútuo em terras do Império do

⁸² VILLELA, Heloísa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, p. 146.

⁸³ De acordo com estudos sobre o tema, a “extração máxima” “do tempo” era uma das preocupações centrais das escolas de instrução primária que usavam o método do ensino mútuo em terras do Império do Brasil. Ver a respeito em BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*

⁸⁴ VILLELA, Heloísa. *Op. Cit.*, p. 147.

⁸⁵ Relatório do ministro e secretário de Estado interino VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. **Discurso 1838**, p. 18-19. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 19/04/2012.

Brasil. Assim como outros dos personagens desses “anos da ordem”⁸⁶, forjava ele também suas próprias propostas de ação política para a instrução pública primária imperial, fazendo-nos nesse caminho refletir sobre como eram diversos os projetos então em constituição e disputa para o ensino público primário do jovem Império em construção ⁸⁷.

Além dessa questão do controle do tempo, outra das críticas apontadas por Vasconcelos ao ensino mútuo dizia respeito à questão da dificuldade em se providenciar edifícios com as proporções necessárias ao funcionamento desse tipo de sistema de ensino⁸⁸. Eram recorrentes as reclamações das diversas autoridades imperiais que, pelo artigo 5º da lei de 15 de outubro de 1827 ⁸⁹, eram encarregadas de providenciar esses espaços de aprendizagem de que não haviam “edifícios públicos” para isso, levando-os, muitas vezes, a alugar “edifícios particulares”, que, “além do inconveniente de exorbitantes aluguéis”, não possuíam também “a precisa capacidade”, o que faria com que o então ministro do Império tivesse como proposta de ação “a consignação dos fundos necessários para a construção desses edifícios”.⁹⁰

Numa crítica a este artigo da lei geral de 1827, Joaquim José Rodrigues Torres, em seu *locus* particular de experimentação política que foi a província do Rio de Janeiro⁹¹, pronunciar-se-ia em assembléia provincial dizendo que não era “explícito nessa determinação” o que fazer “naqueles lugares onde” não houvesse “edifício público” adequado para o uso das escolas de ensino mútuo. Proporia,

⁸⁶ ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.). **Três panfletários do Segundo Reinado**: Francisco de Sales Torres Homem, Justiniano José da Rocha, Antônio Ferreira Vianna. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

⁸⁷ E sempre tendo em mente aqui o alerta de Gilberto Velho de que “um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham”. VELHO, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 41.

⁸⁸ A organização disciplinada do espaço era uma das preocupações centrais do método do ensino mútuo. Ver a respeito em BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*

⁸⁹ Artigo 5ª da Lei de 15 de outubro de 1827. Ver em: LIMA, Lauro de Oliveira. **Histórias da Educação no Brasil**: de Pombal a Passarinho. Rio de Janeiro: Editora Brasília, s/d.

⁹⁰ Relatório do ministro e secretário de Estado interino VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. **Discurso 1838**, p. 18-19. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 19/04/2012.

⁹¹ Uma discussão oportuna acerca dessa ideia pode ser vista em DA CONCEIÇÃO, Lúvia Beatriz. Diálogos apropriativos: as relações entre os projetos para a instrução pública primária de Joaquim José Rodrigues Torres e de François Guizot. **Quaderni di Thule**, v. 44, p. 509-528, 2018.

então, esse homem de ação que “recebesse o respectivo Professor uma gratificação para aluguel de casas” que “para a escola de Ensino Mútuo (...) se” pudesse “aplicar”⁹². No ano seguinte, e ainda colocando-se contrário a estas determinações, afirmaria ainda esse personagem que, “conquanto” lhe parecia “justificada semelhante pretensão” de abonar “uma prestação mensal para compra de papel, modelos etc. (fundando-se para isso no artigo 5º da Lei de 15 de Outubro de 1827”, que “mandou dar casa” e “utensílios” para as escolas de ensino mútuo), não sabia ele, contudo, se “tal [era] a verdadeira inteligência” deste artigo, mas deixava ele, no entanto, a decisão “mais conveniente” sobre esse assunto a cargo da assembléia provincial, “destinando para semelhante despesa”, se fosse entendido pelos deputados “de justiça”, “os fundos precisos”.⁹³

Dois anos após Bernardo Pereira de Vasconcelos - e ponderando igualmente sobre a situação das escolas públicas de instrução primária da Corte imperial -, Francisco d’Assis Coelho diria perceber como “sumariamente satisfatório (...) o adiantamento dos alunos”, “principalmente nas [escolas] destinadas à instrução de meninas”⁹⁴. Todavia, complementaria esse homem de ação, era de sua convicção que esse mesmo “adiantamento” seria “muito maior se algumas providências removessem os obstáculos que ainda” existiam⁹⁵. E que obstáculos seriam estes?

[Tendo] a Lei determinado que as Escolas Públicas nas Cidades, e Vilas populosas, sejam de Ensino Mútuo. Conquanto não possa duvidar de que os outros métodos levem em um, ou em outro ponto, alguma vantagem a este, contudo todas as pessoas concordam em que ele é o mais próprio para a instrução de maior número de alunos; porém, faltando-nos absolutamente edifícios com a capacidade, e as proporções necessárias para ele se observar rigorosamente, acontece termos em as nossas Escolas uma mistura de métodos diversos, que muito prejudica a utilidade, que da exata observância daquele se deve tirar.⁹⁶

⁹² Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. **Discurso 1835**, p. 3. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 13/08/2010.

⁹³ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. **s/título, 1836**, pp. 2-3. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 15/08/2010.

⁹⁴ Relatório do ministro e secretário de Estado dos negócios da justiça e interinamente no império COELHO, Francisco Ramiro d’Assis. **Discurso 1840**, p. 18. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 25/05/2012.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 18.

⁹⁶ *Ibidem*, pp. 18-19.

Referia-se aqui também d'Assis Coelho à lei de 15 de outubro de 1827 e à questão da falta de edifícios com as “proporções necessárias” para o adequado funcionamento desse método/sistema de ensino. No entanto, no que dizia respeito à equação emprego do tempo/“instrução de maior número de alunos”, posicionar-se-ia esse personagem de forma contrária ao que alguns anos antes defenderia Vasconcelos, também como ministro do Império.

Um adendo. Nas propostas de ação política que estavam sendo forjadas por Francisco d'Assis Coelho no âmbito das escolas públicas primárias da Corte imperial, seria igualmente trazido à tona aquele projeto de “tornar uniforme o sistema de ensino” a partir do uso padronizado do método mútuo de ensino, uma vez que - defenderia de forma enfática esse sujeito da história - “a mistura de métodos diversos”, como o que se processava naquele momento, prejudicava “a utilidade” desse tipo de sistema de ensino. E esta prática devia-se, era de seu ponto de vista, exatamente à falta de edifícios públicos apropriados. Pediria, então, d'Assis Coelho que ao governo fossem concedidos “os meios necessários para mandar construir casas próprias para estas Escolas ao menos em cada uma das Freguesias da Corte”; argumentando ele ainda, assim como Vasconcelos, que a “pequena quantia” para “a construção das referidas casas” levaria ao fim de outro grave problema, qual seja: o aluguel “de casas, aliás impróprias (...) para aquele serviço”.⁹⁷

Da mesma forma que Bernardo Pereira de Vasconcelos e Francisco d'Assis Coelho, Paulino José Soares de Souza, em sua atuação como presidente da província do Rio de Janeiro, também teria como projeto a criação de edifícios públicos para o uso das escolas de ensino mútuo da província, afirmando que esta despesa lhe parecia econômica, uma vez que, desta maneira, não se gastaria mais infundáveis recursos provinciais com o aluguel de prédios particulares⁹⁸. Retomando algumas de suas ponderações anteriormente aqui trazidas à cena, também esse homem de ação entendia que a falta desse tipo de edifício seria uma

⁹⁷ *Ibidem*, pp. 18-19.

⁹⁸ De acordo com Heloísa Villela, na província fluminense, “perdurou a prática largamente difundida de se alugarem casas para que servissem de escola”. VILLELA, Heloísa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, p. 156.

das grandes dificuldades na aplicabilidade do método de ensino mútuo em terras fluminenses. Chamaria Soares de Souza, inclusive, atenção para o fato de que, a seu ver, “a organização material das Escolas” tinha “mais importância do que à primeira vista” parecia, não sendo por isso “possível ter uma Escola em mau edifício, insuficiente, insalubre, e defeituoso, porque não” era “possível em semelhante local classificar bem os Alunos, distribuir e ordenar as classes, e dar ao seu ensino todos os precisos desenvolvimentos”. No entanto, ao revés do que cerca de um ano antes estava sendo sustentado por seu correligionário, Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre este sistema de ensino, Soares de Souza sustentaria que era preciso “satisfazer todas as condições da sua existência” antes de acusar tal método de “improficuo”. Em suas palavras, proferidas em assembléia provincial:

Em verdade, Senhores, se confrontarmos as plantas das Escolas, quer de ensino mútuo, quer de ensino simultâneo, naqueles países, onde tem o seu necessário desenvolvimento e execução, com as casas a que damos aplicação semelhante, reconheceremos que a organização material das Escolas se acha ainda entre nós no maior atraso. Daí tem nascido o prejuízo vulgar de que o método Lancasteriano não se pode aclimatar no nosso País.⁹⁹

Em tempos de construção do Estado e de uma nação, o Império do Brasil, eram, assim, diversas as leituras e os usos possíveis que estavam sendo construídos pelos diversos atores então em atuação nessa arena política para o funcionamento - a partir do uso uniforme e regular do método Lancasteriano de ensino¹⁰⁰ - desse estratégico espaço, da mesma forma em constituição e disputa, que viriam a ser as escolas públicas de instrução primária. Ações estas (ainda que atravessadas pelas tensões e pela imprevisibilidade/incerteza¹⁰¹) que se relacionavam, idéias que se retroalimentavam num momento de emergência de projetos políticos diversos para a construção desse Estado e que tinham em práticas mais uniformizadoras, reguladoras e centralizadoras como estas relacionadas ao método mútuo de ensino - e que estavam sendo levadas a cabo por

⁹⁹ Relatório do presidente de província do Rio de Janeiro. SOUZA, Paulino José Soares de. **Discurso 1838**, p. 5. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 04/04/2012.

¹⁰⁰ De acordo com estudos sobre o tema, no Império do Brasil vigorou o sistema de ensino mútuo sistematizado por Joseph Lancaster, ao invés do de Andrew Bell. Ver a respeito, por exemplo, em BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*

¹⁰¹ SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. História Unisinos*. vol.8, nº 10, jul/dez, 2004.

sujeitos históricos como os aqui trazidos à trama -, a possibilidade de expansão de suas ideias ao governo do Estado; e isto, vale aqui frisar - lembrando a epígrafe de abertura deste artigo - “servindo-se de imagens e conceitos cunhados em países distantes”, como a França do período.

Trazendo mais uma vez aqui ao debate algumas das idéias anteriormente problematizadas de Bernardo Pereira de Vasconcelos (e mais especificamente nesse caso sobre o que esse ator social considerava como o porquê do fracasso do método mútuo de ensino), era da convicção desse personagem que não somente no Império do Brasil isto se observava, mas igualmente “na Europa”, lugar no qual havia “abundância de Professores muito habilitados, e facilidade de se encontrar todos os requisitos à rigorosa execução” desse “Sistema”. Atuando nesse momento como ministro do Império, Vasconcelos estava, assim, também com os olhos voltados para as “recentes publicações” dos homens da monarquia de Julho francesa - com inclusive chamando atenção para o fato de que o método do ensino mútuo não era mais muito bem quisto em terras do além-mar -; e isto a ponto de ser proposto por ele em assembléia que se votasse uma pensão para que qualquer dos “melhores Professores, ou alguma outra pessoa bem habilitada” da Corte imperial, fosse “viajar pela Europa a instruir-se nos melhores métodos de instrução primária ali usados”¹⁰². Proposta de ação esta que, por sua vez, seria levada a cabo em outro estratégico espaço: a província de Minas Gerais.

Em 1840, Bernardo Jacintho da Veiga, então presidente de província, traria à discussão em Assembléia Legislativa Provincial o fato de que “dois jovens mineiros” haviam sido enviados à França para instruírem-se nos melhores métodos de ensino ali praticados¹⁰³. No retorno, um deles, o “Cidadão Francisco de Assis Peregrino”, que ficaria responsável por organizar e dirigir a escola normal criada por lei nessa província, escreveria uma “Memória” sobre essa experiência - vivenciada “nas principais Escolas de Paris” - por meio da qual ele pronunciar-se-ia “decididamente pela adoção do método de Ensino simultâneo”, “cujas vantagens”

¹⁰² Relatório do ministro e secretário de Estado interino VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. **Discurso 1838**, p. 19. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 19/04/2012.

¹⁰³ Relatório do presidente da província de Minas Gerais. VEIGA, Bernardo Jacintho da. **Discurso 1840**, p. XXXVIII. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 18/04/2014.

eram naquele momento histórico preciso “tão apreciadas na França”.¹⁰⁴ Trazia à tona esse personagem, com isso - assim como Vasconcelos -, o fato de que, com a subida de François Guizot ao ministério da instrução pública, o método do ensino mútuo não seria incentivado na França¹⁰⁵.

Cerca de um ano antes de Vasconcelos, o também ministro do Império, Antônio Paulino Limpo de Abreu, consideraria que os compêndios utilizados pelas “Aulas Públicas no Município da Corte” já não estavam “a par das luzes do século, pelos progressos que as ciências”¹⁰⁶ vinham fazendo. Sobre esse assunto, José Ignácio Borges ponderaria que a fixação/uniformização dos compêndios a serem utilizados pelas escolas de instrução primária da Corte era um assunto de muita importância, porque somente assim poder-se-ia tirar “o proveito desejado de preparar a mocidade para frequentar as Escolas Maiores, e serem ali habilitados para” os seus futuros “destinos sociais”.¹⁰⁷

Já para Joaquim Vieira da Silva Souza, a uniformização desses compêndios não era objeto de “pequeno momento”¹⁰⁸. Era da convicção desse sujeito da história que essa estratégia de ação interessava não somente “à instrução em si, mas também aos estudantes em particular, e ao Estado”¹⁰⁹. No que dizia respeito àquela, tirar-se-ia “das classes alguns livros, que já não” estavam “a par da Ciência (...), substituindo-lhes” por outros que mereciam “a aceitação das Nações” tidas como “mais cultas”¹¹⁰.

Na província do Rio de Janeiro, o seu então presidente, Paulino José Soares de Souza, defenderia que a falta e a diversidade dos compêndios empregados nas escolas de primeiras letras para meninos da província dificultavam a tão desejada uniformidade e regularidade do ensino a partir da utilização do sistema de ensino mútuo. Devido a isto, seria proposto por esse personagem que fosse autorizado ao

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ Ver a respeito em LÉON, Antoine e ROCHE, Pierre. *Op. Cit.*

¹⁰⁶ Relatório do ministro e secretário de Estado. ABREU, Antônio Paulino Limpo de. **Discurso 1837**, p.13. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 30/04/2012.

¹⁰⁷ Relatório do ministro e secretário de Estado. BORGES, José Ignácio. **Discurso 1836**, p. 9. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 17/04/2012.

¹⁰⁸ Relatório do ministro e secretário de Estado. SOUZA, Joaquim Vieira da Silva e. **Discurso 1835**, p. 13. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 14/04/2012.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 13.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 13.

“Governo da Província” pela assembléia legislativa “mandar imprimir, à custa dos Cofres Provinciais”, algumas das obras de “instrução primária” que “em vários Países da Europa, muito principalmente na Alemanha, Prússia, França e Inglaterra”, vinham sendo utilizadas; uma vez que esses “Países” mostravam-se, era de seu ponto de vista, “em progressivo adiantamento” nessa matéria, e não eram “raros os excelentes livros elementares” que vinham escrevendo.¹¹¹

Nas particularidades do projeto que estava sendo cunhado em terras do Império do Brasil, tanto José da Costa Azevedo, diretor da escola normal do Rio de Janeiro, quanto o diretor de todas as escolas primárias dessa mesma província, o reverendo Fr. José Policarpo de Santa Gertrudes (personagens estes já aqui anteriormente trazidos à trama), seriam encarregados, conforme sugestão de Soares de Souza, de traduzi-las, “a fim de serem distribuídas não somente pelos Professores Públicos e particulares da Província, como também pelas Autoridades, e pessoas que delas pudessem fazer bom uso”.

Atento ao que naquele momento vinha sendo discutido em termos de instrução pública primária na Europa, o presidente da província fluminense não duvidaria em apontar quais dentre esses “excelentes livros elementares” deveriam ser traduzidos: “o Curso Normal de Degérando e o Novo Manual das Escolas Primárias ou Guia Completo dos Professores, organizado por um Membro da Universidade de Paris, e revisto por Mr. Matter, Inspetor geral dos estudos na França”¹¹². A seu juízo, “essas obras” tinham “direções da maior importância e utilidade aos Professores”, com “ideias mui luminosas sobre a educação física, intelectual, moral e religiosa”¹¹³. Desenvolviavam também “os diversos métodos de ensino”, compreendendo “noções mui precisas e exatas sobre os diversos ramos de instrução, organização moral, material, e disciplina das Escolas”¹¹⁴. Entusiasticamente, por fim, assim pronunciou-se Soares de Souza em Assembléia Legislativa Provincial:

Desenganemo-nos, Senhores, enquanto certas idéias não penetram a massa da população, enquanto não se tornam

¹¹¹ Relatório do presidente de província do Rio de Janeiro. SOUZA, Paulino José Soares de. **Discurso 1838**, p. 7. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 04/04/2012.

¹¹² *Ibidem*, pp. 7-8.

¹¹³ *Ibidem*, p. 8.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 8.

populares, muito difícil é que se estabeleçam e adquiram o desenvolvimento de que são suscetíveis. Quando elas se identificam porém com o modo geral de sentir, as coisas com facilidade se conseguem e caminham quase por si mesmas.¹¹⁵

Mostrando-se convicto de suas concepções, afirmaria ainda esse homem de ação que o “resultado compensaria sobejamente o sacrifício da pequena quantia em que poderia importar a impressão” daqueles manuais franceses¹¹⁶. Proposta de ação esta que seria colocada em prática ainda em 1839, momento este no qual O *Curso Normal para Professores de Primeiras Letras ou Direções Relativas à Educação Física, Moral e Intelectual nas Escolas Primárias*, escrito por Joseph-Marie de Gérando, seria traduzido por ordem do governo provincial do próprio Paulino José Soares de Souza.¹¹⁷

Como vimos, De Gérando foi um ator político estratégico para a implementação do método do ensino mútuo na França ainda durante o período de sua Restauração monárquica. Personagem central e atuante na *Société pour l'Instruction élémentaire* (instituição esta responsável pela introdução do método do ensino mútuo na França), ele tinha por meta que o método mútuo de ensino fosse experienciado numa “instituição normal” responsável pela formação dos professores primários franceses. Tal objetivo era visto por esse sujeito da história como necessário uma vez que a instrução primária era percebida pelos membros dessa sociedade como “o primeiro meio de formar homens virtuosos, amigos da ordem e submissos às leis”; e o estratégico projeto político de ação de Paulino José Soares de Souza defenderia a uniformização das ações no cotidiano escolar

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 8.

¹¹⁶ Índícios desses diálogos, dessas trocas com a Europa, também podem ser percebidos em seu relatório de 1º de março de 1840, quando Soares de Souza afirma que “para uso dos professores em suas escolas”, mandou “vir da Europa uma porção de cartas geográficas, de globos, de estojos geométricos, de dicionários portugueses, de gramáticas portuguesas de Barbosa, e das regras metódicas de Ventura”. Relatório do presidente de província do Rio de Janeiro. SOUZA, Paulino José Soares de. **Discurso 1840**, p. 17. Disponível em: www.crl.edu/brazil. Acesso em: 04/04/2012.

¹¹⁷ Ver a respeito, por exemplo, em VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2001. Segundo Heloísa Villela, “Em 1839, concluiu-se a impressão e providenciou-se a distribuição (inclusive para outras províncias)”. VILLELA, Heloísa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, p. 164. Uma análise acerca desse compêndio pode ser vista em BASTOS, Maria Helena Câmara. A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: o Curso normal para professores de primeiras letras do barão de Gérando (1839). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 239-269.

primário da província fluminense a partir exatamente de “certas idéias” como estas presentes e em experimentação nesse compêndio escolar primário francês.

Heloísa Villela, a partir de uma análise desse compêndio escrito por De Gérando, afirma que “a versão do ensino mútuo que é veiculada por esse manual nada tem a ver com as formalidades que comumente caracterizam aquele método”¹¹⁸. Chama-nos atenção, com isso, a autora em questão para o fato de que, em terras imperiais, houve uma (re)leitura particular do método Lancaster de ensino no laboratório da escola normal da província do Rio de Janeiro, local este no qual, como vimos, os professores primários da província apreendiam-no¹¹⁹ a partir das ideias presentes nesse compêndio francês. Ou, dito de outra forma, significações e interpretações próprias estavam sendo construídas nos diversos e possíveis usos no cotidiano escolar primário imperial do método mútuo de ensino a partir “da experiência própria das (...) coisas (...) do País”, conforme defenderia de forma enfática o próprio Paulino José Soares de Souza.

Nesses termos, as “recentes publicações” educacionais da “Europa” no período em questão - e em especial nos referimos aqui à França e ao uso do método mútuo de ensino - deveriam, assim, na posição defendida por alguns dos personagens aqui trazidos à trama (uma vez que alguns deles se posicionavam de forma contrária ao uso desse método), ser experienciadas em terras do Império do Brasil. Contudo, nesse processo, como aqui problematizamos, construíram esses atores históricos leituras diversas daquela experiência educacional francesa, uma vez que, do lado de cá do Atlântico, o uso do método mútuo de ensino seria

¹¹⁸ VILLELA, Heloísa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *Op. Cit.*, p. 167. Ainda segundo a autora em questão, “não se sabe muito bem como foi realmente vivenciado o método de ensino mútuo nas escolas brasileiras durante o século XIX, nem que papel tiveram as escolas normais nas práticas de seus ex-alunos. Suspeitamos, porém, de que sua influência pode ter sido muito maior e duradoura do que a princípio imaginamos. Ela pode ser encontrada nas formas mistas de ensinar que percorreram todo aquele período (...). Ela pode estar também presente nas concepções de arranjo do tempo e do espaço escolar, na utilização de materiais de ensino, na veiculação de ideias nos compêndios pedagógicos. Mas, sobretudo, podemos sentir essa influência nas representações de escola e de como fazer a educação expressas em leis, regulamentos, regimentos e estatutos da época. (...) Estão lá presentes a figura dos monitores; o ritual da rotina cotidiana, esquadrinhando os tempos e os espaços escolares; a forma hierarquizada de dispor os alunos e vigiá-los; um sistema de recompensas que variavam da proeminência dos lugares etc.” *Ibidem*, 173-174.

¹¹⁹ Ainda de acordo com Villela, das duas obras propostas por Paulino José Soares de Souza em Assembléia Provincial, somente a de De Gérando seria traduzida e distribuída pela província fluminense. VILLELA, Heloísa. *Op. Cit.*

percebido por alguns dos sujeitos dessa arena política enquanto propiciador/viabilizador de uma uniformização das práticas no cotidiano escolar primário imperial; permitindo o acesso nesse caminho, e agora para finalizar, do Estado monárquico centralizador e instrutor ao estratégico espaço em processo histórico de construção das escolas públicas de instrução primária.

Referências bibliográficas

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BASTOS, M. H. C. e FARIA FILHO, L. M. de. (orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitoral/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf.

BASTOS, M. H. C. O ensino monitoral/mútuo no Brasil. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias de educação no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CERTEAU, M. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO: 1. ARTES DE FAZER**. PETRÓPOLIS/RIO DE JANEIRO: VOZES, 2011.

CONDE, M. T. B. O modo de ensino mútuo na formação dos mestres de primeiras letras. Uma experiência pedagógica no Portugal Oitocentista. **Revista Lusófona de Educação**, 6, 117-137, 2005.

DA CONCEIÇÃO, L. B. História e educação: diálogos estabelecidos no projeto de ação política de Joaquim José Rodrigues Torres como presidente de província (1834-1836). **Histórica** (SÃO PAULO. ONLINE), v. V, p. 20, 2012.

DA CONCEIÇÃO, L. B. Diálogos apropriativos: as relações entre os projetos para a instrução pública primária de Joaquim José Rodrigues Torres e de François Guizot. **Quaderni di Thule**, v. 44, p. 509-528, 2018.

DA CONCEIÇÃO, L. B. Em tempos de 'fermentação nascente': uma leitura dos projetos para a instrução pública primária do personagem François Guizot (1832-1836). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRINBERG, K. e SALLES, R. (orgs.). **O Brasil imperial**, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

JACQUET-FRANCILLON, F. **Naissance de l'école du peuple: 1815-1870**, Paris, 1995.

JACQUET-FRANCILLON, F. **Une histoire de l'école: anthologie d l'éducation et de l'enseignement en France XVIII-XX siècle**. Paris: Retz, 2010.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Número 1, Campinas, Autores Associados, 2001.

LÉON, A. e ROCHE, P. **Histoire de l'enseignement en France**. Paris : Presses universitaires de France, 1972.

LIMA, L. de O. **Histórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. Rio de Janeiro: Editora Brasília, s/d.

MATTOS, I. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACECESS, 1994.

MAYEUR, F. **Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France**. Tome III. De la Révolution à l'école républicaine (1789-1930). Paris: Nouvelle librairie, 1981.

QUERRIEN, A. **L'école mutuelle: une pédagogie trop efficace?** Paris: les Empêcheurs de penser en rond, 2005.

REVEL, J. (org.) **Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro. FGV, 1998.

REVEL, J. A História ao rés-do-chão. Prefácio *In*: LEVI, G. **A Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROCHA, J. J. da. Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. *In*: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.). **Três panfletários do Segundo Reinado: Francisco de Sales Torres Homem, Justiniano José da Rocha, Antônio Ferreira Vianna**. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Éditions Gallimard, 1985.

SCHMIDT, B. B. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**. vol.8, nº 10, jul/dez, 2004.

STENGERS, I. Une école mutuelle: ça existe? Prefácio *In*: QUERRIEN, A. **L'école mutuelle: une pédagogie trop efficace?** Paris: les Empêcheurs de penser en rond, 2005.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2001.

VELHO, G. V. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Recebido: 14/07/2021
Aprovado: 10/10/2021

LOS FAVORITOS: ROTHSCHILD, BRASIL Y CHILE EN LA CONSOLIDACIÓN DEL CRÉDITO INTERNACIONAL (1824-1887)

José Augusto Ribas Miranda¹

Resumen: A fines del siglo XIX, Brasil y Chile alcanzaron una gran reputación entre los países latinoamericanos en los mercados internacionales. Además de la situación política estable de ambos países a diferencia de sus vecinos, el crédito de Brasil y Chile fue construido con base en sociedades con bancos de prestigio, entre ellos el principal banco del mundo en este mismo siglo: N.M Rothschild & Sons. La sociedad entre Brasil, Chile y los Rothschild encuentra un punto en común: ambos países accedieron a los servicios de los banqueros tras asumir oficialmente y servir deudas ajenas, de Portugal y Perú. El resultado fue obtener las mejores condiciones financieras entre los países latinoamericanos en el mercado internacional a fines del XIX.

Palabras-clave: deuda; Brasil; Chile; Rothschild.

OS FAVORITOS: ROTHSCHILD BRASIL E CHILE NA CONSOLIDAÇÃO DO CRÉDITO INTERNACIONAL (1824-1887)

Resumo: Em finais do século XIX, Brasil e Chile alcançaram grande reputação entre os países latino-americanos nos mercados internacionais. Além da situação política estável de ambos os países, ao contrário de seus vizinhos, o crédito do Brasil e do Chile foi construído a partir de parcerias com bancos de prestígio, incluindo o principal banco do mundo neste mesmo século: N.M Rothschild & Sons. A parceria entre Brasil, Chile e Rothschild encontra um ponto em comum: os dois países acederam aos serviços dos banqueiros após oficialmente assumirem e pagarem as dívidas externas, de Portugal e Peru. O resultado foi o alcance das melhores condições financeiras entre os países latino-americanos no mercado internacional no final do século XIX.

Palavras-Chave: dívida; Brasil; Chile; Rothschild.

El proceso histórico de la construcción del crédito internacional de Chile y Brasil encuentra un punto de convergencia importante a fines del siglo XIX. En una época de ausencia de agencias de calificación de crédito, el prestigio de los activos de deuda soberana de los países era medido por los bancos suscriptores de los préstamos lanzados en el mercado internacional. Chile y Brasil alcanzaron su auge al lanzar préstamos con la más prestigiosa institución financiera del siglo XIX, el banco inglés N.M Rothschild & Sons, lo que reconocía la más alta condición de crédito en los mercados internacionales de deuda soberana.

¹ Ibmec/RJ. Email: joseribas50@hotmail.com

La literatura sobre la deuda soberana latinoamericana ha consagrado a Brasil, Chile, Argentina y Uruguay como los mejores prestatarios del siglo XIX. El punto de partida fueron los favorables momentos exportadores de estas economías en un período de expansión del comercio global y del flujo de capitales. La periodización de Marichal² delimita tres importantes momentos en el crédito soberano latinoamericano en el siglo XIX.

El primero, que va de las independencias en la década de 1810 hacia la década 1830, estuvo marcado por el estreno de los bonos latinoamericanos en los mercados europeos y, por consiguiente, por la primera ola de *defaults* de la región. En este período se subraya la trayectoria de Brasil como el único prestatario de la región en no incurrir en *default*, empezando un larga y duradera relación con los Rothschilds de Londres.

El segundo momento, entre 1850 y 1870, señala el retorno de las economías latinoamericanas a los mercados internacionales después de la ola de *defaults*. En este periodo Brasil, Perú y México se convirtieron en los más grandes prestatarios de la región. También estuvo marcado por la pacificación interna y la expansión de los sectores exportadores que proporcionaron grandes inversiones extranjeras y de los Estados en la construcción de ferrocarriles, puertos y en la renegociación de las antiguas deudas.

El tercer momento comprende las décadas de 1870 y 1890, un período de grandes crisis financieras y *defaults* para la región. Partiendo de las dificultades internacionales que supuso la gran crisis europea de 1873, las economías latinoamericanas sintieron el golpe en los mercados de crédito. El Perú, el prestatario más grande de la región, incurrió en el gran *default* de 1875. En los años siguientes, los préstamos de las repúblicas de Honduras, Costa Rica, Guatemala, Santo Domingo y Paraguay se revelaron insostenibles y fueron manejados de manera corrupta por sus agentes, lo que lanzó a estos pequeños países a un descrédito internacional una vez más.³ Solo Brasil, Chile y Argentina

² MARICHAL, Carlos, **A century of debt crises in Latin America: from independence to the Great Depression, 1820-1930**, Princeton: Princeton University Press, 1989.

³ MIRANDA, José Augusto Ribas, Small money, big problems: how an investigation on small Latin American republics shaped the financial market for sovereign debt in the 19th century, **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 30, n. 60, p. 55-70, 2017.

atravesaron las décadas de 1870 y 1880 de manera estable, hasta la debacle argentina en 1890 cuando la crisis casi arruinó al poderoso banco Baring Brothers.

En este intervalo temporal podemos identificar la trayectoria de dos importantes economías regionales que supieron construir su reputación en el mercado internacional, obteniendo el “sello Rothschild” de credibilidad. Brasil y Chile lograron construir su buena reputación en momentos de gran complejidad política. Brasil alcanzó la cartera de los Rothschild al asumir las deudas de Portugal durante la negociación de su independencia. El país, que empezaba su historia independiente fragilizado económicamente y endeudado, supo demostrar más que *capacidad*, el *deseo* de pagar deudas ajenas a fin de construir su reputación en los mercados internacionales junto a los Rothschild.

Chile empezó su relación con los Rothschild en 1886 tras la guerra del pacífico (1879-1883), cuando permitió que los ingresos del guano que hipotecaba a las deudas peruanas fueran destinados para el pago de esas deudas con acreedores europeos, aunque tuviera respaldo internacional para no hacerlo.

Así, como trataremos de mostrar, ambos casos dan cuenta no tanto de la capacidad sino más bien del deseo de pagar sus deudas. Más allá de los datos macroeconómicos, Flandreau y Zumer⁴ llaman la atención sobre la investigación cuidadosa de testigos contemporáneos, el sentimiento de los inversionistas y las relaciones entre banqueros y diplomáticos para acceder al cuadro general de las condiciones de inversión y de la situación del crédito internacional de las economías.

El presente artículo investiga, por tanto, cómo Brasil y Chile construyeron su crédito en el mercado de capitales internacional. La investigación demuestra que ambos países lograron lanzar préstamos en Londres suscritos por los Rothschild, una señal de prestigio internacional y garantía de bajo riesgo para sus bonos. Partiendo de los argumentos de Bordo y Rockoff⁵, Kelly⁶ y Tomz⁷, sobre la

⁴ FLANDREAU, Marc; ZUMER, Frédéric, **The Making of Global Finance 1880-1913**, Paris: OECD, 2004.

⁵BORDO, Michael; ROCKOFF, Hugh, The Gold Standard as a “Good Housekeeping Seal of Approval”, **Journal of Economic History**, v. 56, n. 2, p. 389-428, 1996.

⁶ KELLY, Trish, Ability and Willingness to Pay in the Age of Pax Britannica, 1890-1914, **Explorations in Economic History**, v. 35, n. 1, p. 31-58, 1998.

construcción del crédito internacional de prestatarios, de cómo en momentos difíciles se construye la reputación de un país, el artículo encuentra eco en las trayectorias de Brasil en 1820 y Chile en 1880.

La literatura de las deudas soberanas considera el manejo de las reputaciones internacionales como la principal variable para el acceso y para negociaciones favorables de bonos en los mercados internacionales. El elemento reconocido como de suma importancia para los acreedores, en una época de asimetrías de información y lenta comunicación, era la demostración de la capacidad de los Estados en cumplir con sus deudas. Esto está presente tanto en la literatura sobre deudas soberanas cuanto en las fuentes primarias. Los populares e influyentes manuales de inversión del siglo XIX como el *Fenn on the funds*, el *Ayres Register* y el *Fortune's Epitome*, así como también los periódicos *The Economist*, *The Times*, *Bankers Gazette*, apuntaban los principales datos económicos de los países deudores, como el volumen de exportaciones, el nivel actual de endeudamiento y las exportaciones per capita.

Pero más allá de la capacidad momentánea de pago de los gobiernos deudores, lo realmente decisivo para los inversionistas europeos era la reputación de estos gobiernos. Bordo y Rockoff analizan cómo el patrón oro era una señal importante que enviaban los gobiernos a los mercados. Si los países poseían el compromiso con el rígido patrón oro, que implicaba un control sobre su oferta monetaria, sobre las importaciones y sobre el destino de las inversiones (para consolidar deudas antiguas o para invertir en el complejo exportador productivo), eso también significaría un compromiso con los acreedores internacionales. Kelly llama la atención sobre otro punto importante que denomina “*deseo de pago*” (*willingness to pay*). La autora realiza tests econométricos para medir la proximidad de determinados países deudores en Londres con el comercio con el Reino Unido. Señala que cuanto más firmes los lazos comerciales de una economía con el Reino Unido, más aparente es el *deseo* de pago de esos deudores para los acreedores británicos, como sería el caso de Brasil en la década de 1820 y de Chile en la década de 1880.

⁷TOMZ, Michael, **Reputation and international cooperation: sovereign debt across three centuries.**, Princeton: Princeton University Press, 2007.

Esa relación es problematizada por Tomz cuando analiza las relaciones entre deudores y acreedores. En un escenario sin *external enforcement*, ¿cómo es el caso de las deudas soberanas, qué hace que los deudores sigan cumpliendo con sus deudas? Tomz distingue dos tipos de razones. La primera son los enlaces tópicos (*issue linkages*). Eses enlaces ejercerían presión sobre los deudores bajo amenazas de interrupción comercial (como el *willingness to pay* de Kelly) y con amenazas de intervención militar.⁸ La segunda razón serían las futuras dificultades (o imposibilidad) de deudores en volver a los mercados de capitales mientras en estado parcial o total de *default*. Ese segundo conjunto de razones considera el histórico y la reputación de los deudores como el dato principal para medir los costos y el valor de la reputación de los prestatarios en los mercados internacionales.

Así pues, el aporte de este artículo es contribuir a la discusión sobre la importancia de la reputación para el presente y el futuro de los deudores en los mercados de capitales. Con ese fin, parto de la premisa de que firmar un contrato con los Rothschilds se enunciaba como un sello de calidad de crédito, algo ampliamente trabajado en la literatura actual.⁹ De este modo, Brasil y Chile encuentran una situación en común para acceder al primer escalafón de las finanzas globales, una situación que se producirá a partir de la decisión de ambos países de hacerse cargo de deudas ajenas (de Portugal en el caso brasileño, y de Perú en el caso chileno), lo que llamó la atención de los Rothschild y promovió el alza del crédito internacional en uno y otro caso.

⁸ Aunque muy debatida, las amenazas de invasión militar o bombardeo de puertos del país de los acreedores a sus deudores no se confirman en el debate más reciente. Aunque hubo casos espectaculares como el de México en los 1860 y de Venezuela en los 1900, los casos acuden más a las excepciones que confirman a la regla. CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G., **British Imperialism: 1688-2015**. London: Routledge, 2016; WELLER, Leonardo, **Sovereign Debt Crises and Negotiations in Brazil and Mexico, 1888-1914: Governments versus Bankers**, 1st ed. New York: Palgrave Macmillan, 2018.

⁹ FLANDREAU, M ; FLORES, J. Bondholders versus Bondsellers? Investment banks and conditionality lending London market for foreign government debt 1813-1815, **European Review of Economic History**, v. 16, p. 356-383, 2012a; FLANDREAU, M; FLORES, J, Bonds and Brands: Foundations of Sovereign Debt Markets, 1820-1830, **The Journal of Economic History**, v. 69, n. 3, p. 646-684, 2009.

Brasil y Chile en el mercado internacional (1820-1880)

Como fue mencionado, el siglo XIX fue el período de inserción de los recién independientes Estados latinoamericanos en el mercado internacional de capitales. Ya en la década de 1820 Argentina, Brasil, Chile, Colombia, México y Perú obtuvieron sus primeros préstamos soberanos para financiar las guerras de independencia y la construcción del Estado. Luego, en 1825 dos caminos fueron abiertos en el crédito de las naciones latinoamericanas. El primero, el camino del *default* de las deudas contraídas en Londres. Este camino llevó a los primeros *defaulters* de la región (Argentina, Chile, Colombia, México y Perú) a más de 20 años de exclusión de los mercados de capitales europeos. El segundo camino fue recorrido por Brasil, que mantuvo el pago de su deuda externa y construyó una de las mejores relaciones de un Estado latinoamericano con los mercados financieros internacionales en el siglo XIX.

Lo que unía las trayectorias de Brasil y Chile en el mercado de capitales del siglo XIX era su reputación como buenos pagadores y prestatarios estables. Aunque el gobierno de Chile hubiera declarado una moratoria de su deuda de £1 millón con el banco inglés Hulletts & Co, el país fue el primero en renegociar su deuda en 1842 y reingresar en el mercado financiero. En 1858 Chile obtuvo un nuevo préstamo de £1,5 millón con el prestigioso banco Baring Brothers & Co, una importante señal para el mercado financiero internacional.

Hasta el final del siglo XIX el gobierno de Chile tomaría 11 préstamos, firmando contratos con siete bancos ingleses y norteamericanos distintos. Desde desconocidas casas bancarias como el Hulletts & Co. y casas de mediano prestigio como Thomson Bonar & Co. hasta alcanzar el pináculo financiero del siglo XIX al firmar dos préstamos con el Banco Nathan Mayer Rothschild & Sons de Londres en 1886 y 1887.¹⁰ Cuando Chile firmó su primer préstamo suscrito por Rothschild, Brasil ya contaba con 13 préstamos firmados con la poderosa casa inglesa, formando el selecto grupo de economías latinoamericanas servidas por la *Shining Star* de las finanzas globales.

¹⁰ CAVIERES, E. La deuda interna y externa de Chile 1820-1880, *In*: LIEHR, Reinhard (org.). **La deuda pública en América Latina en perspectiva histórica: the public debt in Latin America in historical perspective**, Frankfurt am Main; Madrid: Vervuert; Iberoamericana, 1995, p. 171-208.

La trayectoria de Brasil en el siglo XIX empezó de manera distinta a la de Chile. Brasil contrató dos préstamos en la década de 1820 con el objetivo de cancelar las deudas contraídas por la ex metrópoli con los bancos ingleses. Mientras las excolonias españolas contrataban préstamos para luchar sus guerras de independencia, Brasil empleó recursos financieros para asegurar su independencia de Portugal en un proceso relativamente pacífico y estable de transición. Los préstamos contraídos en la década de 1820 por Brasil siguieron con los pagos de interés, lo que mantuvo y promovió el crédito brasileño internacional. La señal más clara de la ascensión del crédito brasileño fue la disposición de Nathan Rothschild en comprar los bonos de la deuda de 1824 y hacerse cargo de la mediación entre el Imperio de Brasil y sus acreedores.

Así, Brasil fue el único país que no incurrió en *default* en la década de 1820. Esto dejó a Brasil en la ventajosa posición de trabajar constantemente con los Rothschild en el mercado internacional. El banco inglés suscribió todos los demás préstamos brasileños en el siglo XIX y fue importante en la renegociación de la primera debacle financiera del país en 1898.¹¹

La importancia de trabajar con bancos como los Rothschild fue clara para Chile y Brasil en su trayectoria financiera. Los bancos de prestigio señalaban a los inversionistas la solidez de los activos negociados, mientras que bancos de menor reputación lidiaban con activos más inestables y el alto riesgo de *default*, una experiencia constante en las finanzas latinoamericanas.

Bancos y el *Credit Rating*

El siglo XIX es el periodo inicial de la globalización de los mercados financieros. Las bolsas de Londres, París, Ámsterdam, Nueva York y Berlín concentraban activos de deudas y acciones de empresas de todas partes del mundo. Frente a la inexistencia de las modernas agencias de calificación de crédito, fueron los bancos suscriptores los responsables de evaluar y calificar los activos negociados.

¹¹ ABREU, M. P. Brazil as a debtor 1824-1931, **Economic History Review**, v. 54, p. 765-787, 2006; BARROSO, G, **Brasil, colônia de banqueiros**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

En este periodo pocas instituciones lograron alcanzar posiciones de prestigio en el escalafón de las finanzas globales. En la parte de abajo del escalafón se encontraban casas bancarias e instituciones de carácter mercantil que otorgaban préstamos a países de menor reputación con mayores costos de suscripción y altas tasas de interés. Bancos como Thomson Bonar & Co., Erlangers, Hambro Brothers entre otros, suscribían préstamos de rasgos casi o totalmente especulativos a países neófitos. Los activos de países considerados de alto riesgo no podrían acceder a las grandes casas bancarias de Londres, ya que el prestigio de los grandes bancos se basaba en la garantía de ofrecer activos de bajo riesgo a los inversionistas.¹²

El movimiento cíclico que alimentaba la industria del prestigio financiero se daba de la siguiente forma: los bancos de alto prestigio suscribían activos de países considerados confiables, ofreciendo productos seguros y de largo plazo para los inversionistas. Los activos de riesgo no eran incluidos en sus carteras, una vez que el crédito del país pagador repercutía en el crédito del banco suscriptor. Los países que alcanzaban buen crédito internacional automáticamente migraban de bancos medianos hacia grandes bancos, con garantías de que sus bonos serían rápidamente vendidos con bajas tasas de descuento y de interés.¹³

En la parte superior del escalafón encontramos los dos principales bancos de prestigio en el mercado internacional del siglo XIX. El Baring Brothers & Co. y el N.M. Rothschild & Sons, ambos ubicados en la *City* de Londres, que poseían las carteras de activos más prestigiosas, seguras y rentables.

El Baring Brothers fue fundado en 1810 por Sir Francis Baring debutando como banco de prestigio a partir de la década de 1830 con la reestructuración de la deuda francesa tras las guerras napoleónicas. Originalmente un banco comercial, Baring irrumpió en el negocio de los bonos de deuda soberana con una gran

¹² CHAPMAN, S D, **The rise of merchant banking**, London; Boston: Allen & Unwin, 1984.

¹³ Flandreau y Flores analizan en detalle la industria del crédito en el siglo XIX y el rol de los principales bancos en establecer los estándares de crédito de las deudas soberanas. Véase: FLANDREAU, M; FLORES, J, *Op Cit*, 2009; FLORES, Juan, Capital Markets and Sovereign Defaults: A Historical Perspective. In: CASSIS, Y; GROSSMAN, R; SCHENK, C. (Orgs.), **Oxford Handbook of Banking and Financial History**, Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 481-512.

presencia en América Latina donde trabajó con activos de Argentina, Chile (un préstamo en 1858) y Uruguay.¹⁴

Los Rothschild se establecieron en Londres en 1815 como parte de un proyecto de expansión de las actividades del banquero judío Amschel Rothschild de Frankfurt. Con bancos en Londres, París, Nápoles y Viena, los Rothschild se convirtieron en el centro del sistema solar de las *finanzas* públicas en el siglo XIX. En Europa, los Rothschild fueron grandes financiadores del Imperio Ruso y agentes importantes en el financiamiento de la unificación italiana en la década de 1860. En América Latina, los Rothschild fueron el banco oficial de Brasil y firmaron préstamos con Chile a partir de 1886, señalando la importancia de los activos de estos dos países en el mercado internacional de capitales.¹⁵

Estas dos casas bancarias ocupaban el pináculo de las finanzas internacionales y poseer préstamos suscritos por uno de ellos, en especial por N.M. Rothschild & Sons, era sinónimo de prestigio y alta calificación crediticia. Según Flandreau y Flores¹⁶, en el siglo XIX era posible verificar la supremacía de Rothschild sobre Barings. Hay dos rasgos principales que definían la supremacía de una casa bancaria en el mercado de bonos soberanos. El primero era la cantidad de préstamos suscritos y de negociaciones de los mismos bonos en la Bolsa de Londres. El segundo, el capital nominal de los bancos que funcionaba como una prueba final de solidez financiera y una garantía ante los futuros inversionistas de que cuanto más grande un banco, más perdería con *defaults* de bonos soberanos de sus carteras. En estos dos aspectos los Rothschilds presentaban una larga ventaja sobre su concurrente Barings, algo que reconocían ellos mismos y los testigos contemporáneos.¹⁷

Uno de los principales problemas del mercado financiero en el siglo XIX - y aún hoy - es la llamada asimetría de información. Este problema parte de la insuficiencia de información que el inversionista o el banco posee sobre una

¹⁴ ZIEGLER, Philip, **The sixth great power: a history of one of the greatest of all banking families, the House of Barings, 1762-1929**, New York: Knopf, 1988, p. 229-243.

¹⁵ FERGUSON, N, **The house of Rothschild: Money's prophets 1798-1848**, New York: Penguin, 1998; FERGUSON, N, **The house of Rothschild: World Bankers 1848-1999**, New York: Penguin, 1999.

¹⁶ FLANDREU, M. FLORES, J. *Op. cit.*, 2009.

¹⁷ ZIEGLER, P. *Op cit.*, pp.186-206.

determinada inversión - en nuestro caso, títulos de deuda pública - generando con ello la desconfianza y consecuente devaluación en las negociaciones de los activos. Esta asimetría puede producir una interrupción en el flujo de las inversiones a través de la llamada selección adversa, teorizada por los economistas George Akerlof, Michael Spencer y Joseph Stiglitz y demostrada por el "Mercado de los Limones" en el artículo de Akerlof.¹⁸

Al elegir minuciosamente a sus socios y establecer relaciones a largo plazo, los Rothschild lograban que los problemas de selección adversa, fruto de la asimetría de información, fueran constantemente dirimidos. Allí reside una de las grandes habilidades de los Rothschild en conducir sus negocios. Los inversionistas se apoyaban en el nombre de los Rothschild, que se fiaban en la credibilidad del prestatario, debido al conocimiento de su trayectoria en el mercado financiero.

Con poca información disponible sobre los prestatarios, la intermediación realizada por Rothschild y Baring actuaba como un sello de calidad que efectivamente reducía los *spreads* de las operaciones de sus clientes. Flores y Flandreau demostraron cómo el cambio de activos desde bancos menores hacia los más prestigiosos resultaba en una caída de hasta 380 puntos base en los *spreads* (i.e. menor riesgo). Por el contrario, cuando los países eran "rebajados" (voluntaria o involuntariamente) de un banco de prestigio hacia bancos menores, experimentaban un aumento significativo de los *spreads* de los activos negociados.¹⁹

En América Latina este vínculo directo entre la asociación con Rothschild y activos de menor riesgo fue clara. Entre 1820 y 1870 Brasil fue el único país suscrito por la casa Rothschild y tuvo los menores *spreads* de bonos de deuda soberana de América Latina. A partir de la década de 1880, Chile firma sus primeros contratos con el Banco, y se convierte en uno de los mejores productos financieros de América Latina. Los otros activos de mejor crédito en el siglo -

¹⁸ AKERLOF, G, The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism, **The Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

¹⁹ FLANDREAU; FLORES, *Op cit* 2009; FLANDREAU, M; FLORES, J, The Peaceful Conspiracy: Bond Markets and International Relations During the Pax Britannica, **International Organization**, v. 66, n. 02, p. 211-241, 2012b.

Argentina y Uruguay - fueron suscritos por el otro gran banco, el Baring Brothers & Co.

Brasil y Chile, los únicos países latinoamericanos suscritos por los Rothschild, presentaron características similares en su historial financiero, lo que permitió que ambos trabajasen con el banco inglés a lo largo del siglo XIX. El buen manejo de la política financiera en tiempos de crisis por parte de estos países les abrió las puertas de St. Swithin's Lane tanto a los bonos brasileños en los años 1820 como a los bonos chilenos en los 1880, lo que resultó en préstamos competitivos en nivel internacional.

Business as usual: Brasil, Chile y el manejo de la política financiera en tiempos de crisis

La ola de *defaults* de los países latinoamericanos en la década de 1820 fue el evento inicial que alimentó una visión negativa de la prensa británica y de los inversionistas sobre la política financiera de los países de la región. En este momento de crisis y guerras generalizadas en el continente, el ejemplo de Brasil despuntó como una señal importante para los mercados, de que era posible negociar activos de este enorme mercado con previsibilidad y relativo bajo riesgo. En la década de 1880 la guerra fue importante también para Chile, que tres años después del fin del conflicto contra Perú y Bolivia logró negociar con los acreedores de la deuda peruana, aumentando su prestigio en los circuitos financieros internacionales, lo que permitió su primera sociedad con el banco Rothschild en 1886 a tasas y descuentos competitivos.

Brasil y la deuda portuguesa

La historiografía apunta distintas razones que llevaron a los Rothschild a confiar en los bonos brasileños, aunque pareciera un negocio de alto riesgo prestar a países recién independizados, como se confirmó con la ola de *defaults* de las excolonias españolas en la década de 1820. Ferguson²⁰ sugiere que los Rothschild poseían predisposición a prestar a países constitucionales utilizando el ejemplo del

²⁰ FERGUSON, N. *Op cit*, 1999, p. 131.

empréstito condicional hecho a Prusia en 1818, condición que Brasil cumpliría por ser una monarquía constitucional, lo que fue objetado por Flandreau y Flores²¹ después de investigaciones en los archivos del banco.

Weller siguiendo a Dawson,²² afirma que el modelo monárquico heredado de Portugal y las instituciones más estables fueron considerados los puntos centrales para que los Rothschild establecieran su relación con Brasil. Los lazos dinásticos entre Brasil y Austria eran citados como una de las razones que pudieron llamar la atención de los Rothschild.²³ Entre sus principales prestamistas se encontraban Rusia, Austria, Nápoles y otras monarquías reaccionarias de la Europa posrevolucionaria, agrupadas en la llamada Santa Alianza. Aunque Brasil poseía una constitución y un parlamento elegido, afirmarse en la estabilidad de las instituciones del recién independizado imperio más parecía una apuesta que una decisión racional. El imperio de Brasil se vio involucrado en la costosa Guerra de Cisplatina (1825-1828) en la que los propios Rothschild ayudaron a financiar los esfuerzos militares de Brasil con un segundo préstamo como muestra Weller. Además, la situación interna del país, aunque más estable en comparación a la de sus vecinos hispánicos, estuvo marcada por revueltas armadas en el norte en la década de 1830 e incluso una guerra civil con secesión de territorio en el sur por diez años. La estabilidad política interna que Summerhill²⁴ apunta como fundamental para la buena situación financiera del país solo fue alcanzada en la década de 1840 con el llamado *regreso conservador*.²⁵

Dos razones todavía poco consideradas por la historiografía son la proximidad personal que poseían los Rothschild con el núcleo que tomaba las decisiones en Rio de Janeiro y el que Brasil se haya hecho cargo de la vieja deuda

²¹ FLANDREAU; FLORES, *Op cit* 2009.

²² WELLER, L, *Op cit*, DAWSON, F. G, **The first Latin American debt crisis: the city of London and the 1822-25 loan bubble**, New Haven: Yale University Press, 1990.

²³ *Times*, 12 de enero de 1825.

²⁴ SUMMERHILL, W R, **Inglorious Revolution: political institutions, sovereign debt and financial underdevelopment in Imperial Brazil**, New Haven: Yale University Press, 2015.

²⁵ Brasil solo encontró su estabilidad política en la década de 1840 tras una serie de reformas legales conducidas por el partido conservador, conocido como *Movimento do regresso*. Esas reformas alijaban el poder del ejército, centralizaban las decisiones políticas en la Corte en Rio de Janeiro, daban al Emperador el poder de moderar los demás poderes y anticipaban el ascenso de D. Pedro II al trono a los catorce años de edad. Sobre el regreso conservador y sus consecuencias, ver CARVALHO, J M. **A Construção da Ordem/ O teatro das Sombras**, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

portuguesa junto al deseo (más que la capacidad, como fue señalado, dada la difícil situación económica de Brasil en la década de 1820) de pagar esa deuda.

Es sabido que la independencia de Brasil fue un proceso distinto al del resto de los países latinoamericanos. La llegada de la corte real portuguesa a Rio de Janeiro en 1808 profundizó los vínculos entre las elites coloniales brasileñas y la corona, lo que permitió que la emancipación política se llevase a cabo de manera relativamente estable con la permanencia del príncipe real de Bragança, Pedro de Alcântara, como regente y primer emperador del Brasil independiente. A pesar de que la independencia se proclamó en 1822, esta sólo fue reconocida por la ex metrópoli portuguesa y por el Reino Unido tres años más tarde. El reconocimiento de la independencia de Brasil por parte de Londres estuvo condicionado a que Lisboa admitiese la pérdida de su colonia americana. Además de la histórica alianza entre Reino Unido y Portugal, cuestiones de orden financiero estaban por detrás de las negociaciones por el reconocimiento de la independencia de Brasil.²⁶

Las dificultades financieras del naciente Imperio demandaron una visita a los bancos ingleses. Brasil contrató en 1824 un empréstito con Bezet, Fletcher & T. Wilson por un valor de £1.3 millones para costear el conflicto en la cuenca De la Plata en contra de Buenos Aires y saldar el déficit presupuestario. Este primer empréstito no tuvo éxito, y en 1825 Brasil firmó su primer contrato con los Rothschild. El préstamo suscrito por Nathan M. Rothschild por el valor de £2.3 millones obtuvo el necesario éxito y alzó al mercado secundario londinense con valorización inicial de 3,8% del precio inicial.

En Portugal, por su parte, la corona pasaba por dificultades financieras desde fines del siglo XVIII, situación que se vería empeorada con el traslado de la corte de Lisboa a Rio de Janeiro en 1808 escapando de las tropas de Napoleón. Durante el proceso de emancipación de Brasil, Portugal obtuvo en 1823 en Londres un préstamo por el valor de £1,5 millón con el banco B.A. Goldschmidt. En el prospecto del préstamo aparecía "*I hereby declare myself, my Heirs and*

²⁶ Sobre las relaciones entre las elites coloniales y los Braganza ver MALERBA, J, **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência**, São Paulo: Companhia das Letras, 2006. El proceso de independencia de Brasil cuenta con una visión renovada en la historiografía brasileña reunida en MALERBA, J, **A independência Brasileira: novas dimensões**, Rio de Janeiro: Editora FVG, 2008.

Successors debtors to all those concerned in the present Loan".²⁷ El heredero era D. Pedro I, el mismo que en 1822 fue declarado *Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil*, mientras acumulaba el título de *Príncipe Real* y sucesor de D. João VI en Portugal. Siete meses después, Portugal declaró su incapacidad de pagar la deuda.

Es en este contexto en el que los Rothschild subscriben el primer préstamo del Imperio de Brasil, inaugurando una trayectoria de éxito y reconocido crédito del país en los mercados financieros internacionales. Como parte de las negociaciones entre Brasil y Portugal mediadas por el representante británico Charles Stuart, Brasil acordó en el tratado de reconocimiento de independencia recibir los encargos de la deuda de 1823 (conocida como "la vieja deuda portuguesa"), heredando no solamente al príncipe y el idioma, sino también las deudas de su antigua metrópoli.²⁸

Al ser firmado el acuerdo secreto del reconocimiento de la independencia de Brasil en agosto de 1825, sus representantes en Europa ya habían realizado pagos de los últimos dividendos de la vieja deuda en enero y parte de la indemnización pedida por D. João VI.²⁹ También en enero los personeros firmaron el primer préstamo con Nathan M. Rothschild.

El servicio de la vieja deuda portuguesa permitió mantener el crédito portugués, así como el de Brasil, una vez que su regente fue declarado involucrado en el prospecto del empréstito publicado dos años antes del reconocimiento de la independencia de Brasil por Portugal. A diferencia de la América hispana, donde los procesos de independencia culminaron con costosas guerras y las independencias fueron reconocidas hasta cuarenta años después³⁰, en el caso de la América Portuguesa la independencia se negoció con mediación del Reino Unido y de los mismos Rothschild, agentes financieros de todo el trámite³¹. Más que un

²⁷ El prospecto fue publicado en el *Times* el 10 de diciembre de 1823.

²⁸ Además de la vieja deuda portuguesa, Brasil acordó en el pago de £250.000 al tesoro portugués y a no aceptar que otras colonias portuguesas se juntaran al país en su proceso de independencia. PINTO, A. P, **Apontamentos para o Direito Internacional**, Rio de Janeiro: F. L Pinto & Cia, 1864, p. 320-327.

²⁹ *Times*, 18 octubre de 1825.

³⁰ El caso de Perú fue el más extremo. El país andino tuvo su independencia reconocida por España en 1879. México fue la primera república en ser reconocida por España en 1834. Chile fue reconocido en 1844, Argentina en 1859, véase GUERRA, F. ANNINO, A. (Orgs.), **Inventando la Nación: Iberoamerica en siglo XIX**, Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2008.

³¹ WELLER, *Op. cit*, pp. 44-48.

compromiso de Brasil con Portugal, se trató entonces de un compromiso con los tenedores de bono de la deuda portuguesa, como escribió un inversionista para el *Times* que defendía los términos del arreglo, y mostraba al editor del diario que el mercado recibió la señal del *deseo* de Brasil de pagar y mantener su crédito: “Los bonos nunca estuvieran debajo de 75, así que juzga por ti mismo.”³²

Esto se catalizó, además, con el *default* de la deuda española de 1823, cuando el Rey restaurado se negó a pagar las deudas contraídas por los gobiernos de las cortes en el mismo año. En el caso de Brasil, el gobierno aceptó hacerse cargo de la vieja deuda portuguesa, demostrando una actitud inversa en una situación muy similar a la que enfrentaba España, otro lugar donde los Rothschild poseían grandes intereses pero poca confianza en los gobiernos.³³ Aunque el país recién independiente enfrentaba dificultades financieras, reconocidas por los Rothschild, el banco inglés decidió apostar en los papeles brasileños, confiando en su disposición de servir la deuda portuguesa, aunque con posibilidad de rechazo, como hizo la España restaurada. El representante de Nathan Rothschild en Brasil, Samuel Phillips, ya alertaba a su socio en Londres las dificultades del recién inaugurado Imperio y el riesgo de hacerse cargo de las cuentas de Brasil en Europa, aunque fueron negocios con buenos prospectos.³⁴

Los Rothschild ya poseían contactos con Brasil por medio de su representante en Rio de Janeiro, en la figura del comerciante judío Samuel Phillips que también poseía lazos familiares con Nathan Rothschild, por lo cual intercambiaban constante correspondencia sobre la situación política y fiscal del país.³⁵ López-Morell³⁶ recupera en su análisis de los Rothschild en España y en Latinoamérica la importancia de los lazos familiares para la toma de decisiones en los negocios más distantes de los centros europeos. En una era de enorme asimetría de información, el modelo exitoso de los Rothschild se asentaba en la

³² *Times*, 29 de noviembre de 1829.

³³ FLANDREAU; FLORES, *Op Cit.* p. 658; LÓPEZ MORELL, M. A, **La Casa Rothschild en España: 1812-1941**, Madrid: Marcial Pons Historia, 2005.

³⁴ GUIMARÃES, C G, Finanças e comércio no Brasil da primeira metade do século XIX: a atuação da firma inglesa Samuel Phillips & Co - 1808-1831, *Navigador*, v. 6, p. 21-34, 2011.p.21-34.

³⁵ SUMMERHILL, *Op Cit.* p.66.

³⁶ LÓPEZ MORELL, M A, Los Rothschild en Latinoamérica en los siglos XIX y XX. *In*: MARICHAL, C; HOYO, A; DÍAZ, D (Orgs.), **Orígenes de la globalización bancaria. Experiencias de España y América Latina**, Ciudad de Mexico: Genuève Ediciones, 2017, p. 289-320.

confianza en los socios y, principalmente, en los familiares involucrados en las negociaciones. El banco Rothschild estaba constituido por hermanos, cada uno liderando sus sucursales en Londres, París, Viena, Frankfurt y Nápoles. Ferguson demuestra la enorme importancia que los Rothschild daban a sus lazos familiares, incluso los adquiridos por medio de matrimonios con otros importantes nombres de las finanzas como Goldschmidt y Montefiori.³⁷ En este sentido, la presencia de Samuel Phillips en Brasil, cuñado de Nathan Rothschild,³⁸ facilitó la construcción de puentes entre las autoridades brasileñas y los banqueros, resultando en una relación secular de confianza y buenos negocios.³⁹

El *lobby* del asociado Samuel Phillips junto a Nathan Rothschild, y la reiterada complacencia de Brasil en servir no solamente sus deudas como la deuda portuguesa de 1823 (en la cual D. Pedro I estaba indirectamente involucrado), derivaron en una relación financiera duradera. Una de las señales más importantes para acreedores e intermediarios era el pasado de los prestatarios. El Imperio de Brasil, surgido en 1824, no poseía un histórico en el mercado financiero internacional. Así, la disposición de Brasil en servir a la vieja deuda portuguesa en un momento difícil - lo que corrobora la tesis de Tomz y Rogoff & Bordo - se muestra como un factor importante en el establecimiento de las relaciones duraderas entre los Rothschild y Brasil y su buen crédito internacional a lo largo del siglo XIX.⁴⁰ La importancia que esa literatura atribuye al deseo de pagar a las deudas, más que a la capacidad de pagarlas, es demostrada por Sicotte y Vizcarra al analizar las deudas de las repúblicas latinoamericanas en las década de 1820-1850, cuando incluso con bajos encargos de servicio de deuda, gran parte de esas repúblicas declaraban la moratoria a sus acreedores europeos, considerando menores los costos de oportunidad en el financiamiento de guerras y en sus

³⁷ FERGUSON, *Op. Cit.* p. 257-275.

³⁸ Samuel Phillips estaba casado con Esther Cohen, hermana de la esposa de Nathan de Rothschild, Hannah Cohen. GUIMARAES, *Op. cit.*, p. 27.

³⁹ BARMAN, R, Nathan Mayer Rothschild and Brazil: The Role of Samuel Phillips & Co., **The Rothschild Archive: Review of the Year April 2002- March 2003**, p. 38-45, 2003.

⁴⁰ Tomz habla de la importancia del histórico de prestatarios en los mercados internacionales para lograr tasas competitivas y sociedades con bancos de prestigio. TOMZ, *Op cit*, capítulo 4.

hipotéticos resultados, que en la manutención del servicio de la deuda externa y de su crédito internacional.⁴¹

El imperio de Brasil optó por el otro camino y manifestó tempranamente el *deseo* más que la *capacidad* de mantener su crédito internacional a través de sus contratos entre Rothschild, el Emperador de Brasil y los gobiernos de Reino Unido y Portugal. De hecho, en el segundo préstamo brasileño suscrito por el banco, Nathan Rothschild se encargó de adquirir todos los bonos emitidos en el préstamo de 1829 por el valor de £ 200.000 (contratado para pagar los débitos de 1825 y de 1823) para realizar una oferta exitosa en el mercado secundario londinense y mantener un buen precio de venta. En el *Times* el balance fue positivo destacando que había “pocas razones para dudar de que los bonos de Brasil, bajo sus auspicios [Rothschild], tendrán buena cotización en el mercado de capitales como los de cualquier Estado [de Europa] continental.”⁴²

De este modo, el deseo de asumir la vieja deuda portuguesa no solamente aseguró el reconocimiento de la independencia de Brasil por parte de Portugal y el Reino Unido, sino que también envió una poderosa señal al mercado financiero respecto del compromiso de Brasil con los contratos firmados en nombre de su soberano -aunque pudieran ser cuestionados por las autoridades brasileñas, no lo fueron-, y el servicio de su presente y futuras deudas extranjeras. Esa disposición será fundamental para proyectar la relación duradera entre el gobierno brasileño y los Rothschild.

Chile y la deuda peruana

La asociación entre Chile y los Rothschild se dio bajo condiciones similares a la de Brasil a comienzos del siglo XIX. Chile fue el primer país latinoamericano en renegociar sus deudas en la década de 1840, fruto de la ola de *defaults* en 1825. Tras las negociaciones, Chile alcanzó un lugar privilegiado en las finanzas internacionales. En 1858 obtuvo un préstamo de £1.500.000 con el banco inglés Baring Brothers, una señal clara del ascenso de su grado crediticio en el mercado

⁴¹ SICOTTE, R; VIZCARRA, C, War and Foreign Debt Settlement in Early Republican Spanish America, **Revista de Historia Económica - Journal of Iberian and Latin American Economic History**, v. 27, n. 2, p. 247-289, 2009.

⁴² *Times*, 26 enero de 1825.

londinense. Pero fue en 1886 que el gobierno del presidente Balmaceda firmó su primer préstamo de conversión de sus antiguos bonos con los Rothschild por el expresivo valor de £ 6.000.000, tornándose el segundo país de la región en su cartera. ¿Cómo se dio el ascenso del crédito chileno, desde bancos como Hullets y Thomson, Bonar & Co. para ingresar en la selecta cartera de N.M. Rothschild & Sons?

Tras un difícil momento económico en la década de 1870, Chile asumió el desafío del conflicto contra Perú y Bolivia en 1879.⁴³ Los resultados fueron positivos para Chile, que vio un aumento sin par en sus ingresos gracias a la exportación del salitre en las provincias anexadas en el norte tras el armisticio firmado en 1883.⁴⁴ Sin embargo, el aumento de los ingresos y consecuentemente de la solvencia financiera y presupuestaria del país, no fueron las únicas razones que posibilitaron la entrada de los activos chilenos en la cartera de inversiones de los Rothschild. Aumentos significativos de ingresos por las exportaciones de una *commoditie* fueron características comunes en los demás países de la región a partir de 1860 (como el guano peruano y los granos argentinos a partir de 1890), pero no suficientes para trabajar con los Rothschild. Pero Chile, así como Brasil, se comprometió con deudas ajenas, enviando una señal poderosa de la complacencia del Estado en servir sus deudas presentes y futuras.

Con el Tratado de Paz de Ancón de 1883, Chile adquiría las provincias costeras de Tacna, Arica y Tarapacá de Perú y Antofagasta de Bolivia. Estas provincias productoras de guano y salitre habían sido de gran importancia para la economía primaria exportadora peruana.⁴⁵ Además, bonos de las deudas peruanas de 1870 y 1872 hipotecaban las aduanas, los depósitos de guano en Tacna, Arica y

⁴³ SATER, W, Chile and the World Depression of the 1870s, **Journal of Latin American Studies**, v. 11, n. 01, p. 67-99, 1979.

⁴⁴ Un año antes de la guerra en 1878, los ingresos de Chile eran de aproximadamente 85 millones de pesos/año. Con la anexión de los territorios salitreros, los ingresos saltaron para un 165 millones en 1881 y 219 millones en 1883. MITCHELL, B. R, **International historical statistics: the Americas and Australasia**, Detroit: Gale Research Co., 1983, p. 819.

⁴⁵ En la década de 1870-1880 el guano ya no poseía un valor de mercado tan significativo como en las dos décadas anteriores. Todavía, la explotación de reservas de guano de menor calidad en las provincias de Tarapacá y Arica representaban un 32% de las exportaciones peruanas. Mientras el guano perdía su importancia, el nitrato se volvió la actividad más importante en ascenso, hasta la pérdida de las provincias productoras en 1883. CONTRERAS, C (Org.), **Compendio de historia económica del Perú IV: Economía de la primera centuria independiente.**, Lima: IEP Ediciones; Banco Central de la Reserva, 2011, p. 482.

Tarapacá y los ferrocarriles para el servicio de esas deudas. Con el Tratado de Paz, los depósitos guaneros, que servían de hipoteca para los empréstitos peruanos, se volvieron propiedad chilena, y con eso los tenedores de bonos peruanos empezaron un largo periodo de conversaciones y batallas judiciales contra Chile, buscando recibir los servicios de los débitos peruanos.

Durante la guerra, el gobierno chileno promulgó un decreto en 1880 que permitía a los tenedores de bonos exportar los depósitos de guanos ocupados bajo un pago de derechos de exportación de 30 chelines por tonelada.⁴⁶ Las negociaciones entabladas con los acreedores y las disposiciones del gobierno fueron informadas por el *Times*, que indicaba que Chile “se comportaba con gran moderación”.⁴⁷ En 1882 el gobierno chileno emitió otro decreto suspendiendo al decreto de 1880, entablando otro modelo de negociación. En el decreto de 1882, el Gobierno de Chile enviaría un 50% de los ingresos de la venta del guano de las provincias de Tarapacá, Tacna y Arica al comité de los tenedores de bonos peruanos en Londres.⁴⁸

En 1883, en el Tratado de Ancón ratificó el decreto de 1882. Chile aceptó que mitad de los ingresos del guano proveniente de las reservas fueran destinados al pago de los bonos peruanos. Lo que buscaba el Gobierno chileno era el término de las reclamaciones de acreedores extranjeros, mirando a su crédito internacional. Con esa visión estratégica trabajaron los representantes de Chile en Londres y París y el Ministro de Hacienda Agustín Edwards, como demuestra una carta del representante en Londres, Ambrosio Montt, para el ministro Edwards:

La redención de certificados salitreros, poseídos por alemanes, franceses, italianos y todos patrocinados con más o menos vigor por sus gobiernos respectivos, traía a la Republica una fuente real de rentas y recursos, y, lo que por nosotros era máspreciado, la terminación feliz de controversias internacionales que, por su naturaleza, tanto como por el afinco y poder de los gabinetes protectores, perjudicaban nuestro crédito é infundían algún recelo de los acreedores extranjeros de Chile.⁴⁹

⁴⁶ *The Economist*, 15 enero de 1881; *Reports of the Council of the Corporation of the Foreign Bondholders* 1881 p. 57-58.

⁴⁷ *Times*, 8 de abril de 1880.

⁴⁸ *The Economist*, 1 de diciembre de 1883.

⁴⁹ Oficio del Ministro de Chile en Londres D. Ambrósio Montt para el Ministro de Hacienda Agustín Edwards 20.05.1887 – Ministerio de Hacienda Vol. 1549- Nacional de Chile (ANC).

De hecho, en 1885 el gobierno chileno depositaba £150.000 como parte de los arreglos con los tenedores de bonos peruanos.⁵⁰ El esfuerzo de Chile en proyectar su crédito internacional fue reconocido tanto por la prensa como por la *City*. El *The Economist* felicitaba las intenciones y reconocía el mérito de las acciones de Chile, especialmente considerando que las quejas de los acreedores no tenían respaldo en el derecho internacional. El respaldo del derecho internacional tenía como base el pasado reciente de la guerra Franco-Prusiana y la guerra Ruso-Otomana, donde las partes vencedoras (Prusia y Rusia) anexaron nuevos territorios (Alsacia y Lorena de Francia y Besarabia de los Otomanos) pero no se hicieron cargo de las deudas de los derrotados con hipotecas en los territorios perdidos.⁵¹ En el *Times* se reconocía que Chile no tenía una responsabilidad formal con los empréstitos peruanos de 1870 y 1872 (en los cuales se hipotecó las guaneras de Tarapacá), respaldado por fuertes precedentes internacionales, aunque habría sido de buen tono acudir a las negociaciones con los acreedores.⁵² Observadores internacionales y corresponsales del *Times* reconocían que “la sociedad chilena” no aceptaría la devolución de los territorios hipotecados, como derecho de resarcimiento de los costos de la guerra, aunque el gobierno ofreciera un arreglo y el establecimiento de un tribunal de mediación en Inglaterra para finalizar la cuestión.⁵³

En la *City*, el crédito chileno gozó de una buena fase. Con la decisión de Chile de firmar un enorme empréstito de conversión de los empréstitos de 1858, 1867, 1870, 1873 y 1875 por el valor de £6.931.000, varios bancos se presentaron a las embajadas chilenas en Londres y París. El City Bank propuso la conversión, defendiendo que el país necesitaba de un solo representante financiero – hasta entonces Chile había tenido empréstitos mediados por tres bancos - y ofrecía lanzar los bonos a 4,5% de interés con precio inicial de 88 al par, seguido por la

⁵⁰ El gobierno chileno afirmaba que había enviado £300,000 a las cuentas de los tenedores de bonos peruanos en Londres, pero que no tenía culpa de los descuentos de honorarios y aranceles de £150.000 de los intermediarios que estocaban el guano en Europa. *Times*, 17 de agosto de 1885.

⁵¹ *The Economist*, 12 de noviembre de 1887.

⁵² *Times*, 24 de noviembre de 1887.

⁵³ *Times*, 27 de mayo de 1886.

oferta del banco Huth & Co. en condiciones similares.⁵⁴ En Francia el Banco de París y Países Bajos (PARIBAS) llegó a ofrecer el precio de lanzamiento a 94.⁵⁵

Al final, la recompensa por el esfuerzo de Chile en negociar con los tenedores de bonos peruanos llegó con una oferta de Carl Mayer de Rothschild. El gran empréstito de conversión de 1886 fue lanzado por los Rothschild con condiciones insuperables: 4.5% de interés a 98 al par. El representante D. Ambrosio escribía a Santiago: “Los Rothschild han creído, y no sin fundamento plausible, que son hoy los banqueros necesarios de Chile, y que nadie se halla en aptitud de hacerse competencia con nosotros.”⁵⁶

La prueba final se dio cinco meses después. El Gobierno chileno aprovechando el momento sin par de su crédito internacional, propuso a los Rothschild un nuevo empréstito de £1.160.000. El sorprendido Carl Mayer rehusó la propuesta en primera instancia, pues temía que un empréstito pasado tan poco tiempo del último gran empréstito otorgado, podría afectar el precio de los bonos en el mercado secundario, entonces negociados arriba del par (>100). Las justificaciones dadas por el representante Montt, de que el préstamo serviría para el pago de las indemnizaciones de salitreros extranjeros en la provincia de Tarapacá y de que gracias al salitre el Gobierno poseía todos los medios para servir los débitos, fue convincente, y Chile lanzó un nuevo empréstito en 1887 con 4,5% a 97 el par. Tras la segunda negociación, Carl Mayer Rothschild escribía al ministro Edwards en Santiago:

A juzgar por una conversación que hemos tenido recientemente con el Señor D. Ambrosio Montt, estamos inclinados a creer que el Gobierno Chileno está ansioso de llegar a un arreglo amistoso con los tenedores de bonos peruanos sobre la base de equidad i justicia i confiamos que V.E nos permitirá decir que en nuestro carácter de representantes financieros de la República, no solo aprobamos altamente esta política que una vez más nos

⁵⁴ Oficio del Ministro de Chile en Londres D. Ambrosio Montt para el Ministro de Hacienda Agustín Edwards 10.09.1885 – Ministerio de Hacienda Vol. 1549- ANC.

⁵⁵ Oficio del Ministro de Chile en Londres D. Ambrosio Montt para el Ministro de Hacienda Agustín Edwards 23.10.1886 – Ministerio de Hacienda Vol. 1549- ANC.

⁵⁶ Oficio del Ministro de Chile en Londres D. Ambrosio Montt para el Ministro de Hacienda Agustín Edwards 20.05.1887 – Ministerio de Hacienda Vol. 1549- ANC. También se puede considerar como razones secundarias del interés de los Rothschild por Chile, la creciente participación del banco en el mercado mundial del cobre ya en la década de 1870, cuando empezaron a adquirir el control de mineras en Sudáfrica. FERGUSON, *Op. Cit.* p.353-354.

prueba la sagacidad y rectitud (fairness) del Gobierno Chileno, sino que tendremos gran placer de ayudar al Gobierno Chileno a llevar a cabo esta política, que no puede dejar de aumentar su crédito.⁵⁷

Los años de 1886 y 1887 fueron de duras negociaciones con el comité de bonos peruanos tras las firmas del empréstito con Rothschild. Las excelentes condiciones ofrecidas por el banco para los bonos chilenos disgustaron al Comité. Los acreedores insistían que las condiciones ofrecidas por el gobierno chileno no eran justas. El Comité de tenedores de bonos peruanos envió una carta a la Bolsa de Valores de Londres y una carta abierta para los Rothschild en agosto de 1887 pidiendo la suspensión de los bonos de 1886 y 1887 suscritos por Rothschild hasta que las negociaciones encontraran un punto de convergencia.⁵⁸

En noviembre de 1887 el ministro Ambrosio Montt escribió una larga carta de diez puntos al *Times* direccionada a los tenedores de los bonos y a los Rothschild. El ministro chileno expuso que, aunque Chile tuviera el precedente internacional para no hacerse cargo de las deudas peruanas, había llegado a un arreglo tanto con los salitreros de Tarapacá – ellos eran los más perjudicados – como con el Comité, a los cuales había pagado entre £300 y £650 mil. Afirmaba que Chile solo buscaba construir su credibilidad y que seguiría los acuerdos entablados en el tratado de paz de Ancón de 1883.⁵⁹

En este momento, el banco Rothschild se alineó con Chile y confió en su capacidad y, sobre todo, en su *deseo* de cumplir con sus deudas. La carta de Ambrosio Montt selló la sociedad entre Chile y los Rothschild, como identificamos en las cartas intercambiadas entre Carl Meyer y el ministerio, lo que resultó en otro empréstito en 1895.

De este modo, Chile accedió a la cartera de los Rothschild como uno de sus mejores productos a fines del siglo XIX. El gobierno de Chile demostró un reiterado *deseo* y *capacidad* en servir sus futuras deudas enviando una señal importante a

⁵⁷ Carta de Carl Mayer Rothschild para el Ministro de Hacienda Agustín Edwards 20.09.1887 – Ministerio de Hacienda Vol. 1738-ANC.

⁵⁸ *Times*, 26 de agosto de 1887.

⁵⁹ *Times*, 24 de noviembre de 1887.

los futuros acreedores. Esta señal fue captada por los Rothschild, quienes de hecho disputaron con otros importantes bancos europeos los activos chilenos.

Resultados y conclusiones: los favoritos de América Latina

La sociedad entre los Rothschild con Brasil y Chile resultó en excelentes grados crediticios para los países suramericanos. La historiografía ofrece muchas evidencias de las recompensas concretas recibidas por los países deudores cuando mantuvieron su reputación en los mercados, evitando los *default*, siendo “promovidos” hacia la cartera de los Rothschild. Precios de emisión altos, bajas tasas de interés y bajos *spreads*. Bonos vendidos en pocos meses y condiciones favorables de amortización y rescate de la deuda son los principales retornos para países con calidad crediticia en los mercados del siglo XIX.

Los precios medios de emisión demuestran rasgos importantes de los beneficios del buen crédito de los países prestatarios. Al lanzar un préstamo con bonos en uno o más mercados de capitales, el valor nominal del préstamo se representaba por su valor al par. Cada bono poseía un valor nominal, en este caso de £100, y los descuentos eran aplicados considerando el crédito de los países y del banco suscriptor. Debido al alto prestigio de N.M. Rothschild & Sons, sus bonos eran lanzados con valores próximos al par y, además, presentaban mayor liquidez. Menores descuentos daban cuenta de la confianza en los papeles y en el servicio de la deuda (intereses y amortizaciones). De otro lado, papeles con altas tasas de descuento adquirirían rasgos más especulativos, en los cuales las ganancias de los papeles dependían de su compra/venta y no del servicio de la deuda por el prestatario. La orientación conservadora de los Rothschild y su alto prestigio en los mercados financieros se basaba así en papeles no especulativos, es decir, con alto valor de emisión.

Para los prestatarios esto era muy importante. Además de las menores tasas de interés, ofrecer papeles confiables les permitía obtener precios de emisión cerca al par. Bajos descuentos significaban una diferencia menor entre el valor nominal, sobre el cual se debían pagar los intereses, y el valor real recibido por el prestatario. Bonos con “timbre de calidad” como el del Rothschild, también eran

vendidos más rápidamente, punto fundamental en los préstamos de refinanciamiento de la deuda consolidada.

Eso se convirtió en menores descuentos y tasas de interés más bajas para Brasil y Chile en comparación con sus pares latinoamericanos⁶⁰. Esto fue una consecuencia directa de su asociación con el Banco Rothschild, un privilegio de aquellos países considerados buenos productos y seguros en los mercados financieros internacionales.

Para Brasil, existe una vasta literatura sobre los beneficios de la sociedad temprana y duradera entre el Imperio y los Rothschild. ⁶¹Demuestran el cambio significativo de la confianza de los inversionistas medidos por el *spread* de los primeros bonos brasileños lanzados en Londres. El primer préstamo lanzado por Bezet, Fletcher & Wilson alcanzó hasta 35 puntos en contra de los consols británicos. Con el préstamo transferido a los Rothschilds – en parte por el deseo demostrado por Brasil en pagar la vieja deuda portuguesa como demostramos acá – los *spreads* para los bonos brasileños en Londres cayeron a menos de 25 puntos, tasas alcanzadas solamente por experimentados deudores como Prusia, Austria y Holanda. El hecho se muestra aún más relevante cuando recordamos que Brasil estaba comenzando un conflicto armado en contra de Buenos Aires, además de ser un gobierno recién independizado. Eso también corrobora la versión de Tomz,⁶² de que deudores desconocidos o mal reputados pueden utilizar momentos complicados para probar su *deseo* de pago y ascender posiciones en el ranking de reputación crediticia en los mercados internacionales.

En la década de 1880 Chile lanzó dos préstamos en Londres suscritos por N.M. Rothschild & Sons. Esto significó un salto cualitativo en su crédito internacional, representado en las mejores condiciones financieras de los préstamos. En el recuadro 01 se observa la evolución de Chile en la segunda mitad del siglo hasta alcanzar a los Rothschild. Las duras décadas de 1860 y 1870 fueron marcadas por tasas de interés entre 6 y 7 por ciento, consideradas algo altas en los mercados. Cuando Chile alcanza a los Rothschild, sus dos empréstitos se vuelven

⁶⁰ LOPEZ MORELL *Op. Cit.*, 2017, p. 289-320.

⁶¹ FLANDREAU; FLORES, *Op. Cit.*, 2012.

⁶² TOMZ *Op. Cit.*, pp. 86-113.

los mejor negociados con bajas tasas de interés (4.5%) y bajísimos descuentos (98 y 97). En ninguna situación anterior Chile había disfrutado de una situación crediticia tan ventajosa como a mediados de la década de 1880.

Gráfico 1 – Préstamos de Chile entre la renegociación y los Rothschild

Año	Banco	Monto ('000 £)	Interés %	Precio de Emisión
1858	Baring Brothers	1,555	4,5	92
1866	Thomson Bonar & Co y J. Gerstenberg	450	6	92
1866	J.S Morgan & Co.	1,121	7	92
1867	J.S Morgan & Co.	2,000	6	80
1870	J.S Morgan & Co.	1,013	5	83
1873	Oriental Banking Co.	1227	5	89
1875	Oriental Banking Co.	1,136	5	88
1885	City Bank of London	809	4,5	89
1886	Rothschidls & Sons	6,010	4,5	98
1887	Rothschidls & Sons	1,160	4,5	97

(Fuente: MARICHAL. *Op. cit.* pp. 243-249)

En la misma década, las principales economías latinoamericanas lanzaron más de £122 millones en bonos en los mercados europeos. De estos países, Chile y Brasil fueron los únicos que firmaron con los Rothschild, lo que se tradujo en mejores condiciones contractuales. Nadie alcanzaba las tasas de interés y descuentos que Chile y Brasil gozaron bajo los Rothschild.⁶³

La construcción del crédito internacional de Brasil y Chile en este periodo se dio en un largo proceso con altos costos políticos y financieros. Parte importante en la construcción de una reputación en los mercados era demostrar plena

⁶³ MARICHAL, *Op. Cit.*, pp. 98-149.

disposición de pago⁶⁴, algo muy presente en el caso de Chile, tal como demuestra la correspondencia entre Carl Meyer de Rothschild y los ministros chilenos. Además, los momentos más difíciles desde el punto de vista político y económico se convertían en los más proficuos para construir una imagen positiva ante bancos e inversionistas, como en el caso de Brasil⁶⁵. Aunque Brasil enfrentaba una dura situación financiera en la década de 1820, los arreglos de reconocimiento de la independencia con la transferencia de la vieja deuda portuguesa fueron el elemento central para que Nathan Rothschild decidiera trabajar con los activos del país. Lo que pareció una apuesta arriesgada del conservador banquero, se convirtió en una de las relaciones más duraderas entre un banco y un país en el siglo XIX.

El caso chileno llama la atención por otro aspecto importante. Aunque Chile vivió una próspera situación pasada la Guerra del Pacífico gracias a las rentas del salitre, otros países en la misma época también vivieron una situación similar y no por ello accedieron a las salas en St. Swithin's Lane. El Perú en la década de 1850-1860 y Argentina en 1890-1910, también experimentaron períodos de prosperidad y de estabilidad política, pero marcados por el contexto latinoamericano de *defaults* históricos, su estabilidad no fue suficiente para firmar contratos con los conservadores Rothschild. Lo fundamental se vio reflejado en las acciones de Brasil sesenta años antes, cuando Chile desistió de pelear con los acreedores de la deuda peruana (aunque tuvo respaldo del derecho internacional y de la prensa especializada), para llegar a un acuerdo de beneficio mutuo, cosechando buenos empréstitos con los Rothschild en condiciones insuperables.

Referencias bibliográficas

Fuentes Primarias

Archivos

Archivo Nacional de Chile (ANC). Reportes del Ministerio de Hacienda, Vol 1549 1885-1887

⁶⁴ KELLY, *Op. Cit.*

⁶⁵ BORDO; ROCKOFF, *Op. Cit.* TOMZ, *Op. Cit.*

Publicaciones periódicas

The Times 1823-1887

The Economist 1881-1887

Yearly Reports Council of the Corporation of the Foreign Bondholders 1881

AYRES, Henry. **Ayres's Financial Register of British and foreign funds, banks, etc., etc.** London: Richardson Brothers, 1857.

FENN, Charles; NASH, Robert Lucas. **Fenn's Compendium of the English and Foreign Funds.** London: Effingham Wilson, 1869.

FORTUNE, T; EVANS, D. Morier. **Fortune's Epitome of the Stocks and Public Funds, English, Foreign and American.** London: Letts, Son, and Steer, 1850.

PINTO, Antonio Pereira. **Apontamentos para o Direito Internacional.** Rio de Janeiro: F. L Pinto & Cia, 1864.

Fuentes Secundarias

ABREU, Marcelo de Paiva. Brazil as a debtor 1824-1931. **Economic History Review**, v. 54, p. 765-787, 2006.

AKERLOF, George. The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

BARMAN, Roderick. Nathan Mayer Rothschild and Brazil: The Role of Samuel Phillips & Co. **The Rothschild Archive: Review of the Year April 2002- March 2003**, p. 38-45, 2003.

BARROSO, Gustavo. **Brasil, colônia de banqueiros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BORDO, Michael; ROCKOFF, Hugh. The Gold Standard as a "Good Housekeeping Seal of Approval". **Journal of Economic History**, v. 56, n. 2, p. 389-428, 1996.

CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. **British Imperialism: 1688-2015.** 3rd Ed. London: Routledge, 2016.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem/ O teatro das Sombras.** 5º. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAVIERES, Eduardo. La deuda interna y externa de Chile 1820-1880. *In*: LIEHR, Reinhard (org.). **La deuda pública en América Latina en perspectiva histórica: the public debt in Latin America in historical perspective.** Frankfurt am Main; Madrid: Vervuert; Iberoamericana, 1995, p. 171-208.

CHAPMAN, Stanley D. **The rise of merchant banking**. London; Boston: Allen & Unwin, 1984.

CONTRERAS, Carlos (Org.). **Compendio de historia económica del Perú IV: Economía de la primera centuria independiente**. Lima: IEP Ediciones; Banco Central de la Reserva, 2011.

DAWSON, Frank G. **The first Latin American debt crisis: the city of London and the 1822-25 loan bubble**. New Haven: Yale University Press, 1990.

FERGUSON, Niall. **The house of Rothschild: Money's prophets 1798-1848**. New York: Penguin, 1998. 2v.

FERGUSON, Niall. **The house of Rothschild: World Bankers 1848-1999**. New York: Penguin, 1999. 2v.

FLANDREAU, Marc; FLORES, Juan. Bondholders versus Bondsellers? Investment banks and conditionality lending London market for foreign government debt 1813-1815. **European Review of Economic History**, v. 16, p. 356–383, 2012a.

FLANDREAU, Marc; FLORES, Juan H. The Peaceful Conspiracy: Bond Markets and International Relations During the Pax Britannica. **International Organization**, v. 66, n. 02, p. 211–241, 2012b.

FLANDREAU, Marc; FLORES, Juan Zendejas. Bonds and Brands: Foundations of Sovereign Debt Markets, 1820–1830. **The Journal of Economic History**, v. 69, n. 3, p. 646–684, 2009.

FLANDREAU, Marc; ZUMER, Frédéric. **The Making of Global Finance 1880-1913**. Paris: OECD, 2004.

FLORES, Juan. Capital Markets and Sovereign Defaults: A Historical Perspective. *In*: CASSIS, Youssef; GROSSMAN, Richard; SCHENK, Catherine (Orgs.). **Oxford Handbook of Banking and Financial History**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 481–512.

GUERRA, François-Xavier; ANNINO, Antonio (Orgs.). **Inventando la Nación: Iberoamerica en siglo XIX**. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2008.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Finanças e comércio no Brasil da primeira metade do século XIX: a atuação da firma inglesa Samuel Phillips & Co - 1808-1831. **Navigator**, v. 6, p. 21–34, 2011.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Finanças e comércio no Brasil da primeira metade do século XX: a atuação da firma inglesa Samuel Phillips & Co - 1808-1831. **Navigator**, v. 6, p. 21–34, 2011.

KELLY, Trish. Ability and Willingness to Pay in the Age of Pax Britannica, 1890–1914. **Explorations in Economic History**, v. 35, n. 1, p. 31–58, 1998.

LÓPEZ MORELL, Miguel Angel. **La Casa Rothschild en España: 1812-1941**. Madrid: Marcial Pons Historia, 2005.

LÓPEZ MORELL, Miguel Angel. Los Rothschild en Latinoamérica en los siglos XIX y XX. In: MARICHAL, Carlos; HOYO, Andrés; DÍAZ, Daniel (Orgs.). **Orígenes de la globalización bancaria. Experiencias de España y América Latina**. Ciudad de Mexico: Genueve Ediciones, 2017, p. 289–320.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MALERBA, Jurandir. **A independência Brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2008.

MARICHAL, Carlos. **A century of debt crises in Latin America: from independence to the Great Depression, 1820-1930**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

MIRANDA, José Augusto Ribas. Small money, big problems: how an investigation on small Latin American republics shaped the financial market for sovereign debt in the 19th century. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 30, n. 60, p. 55–70, 2017.

MITCHELL, B. R. **International historical statistics: the Americas and Australasia**. Detroit: Gale Research Co., 1983.

SATER, William. Chile and the World Depression of the 1870s. **Journal of Latin American Studies**, v. 11, n. 01, p. 67–99, 1979.

SICOTTE, Richard; VIZCARRA, Catalina. War and Foreign Debt Settlement in Early Republican Spanish America. **Revista de Historia Económica - Journal of Iberian and Latin American Economic History**, v. 27, n. 2, p. 247–289, 2009.

SUMMERHILL, William Roderick. **Inglorious Revolution: political institutions, sovereign debt and financial underdevelopment in Imperial Brazil**. New Haven: Yale University Press, 2015.

SUMMERHILL, William Roderick. **Inglorious Revolution: political institutions, sovereign debt and financial underdevelopment in Imperial Brazil**. New Haven: Yale University Press, 2015.

TOMZ, Michael. **Reputation and international cooperation: sovereign debt across three centuries**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

WELLER, Leonardo. **Sovereign Debt Crises and Negotiations in Brazil and Mexico, 1888-1914: Governments versus Bankers.** 1st ed. 2018 edition. New York: Palgrave Macmillan, 2018.

ZIEGLER, Philip. **The sixth great power: a history of one of the greatest of all banking families, the House of Barings, 1762-1929.** New York: Knopf, 1988.

Recebido: 01/09/2021
Aprovado: 25/10/2021

CULTOS, CIDADES E MONSTROS: AS REPRESENTAÇÕES DO MEDO NOS CONTOS DE HOWARD PHILLIPS LOVECRAFT EM MEIO À MODERNIZAÇÃO ESTADUNIDENSE (1890 – 1937)

Alexandro Neundorf¹

Luan Kemieski da Rocha²

Resumo: Este artigo discute as representações do medo em Howard Phillips Lovecraft durante o processo de modernização estadunidense, ao longo dos anos de 1890 a 1937, através de suas cartas e fortuna literária. Ao relacionar os processos modernizadores presentes na sociedade e no imaginário social da época, buscamos entender o caráter do medo que as histórias do escritor revelavam sobre a dinâmica social que se apresentava e em que medida elas apontavam as tensões com o fenômeno da modernidade. Para tal, este trabalho se localiza no campo historiográfico da História Cultural, tendo como escopo principal o entendimento da perspectiva do autor sobre o medo. A análise se encontra em três eixos, utilizando como base o conceito teórico-metodológico da representação: o contexto e a biografia do escritor; as diferentes relações entre medo e sociedade; e as representações do medo que o autor produz.

Palavras-chaves: Representações do medo; Modernidade; H.P. Lovecraft.

CULT, CITIES AND MONSTERS: THE REPRESENTATIONS OF FEAR IN THE TALES OF
HOWARD PHILLIPS LOVECRAFT AMONG AMERICAN MODERNIZATION (1890 – 1937)

Abstract: This article discusses the representations of fear in the work of Howard Phillips Lovecraft at the American modernization during the years 1890 to 1937, through his letters and literary fortune. By relating the modernizing processes present in society and in the social imaginary of the time, I seek to understand the character of the fear that the writer's stories revealed about the social dynamics that appeared and to what extent they pointed out the tensions with the phenomenon of Modernity. To this end, the research take place in the historiographic field of Cultural History, funneling to the perspective of fear. The analysis is in three axes using as a basis the theoretical-methodological concept of representation: the context and a biography of the writer; the different relationships between fear and society; and the representations of fear that the author produces.

Keywords: Representations of fear; Modernity; H.P. Lovecraft.

Introdução

“Haveis de te tornar-se aquilo que imaginas”, ou ainda, “transfere em palavras o conteúdo dos teus sonhos”, poderiam ser os “mandamentos” implícitos, parafraseando e brincando livremente com a escrita de outro autor interprete da

¹ Universidade Federal do Paraná. Email: alexandroneundorf@gmail.com

² Universidade Federal do Paraná. Email: luank.rocha@gmail.com

modernidade³, que Howard Phillips Lovecraft legaria a cultura do século XX e XXI. “Escrever com sangue” e “gravar na carne” já seriam um exagero estilístico e uma redundância para esse autor, adepto da escrita nas entrelinhas e do terror psicológico, do suspense e da suspensão da razão ante o duvidoso que habita o umbral da realidade.

Escritor de histórias de terror, abraçado pela cultura pop das últimas décadas, que influenciou, direta ou indiretamente, filmes, séries de televisão, histórias em quadrinhos, games, dentre várias outras mídias, é também considerado o pai do horror moderno. Sua obra apresenta, como alguns dos seus elementos característicos, ameaças cósmicas, monstros indescritíveis, tentáculos e terrores inimagináveis.

A historiografia, é conveniente assinalar, já se debruçou sobre aspectos poucos conhecidos e fatos que tiveram historicamente pouco alcance, mas que revelavam nuances importantes para a compreensão da complexidade das variadas nuances da vida humana. No famoso “O grande massacre de gatos”, Robert Darnton⁴ analisa alguns episódios da história cultural francesa, passando pelos contos de fadas até chegar aos diálogos epistolares de Rousseau e seus leitores. O autor transcorre pela sociedade francesa em todos os seus mecanismos sociais, políticos e culturais, expondo como os diferentes grupos sociais percebiam essa sociedade, dando vida as suas histórias e expondo a dinamização da França do século XVIII. Igualmente, Jean Delumeau⁵ foi outro autor que abraçou uma dinâmica não convencional para um trabalho historiográfico: o medo. Em seu livro “História do Medo no Ocidente 1300 – 1800: uma cidade sitiada”, ele explica como relações estruturais de uma sociedade forjam nossos temores.

Isto posto, neste artigo abordaremos o tema do medo, seguindo uma linha similar à de Delumeau. Nos valeremos dos contos do escritor Howard Phillips Lovecraft com o objetivo de compreender a representação do medo em sua obra e suas relações com o contexto em que os Estados Unidos do início do século XX estavam vivendo. Com o intuito de conduzir esta análise, lançamos como questão

³ No caso, Friedrich Nietzsche.

⁴ DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

⁵ DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

principal a seguinte problemática: considerando a conjuntura dos Estados Unidos no período em que viveu H.P. Lovecraft, quais os medos que o autor busca representar e o que eles nos revelam sobre a dinâmica social na qual se encontram? E, como questão secundária: em que medida esses medos revelam as tensões com o fenômeno da modernidade?

Importante assinalar, a discussão apresentada se realiza no campo historiográfico da História Cultural, que pode ser definida como um campo historiográfico, preocupado com a compreensão do simbólico em suas representações e práticas. Debruçamo-nos, assim, sobre o agente histórico que dialoga com os diferentes lugares, momentos e vicissitudes da sua trajetória, além de apresentarmos a concepção de medo que esse autor cunhou.

É importante também destacar o período a ser analisado, o da chamada modernidade. A linha teórica que perpassa esse tema é bem abrangente, sendo debatida por autores como Jacques Le Goff, Anthony Giddens, entre outros, porém o caminho seguido neste artigo é o de Marshall Berman, uma vez que o consideramos mais condizente com o contexto em que Lovecraft está inserido e a perspectiva teórica dos autores escolhidos. Berman define a modernidade como um turbilhão de:

[...] grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistema de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão.⁶

⁶ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 16.

Portanto, a modernidade, para nosso escopo, pode ser entendida como um frenesi de acontecimentos, de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, que data do período entre o século XIX e XX. Um conceito que não se traduz imediatamente de forma pacífica, ou que tem como referente uma realidade dada e definida, pois ao mesmo tempo que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e mudanças do mundo externo, também ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos, tudo que, enfim, cremos sólido. E é nesse cenário que nasce e se desenvolve a figura de Howard Phillips Lovecraft.

O presente artigo se apresenta nas seguintes etapas: uma discussão teórica acerca da relação do medo junto a historiografia; posteriormente, uma apresentação do autor com base no contexto dos Estados Unidos focando em como essa conjuntura o influenciou dentro de sua concepção de mundo e em sua obra literária; por fim, uma última etapa de análise com suas representações do medo.

Partindo desses aspectos, focamos nossa análise em três pontos: o contexto estadunidense em que o escritor está inserido, de forma conjunta à biografia do escritor; as diferentes relações entre o medo e a sociedade; e as representações de medo que o autor produz em seus escritos, afeitos à relação com sua interpretação do fenômeno da modernidade.

Serão analisados quatro contos do escritor, sendo eles: “O Chamado de Cthulhu”, “A sombra vinda do tempo”, “Nas Montanhas da Loucura” e “Ele”. A escolha desses contos, especificamente, se deu devido a três deles, os três primeiros, estarem inseridos no chamado *Ciclo de Cthulhu*.

Seguindo a linha que Bezarias⁷ propõe, esse ciclo é um importante combinado de três contos que, se lidos em sequência e confrontados, expõem o cerne da mitologia Lovecraftiana: “Não aparece como uma narrativa una, citada ou inserida em qualquer um dos contos; suas partes estão dispersas pelo ciclo”. O único conto fora do ciclo que analisaremos intitula-se “Ele”. Sua escolha se deu devido a este estar ligado a vida do escritor, sendo em certa medida uma

⁷ BEZARIAS, Caio Alexandre. **A totalidade pelo horror - o mito na obra de Howard Phillips Lovecraft**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 34.

verdadeira autobiografia de determinada época de sua vida. A utilização de mais de um conto também colabora para termos um melhor panorama da sua obra, além de ser necessário um caráter comparativo para entendermos suas concepções.

Assim sendo, este artigo apresenta-se em quatro partes. Em um primeiro momento trabalharemos o aspecto teórico e conceitual do medo, buscando uma compreensão que permita analisarmos os contos já referidos. Em seguida, buscamos apresentar aspectos condizentes com o contexto histórico do autor, alinhados à sua biografia. Na terceira parte, essencialmente analítica, desenvolvemos a reflexão sobre quatro contos de Lovecraft, atentando para as chaves de leitura que enfatizam as expressões do medo e do horror, além das tensões para com a modernidade. Por fim, finalizamos tecendo algumas considerações finais.

Por que o medo?

O medo é um sentimento capaz de transformar nossas crenças e nossas realidades. Tal conceito transita nas mais diversas áreas do pensamento e da prática, desde a Cultura, a Antropologia, a Psicanálise, até a História, dentre outras áreas de estudo e âmbitos de análise e reflexão. Uma das principais formas de se pensar o assunto é através da literatura, uma vez que nela encontramos inúmeras ponderações acerca do medo. Desde Homero, com seu “Mar Tenebroso”, de Boccaccio e a “Peste”, até o “Diabo” com os diversos Faustos. Nessas literaturas percebemos que o sentimento do medo se transforma ao longo da história, além de percebermos nuances, que podem parecer superficiais ou pessoais à primeira vista, afetando o comportamento social de um grupo inteiro. Pois, como atesta Delumeau, “não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidas num diálogo permanente com o medo”.⁸

A historiografia, até o início do século XX, pouco trabalhou sob esse ângulo. Segundo Delumeau, ela esteve raramente preocupada com essa perspectiva, pois,

⁸ DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. *Op. Cit.*, p. 12.

[...] o discurso escrito e a língua falada – o primeiro influenciando a segunda – tiveram por muito tempo a tendência de camuflar as reações naturais que acompanham a tomada de consciência de um perigo por trás das falsas aparências de atitudes ruidosamente heroicas.⁹

A relação entre a consciência dos perigos, riscos e ameaças, e o plano da cultura é muito forte e significativo em qualquer época. É o que sugere Montaigne, em uma determinada passagem de seu “Ensaio”, na qual analisa uma relação entre a sofisticação intelectual dos povos do Ocidente com seus comportamentos na guerra:

Um senhor italiano, relata ele sorrindo, sustentou uma vez esta afirmação em minha presença, em detrimento de sua nação: que a sutileza dos italianos e a vivacidade de suas concepções era tão grande, previam de tão longe os perigos e acidentes que lhes pudessem advir que não se devia achar estranho se eram vistos frequentemente, na guerra, prover sua segurança, até mesmo antes de ter reconhecido o perigo; que nós e os espanhóis, que não éramos tão finos íamos mais além, e que nos era necessário fazer ver ao olho e tocar com a mão o perigo antes de nos amedrontarmos e que então não tínhamos mais firmeza; mas que os alemães e os suíços, mais grosseiros e mais pesados, não tinham o senso de se precaver, quando muito no momento mesmo em que estavam abatidos sob os golpes.¹⁰

Delumeau¹¹ nos diz que da Antiguidade até data recente, o discurso que se fez, majoritariamente, exaltou a valentia individual dos heróis que governaram a sociedade (retratos, estátuas, gestos, pinturas, discurso, etc., são exemplos disso). Só lentamente, com o advento da modernidade, uma descrição mais apurada e uma aproximação compreensiva e objetiva do medo começou a se mostrar. Quando se faz um sobrevoo rápido no espaço e no tempo, percebe-se nesse decorrer a importância e o número de reações coletivas ao fenômeno do temor. Não apenas a agência do horror, mas também o seu sofrer.

O filósofo Noël Carroll, em seu livro “A Filosofia do Horror ou Paradoxos do Coração”, busca entender o motivo das pessoas se interessarem pelo medo e pelo horror. De forma resumida, para o autor, existem elementos estruturais que giram

⁹ *Ibidem*, p.14.

¹⁰ MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio**. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 247.

¹¹ DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. *Op. Cit.*, p. 17.

em torno do gênero narrativo, que corroboram essa atração. Um desses elementos é a curiosidade e o fascínio pelo diferente.

Da maneira como os seres horríficos que definem o gênero provoca nosso interesse, fascínio e nossa curiosidade, prazeres que superam quaisquer sentimentos negativos que tais criaturas anômalas tornem prováveis. Essas características do gênero – interesse, fascinação e curiosidade –, sobretudo quando amplificadas nas principais formações narrativas do gênero, explicam por que as ficções de horror continuam a ser consumidas e produzidas.¹²

Ainda com Delumeau, este afirma que, para estudarmos o sentido de uma experiência emocional, precisamos de uma averiguação das partes falantes, sua cultura, o contexto histórico, regras de linguagem, entre outras situações específicas.¹³ Nossos sentidos, e, mais especificamente, o medo, constituem-se a partir de uma linguagem que é cultural e histórica, no qual os sentidos vão ganhando formas a partir de determinados contextos.

Emoções são constituídas, tanto de sentimentos como de sensações, quanto de crenças e formas de julgamento. Elas são formas que encontramos para lidarmos com o mundo e nos ajudam a determinar à nossa maneira de julgar. Diferentes culturas implicam em distintas emoções, como sendo imprescindíveis ou descartáveis para cada grupo.

Logo, o medo, apesar de receber o mesmo nome em algumas culturas, varia em relação à época a que se refere e ao contexto no qual está inserido. Não se trata apenas de uma reação emocional, mas também de um sentimento que se constrói historicamente, que é apreendido, ensinado e suportado de maneiras diferentes em diferentes épocas.

Com a eclosão dos contos de horror no século XVIII, o medo literário se torna um recurso extremamente recorrente. Como uma reação ao Iluminismo, que prezava pela razão e pela explicação natural do mundo, temos o advento do sobrenatural e a adoção da superstição, fruto da imaginação, das emoções, dos temperamentos exacerbados que deveriam ser contidos. Surge, a partir de então, o

¹² CARROL, Noël. **A filosofia do horror ou Paradoxos do coração**. São Paulo: Papyrus, 1999, p. 276.

¹³ DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. *Op. Cit.*, p. 17.

gênero do horror, com autores como Mary Shelley, Horace Walpole, Oscar Wilde, Edgar Allan Poe e, posteriormente, H.P Lovecraft.¹⁴

Um estudo do próprio Lovecraft nos ajuda a reconstruir essa história. Em “O horror sobrenatural em literatura”¹⁵, o autor apresenta um verdadeiro tratado, com uma visão perspicaz do gênero literário, desde os seus primórdios até a data de sua publicação em 1927.

O conceito de representação pode ser tomado como chave analítica, na busca por compreender o horror sobrenatural nos escritos de Lovecraft. A partir de Chartier, podemos entender que:

A representação nos permite ver o 'objeto ausente' (coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma 'imagem' capaz de representá-lo adequadamente. Representar é, portanto, fazer conhecer a coisa mediamente pela 'pintura de um objeto', 'pelas palavras e gestos', 'por algumas figuras, por algumas marcas' - tais como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias.¹⁶

O medo, o horror, os fenômenos e acontecimentos, narrados por Lovecraft em seus contos, analisados sobre o prisma da representação, nos oferecem importantes balizas contextuais e referências ao *ethos* e ao *lócus* de suas construções.

Aqui, a reflexão proposta, se relaciona com as mudanças sociais que estão acontecendo no período da modernização estadunidense, na chamada “Gilded Age”, estando as práticas ligadas aos atos de criação e caracterização das imagens que as pessoas fazem de si mesmas e dos outros em um determinado contexto da sociedade.

Dessa forma, o conceito de representação levanta possibilidades de compreendermos aspectos do mundo sociocultural ao qual elas estão diretamente

¹⁴ Vale ressaltar que o Iluminismo foi um movimento que tinha como princípios a valorização da razão, da verdade e daquilo que estava, de alguma forma, ligado a lógica. Uma onda de racionalismo tomou conta da Europa Ocidental. Nesse contexto, os antigos medos e superstições, incutidos no imaginário social, deveriam ser desfeitos e a literatura deveria ser utilizada para a contribuição cívica do indivíduo. Como contraponto, em meados do século XVIII, surge um tipo de literatura que destoava das ideias iluministas: a literatura gótica.

¹⁵ LOVECRAFT, Howard Phillips. **O Horror Sobrenatural na Literatura**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1987.

¹⁶ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 23, p.15-29, jan./jun. 2011, p. 17. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>. Acesso em: 20/05/2020.

ligadas. A sua simbologia, cruzando-a com elementos biográficos do escritor, conectando e confrontando tais particularidades, ajudam-nos a entender sua resposta para esse mundo e a olhar suas representações do medo, articuladas à sua interpretação da modernidade e de seus fenômenos.

É importante, como diz Bezarias¹⁷, não cairmos na simples oposição dualista, de apenas pinçar citações românticas que demonstrem suas reações perante o mundo exterior, como um simples objeto que é, ou condicionado pelo contexto, ou resultante da estrutura, mas, entendermos também as bases sociais e ideológicas do autor.

A noção de representação colabora nesse entendimento e nos auxilia analiticamente na compreensão das coordenadas espaço-temporais em que o autor e sua produção estão inseridas:

Em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder.¹⁸

Ela nos permite adentrarmos nas diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social.

O horror cósmico e a representação do medo

“A emoção mais forte e mais antiga do homem é o medo, e a espécie mais forte e mais antiga de todos os medos é o medo do desconhecido”.¹⁹ A obra produzida por Lovecraft perpassa por mais de cem narrativas, poemas, um ensaio

¹⁷ BEZARIAS, Caio Alexandre. **A totalidade pelo horror – o mito na obra de Howard Phillips Lovecraft**. *Op. Cit.*

¹⁸ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Op. Cit.*, p. 20. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>. Acesso em: 20/05/2020.

¹⁹ LOVECRAFT, H.P. **O Horror Sobrenatural na Literatura**. *Op. Cit.*, p. 01.

histórico-crítico sobre a literatura de horror e um número imenso de cartas. Citações de livros fictícios, ocultismo, monstros e criaturas das mais fantásticas e malignas, estilo, linguagem e voz narrativa são elementos que transpõem sua produção. Porém, um elemento que norteia toda sua escrita, quase com um caráter ubíquo, é o horror cósmico. Como o próprio diz:

Todos os meus contos são baseados na premissa fundamental que as leis humanas comuns e interesses e emoções não têm validade ou importância na vastidão do cosmos.... Para alcançar a essência da exterioridade real, quer de tempo, espaço ou dimensões, deve-se esquecer que coisas tais como vida orgânica, bem e mal, amor e ódio, e todos semelhantes atributos locais de uma desprezível e temporária raça chamada humanidade, tenham existência real.²⁰

Tomando isso como linha, é perceptível em seus escritos os medos que o autor quer representar. Para compreendermos melhor essas questões vejamos os resumos de alguns de seus contos.

No conto “Ele” (de 1925), acompanhamos um narrador que deixa a Nova Inglaterra para se aventurar na cidade de Nova York em busca de inspiração para seus poemas, porém, o que encontra é um estado de decadência e morte da cidade. O personagem resolve fazer passeios relatando a vivência que encontrava nesse local, até que certo momento encontra *Ele*, que o convida a fazer um tour pelos lugares históricos da cidade e desconhecidos pela maioria das pessoas. Curioso, o narrador concorda e o segue até chegarem a uma mansão de estilo Georgiano do século XVIII. Chegando lá, *Ele* conta que seu antepassado descobriu o segredo dos Nativos Americanos com relação ao tempo e o espaço, guardando um segredo que estava naquele local. O que se ocultava era uma cidade com objetos voadores e seres dançantes com uma melodia fúnebre. Após ficar estupefato com a cena, um ser aparece na sala e se apodera de *Ele*, atacando o protagonista e obrigando-o a fugir. Por fim, o narrador consegue escapar e retorna para sua “pura” Nova Inglaterra.

²⁰ “Now all my tales are based on the fundamental premise that common human laws and interests and emotions have no validity or significance in the vast cosmos-at-large...To achieve the essence of real externality, whether of time or space or dimension, one must forget that such things as organic life, good and evil, love and hate, and all such local attributes of negligible and temporary race called mankind, have any existence at all”. LOVECRAFT, H.P. **Selected Letters (1925-1929)**. *Op. Cit.*, p. 150, tradução nossa.

É importante salientar que esse conto foi escrito na época em que o autor ainda estava morando em Nova York e, como diz S.T. Joshi²¹, pode ser visto como “um grito de desespero”. Certamente, dentre os medos que o autor buscava representar, estava o medo com que se deparava ante o desconhecido movimento da modernidade e da modernização, caracteristicamente a cidade moderna, a multidão de pessoas e de sensações.

Sua abertura é conhecida como:

Vi-o em uma noite de insônias, quando caminhava desesperadamente, para salvar a minha alma e meu modo de ver. A minha vinda para Nova York fora um erro. Pois ao procurar fascinantes maravilhas e inspiração, nas labirínticas e antigas ruelas que serpenteiam sem fim, a partir de pátios esquecidos e zonas marítimas igualmente esquecidas – e em ciclópicos arranha-céus modernos e em pináculos que se erguem escuros e babilônicos sob uma lua exangue – encontrara apenas um sentido de repulsa e opressão que me ameaçavam dominar, paralisar e destruir.²²

Retomando o conceito de representação de Chartier, podemos dizer que Lovecraft, nesse conto, quer representar uma sociologia de Nova York. Assim como o escritor, aqui o narrador viaja para a cidade, mais especificamente no bairro de Greenwich Village, na busca de oportunidades. Nosso protagonista, durante o passeio, costuma relatar os aspectos que o lembravam da Nova Inglaterra e a “degeneração” da megalópole, nesse caso, representada pelos imigrantes: “A multidão que fervilhava através dessas ruas, era constituída por estrangeiros, de pele escura, de rostos rudes e olhos em bico, pessoas de outras paragens, sagazes e sem sonhos”²³. Os imigrantes aqui são representados ao mesmo nível dos vermes e que, segundo S.T. Joshi²⁴, “não tinham ‘conexão familiar’ com a cidade”, quer dizer, eram indivíduos que vinham para difamar a cidade, já que ela foi fundada por holandeses e ingleses, e esses imigrantes eram de uma tradição diversa. Conforme vimos anteriores, uma tradição aceitável para o autor.

²¹ JOSHI, S.T. **A Vida de H.P. Lovecraft**. *Op. Cit.*, p. 257.

²² LOVECRAFT, H.P. Ele. *In: Os melhores contos H.P. Lovecraft*. Brasil: LeBooks, 2019, p. 27.

²³ *Ibidem*, p. 28.

²⁴ JOSHI, S.T. **A Vida de H.P. Lovecraft**. *Op. Cit.*, p. 258.

Para Lovecraft, o fato de a cidade não parecer como as velhas Londres e Paris a caracterizava como “um corpo estendido e [um] embalsamento sem perfeição, infestado de inusitados elementos animados que nada teriam que ver com sua vida anterior”.²⁵ Após as tensões que o conto encaminha, no encontro do personagem *Ele*, a chegada na mansão, a criação do clima de horror etc., temos como conclusão a representação de seu medo dentro desse conto. O que está explícito na cena em que o protagonista vê uma cidade monstruosa, nada mais é que a futura Nova York das suas piores experiências:

Vi um cenário que irá sempre atormentar meus sonhos. Vi um céu eivado de objetos voadores e, por debaixo destes, uma infernal cidade negra com gigantescos terraços de pedra e com ímpias pirâmides apontadas para a lua, [...] pude aperceber-me dos olhos amarelos e semicerrados do povo dessa cidade, horripilantemente vestido de laranja e vermelho, e dançando loucamente, ao som de febris timbales e de crótalos obscenos, [...] um oceano de betume amaldiçoado.²⁶

Como diria Jacques Bergier, “talvez seja necessário ter sofrido muito para apreciar Lovecraft...”.²⁷ Já que “a vida é dolorosa e decepcionante”, que “é inútil, portanto, escrever novos romances realistas”, segundo atesta Houellebecq. Para o ensaísta, “geralmente sabemos onde estamos em relação à realidade e não nos importamos em saber mais nada”. A “humanidade, tal como é, inspira apenas uma curiosidade atenuada em nós. Todas aquelas ‘notações’, ‘situações’, anedotas prodigiosamente refinadas”, tudo “o que eles fazem, uma vez que um livro é posto de lado, é reforçar a leve repulsa que já é adequadamente nutrida por qualquer um de nossos dias de ‘vida real’”.²⁸

Para Houellebecq, assim como para Lovecraft, haveria a necessidade de “um antídoto supremo contra todas as formas de realismo”.²⁹ A realidade, por mais brutal e desgraçada aos olhos do autor de Providence, exigia um tratamento que introjetasse mais horror a sua descrição. “Estou tão terrivelmente cansado da humanidade e do mundo que nada pode me interessar, a menos que contenha

²⁵ LOVECRAFT, H.P. Ele. In: **Os melhores contos H.P. Lovecraft**. *Op. Cit.*, p. 28.

²⁶ *Ibidem*, p. 41.

²⁷ BERGIER, Jacques. Apud: HOUELLEBECQ, Michel. **H.P. Lovecraft**. *Op. Cit.*, p. 24.

²⁸ *Ibidem*, p. 24.

²⁹ *Ibidem*, p. 24.

alguns assassinatos em cada página ou lide com os horrores inomináveis e inexplicáveis que vêm dos universos externos”.³⁰

A seguir, tratamos de apresentar panoramicamente os contos do chamado “ciclo de Cthulhu”.³¹ Em “O Chamado de Cthulhu” (de 1926), acompanhamos a narrativa de um jovem desesperado e febril, qual diz ter descoberto horrores que a humanidade jamais imaginaria. Com base nisso é revelada a existência dos Grandes Antigos³², por meio de um culto secreto que realizava sacrifícios rituais com extrema crueldade e que se esconde nos lugares remotos da humanidade. Eles são devotos do ser chamado *Cthulhu*, que habitava a Terra há bilhões de anos, quando a humanidade surgiu. Tal ser estabeleceu contato com os primeiros homens, de forma que o culto viesse a surgir, preparando um ritual para o retorno da entidade. Cético com os relatos encontrados, o narrador decide ir empreender suas próprias investigações e encontra o relato de Johansen. Nessa narrativa, Johansen encontra uma gigantesca coluna de pedra e vai ao seu encontro. Chegando lá avistam uma criatura grotesca que o persegue. No final, consegue fugir, ficando louco e morrendo logo em seguida, deixando esse relato para sua esposa.

Em “A sombra vinda do tempo”, publicado em 1935, somos apresentados à história do professor Nathaniel, que durante uma aula sofre um colapso e perde sua memória por cerca de cinco anos. Durante esse período, o protagonista sofre de dupla personalidade, adquirindo interesse por ocultismo e magia negra. Com essa segunda personalidade, começou a pesquisar sobre o assunto e a explorar lugares que tinham ligação com o tema. Passados os cinco anos, Nathaniel se recupera da perda de memória, porém, começa a ser perturbado por sonhos que com o passar do tempo vão se tornando cada vez mais bizarros. Em um primeiro momento ele sonha com lugares grandiosos e com uma arquitetura que ele nunca viu, na qual aparentemente têm uma antiguidade inimaginável para o ser humano.

³⁰ LOVECRAFT, H.P. *Apud: Ibidem*, p. 24.

³¹ Apesar de ser comum utilizar da ferramenta do “ciclo de Cthulhu” ou “Mitos de Cthulhu”, tal conceito não foi criado pelo autor, mas sim por August Derleth.

³² Os Grandes Antigos são seres ancestrais que vieram para a Terra antes mesmo do surgimento da vida celular aqui. Seres esses de extrema inteligência e poder, cultuados por humanos e não-humanos. Atuaram como divindades ou líderes soberanos que caíram em sono profundo, e seu despertar representaria o fim da raça humana. (São os principais agentes que representam a filosofia de Lovecraft em seus trabalhos literários).

Até que nesses sonhos começam a aparecer criaturas, e, no seu ápice, o próprio professor se vê como um desses seres.

Neste momento o narrador resolve fazer uma série de pesquisas para entender o motivo de isso estar acontecendo. Ele entra em contato com outro professor da Austrália, que conhece um local desértico onde esses sonhos são comuns. Decidem seguir viagem para esse território, até que Nathaniel, vagando pela região, encontra o local de seus sonhos, uma grande cidade abaixo do deserto. Explorando este lugar, encontra um documento que desvendaria todo o mistério do espaço, do tempo e da eternidade. Logo após esses eventos, o protagonista começa a ouvir barulhos estranhos. Chegando cada vez mais perto, resolve por sair do local. Na sua busca pela saída, avista a criatura que o perseguia. Por fim, consegue fugir daquele labirinto e, no último parágrafo, ficamos sabendo que a escrita vista naquele documento não era de todo estranha. Na verdade, era transcrita com o nosso próprio alfabeto. Na verdade, era sua própria caligrafia.

Por fim, no conto “Nas Montanhas da Loucura” (de 1936), novamente acompanhamos a história de um narrador em primeira pessoa que relata uma aventura vivida por ele mesmo, um geólogo integrante de uma expedição científica com o objetivo de descobrir os mistérios do coração da Antártida. Narrando a descoberta de corpos preservados pelo gelo, a expedição descobre uma espécie de criatura inteligente desconhecida pelos homens e, posteriormente, uma cidade desértica erguida por esses seres. Os cientistas dessa expedição logo descobrem que esses seres são os chamados “Antigos”, citados nos livros mais terríveis e estranhos conhecidos pelos ocultistas. Ao adentrarem as montanhas da loucura, sua sanidade se perde, até não aguentarem mais, fugindo logo em seguida com toda a pressa daquele local.

Descritos os contos, passamos agora a tecer algumas considerações analíticas e relacioná-los aos nossos referências conceituais e teóricos. Retomando Carroll³³, nossos medos e curiosidades, que podem causar a fascinação, podem igualmente serem estimuladas e orquestradas pelo tipo de estruturas narrativas que aparecem com tanta frequência no gênero.

³³ CARROLL, Noël. **A filosofia do horror ou Paradoxos do coração**. *Op. Cit.*, p. 288.

Percebe-se nos contos de Lovecraft certo padrão de narrativa, pois geralmente sua história acompanha um narrador que relata uma vivência que aconteceu em busca de um mistério, via de regra, caracterizado por pessoas simples e céticas. O protagonista, nesse caso, comumente vai buscar explicações racionais para os acontecimentos; e nessa procura acaba por encontrar coisas que não deveria, o desconhecido.

Claro está que Lovecraft deseja com essa estratégia apresentar narrativamente a experiência abrupta da contradição: o cético que se depara com o absurdo, com o inaceitável, com o indizível, com o contrassenso. A modernidade e seus epifenômenos conquistavam rapidamente cada vez mais terreno e os espaços para o oculto, para a dúvida, para o inexplicável – afinal, substância do gênero narrativa que analisamos –, ia ficando nos cantos e nas entrelinhas.

A experiência do desconhecido está muito ligada com a filosofia de mundo em que Lovecraft acreditava e na sua estética de apresentação narrativa, o horror cósmico. Além do mais, a visão para com o outro de forma xenofóbica, racista e também a racionalização do indivíduo junto aos avanços tecnológicos que aconteciam nos Estados Unidos da época, está ligada ao corpo literário que viria a criar.

A narrativa de horror, a despeito de seus críticos, não apenas sobrevivia, mas vinha se aperfeiçoando, justamente por estar associada a mecanismos profundos e fundamentais do ser humano. Seu apelo, se não era universal, era pungente e constante para aqueles que possuíssem a necessária sensibilidade. Lovecraft compreende, pois, o gênero sujeito a uma certa predisposição do leitor. O apelo da literatura de horror dependeria de um certo grau de imaginação, bem como de uma capacidade para se afastar das demandas da vida cotidiana. Ainda que admitisse serem poucos os que possuíam tais qualidades, uma vez que os temas corriqueiros do dia-a-dia dominavam a maior parte da experiência humana, o ensaísta acreditava que mesmo nos indivíduos mais racionais residiria uma herança biológica capaz de ser tocada pelas narrativas que inspiram medo.³⁴

É interessante notar que Lovecraft possuía uma profunda percepção do gênero literário que adotara como sendo seu. Analisava, tecia considerações,

³⁴ FRANÇA, J. O horror na ficção literária: reflexão sobre o "horrível" como uma categoria estética. **Anais do XI Congresso Internacional da Abralic**. São Paulo: [s.n.]. 2008, p. 04.

explorava diferentes formas de narrar, diferentes construções de personagens, cenários e ambientações. Sua percepção sobre a experiência do medo e do horror era a de alguém que pensava intensamente sobre o tema, dotando sua reflexão com grande densidade.

O argumento de Lovecraft é que a experiência do desconhecido, por sua imprevisibilidade, tornou-se para nossos antepassados primitivos uma fonte terrível e onipotente, tanto de graças quanto de calamidades, capazes de premiar ou punir a humanidade por razões que nos eram misteriosas, pois pertenciam a esferas da existência sobre as quais nada sabíamos, nem tomávamos parte. A experiência do sonho ajudou a construir a noção de um outro mundo, irreal ou espiritual. Nossa origem selvagem deixou-nos muito próximos do sentimento do sobrenatural e nos tornou hereditariamente suscetíveis a todo o tipo de superstições. Nosso inconsciente e nossos instintos estariam, pois, intimamente ligados a esses sentimentos, a despeito do quanto pudesse se afastar a mente consciente das fontes do maravilhoso.³⁵

É também proveitoso dizer que essas expressões do medo e do horror, narrados por Lovecraft em seus contos, ou então analisados em seu ensaio e em suas cartas, traduzem em parte aspectos importantes da dinâmica social que o autor estava inserido. Como já mencionado, sua experiência novaiorquina, sua visão racista e xenofóbica dos imigrantes orientais, as multidões, a ocupação desordenada de uma megalópole em formação, o fenômeno da velocidade e aceleração do tempo e da sua percepção, a quebra do decoro e dos valores aristocráticos presente no mundo cada vez mais urbanizado, etc. Todos esses elementos também revelam uma questão secundária: a medida com que esses medos e horrores revelam as tensões com o fenômeno da modernidade.

Em se tratando das outras culturas e raças, Lovecraft trata isso também em suas cartas, quando alega que associa as gangues estrangeiras em Nova York com os ocultistas em seus contos:

A ideia de que existe magia negra em segredo hoje em dia, ou que os ritos antigos ainda sobrevivem na obscuridade, é uma que eu usei e usarei novamente. Quando você ver meu novo conto O Horror em Red Hook, você verá que faço a conexão com gangues

³⁵ *Ibidem*, p. 04.

de jovens mocassins e manadas de estrangeiros de aparência maligna que se vê por todos os cantos de Nova York.³⁶

Assim como em “O Chamado de Cthulhu”, é dessa forma que o escritor descreve o culto:

Todos os prisioneiros se provaram homens de origem muito baixa e mestiçada, tipos mentalmente aberrantes. A maioria era de marinheiros e alguns poucos negros e mulatos, em grande parte indianos ocidentais ou portugueses de Brava, das ilhas de Cabo Verde, que emprestavam um tom de voduísmo ao culto heterogêneo. Mas antes que muitas questões fossem feitas se tornou manifesto que algo bem mais profundo e antigo do que um simples fetichismo sombrio estava envolvido.³⁷

A vinda de imigrantes e mestiços, foi um dos elementos centrais que gerou inquietação entre os norte-americanos nascidos em solo local, estando representado na ficção lovecraftiana. Quando chegaram aos Estados Unidos, a grande maioria dessas pessoas vindas de fora se estabeleceram em associações ou clubes de ajuda mútua. Tal acontecimento fez com que crescesse no imaginário tradicional o sentimento de culto, um lugar em que se apegavam a suas origens e culturas consideradas “estranhas”. Lovecraft nutria do mesmo sentimento, sendo este exposto em grande parte de sua obra:

Em uma clareira natural do pântano havia uma ilha gramada de talvez acre de extensão [...], saltava e se contorcia nessa ilha a horda mais indescritível de anormalidade humana que ninguém, a não ser um Sime ou um Angarola, seria capaz de retratar [...]. Degradadas e ignorantes como eram, as criaturas se apegavam com consistência surpreendente à ideia central de sua abominável fé.³⁸

Grupos infinitos de imigrantes surgiam como um conglomerado que se afastava do que era considerada a sociedade normal e correta, eram deformadores

³⁶ “The idea that black magic exist in secret today, or that hellish antique rites still survive in obscurity, is one that I have used and shall use again. When you see my new tale The Horror at Red Hook, you will see what use I make of the idea in connexion with the gangs of young loafers and herds of evil-looking foreigners that one sees everywhere in New York”. LOVECRAFT, H.P. **Selected Letters (1925-1929)**. *Op. Cit.*, p. 26, tradução nossa.

³⁷ LOVECRAFT, Howard Phillips. A sombra vinda do tempo. In: **H.P. Lovecraft: Medo clássico**. Rio de Janeiro: Darkside, 2017, p. 134.

³⁸ *Ibidem*, p. 132-4.

do mundo, cultuando criaturas, o “degenerado”. Tais pessoas realizavam seu culto nas matas e pântanos, porém, seu hábitat era a cidade.

Enfim, exemplos não faltam para demonstrar essa ideia. Lovecraft costuma associar as entidades malignas, monstros e os cultos macabros de suas histórias ao estrangeiro, principalmente de lugares distantes como o Oriente, a África, a Groelândia e a Oceania, caracterizando-os como loucos e degenerados seguidores de algum deus pagão. Além disso, tal caracterização não se restringia a essas minorias, mas também aos brancos que considerava de origens “problemáticas”, o que inclui algumas etnias europeias e estadunidenses de origem humilde. Segundo Dutra³⁹, os contos “O Medo à Espreita” e “O Velho Terrível”, apresentam pessoas pobres de origem branca que vivem como degenerados, tanto no sentido biológico quanto social, sendo utilizados para caracterizar, por exemplo, poloneses, italianos e portugueses.

É importante destacar e ter certa criticidade com seus escritos, entendendo que Lovecraft está dialogando inteiramente com a modernidade (a industrialização, a imigração, a figura do estrangeiro, o trabalho escravo negro, as grandes massas urbanas, a racionalização etc.). Para ele, essa modernidade seria como um fluxo que viria para destruir a sociedade pura e aristocrática a qual defendia. Para o autor, os indivíduos que chegavam, na esteira desse fenômeno, eram parte da repudiada modernidade, sendo desta forma, impuros. Daí compreende-se o seu extremado reacionarismo aristocrático, em sua maior parte ficcionalizado e performatizado por sua imaginação.

Aqui, cabe um julgamento. Lovecraft não consegue ultrapassar essa visão e entender que a modernidade acaba por oprimir justamente esses indivíduos. Para entendermos isso, peguemos alguns pontos importantes do início do século XX nos EUA. Nesse contexto, temos a promulgação das leis Jim Crow. Essas eram leis discriminatórias, que negavam direitos aos negros, marginalizados econômica e educacionalmente. Propunham uma separação entre raças. Nesse período, temos

³⁹ DUTRA, Daniel Iturvides. **A utopia na obra de H.P. Lovecraft**: uma leitura política de *At The mountains of Madness*. *Op. Cit.*, p. 120.

também o ressurgimento da Ku Klux Klan. Ribeiro⁴⁰ nos ajuda a entender um pouco do imaginário racial desse período através do filme “O Nascimento de uma Nação”, de 1915, dirigido por D.W. Griffith. A pesquisadora apresenta o sentimento de medo branco ocasionado pela recepção da sociedade aos negros libertos. O renascimento da Klan parte desse pressuposto, já que esta estava comprometida em defender os “direitos dos brancos” de influências indesejadas. As semelhanças com Lovecraft são perceptíveis.

Outro aspecto é o extermínio da população indígena com a expansão para o Oeste. Esta tinha o objetivo de controlar o “mundo selvagem”. Por fim, temos o aparecimento do sentimento nativista. A presença de um grande número de outros povos falando sua própria língua, praticando religiões diferentes da protestante, fez com que parte dos estadunidenses rejeitasse os novos imigrantes.

Alguns setores da sociedade acreditavam que o governo havia cometido um erro ao admitir no país uma leva tão grande de latinos, eslavos, católicos e judeus, considerados inferiores, menos civilizados, ignorantes etc.⁴¹

A modernidade não diminui as questões e tensões raciais e sociais. Em certos pontos de vista, ela aprofunda. Em certa medida, uma das linhas de força da racionalidade moderna se modula a partir de um controle paulatino do desconhecido, do “selvagem”, do arredo à apreensão racional. E, por óbvio, todo esse movimento se dá através de protagonistas que detêm as “armas” do sentido, as armas reais da dominação e do controle. O Estado e seus agentes, os cientistas, os banqueiros e financistas, etc., são alguns desses protagonistas da modernidade e dos processos modernizadores. Daí a tensão inevitável no confronto com tudo aquilo que foge do terreno moderno e que habita para além de suas fronteiras.

Já que essas características da visão de Lovecraft não são únicas dele, mas sim do imaginário da época, vide os linchamentos em praça pública de negros e, por exemplo, o massacre de Tulsa, quando multidões de brancos atacaram a comunidade negra de Greenwood. Ou seja, temos que ter em mente que os relatos

⁴⁰ RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Conquistas negras: os conceitos de raça e nação nos Estados Unidos na passagem do séc. XIX para o XX. **Zona de Impacto**, Maceió, V. 6, p. 1-10, 2004.

⁴¹ JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)**. *Op. Cit.*, p. 146.

que Lovecraft faz sobre esses indivíduos não são um retrato fiel da realidade, mas uma representação do autor, que evidencia seus próprios preconceitos, estereótipos, estigmas, enfim, sua visão de mundo.

Outro fator que subjaz suas obras é a relação entre o horror e a razão. A racionalidade e a exaltação do progresso eram elementos típicos do mundo moderno e industrial do período. A presença dessa modernidade é representada em seus contos permeando o horror cósmico.

Em suas narrativas, as cidades possuem importância central, o descobrimento de uma majestosa megalópole é fundamental para o aparecimento do horror ao qual Lovecraft quer representar. Descritas como locais de uma antiguidade pré-humana, essas metrópoles são produtos das mais refinadas técnicas, fazendo uma apologia invertida do racionalismo desse período, o qual a imaginação humana não poderia conceber. “A cidade torna visíveis e incômodas às contradições que, no tempo em que viveu Lovecraft, já não mais podiam ser ocultadas por meio da oposição ‘campo saudável’ contra ‘cidade maligna’”.⁴² Cthulhu, um dos Grandes Antigos, vive na cidade de R’yleh, um local descrito com:

[...] superfícies grandes demais para pertencer a qualquer coisa própria desta terra [...] a geometria do lugar onírico era anormal, não euclidiana, sugerindo dimensões horrendas e completamente apartadas da nossa [...]. Não se podia ter certeza que o mar e a terra eram horizontais, pois a posição relativa de tudo o mais parecia espectralmente variável.⁴³

Essas noções enchem o narrador com um pavor que vai ao âmago dos pavores que o ser humano pode conceber. A técnica que ergueu esse monumento é tão inumana que produz um horror perante a magnitude, imensidão, que demonstra a indiferença que o universo tem com a humanidade. As cidades, ao mesmo tempo em que guardam os segredos que destroem o lugar que o homem se colocou no universo, também expressam o horror imediato de quem as encontra.

⁴² BEZARIAS, Caio Alexandre. **A totalidade pelo horror – o mito na obra de Howard Phillips Lovecraft**. *Op. Cit.*, p. 63.

⁴³ LOVECRAFT, Howard Phillips. A sombra vinda do tempo. In: **H.P. Lovecraft: Medo clássico**. *Op. Cit.*, p. 148-149.

Hobsbawm⁴⁴ lembra-nos que o final do século XIX foi um período de lutas para se chegar aos rincões da terra, “[...] a exploração já não consistia em ‘descobertas’, mas numa forma de esforço atlético [...], mesclado a importantes elementos de competição pessoal e nacional [...], de dominar os ambientes físicos mais duros e inóspitos”. E isso se fazia presente nos escritos de Lovecraft, já que geralmente acompanhamos aventureiros e exploradores que buscavam investigar o desconhecido. É o caso de “Nas Montanhas da Loucura” e a expedição científica pelo coração da Antártida, onde a cidade que eles encontram é descrita como:

Consistia, em sua maior parte, paredes de gelo cristalino de três a cinquenta metros de altura e de espessura que variava entre os dois a quatro metros. [...] Uma megalópole ranqueada entre sussurradas blasfêmias pré-humanas, tais como Valúsia, R’lyeh, Ib na terra de Mnar.⁴⁵

Quanto mais o ser humano adentra esses locais desconhecidos, quanto mais a ciência avança, mais ela se torna falha. Aqui, Bezarias⁴⁶ traz a ideia de que “o contínuo refinamento técnico da civilização ser, a gestação progressista e inexorável do mundo em que os Grandes Antigos farão seu retorno definitivo”, em outras palavras, é justamente essa busca pelo desconhecido que fará os monstros de sua mitologia retornar.

Em suma, esses contos buscam representar histórias sobre personagens que encontravam ameaças tão antigas, tão desconhecidas e monumentais que elas se provam horrores além da compreensão humana. Deuses que habitam dimensões profundas e que pouco se importam com os seres humanos, criaturas do espaço que mal podem ser descritas com palavras, coisas tão intangíveis que elas despedaçam a noção de realidade dos personagens, os levando a completa loucura.

É importante deixar claro que a filosofia de Lovecraft seguia o materialismo mecanicista, como o mesmo o apresenta. E os ciclos de Cthulhu são ferramentas e elementos que o autor utiliza para fazer a sua crítica.

⁴⁴ HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2016, p. 30.

⁴⁵ LOVECRAFT, Howard Phillips. Nas Montanhas da Loucura. In: **H.P. Lovecraft: Medo clássico**. Rio de Janeiro: Darkside, 2017, p. 210-212.

⁴⁶ BEZARIAS, Caio Alexandre. **A totalidade pelo horror – o mito na obra de Howard Phillips Lovecraft**. *Op. Cit.*, p. 55.

O pensador materialista é o único que faz uso do conhecimento e da experiência que as eras trouxeram para a raça humana. Ele é o homem que, deixando de lado os instintos vê o cosmos com um mínimo de preconceito pessoal, como um espectador desapegado que vem com a mente aberta a uma visão sobre a qual ele afirma não ter conhecimento prévio. Ele aborda o universo sem preconceitos ou dogmas; não tem intenção de planejar o que deveria ser, ou de espalhar qualquer ideia em particular pelo mundo, mas devotar apenas à percepção e, tanto quanto possível, à análise do que quer que possa existir. Ele vê a infinidade, a eternidade, a falta de propósito e a ação automática da criação, e a insignificância absoluta e abismal do homem e do mundo nela. Ele vê que o mundo é apenas um grão de pó que existe por um momento, e que, conseqüentemente, todos os problemas do homem são como nada - meras ninharias sem relação com o infinito, assim como o próprio homem não tem relação com o infinito.⁴⁷

Logo, metaforicamente, o materialista seria o grande Cthulhu, aquele que observa a humanidade e o universo de uma forma imparcial, sem se deixar levar pelas aspirações e idealizações humanas, compreendendo a própria existência como insignificante num universo vasto e eterno.

As representações do medo nesses contos estão ligadas a ideia do cosmicismo, o ciclo de Cthulhu, portanto, é uma ferramenta do autor para dar vazão a sua mensagem filosófica. Essa mensagem, segundo S. T. Joshi⁴⁸, dialoga com os filósofos Bertrand Russell e George Santayana. Através de mecanismos de enredo o autor consegue expressar sua filosofia, artifícios esses que são divididos em três grupos gerais:

O primeiro, dos 'deuses' inventados e dos cultos e adorações que surgem em torno deles; depois, uma crescente biblioteca de livros

⁴⁷ "The materialist is the only thinker who makes use of the knowledge and experience which ages have brought to the human race. He is the man who, putting aside the instincts and desire. View the cosmos with a minimum of personal bias, as a detached spectator coming with open mind to a sight about which he claims no previous knowledge. He approaches the universe without prejudices or dogmata; intent not upon planning what should be, or of spreading any particular idea throughout the world, but devoted merely to the perception and as far as possible the analysis of whatever may exist. He sees the infinity, eternity, purposelessness, and automatic action of creation, and the utter, abysmal insignificance of man and the world therein. He sees that the world is but a grain of dust in existence for a moment, and that accordingly all the problems of man are as nothing - mere trifles without relation to the infinite, just a man himself is unrelated to the infinite". LOVECRAFT, H.P. **Selected Letters (1932-1934)**. *Op. Cit.*, p. 42, tradução nossa.

⁴⁸ JOSHI, S.T. **A Vida de H.P. Lovecraft**. *Op. Cit.*, p. 335.

míticos de tradições ocultistas; por fim, uma topografia fictícia da Nova Inglaterra (Arkham, Dunwich, Innsmouth etc.).⁴⁹

Baseado nisso, o medo representado por Lovecraft não é um conflito, não há luta cósmica entre o “bem e o mal”, não existem seres que busquem nos proteger dos “malignos”. Sua visão é pessimista, o “objeto ausente”, como diz Chartier⁵⁰, que no caso aqui é o medo, é substituído por uma “imagem” capaz de representá-lo, sendo seus contos e suas características. Assim, a filosofia concreta (o seu medo), que Lovecraft quer nos mostrar é o de que a humanidade não é o centro do cosmos, e não há quem nos ajude contra as entidades que de tempos em tempos descem à terra.

Lembrando Delumeau⁵¹, “o medo humano, filho da nossa imaginação, não é uno mas múltiplo, não é fixo mas perpetuamente cambiante. [...] é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos”. Lovecraft está aqui se defendendo contra a modernidade, contra o mundo, e quando viu que não poderia vencer a batalha foi capturado pelo seu inimigo: “Eu acho que um autor reflete fortemente o que está a sua volta, e o que ele faz de melhor é encontrar seus elementos de incidente e cores em uma vida e um passado com os quais teve uma real e profunda relação”.⁵² Ou seja, a modernidade o agarra e esculpe seu modo de pensar, que é o da reação, do retorno a um mundo aconchegante e controlável, em uma vida bucólica e feliz na Rhode Island de seu passado aristocrático.

Considerações finais

As imagens, cultos, cidades e os medos que o autor quer representar em seus contos remetem às mudanças pelas quais a sociedade estava passando, em especial, o fenômeno da modernidade, junto a sua conjuntura familiar e a internalização de uma tradição aristocrática. Era a dicotomia realidade conhecida *versus* mundos desconhecidos, a tensão entre as transformações geradas pelo

⁴⁹ *Ibidem*, p. 281.

⁵⁰ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.

⁵¹ DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. *Op. Cit.*, p. 23.

⁵² “I think an author strongly reflects his surroundings, and that he does best in founding his elements of incident and colour on a life and background to which he has a real and deep-seated relation”. LOVECRAFT, H.P. **Selected Letters (1925-1929)**. *Op. Cit.*, p. 100, tradução nossa.

racionalismo, as grandes cidades, a ciência contra o modelo de comportamento vigente.

O presente artigo buscou responder quais os medos que o autor busca representar e o que eles nos revelam sobre a dinâmica social na qual se encontram. E, em que medida esses medos revelam as tensões com o fenômeno da modernidade. Dentro dessa perspectiva, alguns elementos aparecem, como a questão do racismo e a xenofobia, do racionalismo e da industrialização, e por fim o pessimismo com a sociedade.

Lovecraft, na busca de uma essência que retratasse, sob forma narrativa, a ruína de seu mundo regido pelas convenções que herdou, adentrou no cosmos que a seus olhos, eram inumanas, descobrindo forças “bárbaras” e “ancestrais” que repousavam nas entranhas do mundo industrial e delas extraiu aquilo que seria o seu medo definitivo para a explicação da decomposição do mundo.

Contudo, na medida em que Lovecraft tentou criar medos para superar e obliterar o tempo histórico ao qual não aceitava, acabou fazendo esses medos serem capturados pela essência do mesmo tempo histórico. Dessa forma, seus medos criados foram uma recusa de dado momento histórico e ao mesmo tempo a elaboração crítica a ordem social e econômica que dilacerava até mesmo Os Grandes Antigos.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

LOVECRAFT, Howard Phillips. A sombra vinda do tempo. *In: H.P. Lovecraft: Medo clássico*. Rio de Janeiro: Darkside, 2017.

_____. Ele. *In: Os melhores contos H.P. Lovecraft*. Brasil: LeBooks, 2019.

_____. Nas montanhas da loucura. *In: H.P. Lovecraft: Medo clássico*. Rio de Janeiro: Darkside, 2017.

_____. O chamado de Cthulhu. *In: H.P. Lovecraft: Medo clássico*. Rio de Janeiro: Darkside, 2017.

Fontes Secundárias

BARROS, José D`Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n.1/2, p. 145-171, 2003.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEZARIAS, Caio Alexandre. **A totalidade pelo horror - o mito na obra de Howard Phillips Lovecraft**. São Paulo: Annablume, 2010.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARROL, Noël. **A filosofia do horror ou Paradoxos do coração**. São Paulo: Papirus, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/nocaoderepresentacao.pdf>> Acesso em: 20/05/2020.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. Companhia das Letras. 2009.

DUTRA, Daniel Iturvides. A utopia na obra de H.P. Lovecraft: uma leitura política de At The mountains of Madness. **Cadernos do IL (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 45, p. 86-108, 2013.

_____. **O Horror Sobrenatural de H.P. Lovecraft: teoria e praxe estética do horror cósmico**. 2015. 263 f. Tese de Doutorado em Literatura Comparada. Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FRANÇA, J. O horror na ficção literária: reflexão sobre o "horrível" como uma categoria estética. **Anais do XI Congresso Internacional da Abralic**. São Paulo: [s.n.]. 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. **A era dos extremos: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFSTADTER, Richard. **The Paranoid Style in American Politics and Other Essays**. New York: Knopf, 1965.

HOUELLEBECQ, Michel. **H.P. Lovecraft: against the world, against life**. New York: Cernunnos/Dargaud, 2018.

JOSHI, S.T. **A Vida de H.P. Lovecraft**. São Paulo: Hedra, 2014.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)**. São Paulo: Edusp, 2018.

KARNAL, Leandro, et al. **História dos Estados Unidos: Das Origens ao Século XXI**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5º Ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

LOVECRAFT, Howard Phillips. Dagon. In: **H.P. Lovecraft: Medo clássico**. Rio de Janeiro: Darkside, 2017.

_____. **O Horror Sobrenatural na Literatura**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1987.

_____. **Selected Letters (1925-1929)**. Sauk City: Arkham House, 1968.

_____. **Selected Letters (1932-1934)**. Sauk City: Arkham House, 1976.

_____. **Um sussurro nas trevas**. São Paulo: Hedra, 2016.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho. O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história. In: **VII Congresso Internacional de História, XXXV Encuentro de Geohistoria Regional e XX Semana de História**, 2015, Maringá. Anais do VII Congresso Internacional de História, 2015.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaaios**. São Paulo: Editora 34, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Conquistas negras: os conceitos de raça e nação nos Estados Unidos na passagem do séc. XIX para o XX. **ZONA DE IMPACTO**, Maceió, V. 6, p. 1-10, 2004.

SCOTUZZI, Nathalia Sorgon. **Relances Vertiginosos do Desconhecido: a desolação da ciência em H.P. Lovecraft**. 2017. 184 f. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, Araraquara – SP, 2017.

SILVA, Alexander Meireles da. O homus lovecraftus contra a modernidade. **Revista Abusões**, v. 1, p. 44-68, 2017.

WHITE, Richard. **The Republic for Which It Stands**: The United States during Reconstruction and the Gilded Age, 1865-1896. New York: Oxford University Press, 2017.

Recebido: 24/02/2021
Aprovado: 12/09/2021

OS AMERICANOS NO CINEMA SOVIÉTICO DO STALINISMO TARDIO: O DIDATISMO PARA A GUERRA FRIA

Gelise Cristine Ponce Martins¹

Moisés Wagner Franciscon²

Resumo: No cenário da nascente Guerra Fria e do mundo bipolar travou-se uma guerra cultural na qual o cinema foi uma das arenas principais. A URSS rodou filmes de intenso teor antiamericano nos anos finais de Stalin, após a Segunda Guerra, o stalinismo tardio (1945-53). A teoria sócio-cinematográfica de Marc Ferro permite apreender como o Estado se relacionou com a indústria cinematográfica e com os expectadores soviéticos. Num momento de maior controle e maiores exigências políticas sobre o cinema, o nível técnico e a qualidade artística caíram, simplificados, permitindo mensagens mais claras, objetivas e menor tensão com as agências governamentais. Estas demarcavam a ameaça estadunidense à URSS e invertiam a propaganda americana antissoviética.

Palavras-chave: Cinema; Guerra Fria; URSS.

AMERICANS IN THE SOVIET CINEMA OF LATE STALINISM: THE DIDACTISM FOR THE COLD WAR

Abstract: In the scene of the nascent Cold War and the bipolar world, a cultural war was fought in which cinema was one of the main arenas. The USSR shot films of intense anti-American content in Stalin's final years, after World War II, late Stalinism (1945-53). Marc Ferro's socio-cinematographic theory allows us to understand how the state related to the film industry and Soviet viewers. At a time of greater control and greater political demands on cinema, the technical level and artistic quality fell, simplified, allowing for clearer, more objective messages and less tension with government agencies. These demarcated the American threat to the USSR and reversed American anti-Soviet propaganda.

Keywords: Cinema; Cold War; USSR.

Introdução

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo sofreu uma reconfiguração: os impérios coloniais europeus naufragavam, dando lugar paulatinamente aos crescentes impérios americano e soviético, não só muito diferentes frente aos anteriores, como antagônicos entre si em várias esferas, sendo orientação política acerbicar essas diferenças e não atenuá-las, como forma de angariar apoio social interno e externo, configurando-se assim em exatos opostos, cada um reivindicando para si a posição do bem a lutar contra o mal. Em ambos os

¹ Universidade Estadual de Maringá/SEED-PR. Email: gelise.ponce@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Paraná/SEED-PR. Email: mw.franciscon@hotmail.com

países a indústria do cinema – nunca completamente obediente (como o próprio Ferro³ expõe) apesar de importante engajamento – difundiu a versão oficial sobre acontecimentos e situações contemporâneos – por exemplo, o ambiente fruto da divisão de Viena (como Berlim) entre três zonas de ocupação capitalistas e uma soviética, em *O terceiro homem*, de 1949. Fatos recentes, recém-saídos nos jornais e cinejornais, tornavam-se matéria para filmes com importantes mensagens políticas. Poder-se-ia assistir à *O terceiro homem* ou *Vstrecha na Elbe*, 1949 (que, por sua vez, tratava da situação dos berlinenses sob comando americano e soviético), logo após a exibição de algum *newsreel* sobre a tensão na Berlim bloqueada. O cinema configurou-se assim um importante meio de reforço das explicações oficiais sobre o que acontecia no mundo naquele momento. Apesar do tempo médio para a produção de uma película soviética, da produção do roteiro à distribuição das cópias nos cinemas, durar dois anos⁴, as principais crises internacionais duravam meses ou anos, e presenciavam ressonâncias e desdobramentos importantes mesmo passado algum tempo. Além de poderem surgir de maneira implícita e não muito sutil em filmes de época, que lançam sobre guerras passadas as explicações chanceladas para os conflitos presentes. O pouco eficiente modelo soviético de iniciar as filmagens sem um roteiro terminado, permitia refilmagens e acréscimos feitos às pressas, ou que eram morosos, reconfigurando os trabalhos originais contra a vontade dos diretores, mas que cumpriam sua função didática, explicando como se chegou a tal conjuntura política nos palcos da Guerra Fria, como a pressão marítima americana no mar Negro, em *Admiral Nakhimov*, 1946, o fim da aliança anti-Eixo em *Sekretnaya missiya*, 1950, ou das acusações contra a pesquisa científica no ocidente em *Sud chesti*, 1948. Essa meta instrutiva, simplificadora da realidade, voltada para a divulgação entre as massas, é perceptível em uma ampla gama de filmes e gêneros na URSS.

³ FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: NORA, Pierre (org.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

⁴ MILLER, Jamie. **Soviet cinema: politics and persuasion under Stalin**. Londres: I.B. Tauris, 2010.

Em trabalho anterior⁵ procurou-se evidenciar as múltiplas pressões político-sociais que influenciavam o cinema soviético. Como aponta Miller, Denise Youngblood teria passado da constatação das pressões exercidas de baixo para cima no cinema, ou seja, da vontade e expectativas do público consumidor, para uma análise voltada para um controle maior por parte do ambiente de produção – estúdios, diretores, roteiristas, atores⁶. Em outro trabalho, Youngblood⁷ reforça sua visão de pressão de baixo para cima. É mais exato ou mais completo reconhecer que existiam pressões vindas de baixo, do meio e de cima sobre a produção cinematográfica: público consumidor que desejava alguns gêneros sobre outros, diretores e pessoal técnico que queriam se afirmar no meio artístico mas que em geral também queriam boas comissões obtidas dos estúdios e do governo, além de bônus derivados da venda de ingressos, estúdios desejosos de sucessos de bilheteria e ausência de problemas com agências governamentais e a censura – que poderiam prejudicar de várias formas sua produção, e o regime que desejava ver nas telas mensagens positivas e que reforçassem sua propaganda junto à população, ou que legitimassem seus atos – e, no cenário candente da Primeira Guerra Fria⁸, que promovessem a coesão social e cultural diante de possíveis influências externas. E que detinha em seu favor o controle sobre premiações financeiras, honrarias, e coerção policial. Esse jogo de interesses diversos é a melhor explicação para o cinema soviético.

⁵ FRANCISCON, Moisés W. **O cinema soviético representa a Segunda Guerra Mundial** (1945-1991). Curitiba, 2019. Tese de Doutorado. UFPR. Área de Concentração: História, Cultura e Poder. O desaparecimento de um banco de dados *on-line* sobre as bilheterias soviéticas prejudicou a reafirmação e complementação do trabalho de Youngblood sobre a pressão vinda de baixo. No entanto, os dados da audiência que a autora traz em seu livro comprovam o fato.

⁶ MILLER, Jamie. **Soviet cinema: politics and persuasion under Stalin**. Londres: I.B. Tauris, 2010, p. 2.

⁷ YOUNGBLOOD, Denise. **Russian war films: on the Cinema Front, 1914-2005**. Kansas: University Press of Kansas, 2007.

⁸ A Primeira Guerra Fria iniciou-se em 1947, com declarações mútuas de antagonismo, o Plano Marshall e a Guerra Civil Grega, encerrando-se em 1953, com a morte de Stalin e o fim da Guerra da Coreia. Ao lado da Segunda Guerra Fria (1979-1988), caracterizou-se por um crescente de conflitos regionais e tensões entre as duas superpotências, sendo separadas por fases intermediárias de distensão. HALLIDAY, Fred. **Génesis de la Segunda Guerra Fría**. Cidade do México: F.C.E., 1989. A categorização de uma Primeira Guerra Fria auxilia na compreensão do stalinismo tardio.

O período do stalinismo tardio⁹ é, no entanto, uma negação fortíssima (mas ainda assim longe de ser total) da pressão exercida por baixo, retirando da audiência da sociedade soviética seu poder de participar da modelação dessa indústria, cabendo a responsabilidade quase exclusivamente às relações entre o meio e o alto¹⁰. Após a guerra, o número de filmes produzidos, que já era baixo, declinou muito. A maior burocracia devido à mais intensa atuação da censura e do controle político do Ministério do Cinema e à necessidade de reconstruir toda a infraestrutura do país – inclusive de estúdios e cinemas – derrubou a produtividade.

Como nos anos 1930, a planificação, estatização, centralização e controle eram exercidos pelo regime por meio de listas temáticas que os filmes deveriam seguir dentro de um período de tempo – por exemplo, durante os cinco anos de duração do Plano Quinquenal em vigor no momento. Existiam encomendas definidas e bem detalhas por parte do Estado, principalmente para efemérides. No entanto, a maioria dos filmes era idealmente produzida tendo por base o número demandado pelo Estado e pelo Plano e a obediência à lista temática, formulados pelas equipes de roteiristas dos estúdios, que recebiam encomendas numéricas destes. A previsão do plano, no entanto, antes ou depois da guerra, sempre esbarrou nos intrincados e lentos meandros do processo de supervisão e censura. Além da arrecadação das bilheterias que, transmitida ao Ministério do Cinema, era redistribuída para que os estúdios pudessem se manter e produzir. Mais um meio

⁹ Compreendido entre o fim da Segunda Guerra e a morte do ditador (1945-53), caracterizou-se por mudanças profundas no sistema de segurança e repressão internos, que passaram de massivos e indefinidos, com acusações fluídas, para um modelo seletivo, exercida sobre alvos identificáveis e algum processo investigativo; no incremento do culto à personalidade do líder; na promoção de novas campanhas nacionalistas e chauvinistas, e na persecução segundo critérios novos ou repaginados – como o antissemitismo político, ou mais precisamente, anti-sionismo; na reconstrução do país segundo os antigos moldes, mas sob um regime de trabalho mais intenso; por períodos de relaxamento e aumento da censura e do combate à opinião pública independente e as discussões públicas, como dentro das universidades e centros de pesquisa (LEWIN, Moshe. **O século soviético**. Rio de Janeiro: Record, 2007; FÜRST, Juliane. **Late Stalinist Russia: society between reconstruction and reinvention**. Londres: Routledge, 2006; DAVIES, Sarah. **Popular opinion in Stalin's Russia: terror, propaganda and dissent**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997; DEUTSCHER, Isaac. **Stalin**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006).

¹⁰ As interações entre Estado soviético e sociedade e suas influências recíprocas que anulam o modelo puramente piramidal e unidirecional do totalitarismo são analisadas na obra de Lewin. LEWIN, Moshe. **O século soviético**. Rio de Janeiro: Record, 2007; LEWIN, Moshe. **O fenômeno Gorbachev: uma interpretação histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

de controle e pressão por parte do Estado¹¹, mas também fonte de pressão popular sobre a indústria e o pessoal técnico que recebia bônus dependendo da venda de assentos nos cinemas – ou de espaços vagos em locais sem cadeiras, fossem poltronas ou longos bancos de madeira. Antes da televisão se popularizar na URSS, nos anos 1960-70, o cinema era a principal fonte de entretenimento.

Quem apreciasse filmes não teria a sua disposição em nenhum dos anos do stalinismo tardio sequer um filme novo por semana. Pelo contrário, até a morte do ditador, em março de 1953, não teria nem mesmo um a cada duas semanas. Tal indivíduo teria que se contentar com reexibições sem fim, que chegavam a danificar o celuloide, além dos atrasos das províncias que recebiam as cópias vindas das grandes cidades, após saírem de cartaz. Ele assistia o que existisse para assistir, o que anulava qualquer noção de consumo e escolha e, portanto, interferência¹². Mesmo alguém que, privadamente, detestasse a propaganda do regime – e não faltavam pessoas assim durante o stalinismo -, poderia se negar a pagar para vê-la. No entanto, semana após semana, aquele que era muitas vezes um dos únicos ambientes de socialização e distração fora das cidades maiores, continuava a oferecer o mesmo filme em exibição. Talvez não se dirigisse ao cinema interessado em filmes como *Velikoye zarevo* [O grande brilho] (1938) ou *Klyatva* [O juramento] (1946), ambos de Mikheil Chiaureli, mas sim na possibilidade de encontrar conhecidos e pessoas novas¹³. E isso certamente não era o caso dos filmes escapistas que dominaram esses anos de repressão aprimorada, como animações, musicais, filmes sobre o folclore eslavo, biografias de personalidades do período czarista (cientistas, políticos, músicos, militares, geólogos, exploradores, inventores). O período foi chamado de *malokartine*, “fome de filmes”¹⁴. Tão intensa que resultou no retorno oficial do produto importado, banido, ao menos nominalmente, com a exceção das salas de cinema do Kremlin, desde o início dos anos 1930, com a necessidade de formar um mercado cativo para o produto nacional que passava para o modelo de planejamento e

¹¹ MILLER, Jamie. **Soviet cinema: politics and persuasion under Stalin**. Londres: I.B. Tauris, 2010.

¹² KENEZ, Peter. **Cinema and Soviet society: from the Revolution to the death of Stalin**. Londres: I.B. Tauris Publishers, 2001.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ SPRING, Derek; TAYLOR, Richard. **Stalinism and Soviet cinema**. Abingdon: Routledge, 2013.

industrialização acelerada, e isolar culturalmente a população do inimigo externo, dotado de uma indústria sedutora.

Tabela 1: filmes lançados a cada ano pelo cinema soviético

1945	19	1950	13
1946	23	1951	9
1947	23	1952	24
1948	17	1953	45
1949	18	1954	51

Fonte: <http://www.kinoglaz.fr/histoire.php>.

No entanto, ao contrário do que afirma Kenez, a fome de filmes foi tão intensa que, para manter a arrecadação dos cinemas e o entretenimento, foram liberados filmes ocidentais apreendidos durante a Segunda Guerra. E novamente a opção do consumidor se fez presente de forma estreita, marginal. A maior bilheteria de 1951 foi um filme da série *Tarzan*, apreendido entre as cópias alemãs¹⁵ e liberado para o público soviético pessoalmente por Stalin¹⁶ – pelo Comitê Central do partido, em 1948, segundo Taylor¹⁷. Um grande expoente do culto à personalidade do ditador, *Nezabyvaemii 1919 god* [O inesquecível ano de 1919], de Chiaureli, amargou um quarto lugar no mesmo ano de 1951. Se Stalin fosse de fato Tarzan, como compara Andre Bazin, certamente teria ido melhor nas bilheterias¹⁸. Como demonstra Youngblood¹⁹ por meio da comparação entre bilheterias, a população procurava se afastar de filmes de propaganda, e buscava diversão. Boa parte da propaganda anti-anglo-americana acabou inserida em filmes leves de espionagem, ação, drama, etc. Como é o caso das películas elencadas. A expectativa governamental de disseminação de informação oficial era

¹⁵ YOUNGBLOOD, Denise. **Russian war films: on the Cinema Front, 1914-2005**. Kansas: University Press of Kansas, 2007, p. 102-103.

¹⁶ MONTEFIORE, Simon Sebag. **Stalin: the court of the red tsar**. Nova York: Knopf, 2004, p. 516.

¹⁷ TAYLOR, Richard. **Film Propaganda: Soviet Russia and Nazi Germany**. Londres: I.B. Tauris, 1998, p. 48.

¹⁸ BAZIN, André. **O que é Cinema?** São Paulo: Cosac Naify, 2014. Esses *trofeinye filmy*, filmes troféus de guerra, capturados na UFA em Neubabelsberg, eram constituídos por 33 filmes alemães, 31 filmes americanos, cinco italianos, um tchecoslovaco e um britânico BILTEREYST, Daniel; VANDE WINKEL, Roel. **Silencing cinema: film censorship around the world**. Londres: Palgrave, 2013.

¹⁹ YOUNGBLOOD, Denise. **Russian war films: on the Cinema Front, 1914-2005**. Kansas: University Press of Kansas, 2007.

assim limitada pela vontade do público. O regime pressionava o cinema para desenvolver filmes que cumprissem tal objetivo, uma vez que o realismo socialista tem por base um caso comprovado de aprovação pela audiência – o cinema hollywoodiano clássico, com sua linguagem fácil e preocupação com o entretenimento.

Apesar de não ser possível obter a bilheteria de *Serebristaya pyl*, uma lista dos números da audiência soviética pode demonstrar essa relação entre pressões de cima, do meio e de baixo, e como informações políticas didáticas fluíam melhor em gêneros populares. O protagonismo ou coprotagonismo de Stalin, e todo o interesse do regime em seu sucesso e disseminação, não foi páreo para o gosto da plateia. *Padenie Berlina* perdeu, por exemplo, para outra história ambientada na guerra, *Smeliie lyudi*, em 1950, e, como um exemplo que demonstra melhor o despreço dos expectadores pelo intelectualizado cinema vanguardista, *Ivã, o Terrível*, 1944, de Eisenstein, perdeu de maneira clara para o drama de guerra *O arco-íris [Raduga]*, de Mark Donskoy e Raphael Perelstein, lançado em 1943, com áreas imensamente maiores do país ainda sob ocupação nazista e um número ainda menor de salas de cinema em operação.

Tabela 2: Lista parcial das bilheterias soviéticas mencionadas

Admiral Ushakov	1953	26.000.000
Geroi Shipki	1954	24.500.000
Korabli shturmuyut bastiony	1953	22.100.000
Maksimka	1952	32.900.000
Nezabyvaemyy 1919 god	1951	31.600.000
Padenie Berlina	1950	38.400.000
Sekretnaya missiya	1950	24.200.000
Smeliie lyudi	1950	41.200.000
Sportivnaya Chest	1951	20.300.000
Sud chesti	1948	15.200.000
V mirnyye dni	1950	23.500.000
Vstrecha na Elbe	1949	24.200.000
Zagovor obrechyonnykh	1950	19.200.000
Zastava v gorakh	1953	44.800.000
O arco-íris [Raduga]	1943	23.700.000
Ivã, o Terrível	1944	900.000

Fonte: <http://www.kino-teatr.ru>

Os primeiros anos após o fim da Segunda Guerra Mundial (alguns autores poderiam afirmar que mesmo durante o conflito, em especial em sua fase final²⁰) conheceram a deterioração nas relações entre as duas superpotências emergidas da guerra, os Estados Unidos e a União Soviética, e desta última com a anterior superpotência global, a Grã-Bretanha, que se debatia economicamente desde a Primeira Guerra e, após 1945, com a unidade e controle de seu império, um dos alvos das duas primeiras. A nascente Guerra Fria não ocorreu apenas no campo diplomático e militar, mas também no cultural, com a intenção de abafar críticos internos, unificando e dando coesão às suas populações, e de contrapor à propaganda inimiga externa – que, segundo aqueles que elaboravam as novas diretrizes políticas, poderia se infiltrar dentro do país, de seus aliados e satélites obtidos após a Conferência de Yalta, de fevereiro de 1945, ou dificultar sua campanha externa nesse período de descolonização, exuberante em oportunidades econômicas e diplomáticas. O cinema desempenharia um importante papel nesta luta cultural. O foi com os americanos²¹, bem como com os soviéticos. Estes procuraram contrabalançar a propaganda negativa anglo-americana revertendo os perfis elaborados pelos filmes hollywoodianos anticomunistas ou antissoviéticos na imagem dos próprios adversários ocidentais. Assim, sob o discurso de liberdade e democracia, ocultava-se a dominação autoritária e, segundo os critérios de

²⁰ Autores soviéticos salientam ações dos aliados ocidentais como os planos para a Operação Impensável, na qual Churchill pensava em rearmar os prisioneiros de guerra alemães sob controle britânico para se opor a uma possível transgressão soviética das linhas de esferas de influência traçadas de comum acordo pelos três líderes em Yalta, ou a Operação Sunrise, acordada entre o general da Waffen-SS Karl Wolff e o irmão do então secretário de Estado dos EUA John Foster Dulles, o diplomata e agente da OSS e futuro diretor da CIA, Allen Dulles, que suspendeu a guerra no norte da Itália KULKOV, E.; RJECHESKI, O.; TCHELICHEV, I. **A verdade e a mentira sobre a Segunda Guerra Mundial**. Lisboa: Editorial “Avante”, 1985; POSPELOV, P. **La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética**. Progreso: Moscou, 1975; POSPELOV, P. N. **Istorria Velikoi Otecestvennoi Voyny Soiuz**. Moscou: Voenizdat, 1960-65. 6v; ZHILIN, Pavel (org.). **La Grand Guerra Patria de la Unión Soviética: 1941-1945**. Moscou: Progreso, 1985; GRECHKO, A. **Missão Libertadora das Forças Armadas Soviéticas na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Livraria Ciência e Paz, 1985; MAISKI, I. **Quién ayudó a Hitler**. Moscou: Progreso, s/d. Hobsbawm (HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001) lembra-se de que os generais americanos já formulavam planos de ataque nuclear às cidades soviéticas, por meio do novo bombardeio estratégico, antes mesmo do fim do conflito e do fim da aliança antinazista de ambos os países.

²¹ VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas: uma História Social do Cinema no alvorecer da Guerra Fria – 1945-1954**. Niterói, 2006. Tese de Doutorado. UFF. Área de Concentração: Cultura e Sociedade.

Hannah Arendt²², mesmo totalitária. O cinema também pretendia reforçar o discurso oficial sobre a miríade de conflitos que eclodiam nas antigas colônias e territórios ocupados durante a guerra e ainda em litígio. Trata-se, nessa faceta, de uma educação das massas para a Guerra Fria – e em direcionar seu apoio para a política externa emanada por seus dirigentes, alertando-as para a ameaça que as democracias liberais representariam para a URSS e seu novíssimo campo socialista.

Procurou-se selecionar películas soviéticas produzidas entre 1946 e 1954 – um ano após a morte do ditador, pois como aponta Miller²³, o tempo de produção de um filme na URSS demorava dois anos. Um filme encomendado em março de 1953, em média, ficaria pronto apenas no início de 1955. Esses filmes são de diversos gêneros cinematográficos: dramas, espionagem, guerra, biografias, históricos, ação, esportivos, aventura, ficção científica. Todos, em algum momento, esboçam imagens dos rivais anglo-americanos. Dentre estes, assume importância primordial o drama *Serebristaya pyl* [Pó de prata] dos diretores Pavel Armand e Abram Room, de 1953, em virtude de sua descrição dos EUA como um regime totalitário e segregacionista.

Para sua análise, foi empregada a sócio-história cinematográfica, de Marc Ferro²⁴, que, em virtude de sua propensão para a análise de várias películas (e não o esgotamento de apenas um, partindo-se da parte para o todo) como fonte original para uma época, se adéqua melhor à lista de 22 filmes selecionados e analisados. Destes, destacasse sobretudo *Serebristaya pyl* [Pó de prata]. O filme se insere nesse contexto de pressão do regime por obras anti-anglo-americanas, que sirvam no exterior, em festivais de cinema, como a resposta do regime à propaganda antissoviética em Hollywood, no interior como justificativa das ações governamentais, das novas exigências e sacrifícios pedidos à população em virtude do novo e positivo status de superpotência, e com expectativas de difusão da versão oficial sobre os acontecimentos contemporâneos e fonte de coesão interna

²² ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²³ MILLER, Jamie. **Soviet cinema: politics and persuasion under Stalin**. Londres: I.B. Tauris, 2010.

²⁴ FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; FERRO, Marc. **El Cine, una visión de la história**. Madrid: Akal, 2008; FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: NORA, Pierre (org.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

em volta da liderança. Morettin²⁵ e outros, sem dúvida, seriam mais úteis do que Ferro na análise de um único filme, uma vez que estes autores se debruçam sobre possibilidades para esmiuçar a produção e linguagem fílmicas, enquanto o autor francês prefere, em geral, apenas mencioná-las. O objetivo deste artigo é demonstrar como o regime conseguiu elaborar junto ao cinema uma abordagem didática e informativa, segundo a perspectiva do Kremlin, sobre as transformações profundas pelas quais o mundo do pós-guerra passava, com o afundamento dos antigos impérios e a emergência dos dois novos. O que é melhor perceptível por um do contexto da produção fílmica soviética, do qual *Serebristaya pyl* é inseparável, perfazendo vários contatos com outros filmes, mencionados adiante.

A ideia de múltiplas pressões sobre o cinema soviético também deriva do método de Ferro de se passar das fontes escritas e do contexto social para o filme. Sua vinculação ao conceito de mentalidade não é uma obstrução. Existiam elementos que perpassavam todas as mentes do público, dos produtores e do próprio governo soviético, como os traumas recentes da Segunda Guerra, onipresentes na maioria desses filmes. Essa experiência contemporânea com o mundo exterior, fosse de quem sofreu nas longínquas fábricas dos Urais e Sibéria, sob ocupação alemã ou lutou até chegar a pontos tão distantes quanto o Elba, Viena, extremo norte da Noruega ou a Muralha da China, era de grande interesse para o regime no quadro da Guerra Fria. No entanto, entre a população, a *intelligentsia* e gente do próprio partido (como o diplomata Maxim Litvinov), os resultados dessa interação eram diferentes – ao menos até as diretrizes ameaçadoras emanarem do Kremlin. Até hoje há pessoas na Rússia que defendem a aproximação cultural com o Ocidente ou se veem como parte dele, e aquelas que percebem a si mesmos como algo autônomo e sem muitas ligações com o resto do mundo²⁶. E, para tanto, lançam mão dos mesmos marcos (por ex., Mikhail Glinka pode ser lembrado como o compositor que inseriu a ópera na Rússia, e ao mesmo tempo por ser um nacionalista que a enxertou com cantigas eslavas bem diferentes

²⁵ MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, Curitiba, nº 38, p. 11-42, 2003.

²⁶ SEGRILLO, Angelo. **Rússia: Europa ou Ásia?** A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e suas consequências hoje na política da Rússia entre Ocidente e Oriente. Curitiba: Prismas, 2016.

do *bel canto* italiano, como na cinebiografia *Glinka*, 1946). O regime pretendia reforçar a noção de excepcionalidade e isolamento da cultura eslava, enquanto setores da *intelligentsia* seguiam pressionando pela manutenção de contatos musicais, científicos, de informação, etc. *Jazz*, música clássica ocidental e outros elementos culturais estrangeiros foram tema de filmes soviéticos nos anos 1930. Agora a pressão vinda de cima afastava o cinema de posturas positivas sobre os mesmos. Ferro é ainda interessante por seu trabalho em demonstrar a ligação entre mensagens no cinema e as posições oficiais de governos em diferentes regimes, ao reproduzir abertamente ou sugerir de maneiras elaboradas e nunca explícitas uma história ou versão oficiais²⁷.

Para restringir, combater e fazer retroceder o campo dos ocidentalizadores e congregar a população no campo eslavófilo, o regime implementou uma campanha pelo didatismo com muito maior coação e êxito do que na década anterior. Com o resultado positivo (para as relações-públicas) de um número muito menor de prisões e execuções²⁸. Da mesma forma que a repressão se tornou mais pontual e menos massiva²⁹, a censura passou a ser realizada mais de perto, a cada passo da produção, e por um maior número de grupos destinados à autocensura no ambiente do estúdio. A censura prévia demonstrou-se mais econômica que a análise e pedidos de correções com material já filmado ou mesmo pronto, como o caso do imbróglia com o filme *O prado de Bezhin/Traição na campina* [*Bezhin lug*], 1937, de Eisenstein, que provocou um desgaste da imagem

²⁷ Por exemplo, em FERRO, Marc. **História das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁸ DEUTSCHER, Isaac. **Stalin**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

²⁹ Um exemplo é o da famosa atriz Zoya Alekseevna Fedorova, que em 1945 se encontrou com o capitão da marinha e diplomata americano Jackson Tate, de quem em 18 de janeiro de 1946 deu à luz sua filha Victoria. Tate já havia deixado a URSS a pedido do governo soviético. No entanto, em 27 de dezembro de 1946, Zoya Fedorova foi presa e, após prisão provisória nas prisões de Lubyanka e Lefortovo, foi condenada por espionagem a 25 anos em campos de segurança máxima. Ela foi libertada em 1955, durante a desestalinização. Personagem importante do cinema, havia recebido o Prêmio Stalin de segundo grau (1941) e o Prêmio Stalin de segundo grau (1942) em filmes em que encenara mulheres envolvidas com a defesa do país na Segunda Guerra. Sua prisão não era uma exceção entre mulheres que se envolveram com americanos durante a guerra. Era sinal indubitável que o desgaste político com prisões de pessoas com apelo popular e até então apreciadas e aclamadas pelo Kremlin não seria evitado, além da severidade com a qual o regime puniria qualquer indicação de proximidade com o Ocidente ou “cosmopolitismo”. Retornaria à carreira em papel secundário com o diretor de comédias de crítica social Eldar Riazanov, em 1957. Ganharia o prêmio de Mérito Artístico da RSFS da Rússia em 1965. ROLLBERG, Peter. **Historical dictionary of Russian and Soviet cinema**. Lanham: Scarecrow Press, 2009, p. 226.

das agências estatais e do fundo financeiro do Ministério do Cinema, sem que o filme pudesse ser liberado para o público. Apenas um dos filmes analisados, *Proshchay, Amerika!* [Adeus, América!], 1951, de Aleksandr Dovzhenko, foi censurado³⁰, e mesmo assim acabou liberado, apesar dos cortes, em decorrência da falta de produto. O tamanho exato do apoio popular à eslavofilia e, conseqüentemente, das políticas culturais implementadas pelo regime, poderia ser determinado com dados sobre as bilheterias. Dispomos de algumas, mas não de todas. Assim, o foco permanece nas relações mútuas³¹ entre o meio (aqueles que formavam o centro produtor), e o alto (os homens que comandavam o Kremlin). A performance deste, em saber identificar ondas sociais, grupos e movimentos de avanço o refluxo nas forças e campos defensores de certas ideias e posições político-sociais, e colocá-las para trabalhar em benefício de seu próprio poder, capitaneando-as como a liderança incontestada e seu defensor, constituía a chave do poder de Stalin e a razão de sua permanência. Apesar de que o regime poderia controlar a distribuição e exibição (como de fato se tornaria padrão sob Brezhnev, como forma não-violenta de controle, impulsionamento e censura³²) era o desejo popular que determinava se o filme seria um sucesso ou um fracasso, se conseguiria se pagar, acumular rublos para o Ministério do Cinema redistribuí-los segundo encomendas e projetos dos estúdios, e gerar os bônus salariais stakhanovistas para seus produtores – estímulo importante para que diretores, roteiristas e outros procurassem sentir os desejos de consumo das massas, o que poderia ter repercussão entre as mesmas, e a usar uma linguagem acessível.

O regime não possuía o poder total de controlar os gostos e tendências dos diversos grupos sociais. Não conseguia coagir as pessoas a pagar e permanecer em média uma hora e meia sentadas, muitas vezes desconfortavelmente - ou ainda, de pé, em cinemas improvisados, montados em escuras igrejas ortodoxas convertidas em clubes para os trabalhadores, ou constituídos por uma parede de tábuas sem um teto sobre suas cabeças ou um piso real³³ - apenas para ver propaganda. O

³⁰ *Ibidem*, p. 273.

³¹ LAWTON, Anna. **The red screen**: politics, society, art in Soviet cinema. Londres: Routledge, 1992.

³² *Ibidem*.

³³ KENEZ, Peter. **Cinema and Soviet society**: from the Revolution to the death of Stalin. Londres: I.B. Tauris Publishers, 2001.

público debandava para filmes de aventura e musicais (como, na mesma época, a audiência fazia na Hollywood do Macarthismo, preferindo filmes como *Cinderela*, 1950, e *O maior espetáculo da terra*, 1952, e não *Nuvens da tempestade*, 1949, famoso pelo cartaz com a frase: *I married a communist*). A indústria estatal do cinema estava ávida para suprir essa demanda reprimida, por motivos financeiros e de liberdade artística. No entanto, não podia escapar de seus compromissos com as agências financiadoras e controladoras do Estado. Este sabia muito bem que propaganda em filmes vanguardistas e intelectualizados não atraía o público, que votava com os pés para fora dos estabelecimentos do cinema³⁴, e nem ao menos eram confiáveis, como os problemas com Eisenstein, Vertov e outros demonstravam. A demanda do regime por mensagens simples, assimiláveis facilmente pela população recém-alfabetizada, implicava aos produtores abandonar o refinamento conquistado por parte do cinema soviético nos anos 1920 por um estilo cada vez mais direto e raso de linguagem cinematográfica.

Se o formato do cinema clássico hollywoodiano já havia sido imposto como parte integrante e fundamental do realismo socialista³⁵ durante a industrialização e estatização da década de 1930, agora via-se um rebaixamento do nível técnico do cinema. O regime agora sabia lidar com o discurso anfílogo, ambíguo, com críticas implícitas e que passavam despercebidas ou eram captadas tardiamente nos anos 1930, como o caso da censura de *Ivã, o Terrível* parte dois, e a caída em desgraça mesmo do icônico – e politicamente perturbador para a imagem exterior do Kremlin – Eisenstein, deixava evidente para todo o pessoal dos estúdios. Durante a guerra os contatos com o Ocidente aumentaram – inclusive diretamente, com a chegada de pessoal anglo-americano para a base aérea em Poltava, ou para a entrega de suprimentos do *Lend-Lease* em Arkhangelsk e Murmansk no Ártico, Ashkhabad na Ásia Central, Yerevan, Lenkoran, Tbilisi e Beslan no Cáucaso, Vladivostok e Petropavlovsk-Kamchatskiy no Pacífico. No cenário de bipolarização nascente, cada lado da Cortina de Ferro mobilizava apoio cultural e combatia posturas que considerasse fragilizadoras ou destoantes de seu discurso e

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ LAWTON, Anna (org.). **The Red screen**. Londres: Routledge, 1992; YOUNGBLOOD, Denise. **Russian war films: on the Cinema Front, 1914-2005**. Kansas: University Press of Kansas, 2007.

estratégia de enfrentamento³⁶. O governo soviético agora pressionava que qualquer contato cultural (em especial com os Estados Unidos, Inglaterra e o “vira-casaca” Israel - uma vez que seu primeiro líder Ben Gurion migrou do anti-anglicismo e de simpatias socialistas para estadunidenses e antissoviéticas) fosse atacado como cosmopolitismo e antipatriotismo, e diretores, músicos e artistas em geral (que, em muitos casos defenderam essa aproximação anteriormente), o endossassem.

Os filmes soviéticos atingiam não só o público das 15 repúblicas da União, como também dos países satélites e mesmo o público ocidental, em festivais de cinema, como o que Bazin frequentou em sua pátria nos primeiros anos da década de 1950 e enquanto o ditador ainda era vivo para traçar sua análise do perfil de Stalin no cinema da URSS³⁷. Em algumas colônias europeias a produção de filmes era proibida, como nos territórios franceses e portugueses na África. Ao mesmo tempo existia uma efervescência anticolonial (anti-imperialista e, portanto, avesso aos inimigos dos soviéticos), até mesmo nas metrópoles liberais, como demonstra o documentário *Afrique 50*, 1950, de René Vautier. Sob essa perspectiva e possibilidades, o Kremlin percebia seu cinema como uma arma. Como também os americanos, que, por meio de sua agência secreta, procuravam difundir cópias de filmes hollywoodianos anticomunistas na Áustria, em sua maior parte ocupada pelos soviéticos³⁸ e em outros lugares.

O didatismo para a Guerra Fria

Serebristaya pyl talvez seja o filme mais antiamericano do cinema soviético. Surgiu da peça de teatro *Os chacais*, 1951, do estoniano August Jakobson. A relação com o Báltico não se esgota aí. Para obter as planícies americanas cortadas de rodovias e a cidade com arquitetura ocidental, as filmagens se deram na Lituânia, que Room conhecia bem de sua infância. O segundo diretor, Pavel Armand, sobrinho da amante de Lenin, a francesa Inessa Armand, um dos criadores do *Rizhskoy kinostudii*, Riga Film Studio, vivia na Estônia e conhecia bem o ambiente

³⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Souza; LAPSKY, Igor. **O cinema vai à guerra. Rio de Janeiro:** Elsevier, 2015.

³⁷ BAZIN, André. **O que é Cinema?** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

³⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Souza; LAPSKY, Igor. *Op. Cit.*

báltico e sua adequação. A partir de 1951, filmes produzidos a partir de peças de teatro tornaram-se frequentes. Dispensavam a revisão do roteiro pela censura, pois já havia sido liberado para os palcos. Como o teatro era popular na URSS, significava também uma segurança de ingressos financeiros para os estúdios. Apenas em 1953 20 peças teatrais viraram filmes. No ano anterior, quando a produção de *Serebristaya pyl* começou, a *jdanovichina* dava sinais de exaustão. A estabilidade no Leste Europeu, a contenção dos americanos na Coreia, a derrubada do monopólio e das ameaças nucleares dos EUA, a deterioração da saúde de Stalin – o afastando do controle direto sobre a Cultura, contribuíram para um cenário menos tenso. O armênio Anastas Mikoyan, vice-presidente e futuro presidente da URSS, pedia no XIX Congresso do Partido por sátiras e originalidade³⁹. O cinema abria-se para novos atores – o estrelato quase se cristalizara desde a década de 1930, e a queda da qualidade artística e do nível técnico fazia-se notar⁴⁰. Não se pode descartar que a simplicidade do filme seja uma tentativa de reproduzir na tela a experiência do teatro. O diretor lituano Abram Room já havia rodado no ano anterior outro filme baseado numa peça de teatro em voga na URSS da época, *Shkola zlosloviya* [Escola de fofoca], versão soviética da comédia de costumes *The School for Scandal*, do irlandês Richard Sheridan, que estreou em 1777, em Londres, que primava pela mesma tendência de negar a linguagem fílmica e apenas filmar o teatro, estaticamente. Um método semelhante aos primórdios do cinema, quando apenas se colocava a câmera diante do evento. Um teatro filmado, quase sem *closes*, mudanças de câmera, cortes, movimento de qualquer espécie. Predominam as cenas longas e estáticas, desacompanhadas de som de fundo e trilha musical. Evita-se interações de imagem e som que possam fazer sugestões ao público – e ao censor – de maneira ambígua ou descontrolada e involuntária. Sem, contudo, atuações teatralizadas dos atores, mais contidos. No entanto, como esse sistema prossegue em outros filmes do período, é mais sensato pensar que se tratava de uma imposição didática.

³⁹ BO, João Lanari. **Cinema para russos, cinema para soviéticos**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

⁴⁰ LIEHM, Mira; Antonín LIEHM. **The most important art: Soviet and Eastern European film after 1945**. Berkeley: University of California Press, 1980, p. 68-69.

Dos filmes elencados para análise, apenas ele e *Russkiy vopros* [Questão russa] (1947) passam-se exclusivamente em território estadunidense. Pode-se acrescentar *Proshchay, Amerika!* como o terceiro a possuir personagens unicamente americanos (porém ambientado em sua grande maioria na embaixada americana em Moscou). Apesar de vários dos filmes apresentarem vilões anglo-americanos, como *Padenie Berlina* [Queda de Berlim] (1950), de Mikheil Chiaureli, *Geroi Shipki* [Heróis de Shipka] (1954), de Sergei Vasilyev, *Zastava v gorakh* [Posto-avançado nas montanhas] (1953), de Konstantin Yudin, *Nezabyvaemyy 1919 god* (1951), também de Mikheil Chiaureli, *Maksimka* (1952), de Vladimir Braun, *Zagovor obrechyonnykh* [Conspiração dos condenados] (1950), de Mikhail Kalatozov, estes não ocupam muito espaço na tela. O quarto lugar nessa lista seria preenchida pelos vários personagens desonestos (e alguns íntegros soldados e baixos oficiais do Exército dos EUA) de *Vstrecha na Elbe* [Encontro no Elba] (1949), de Grigori Aleksandrov. *Shkola zlosloviya* [Escola de fofoca] (1952), de Abram Room, uma comédia ambientada entre a aristocracia britânica do século XVIII, promove imagens negativas da decadente elite inglesa, mas, até mesmo por ser baseado numa sátira de costumes de um autor irlandês, Richard Sheridan, não é tão ácida e contundente. Apesar de ser oportuna para o momento de queda do Império Britânico e de suas antigas elites, além de ser possivelmente vista também como uma sátira social à sociedade soviética pela disseminação de intrigas e boatos.

Disparidades econômicas e sociais, superficialidade da democracia liberal, falsidade da liberdade individual e coletiva, de expressão e política, na prática, repressão policial onipresente (poder-se-ia dizer totalitária) baseada em classe e raça, segregação racial e ação de grupos supremacistas gerando *pogroms*, desumanidade do capitalismo, religião não apenas como ópio social mas também como mais uma entidade criminosa que dá base ao regime, como a máfia e a Klan, inexistência do império da lei ou isonomia, lumpesinato ludibriado pelo sistema, corrida armamentista tendo como objetivo o controle e exploração mundiais, etc. No filme de Abram Room e Pavel Armand cabem não apenas todas as críticas socialistas e sociais-democratas como também a inversão da propaganda

americana. Todas as acusações da retórica americana antissoviética retornam na película como antiamericanas.

Eduard Tisse, o diretor de fotografia que quase sempre acompanhou a Eisenstein, realizando filmes como *A greve*, *O encouraçado Potemkin*, *Outubro*, *O Velho e o Novo*, *Romance sentimentale* (rodado para um estúdio francês em uma viagem de ambos ao Ocidente), *El desastre en Oaxaca*, *¡Que viva México!*, *Miséria e fortuna de uma mulher* (rodado na Suíça), *O prado de Bezhin/Traição na campina*, *Aleksandr Nevski/Cavaleiros de ferro*, *Ivã, o Terrível* partes 1 e 2, mostra-se irreconhecível em *Serebristaya pyl*. Foi o segundo filme da parceria com Abram Room. O primeiro fora *V gorakh Yugoslavii* [Nas montanhas da Iugoslávia], 1946. No filme não há espaço para o lirismo ou simbolismo e complexidade das imagens da década de 1920, montagens operísticas e novos ângulos dos anos 1930, o estilo que tanto impressionava nos filmes feitos com Eisenstein, mesmo os mais conservadores realizados sob pressão stalinista e do cânone do realismo socialista. Seu modelo não são os construtivistas e as vanguardas, mas sim o cinema clássico de Hollywood. Suas imagens são as mais convencionais e claras possíveis. No didatismo para a Guerra Fria, toda a inovação poderia ser um desvio da mensagem. Em perspectiva, prevalece um hieratismo quase egípcio, algo que não dê espaço para a dúvida, como a arte egípcia era concebida. Um pé delineado de lado, um tronco quase frontal e a cabeça novamente de perfil, se são uma contorção impossível para o naturalista, enviam uma imagem inequívoca para quem a vê⁴¹.

⁴¹ “Os pintores egípcios tinham um modo de representar a vida real muito diferente do nosso. Talvez isso se relacione com a finalidade diferente que tinha de ser servida por suas pinturas. O que mais importava não era a boniteza, mas a inteireza. A tarefa do artista consistia em preservar tudo o mais clara e permanentemente possível. Assim, não se propuseram bosquejar a natureza tal como se lhes apresentava sob qualquer ângulo fortuito. Eles desenhavam de memória, de acordo com regras estritas que asseguravam que tudo o que tinha de entrar no quadro se destacaria com perfeita clareza. O método do artista, de fato, assemelhava-se mais ao do cartógrafo do que ao do pintor [...]. Se tivéssemos que desenhar tal motivo, ponderaríamos primeiro sob que ângulo o focalizar. A forma e as características das árvores somente poderiam ser vistas dos lados, a forma do tanque somente seria visível se fosse vista de cima. Os egípcios não tinham tais escrúpulos ao abordar o problema. Desenhavam simplesmente o tanque como se fosse visto de cima e as árvores de lado. Os peixes e pássaros no lago, por outra parte, dificilmente seriam reconhecíveis se vistos de cima, de modo que foram desenhados de perfil. Numa cena tão simples, podemos facilmente entender o procedimento do artista [...]. A cabeça era mais facilmente vista de perfil, de modo que eles a desenharam lateralmente. Mas, se pensamos no olho humano, é como se fosse visto de frente que usualmente o consideramos. Portanto, um olho de frente era plantado na vista lateral da face. A metade superior do corpo, os ombros e o tronco, são melhor vistos de frente, pois desse modo vemos como os braços estão ligados ao corpo. Mas braços e pernas em movimento veem-se muito

Uma fotografia e cenografia exuberantes poderiam desviar o público das mensagens pungentes do filme. Beleza e técnica poderiam se constituir em distração. Não deveria existir espaço para dúvidas, ambiguidades e aspectos acessórios. Nem a música de Mikhail Chulaki, compositor de obras orquestrais, balés, óperas e de trilhas para outros filmes, então ganhador de três prêmios Stalin, futuro diretor do Bolshoi, se destaca – com quatro breves exceções. Assim, pesam mais as representações dos atores, como o abandono e terror na face das crianças negras no gueto, os olhares esbugalhados e elevados de seus moradores que sabiam que a cruz em chamas significava enforcamento, um *pogrom* à americana⁴².

A maior diferença entre o cinema do stalinismo tardio e o cinema clássico hollywoodiano, para além de um se ambientar e transmitir valores socialistas e o outro capitalistas, está na construção dos personagens. Os teóricos chamam a atenção para a necessidade da construção psicológica dos protagonistas. Eles devem ser apresentados como indivíduos com seus dramas, personalidade, história próprios⁴³. Já o cinema com mensagens políticas da URSS de Stalin baseia-se em tipologias. Os personagens não se tratam de pessoas reais nem mesmo em biografias, segundo Dobrenko⁴⁴. Eles apenas encarnam classes, ideias, governos. São desprovidos de profundidade ideológica, que escapa às necessidades do regime. Estão lá para expor, verbalizar e personalizar material político. O autor talvez tenha se excedido (pois o cinema escapista soviético não funcionava da mesma forma). *Russkiy vopros* e *Maksimka* certamente não possuem o drama psicológico dos personagens literários de George Orwell, e mesmo *Proshchay*,

mais claramente de lado. Essa é a razão pela qual os egípcios, nessas imagens, nos parecem tão estranhamente planos e contorcidos. Além disso, os artistas egípcios achavam difícil visualizar um pé ou outro visto de um plano exterior. Preferiam o contorno claro desde o dedão para cima. Portanto, ambos os pés são vistos de dentro e o homem no relevo parece ter dois pés esquerdos. Não se deve supor que os artistas egípcios pensavam que os seres humanos tinham essa aparência. Seguiam meramente uma regra que lhes permitia incluir tudo o que consideravam importante na forma humana. Talvez essa rigorosa adesão à regra tivesse algo a ver com a finalidade mágica da representação pictórica". GOMBRICH, Ernst. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2015, p. 45.

⁴² Apesar de que alguns autores classificarem atualmente os linchamentos coletivos nos EUA como *pogroms*, tal não é mencionado no filme, apesar de embaixadores e outras autoridades soviéticas contemporâneas lembrarem tais perseguições em termos similares. LUMPKINS, Charles. **American pogrom: the East St. Louis race riot and black politics**. Athens: Ohio University Press, 2008.

⁴³ BORDWELL, David; THOMPSON, Kristin. **A Arte do Cinema: uma introdução**. Campinas: Unicamp, 2013.

⁴⁴ DOBRENKO, Evgeny. **Stalinist cinema and the production of history: museum of the revolution**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008.

Amerika! possui algum trabalho de reflexão com a protagonista, dividida entre o medo do comunismo e a crescente realidade totalitária do interior da embaixada americana. Mas a análise de Dobrenko certamente se encaixa à perfeição em *Serebristaya pyl* e especialmente em *Zagovor obrechyonnykh*.

A trama de *Serebristaya pyl* se passa na pequena cidade sulista de Fortskill. Dois trustes, o Eastern Chemistry Trust, com Mack Wood como presidente, enfrenta o Southern Trust, de Upton Bruce [Vladimir Belokurov – que representou os vilões Morrow em *Zastava v gorakh* e Martin Bormann em *Sekretnaya missiya*] na luta pela compra da patente de uma arma revolucionária, financiada até o momento por Bruce. Este é acompanhado pelo ex-professor de Química e então general McKennedy [Rostislav Plyatt, que interpretou os vilões general Bravura em *Zagovor obrechyonnykh*, o capitão Schwalb em *Smelye lyudi* e novamente um soldado nazista em *Zoya*], que trabalha secretamente para a companhia rival. O que expressa a sordidez e traição burguesas, segundo os soviéticos. Representa o capitalismo, sem honradez ou caráter, como a fala de General McKennedy – “Eu seria uma pessoa sem escrúpulos, Bruce, se eu sequer pensasse nisso” [em promover o Eastern Trust apesar de estar nominalmente a serviço do Southern Trust]. McKennedy e o outro general que lhe transmite informações para se engajar na missão militar-comercial açambarcariam 2% dos lucros líquidos de um contrato de centenas de milhões de dólares, se conseguissem a vitória do Eastern Trust sobre o Southern Trust na aquisição da patente. O “pó de prata” ou pó prateado do título, também chamado no filme de pó cinza-prateado, com a capacidade de eliminar toda a vida de uma grande área e apagar qualquer rastro de radioatividade em poucos dias (o conceito da bomba de neutros surgiria apenas alguns anos depois, em 1958), destinava-se à interesses não econômicos (eliminar a população e resguardar os recursos e instalações) mas político-militares (eliminar provas que incriminariam um governo num genocídio).

A “cozinha do diabo”, como é chamado o laboratório do cientista Samuel Steal [Mikhail Bolduman] permite uma comparação para o público soviético com a eletrificação em seu país, que, na publicidade governamental, se servia para as grandes plantas industriais que modernizavam a nação, também atingiam os isbás dos camponeses. “Steal consome mais energia do que toda essa cidade e todas as

suas fábricas⁴⁵ para manter seu laboratório. Uma eletrificação para o progresso e outra para a morte.

A película acusa o Exército americano de fazer experimentos químico-biológicos em prisioneiros de guerra chineses e coreanos. A imprensa notificou na época acusações de guerra biológica na Coreia⁴⁶. O cientista pede por eles, mas o industrial não tem acesso a eles. Precisa usar suas conexões políticas para obter prisioneiros negros do sistema carcerário americano. Os EUA desenvolviam testes nucleares seguidos por manobras militares envolvendo equipamento e pessoal na época. Os Exercícios Desert Rock, realizados em Nevada, duraram de 1951 a 1957. Apenas o quarto exercício envolveu 7350 soldados na área atingida pela radiação. Os soviéticos realizariam experimento similar apenas no ano seguinte ao filme, em setembro de 1954, no Exercício Militar de Totskoye, comandado pelo próprio marechal Zhukov, que envolveu 45 mil soldados. Uma série de experimentos químicos-biológicos-nucleares foram realizados pelo governo e forças armadas dos EUA, na virada dos anos 1940-50, utilizando-se de suas populações urbanas, rurais, carcerárias e tropas, apenas para mencionar casos em solo americano⁴⁷. Em julho

⁴⁵ Seria ir longe demais insinuar uma crítica velada ao modelo econômico stalinista baseado na produção de bens de capital, que em poucos anos seria colocado em xeque pelos revisionistas de Khrushchev, que incentivaram a indústria leve e de bens de consumo.

⁴⁶ Em 23 de fevereiro de 1953 emissoras de rádio chinesas denunciaram os EUA por uma suposta ação bacteriológica. Como prova, os chineses utilizaram dois pilotos americanos capturados que sofreram interrogatório. E em seguida, reforçaram seu argumento com novos interrogatórios de prisioneiros, como o coronel Walker Mahurin. O *The New York Times* chamou a atenção para o caso em março. Outro prisioneiro de guerra, o comandante da marinha Ralph Bagwell, apontou para o processo de indocinação. Segundo Lech (LECH, Raymond. **Broken soldiers**. Urbana: University of Illinois Press, 2000, p. 1-3), o uso da fome contribuiu para a extração de todos os dados e declarações dos prisioneiros. 43% dos prisioneiros de guerra dos EUA na Coreia do Norte e China morreram, especialmente de fome. Mais de 3 mil homens. 1500 deles ainda repousam na Manchúria. Como comparação, 4% dos prisioneiros americanos morreram nas mãos de nazistas e italianos, 34% na dos japoneses, 45% dos alemães na URSS e 60% dos soviéticos levados para a Alemanha. O tenente-coronel Charles Fry aponta que a maioria de seus colegas morreu no início de 1951. Quando repatriados, esses prisioneiros de guerra foram acusados de traição pelo governo americano. 21 prisioneiros de guerra americanos preferiram a deserção à repatriação (HARRIS, Sheldon. **Factories of death: Japanese biological warfare, 1932-1945, and the American cover-up**. Nova York: Routledge Press, 2002). Bom material para *Sob o domínio do mal*, publicado em 1959, e que exhibe ex-prisioneiros como um perigo potencial.

⁴⁷ Experimentos envolvendo alimentos radioativos com bebês no Tennessee e Massachusetts (LEBARON, Wayne. **America's nuclear legacy**. Commack: Nova Publishers, 1998); pacientes hospitalares que recebiam doses fatais de radiação em São Francisco (PERNI, Holliston. **A heritage of hypocrisy**. Union Dale: Pleasant Mount Press, Inc., 2005); negros vítimas de queimaduras na Virgínia; detentos de Holmesburg, Pensilvânia, testados pela Dow Chemical, Johnson & Johnson, e o Exército; esterilização por transplante testicular humano e animal-humano na prisão de San Quentin, São Francisco; carcerárias com hepatite viral na Pensilvânia (HORNBLUM, Allen. **Acres of**

de 1953 aprovou-se uma lei que exigia que experimentos humanos necessitavam da aprovação do Secretário do Exército – somente naquele ano, seis experimentos com agentes nervosos foram aprovados. O cientista assistente, ao desconfiar da irradiação do pó cinza-prateado sem a existência de cobaias animais, retruca ao cientista nazista Kurt Schneider [Gennadi Kirillov, o vilão Walter Scott, embaixador americano, em *Proshchay, Amerika!*] que não estão em Buchenwald. Ao descobrir o uso dos negros no experimento, ele e a plateia não ficam tão seguras da afirmação. Uma nova ligação dos Estados Unidos com os nazistas. Reforçada com a ameaça de Schneider de colocar seu colega junto com as cobaias humanas. “E nenhuma alma aparecerá em sua defesa neste piedoso Estado cristão”. A aplicação por parte do militar de uma injeção que causa ataque cardíaco sem deixar vestígios também reforça a mensagem. Se os soviéticos conheciam as acusações chinesas de guerra bacteriológica, ainda não estavam inteirados das experiências com seres humanos que de fato ocorriam nos EUA. O Ministro do Cinema da URSS o considerou cru e não acurado em termos de verdade artística⁴⁸.

Upton Bruce afirma que não deseja ver a crueldade com os animais que servem de cobaia. Mas toma parte pessoalmente na prisão e acusação do grupo de negros que servirá para o experimento em seres humanos. A burguesia é misantropa na representação soviética. Seus interesses não são apenas

skin: human experiments at Holmesburg prison. Nova York: Routledge, 1998); 7 mil militares no Projeto Chatter e Bluebird para desenvolvimento do soro da verdade por meio de drogas como maconha, cocaína e LSD; fregueses de prostitutas aliciadas pela CIA capturados para lavagem cerebral e controle da mente - o diretor da CIA, Allen Dulles, reclamou de não ter “cobaias humanas suficientes para experimentar essas técnicas extraordinárias” (MCCOY, Alfred. **A question of torture:** CIA interrogation, from the Cold War to the War on Terror. Nova York: Metropolitan Books, 2006, p. 28); pulverização de agentes biológicos em São Francisco (MORENO, Jonathan. **Undue risk:** secret State experiments on humans. Nova York: Routledge, 2013, p. 233); testes hormonais da Harvard que resultavam em abortos (LOUE, Sana. **Textbook of research ethics:** theory and practice. Nova York: Springer, 2000); crianças deficientes mentais com hepatite viral (PAOLA, Frederick; WALKER, Robert; NIXON, Lois (orgs.). **Medical Ethics and Humanities.** Sudbury: Jones & Bartlett Publishers, 2009); prisioneiros de Ohio com células cancerígenas; pulverização radioativa em três pequenas cidades em Washington; contaminação de fetos e bebês com radiação em Iowa, Nebraska e Detroit (GOLISZEK, Andrew. **In the name of Science.** Nova York: St. Martin's Press, 2003); Frank Olson, um cientista do governo – que conheceria atividades de guerra biológica e de tortura de americanos feitos prisioneiros na Coreia pelo governo (como os repatriados soviéticos por Stalin após a guerra), dopado com LSD e morto (LEE, Martin; SHLAIN, Bruce. **Acid dreams, the complete social history of LSD:** the CIA, the sixties, and beyond. Nova York: Grove Press, 1992.

⁴⁸ CANNING, Charlotte. **On the performance front:** US theatre and internationalism. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.

econômicos, ligados à exploração de classe, mas também a uma eugenia racial mundial, teorizados na leitura liberal spenceriana⁴⁹ de Darwin.

Doris Steal - "Mary! Esses negros estão vigiando minha vida. Você está fofocando assim que eu viro as costas".

McKennedy - "nossos filhos e netos poderão dizer "Ubi terra, ibi America", "Onde há terra, há a América" [...]

Jen O'Connel - Mas você não acha, general, que se isso acontecer, a terra se tornará um lugar muito monótono?

McKennedy - Lugar chato? Por que um lugar chato, senhorita O'Connel?

Doris Steal - O que há de errado com isso, Jane? Em todo o mundo, apenas os Estados Unidos da América! [...]

Upton Bruce - Demoraria tão pouco, droga, para sermos capazes de trazer ordem. Cerca de 50.000 aeronaves com bombas atômicas seriam suficientes. Ou o quê, sr. Steal? Um ataque de verdade. É o suficiente. Então você pode enviar bons policiais americanos... e duas cadeiras elétricas [...].

McKennedy - O sr. O'Connel está certo. Sempre existe um elemento de risco nessas coisas. Mas temos um ditado: onde não há risco, também não há vida real. O que exatamente é a vida? A vida é acima de tudo uma luta. Uma luta implacável pela existência. E o homem que sobrevive, que é mais ousado, mais forte e mais adequado. Nós, americanos, estamos acostumados a chamar essa luta geral de "lei da selva". E tudo isso já foi estabelecido uma vez por Charles Darwin [...].

McKennedy - Charles Darwin nunca o reivindicou. É você e seus senhores que afirmam isso.

Samuel Steal - Em nossa casa sempre há discussões subversivas (SEREBRISTAYA..., 1953).

Darwin se torna importante pois também é reivindicado por Engels como correlato de Marx no avanço científico, de descobertas das leis que regem o mundo – Darwin das biológicas e Marx das históricas. Ao invés de Smith, Ricardo, Locke, ou até mesmo de Malthus, o embasamento teórico-filosófico do inimigo torna-se uma leitura equivocada, uma inferioridade e desonestidade intelectual⁵⁰. A insinuação não seria possível com Malthus, e o darwinismo social de Herbert Spencer se encaixa melhor na trama da segregação racial e no papel de "polícia do mundo" do presidente Harry Truman, que seria segundo a propaganda da URSS

⁴⁹ OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 174.

⁵⁰ O regime, sob Stalin, promoveu sua própria versão do darwinismo e do evolucionismo (além do legado do botânico Michurin), a partir do controle das instituições de ensino e pesquisa pelo agrônomo charlatão Lysenko, que, em essência, impôs ao país as concepções equivocadas de Lamarck, que previa a transmissão hereditária de características físicas e fisiológicas adquiridas e não natas, sem as citar. MEDVEDEV, Z.; MEDVEDEV, R. **Um Stalin desconhecido**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

uma estratégia para conquistá-lo, de renovar o imperialismo em bases muito mais brutais e raciais. Por conseguinte, caberia ao rival soviético defender a paz e a liberdade mundiais. Uma inversão da premissa de Alexis de Tocqueville para o século XX⁵¹. Não se trata da defesa da imagem original da União Soviética como farol para o mundo por meio da Revolução, e seu papel de liderança e coordenação de todos os partidos comunistas no poder ou não. Não se fala em revolução social. Mas sim em autonomia estatal. Um quadro do processo de descolonização que se iniciara poucos anos antes. Já os Estados Unidos seriam a continuidade dos desígnios nazistas – previamente derrotados pelos próprios soviéticos.

Diante da acusação dos conservadores de que não é um americano honesto e genuíno – o que se estende para todo o campo progressista, com os manifestantes pacifistas que se reúnem no centro da cidade ao seu redor, Charles Armstrong [Aleksandr Khanov] afirma que “estamos orgulhosos de Lincoln, Washington e Roosevelt... Estamos falando de nossa excelente e antiga democracia, mas o que fazemos é completamente diferente das nossas palavras”. Debate semelhante ocorre na casa dos Steal, entre os representantes do nascente complexo industrial-militar e o soldado desmobilizado e pacifista Allan O’Connel [Nikolai Timofeyev], enteado de Steal.

Allan O’Connel - Em nosso tempo, um uniforme americano pressiona demais os ombros de um homem decente [...]. Estive em um dos campos de extermínio de Hitler há muito tempo. Arruinou meu espírito.

Upton Bruce - Agora eu o conto entre os vermelhos.

Doris Steal - Meu filho não pode ser vermelho!

McKennedy - Bruce! Allan! Meus amigos! Claro, as pessoas próximas dos comunistas expressam insatisfação com a nossa política externa. Mas os vermelhos querem paz! Mas queridos amigos! Nós queremos isso também! Mas temos que concordar. A autoridade da América não deve vacilar. Preocupamo-nos com a autoridade dos Estados Unidos. Sr. O’Connel! Vamos falar mais simplesmente? Sou um soldado ativo do exército americano...

... você é um soldado desmobilizado do exército dos EUA. Você ama a paz e eu amo a paz. Os Estados Unidos são mais importantes e mais caros do que nossas vontades e opiniões pessoais. Os EUA usaram uma armadura para criar ordem em todo o mundo. Você pretende, soldado desmobilizado do Exército dos

⁵¹ De que a história do século XX seria a da luta entre a promoção da liberdade pelos EUA e o da servidão pela Rússia czarista.

Estados Unidos, ajudar sua terra natal com isso? Como está seu amor pela pátria, sr. O'Connel?

Allan O'Connel - Minha terra natal, General, são 140 milhões de americanos. E 135 milhões deles querem trabalhar e viver em paz. Esta é exatamente minha terra natal; e eu amo essa América. Mas você está falando pela América de invasores e violência. A guerra na Coréia não é suficiente para você. Você está se preparando para uma grande guerra [...]. Suas esperanças não se tornarão realidade. Antes de iniciar o seu roubo, você deve ser pisoteado [...]. Não queremos mais ruínas e dezenas de milhões de vítimas - aceite! Para isso, temos de te dar as costas antes que você jogue suas bombas atômicas, tubos de ensaio com bactérias, o chamado pó cinza-prateado... e todas as suas consequências cruéis. Você esqueceu de aprender com seus antecessores, que foram enforcados em Nuremberg (SEREBRISTAYA..., 1953).

A justiça não atinge os vilões. A eles é destinado o curso inexorável da História, com o fim revolucionário do capitalismo, a destruição da burguesia enquanto classe e a vitória do regime soviético e do proletariado mundial, segundo os manuais marxista-leninistas do partido – e, após a derrota da maior potência econômica europeia, que dispunha da indústria de quase todo o continente, não parecia ser uma ilusão distante:

Allan O'Connel - Vamos, meus amigos, para não acabarmos sob as rodas da administração da Justiça americana. Olhem para esses rostos – os rostos dos chacais de duas pernas!

Upton Bruce - Agora o xerife falará com você!

Allan O'Connel - Em algum momento você terminará seus dias na forca, de acordo com o julgamento dos povos.

Upton Bruce - Não se esqueça, O'Connel, de que para você ainda existe neste mundo a cadeira elétrica!

Allan O'Connel - Você pode me executar, mas isso não salvará você (SEREBRISTAYA..., 1953).

Allan O'Connel, despedido de seu trabalho em Chicago por sua vinculação política com o movimento pacifista, logo no início da película afirma que: “Compartilho o destino de muitas pessoas na América. Especialmente soldados da linha de frente” – algo significativo para os ex-soldados soviéticos, desmobilizados aos milhões e agora empregados na reconstrução da parcela europeia do país. Talvez seja demais supor uma possível leitura do filme por parte do público, pelos soviéticos que lutaram na Grande Guerra Patriótica e se viram sob prisão, escrutínio ou deportação por parte do Estado, por pertencerem a etnias tidas como

suspeitas, por terem sido aprisionados pelos nazistas ou mantido demasiado contato com ocidentais.

Para um sistema politicamente estável como o do stalinismo tardio, manifestações e repressões sociais eram inimagináveis. A guerra civil dos nacionalistas brancos e a semi-declarada no campo durante os anos 1920 e começo da década de 1930, bem como a de muçulmanos na Ásia Central, eram um passado distante após a vitória que o fizera avançar até o coração da Europa⁵². A oposição manifestava-se sob a forma bárbara e sanguinária da guerrilha na Ucrânia e Báltico alimentada com o auxílio ocidental, que provocavam também as únicas vítimas raciais após as deportações em massa efetuadas por Stalin durante a guerra, com a caça de minorias étnicas promovida pelos guerrilheiros nacionalistas ao lado de seu combate antissoviético. As greves eram inconcebíveis numa ditadura do proletariado. Até que reemergiram rapidamente nos anos Khrushchev. Distúrbios raciais, repressão aos grevistas e manifestantes eram uma condição da sociedade americana que era aproveitada pela propaganda soviética sem uma contrapartida acusatória. A paz social interna soviética, retoricamente baseada na igualdade, era comparada com as causas da agitação e da repressão comandadas pelo regime rival, profundamente desigual em seu quadro social e na aplicação parcial e interessada da lei.

As pretensões políticas do regime estadunidense para a Europa Ocidental e o próprio espectro político americano seriam explicitadas pelo general McKennedy: “De maneira pacífica, agiremos até que enviaremos todo o vermelho da Europa Ocidental para trás das grades. Mesmo com a participação de alguns vermelhos claros” – a fração mais à esquerda dos sociais-democratas do período, na época, com uma plataforma bem distinta de seus atuais sucessores políticos.

Doris Steal - E nossa aclamada polícia, que criará a ordem americana em todo o mundo, mas não pode fazê-la em casa!

Harry Steal - Só fico com raiva quando nossos meninos pegam os negros e assim começam os protestos em todo o mundo.

Upton Bruce - E na vanguarda, é claro, escritores soviéticos.

Doris Steal - Quem se importa como lidamos com nossos negros?

McKennedy - Você está certo, senhora. Por trás de todas essas manifestações está o Comitê Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos. E por trás desse comitê - os russos vermelhos!

⁵² OVERY, Richard. **Os ditadores**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

Doris Steal - O que? Todos aqueles nas ruas são vermelhos russos?
Upton Bruce - Não é bem assim, sra. Steal. Mas às vezes parece-me que esses melhoradores do mundo nos colocam na ponta dos pés.
McKennedy - Você acha isso, Bruce? Como fosse! O importante é que tudo corra bem para nós. De maneira pacífica, agiremos até que enviaremos todo o vermelho da Europa Ocidental para atrás das grades. Mesmo com a participação de alguns vermelhos claros. E depois... (SEREBRISTAYA..., 1953).

A repressão aos manifestantes pacifistas e a perseguição policial aos negros segregados insere a acusação soviética de que a democracia liberal “burguesa” é uma falácia, uma máscara para a verdadeira ditadura – ao contrário da “democracia popular” ou ditadura do proletariado soviética. As cenas da prisão local abarrotada de dissidentes políticos e minorias perseguidas é uma perfeita inversão das denúncias americanas sobre o sistema soviético.

Xerife Smiles - Envolveu-se em política!
Flossy Bates - Eu não fiz nada disso! Eu soquei um sacerdote no nariz, mas não me envolvi em política. Eu conheço as leis [...]. E seus touros não me deixaram ir, mas me colocaram em um carro com negros. Você não tem o direito de fazer isso – trancar uma dama branca com negros (SEREBRISTAYA..., 1953).

O sacerdote anglicano Gideon Smith (Valeriy Lekarev) prega por uma cruzada contra o comunismo, ordenada pelo próprio Cristo, que resolveu aparecer em meio ao seu culto, segundo ele, e recebeu perguntas como a do senador Howard (Joseph McCarthy? No auge da carreira, ordenando investigar as Forças Armadas em 1953) “Quanto tempo os vermelhos ficarão contra nós?”. Em sua teologia da prosperidade, afirma que Deus iluminaria os homens de negócio em suas decisões comerciais. E diante da senhora Steal (Sofiya Pilyavskaya), faz um lobby de origem divina para o Southern Trust para a aquisição do pó cinza-prateado. Repete o feito, em roupas de gangster, e em nome do próprio chefe Joe Twist (Aleksandr Pelevin), “irmão em Cristo”, e lembra que o seu ex-patrão e falecido marido de Doris Steal, professor O’Connell, acabara seus dias envenenado. Além de participar da tortura do cientista Steal para revelar os segredos da nova arma radioativa. Valeriy Lekarev, como costume no cinema soviético – e não apenas nele – costumava representar vilões. No mesmo ano fora Napoleão Bonaparte em *Korabli shturmuyut bastiony*. Sofiya Pilyavskaya fora a traiçoeira e

sabotadora Ministra da Alimentação Khristina Padera em *Zagovor obrechyonnykh*. Aleksandr Pelevin interpretara o chefe da SD (*Sicherheitsdienst des Reichsführers-SS*), a inteligência do partido nazista, e do serviço de informações sucessor da *Abwehr*, o *Reichssicherheitshauptamt*, RSHA, Walter Schellenberg, em *Sekretnaya missiya* [Missão secreta], 1950.

A religião de matiz conservadora é vista como misticismo, obscurantismo, charlatanismo e mesmo crime organizado, sendo associada com envenenadores. É classista e racista - Gideon Smith está sempre acompanhado por uma claqué ruidosa de brancos de classe média que sabotam a manifestação pacifista ou pela elite política, econômica e militar em suas visitas à casa dos Steal - quando não em conluio com o quadrilheiro Joe Twist. Essa imagem é bem diferente da criada para o sacerdote negro, que procura acalmar o gueto em apoplexia diante do iminente ataque da Ku Klux Klan. Este, não creditado especificamente no letreiro inicial, mas, como Ben Robinson (Dimitri Kolmogorov) e Mary Robinson (Zana Zanoni – nascida Zinaida Nikolaenko, ucraniana. Apesar da existência de uma colônia italiana nos antigos entrepostos genoveses do mar de Azov, na NEP, quando iniciou sua carreira, atores às vezes ainda assumiam nomes diferentes ou mesmo exóticos), e todos os figurantes negros em Fortskill e no gueto, nesta película, e muitos outros nas demais produções soviéticas anti-anglo-americanas, são brancos, eslavos, pintados de negros. Aparece junto à população pobre do *slum*, da “favela”. Além dessa relação classista, há ainda outra efetuada pela trilha de Mikhail Chulaki.

O cântico dos fanáticos conservadores de Smith não se parece em nada com músicas evangélicas americanas, como as dos mórmons, por exemplo. Tampouco a música entoada pelo sacerdote negro na favela trata-se de um *gospel* ou *spiritual* da população negra. Ambas são baseadas claramente no canto bizantino da Igreja Ortodoxa Russa. Para a audiência soviética isso era muito significativo. A mensagem é a de que a fé e a igreja poderiam servir aos poderosos e ao dinheiro, ou estar ligada ao povo. A distinção era propícia após a Concordata de Stalin com a Igreja, em 1943, em meio à política de reavivar o nacionalismo russo e a religião tradicional, parte importante de sua identidade. Com ela, a secessão entre a Igreja Ortodoxa e os Renovacionistas, ou Igreja Viva, adeptos do regime, rapidamente se

encerrou com a absorção da última pela primeira. Era uma reabilitação parcial da religião, com o lembrete de que seus membros sacerdotais nem sempre seriam isentos (isto é, fiéis ao partido e sua visão de mundo a partir da classe trabalhadora). A partir dessa construção de uma representação da religião do inimigo na Guerra Fria partia-se para uma recomendação para o comportamento da fé e da religião institucionalizada interna à URSS. A trilha sonora ganha corpo nesse momento. Ela, que existira muito brevemente em poucos momentos sem diálogos no filme, ressurgiu e torna-se elemento principal – seja para abafar o discurso de Armstrong, seja para reanimar os negros ameaçados.

O resto da trilha parece estar mais ligada ao trabalho do tcheco Antonín Dvořák em sua 9ª Sinfonia, dita Do Novo Mundo, do que um conhecimento direto da musicalidade americana. Como o tema do *spiritual* que marca o encontro de Mary e Ben Robinson. A trilha é reunida e resumida nos créditos iniciais. O público é preparado com blues e jazz melancólicos e uma marcha militar cadenciada por tambores ameaçadores que perfazem um crescendo. O militarismo americano parece esmagar sob suas botas os ritmos populares. O tema do corrupto e cínico McKennedy é humorístico, um xilofone que faz lembrar os trabalhos onomatopéicos de Leroy Anderson. Tambores marciais seguidos por um tema farsesco são o da Ku Klux Klan. Perfazem a ligação desta com o exército e a polícia, afirmadas nas imagens com a indiferença das forças de segurança diante de sua demonstração no centro da cidade, seu início atemorizante e ameaçador com tochas, chamas, capuzes e sombras, e ao mesmo tempo a facilidade com que a Klan é desbaratada pela união e barreira corporal formada pelos progressistas na entrada da favela negra.

O bar é visto como local de depravação, de domínio do lumpesinato: meretrizes e proxenetismo, bebida, vício e exploração, bêbados (o que era mais um lembrete interno para as campanhas antialcoolismo, relacionando-o ao inimigo), um grande quadro de boxeadores - lembrando da selvageria americana e do “cada um por si” -, ponto de encontro de criminosos, controlado por gangsteres, uma mostra da decadência do capitalismo também entre as classes baixas. É no bar que os membros da Klan se organizam e são animados com whisky e Coca-Cola oferecidos pelo mafioso Joe Twist, que procuram evitar que os negros aprisionados

sejam enviados para Chicago, onde talvez fossem absolvidos, os raptando para o enforcamento coletivo. Em outros filmes, como *Zastava v gorakh, Sekretnaya missiya, Nezabyvaemyy 1919 god* (Winston Churchill, notório amante da bebida para além de qualquer propaganda soviética, aparece rodeado por ela neste filme e no anterior), *Vstrecha na Elbe, Padenie Berlina, e Zagovor obrechyonnykh*, os personagens cercados por bebida alcoólica são poderosos burgueses, políticos e militares. Já em *Serebristaya pyl*, como em *Russkiy vopros e Proshchay, Amerika!* os bêbados são os lacaios vindos do lúmpen. Nos filmes soviéticos, os anglo-americanos comumente são retratados como alcoólatras, invertendo novamente a representação politicamente interessada hollywoodiana para os seus próprios fins de propaganda.

Em *Russkiy vopros* faz-se alusão clara a um assassinato do presidente Franklin Roosevelt, e não em uma morte natural causada por um derrame e o declínio de sua saúde em decorrência da poliomielite. Stalin acreditava que Roosevelt fora envenenado pelos setores mais conservadores de seu partido, que confiavam no alinhamento com seu vice de Missouri, e que pretendiam alijar a Inglaterra de um papel de igual status no mundo do pós-guerra⁵³, configurando-o como bipolar e com campos unidos, sem uma divisão do campo capitalista entre o Império Britânico e o emergente império americano⁵⁴. Sua impressão pessoal acabou por chegar às telas de cinema, com o filme de Mikhail Romm, disseminando uma teoria da conspiração entre o público que ainda não tivera contato com ela e reforçando as impressões daqueles, mais alinhados com a linha dura do partido, que a tomavam como certa. Se o trabalho de Romm é visual e sonoramente menos simplificado que o de Room e Armand, ainda assim a mensagem é simples e direta.

Serebristaya pyl incomodou muito o governo americano por tocar, acima de tudo, na questão racial, que manchava a imagem pública americana diante do mundo naquele momento. Apesar de não ter sido exibido nos EUA, recebeu notas

⁵³ WILSON, James. **Churchill and Roosevelt**: The big sleepover at the White House: Christmas 1941-New Year 1942. Columbus: Gatekeeper Press, 2015.

⁵⁴ O embaixador americano em Moscou, Averell Harriman, foi interpelado pelo próprio Stalin, no Kremlin, sobre as condições de saúde e de morte de Roosevelt. Segundo o embaixador, fora o momento em que presenciara o pético secretário-geral em seu estado mais abalado. Foi preciso acalmá-lo com promessas da continuidade da linha de Roosevelt agora sob o comando de Truman (BUTLER, Susan. **Roosevelt and Stalin**: portrait of a partnership. Nova York: Knopf Doubleday Publishing Group, 2015).

de repúdio do governo. Seu representante na ONU o acusou de ser uma ficção extravagante. O *New York Times* o descreveu como o mais venenoso filme antiamericano na história da indústria cinematográfica soviética⁵⁵. Hollywood produzia filmes antissoviéticos que não se diferenciavam muito, como, por exemplo: *Fui comunista para o F.B.I.*, 1951, de Gordon Douglas; *Invasion, U.S.A.*, 1952, de Alfred Green; *A Cortina de Ferro*, 1948, de William Wellman; *Nuvens da tempestade* [The woman on pier 13, "I married a communist"], 1949, de Robert Stevenson; *Nunca me deixes ir*, 1953, de Delmer Daves; *The Red menace*, 1949, de R. G. Springsteen.⁵⁶

Conclusão

A diretriz que determinava que as diferentes apresentações da arte deveriam ser claras, abertamente didáticas, otimistas e relativamente simples pertenciam ao próprio realismo socialista como exposto nos debates político-administrativos e nos jornais soviéticos no princípio da década de 1930⁵⁷. O partido, por meio de seus jornais, passara a pregar a adoção de sua estética e linguagem como regra, o que veio a acontecer em 1934-35⁵⁸. Nessa época ganhou corpo o conceito de *partiinost* ou "partidarismo", ou "espírito de partido", aos quais ligariam-se os conceitos de *naradonost* (popular, voltado para as massas) e *ideinost* (idealista, segundo a nova sociedade em construção, defensor de seus valores) como fatores que o regime esperava encontrar nas obras do campo cultural soviético e na corrente do realismo socialista⁵⁹. No entanto, com o início da Guerra Fria, esses princípios recrudesceram a ponto de tornar o trabalho do pessoal técnico em algo difícil de reconhecer a partir de suas produções passadas.

⁵⁵ CANNING, Charlotte. **On the performance front: US theatre and internationalism**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.

⁵⁶ VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas: uma História Social do Cinema no alvorecer da Guerra Fria – 1945-1954**. Niterói, 2006. Tese de Doutorado. UFF. Área de Concentração: Cultura e Sociedade.

⁵⁷ LAWTON, Anna (org.). **The Red screen**. Londres: Routledge, 1992, p. 257.

⁵⁸ FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; TAYLOR, Richard. **Film Propaganda: Soviet Russia and Nazi Germany**. Londres: I.B. Tauris, 1998.

⁵⁹ HOBSBAWM, Eric (org.). **História do Marxismo, 9: O Marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 152-153; 208.

Os novos modelos de repressão, mais precisos e eficientes, conduziram os estúdios, diretores, roteiristas e pessoal técnico em geral a pensar em modelos e se ater a comportamentos que evitassem que o filme pudesse ser visto e compreendido de maneira oposta ao que o regime gostaria, como o diretor Aleksandr Dovzhenko provavelmente não o conseguiu em *Proshchay, Amerika!*, mas que Room e Armand sim. A simplificação da linguagem fílmica diminuiu as chances de uma leitura dúbia por parte da audiência, e de mensagens ambíguas por parte dos diretores.

O alegado fim do mercado consumidor sob Stalin não se concretizou nem mesmo no stalinismo tardio. Porém, seu poder para efetuar pressões sobre a produção diminuiu. Deu-se a fuga dos filmes didáticos para o escapismo ocidental hollywoodiano, europeu ocidental e nazista dos filmes apreendidos durante a guerra, ou para filmes soviéticos que procuravam se afastar dentro do possível de temáticas políticas, como os gêneros musicais, fantasia, etc. Stalin e seu ministro Jdanov parecem ter passado a pretensão do controle absoluto da produção e linguagem fílmica como meta, ao contrário dos anos 1930, período em que filmes que contrabalançavam críticas com elogios fugiam da censura e garantiam espaço nas telas. Não existia mais esse espaço para apresentar problemas e benefícios do regime. O resultado nos filmes políticos como *Serebristaya pyl* foi a coordenação da promoção da imagem do país para o público interno e externo e o ataque aos inimigos político-ideológicos externos do momento, utilizando-se inclusive da inversão da propaganda anticomunista e antissoviética divulgada nos filmes de Hollywood.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

ADMIRAL Nakhimov [Almirante Nakhimov]. Direção: Vsevolod Pudovkin. Moscou: Mosfilm, 1946. 1 DVD (88 minutos), P&B.

ADMIRAL Ushakov [Almirante Ushakov]. Direção: Mikhail Romm. Moscou: Mosfilm, 1953. 1 DVD (108 min), color.

GEROI Shipki [Os heróis de Shipka]. Direção: Sergei Vasilyev. Leningrado/Sofia: Lenfilm/Boyana Film, 1954. 1 DVD (137 min), color.

KORABLI shturmuyut bastiony [Basthões da tempestade dos navios/Almirante Ushakov parte II]. Direção: Mikhail Romm. Moscou: Mosfilm, 1953. 1 DVD (108 min), color.

MAKSIMKA. Direção: Vladimir Braun. Kiev: Dovjenko Kinostudiya, 1952. 1 DVD (78 min), color.

NEZABYVAEMYY 1919 god [O inesquecível ano de 1919]. Direção: Mikheil Chiaureli. Moscou: Mosfilm, 1951. 1 DVD (108 min), color.

PADENIE Berlina [A queda de Berlim]. Direção: Mikheil Chiaureli. Moscou: Mosfilm, 1950. 2 DVDs (151 min), color.

PROSHCHAY, Amerika! [Adeus, América!]. Direção: Alexander Dovjenko; Julia Solntseva. Moscou: Mosfilm, 1951. 1 DVD (70 min), color.

RUSSKIY vopros [Questão russa]. Direção: Mikhail Romm. Moscou: Mosfilm, 1947. 1 DVD (91 min), P&B.

SEKRETNAYA missiya [Missão secreta]. Direção: Mikhail Romm. Moscou: Mosfilm, 1950. 1 DVD (98 min), P&B.

SEREBRISTAYA pyl [Pó de prata]. Direção: Pavel Armand; Abram Room. Moscou: Mosfilm, 1953. 1 DVD (102 min), color.

SHKOLA zlosloviya [Escola de fofoca]. Direção: Abram Room. Moscou: Mosfilm, 1952. 1 DVD (161 min), P&B.

SMELIIE lyudi [Pessoas ousadas]. Direção: Konstantin Yudin. Moscou: Mosfilm, 1950. 1 DVD (95 min), color.

SPORTIVNAYA Chest [Honra esportiva]. Direção: Vladimir Petrov. Moscou: Mosfilm, 1951. 1 DVD (107 min), color.

SUD chesti [Tribunal de honra]. Direção: Abram Room. Moscou: Mosfilm, 1948. 1 DVD (90 min), P&B.

V mirnyye dni [Em dias de paz]. Direção: Vladimir Braun. Kiev: Kievskaya Kinostudiya, 1950. 1 DVD (97 min), color.

VELIKAYA sila [Grande poder]. Direção: Friedrich Ermler. Leningrado: Lenfilm, 1950. 1 DVD (106 min), P&B.

VELIKIY perelom [A grande virada]. Direção: Fridrikh Ermler. Leningrado: Lenfim, 1945. 1 DVD (108 min), P&B.

VELIKIY voyn Albanii Skanderbeg [Scanderbeg, grande guerreiro da Albânia]. Direção: Sergei Yutkevich. Tirana/Moscou: Albfilm/Mosfilm, 1953. 1 DVD (120 min), color.

VSTRECHA na Elbe [Encontro no Elba]. Direção: Grigori Aleksandrov. Moscou: Mosfilm, 1949. 1 DVD (104 min), P&B.

ZAGOVOR obrechyonnykh [Conspiração dos condenados]. Direção: Mikhail Kalatozov. Moscou: Mosfilm, 1950. 1 DVD (103 min), color.

ZASTAVA v gorakh [Posto avançado nas montanhas]. Direção: Konstantin Yudin. Moscou: Mosfilm, 1953. 1 DVD (100 min), color.

Fontes Secundárias

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BILTEREYST, Daniel; VANDE WINKEL, Roel. **Silencing cinema: film censorship around the world**. Londres: Palgrave, 2013.

BO, João Lanari. **Cinema para russos, cinema para soviéticos**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BORDWELL, David; THOMPSON, Kristin. **A Arte do Cinema: uma introdução**. Campinas: Unicamp, 2013

BUTLER, Susan. **Roosevelt and Stalin: portrait of a partnership**. Nova York: Knopf Doubleday Publishing Group, 2015.

CANNING, Charlotte. **On the performance front: US theatre and internationalism**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.

DAVIES, Sarah. **Popular opinion in Stalin's Russia: terror, propaganda and dissent**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DEUTSCHER, Isaac. **Stalin**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FERRO, Marc. **El Cine, una visión de la historia**. Madrid: Akal, 2008.

FERRO, Marc. **História das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? *In*: NORA, Pierre (org.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

FRANCISCON, Moisés W. **O cinema soviético representa a Segunda Guerra Mundial** (1945-1991). Curitiba, 2019. Tese de Doutorado. UFPR. Área de Concentração: História, Cultura e Poder.

FÜRST, Juliane. **Late Stalinist Russia: society between reconstruction and reinvention**. Londres: Routledge, 2006.

GOLISZEK, Andrew. **In the name of Science**. Nova York: St. Martin's Press, 2003.

GOMBRICH, Ernst. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GRECHKO, A. **Missão Libertadora das Forças Armadas Soviéticas na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Livraria Ciência e Paz, 1985.

HALLIDAY, Fred. **Génesis de la Segunda Guerra Fría**. Cidade do México: F.C.E., 1989.

HARRIS, Sheldon. **Factories of death: Japanese biological warfare, 1932-1945, and the American cover-up**. Nova York: Routledge Press, 2002.

HOBBSAWM, Eric (org.). **História do Marxismo, 9: O Marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HORNBLUM, Allen. **Acres of skin: human experiments at Holmesburg prison**. Nova York: Routledge, 1998.

HORNBLUM, Allen; NEWMAN, Judith; DOBER, Gregory. **Against their will: the secret history of medical experimentation on children in Cold War America**. Nova York: Palgrave-Macmillan, 2013.

KENEZ, Peter. **Cinema and Soviet society: from the Revolution to the death of Stalin**. Londres: I.B. Tauris Publishers, 2001.

LAWTON, Anna (org.). **The red screen: politics, society, art in Soviet cinema**. Londres: Routledge, 1992.

LEBARON, Wayne. **America's nuclear legacy**. Commack: Nova Publishers, 1998.

LECH, Raymond. **Broken soldiers**. Urbana: University of Illinois Press, 2000.

LEE, Martin; SHLAIN, Bruce. **Acid dreams, the complete social history of LSD: the CIA, the sixties, and beyond**. Nova York: Grove Press, 1992.

LEWIN, Moshe. **O fenômeno Gorbachev: uma interpretação histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- LEWIN, Moshe. **O século soviético**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- LIEHM, Mira; Antonín LIEHM. **The most important art: Soviet and Eastern European film after 1945**. Berkeley: University of California Press, 1980.
- LOUE, Sana. **Textbook of research ethics: theory and practice**. Nova York: Springer, 2000.
- LUMPKINS, Charles. **American pogrom: the East St. Louis race riot and black politics**. Athens: Ohio University Press, 2008.
- MAISKI, I. **Quién ayudó a Hitler**. Moscou: Progreso, s/d.
- MCCOY, Alfred. **A question of torture: CIA interrogation, from the Cold War to the War on Terror**. Nova York: Metropolitan Books, 2006.
- MEDVEDEV, Z.; MEDVEDEV, R. **Um Stalin desconhecido**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MILLER, Jamie. **Soviet cinema: politics and persuasion under Stalin**. Londres: I.B. Tauris, 2010.
- MORENO, Jonathan. **Undue risk: secret State experiments on humans**. Nova York: Routledge, 2013.
- MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, Curitiba, nº 38, p. 11-42, 2003.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- OVERY, Richard. **Os ditadores**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- PAOLA, Frederick; WALKER, Robert; NIXON, Lois (orgs.). **Medical Ethics and Humanities**. Sudbury: Jones & Bartlett Publishers, 2009.
- PERNI, Holliston. **A heritage of hypocrisy**. Union Dale: Pleasant Mount Press, Inc., 2005.
- POSPELOV, Pyotr (org.). **La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética**. Progreso: Moscou, 1975.
- POSPELOV, Pyotr (org.). **Istoria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuza**. Moscou: Voenizdat, 1960-65. 6v.

ROLLBERG, Peter. **Historical dictionary of Russian and Soviet cinema**. Lanham: Scarecrow Press, 2009.

SEGRILLO, Angelo. **Rússia: Europa ou Ásia?** A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e suas consequências hoje na política da Rússia entre Ocidente e Oriente. Curitiba: Prismas, 2016.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Souza; LAPSKY, Igor. **O cinema vai à guerra**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SPRING, Derek; TAYLOR, Richard. **Stalinism and Soviet cinema**. Abingdon: Routledge, 2013.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas**: uma História Social do Cinema no alvorecer da Guerra Fria – 1945-1954. Niterói, 2006. Tese de Doutorado. UFF. Área de Concentração: Cultura e Sociedade.

WILSON, James. **Churchill and Roosevelt**: The big sleepover at the White House: Christmas 1941-New Year 1942. Columbus: Gatekeeper Press, 2015.

YOUNGBLOOD, Denise. **Russian war films**: on the Cinema Front, 1914-2005. Kansas: University Press of Kansas, 2007.

ZHILIN, Pavel (org.). **La Grand Guerra Patria de la Unión Soviética**: 1941-1945. Moscou: Progreso, 1985.

Anexos



Fig.1. Autoestradas americanas abarrotadas de painéis publicitários, na visão soviética rodada na recentemente capitalista Lituânia. No QG do Exército em Washington, pouco antes do general McKennedy entrar, o mapa de projeção azimutal destaca rotas das esquadrilhas de bombardeiros estratégicos estadunidenses nos continentes americano e europeu em direção à URSS. SEREBRISTAYA..., 1953.



Fig.2. As duas faces da religião organizada: conservadora, mística, obscurantista, elitista, ou progressista, popular, igualitária. SEREBRISTAYA..., 1953.

Recebido: 18/09/2020
Aprovado: 29/07/2021

A PAN-AMAZÔNIA: A CONSTRUÇÃO DE UM TEMA LATINO-AMERICANO

Êça Pereira da Silva¹

Resumo: Este artigo analisará como o olhar transnacional para a região amazônica foi construído na segunda metade do século XX em três momentos: primeiro intento de um instituto internacional, depois as ações desenvolvimentistas dos Estados Nacionais, com destaque para o Brasil e o Peru e por fim a busca da conexão da região com o global a partir de dois movimentos paralelos e, em muitos momentos, opostos, de um lado os tratados internacionais para obras de infraestrutura e, de outro, compromissos internacionais que visam à preservação da floresta. O objetivo é mostrar como as ações dos Estados Nacionais abriram espaço à elaboração de um olhar transnacional para a Pan-Amazônia. Para tanto, utiliza-se o método de história comparada inicialmente proposto por Bloch (1992) e seus desdobramentos, com destaque para a ideia da construção de um espaço transnacional (WEINSTEIN, 2013 e PRADO, 2012). Mostra-se neste trabalho as transformações na lógica de integração que permitiram a emergência de um olhar continental para a região.

Palavras- Chave: Pan-Amazônia; Integração; América Latina.

PAN-AMAZON: THE CONSTRUCTION OF A LATIN AMERICAN THEME

Abstract: This article will analyze how the transnational view of the Amazon region was constructed in the second half of the 20th century in three moments: first the intention of an international institute, then the developmental actions of the National States, with emphasis on Brazil and Peru, and finally the search for the connection of the region with the global through two parallel and, at many times, opposing movements, on the one hand, international treaties for infrastructure works and, on the other, international commitments aimed at preserving the forest. The objective is to show how the actions of the National States opened space for the elaboration of a transnational look at the Pan-Amazon. Therefore, the comparative history method initially proposed by Bloch (1992) and its consequences are used, with emphasis on the idea of building a transnational space (WEINSTEIN, 2013 and PRADO, 2012). This work shows the transformations in the logic of integration that allowed the emergence of a continental view of the region.

Keywords: Pan-Amazonian; Integration; Latin America.

Introdução

O processo histórico de colonização da região amazônica foi marcado pela disputa entre as nações europeias que desejavam uma parte do novo mundo: Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda conseguiram seus quinhões. Esse processo de disputa e formação da condição fronteira serviu para forjar uma ideia de “medo de perda” ou de “território ameaçado” em cada um dos Estados em

¹ Universidade Federal do Tocantins UFT. Email: ecapereira@uft.edu.br

que foi dividida ao longo dos processos de independência, a saber: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, França/ Guiana Francesa, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Tal medo é evocado, ainda hoje, por autodenominados nacionalistas em diversas situações. Lembremos que, antes das fronteiras nacionais, existe uma região com características comuns:

(...) sub-bloco localizado no coração de nosso continente que busca espaço e significância geopolítica e econômica, a Amazônia multinacional, a Grande Amazônia ou Pan-amazônia, formada (...) por expressivas porções territoriais de Brasil, Venezuela, Guiana, Suriname, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.²

Se considerarmos fatores ambientais e populacionais, este “sub-bloco” deveria incluir a Guiana Francesa, mesmo se tratando de um departamento de um Estado europeu. Chamamos Pan-amazônia uma região de mais de 7 milhões de km², dividida entre 8 estados nacionais soberanos e um território colonial, que compartilham a maior floresta tropical do planeta permeada pela maior bacia hidrográfica do mundo; onde vivem mais de 30 milhões de pessoas de diversas nacionalidades, culturas e etnias.³ Estes dados grandiloquentes explicariam, por si mesmos, a necessidade de cooperação entre os Estados que compõem este caleidoscópio de diversidade ambiental e social, contudo, o primeiro tratado de cooperação que abarcou a todos – exceto a Guiana Francesa – foi assinado apenas em julho de 1978.⁴

O tema da integração entre os países da América surgiu simultaneamente à própria formação dos Estados nacionais entre o final do século XVIII e a primeira parte do século XIX, pois a ideia da unidade aparecia como um meio de fazer frente a uma possível tentativa espanhola de recuperação de suas antigas colônias.⁵

² SILVA, O. M. A; HOMMA, A. K. O. (orgs.). **Pan-Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015. p. 41.

³ Cf.: PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 56, n. 2, p. 94-111, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35829339006>. Acesso em: 10/08/2020.

⁴ O Tratado de Cooperação Amazônica foi assinado em julho de 1978 por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela; a Guiana Francesa, que está localizada na Amazônia ficou de fora por não ser um estado soberano, mas um território da França.

⁵ Cf.: BRAGA, M. B; FIGUEIREDO, A. G. B. Simón Bolívar e o Congresso do Panamá: o primeiro integracionismo latino-americano. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 9, no. 2, p. 308-329, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/45959>. Acesso em: 11/08/2020.

Pouco mais tarde, após o fim da Gran-Colômbia, houve uma Confederação Peru-Bolívia (1836-1839) e deve-se destacar, ainda, as primeiras Conferências Pan-Americanas (1889-1928) precursoras do que se tornaria Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948.⁶

Apenas com a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a emergência do subdesenvolvimento e da resistência ao imperialismo como problemas comuns, é que os Estados começaram a, lentamente, firmar acordos pontuais. Curiosamente, foram os problemas comuns que consolidaram uma identidade latino-americana, que tem como base a relação de exploração com os centros do capitalismo.⁷ Décadas mais tarde, com o novo contexto da pressão dos “mercados” – panaceia do capitalismo do final do século XX – é que os Estados efetivaram a aproximação, inicialmente, comercial, e depois noutros setores, ainda que a panaceia do mercado tenha guiado muitas de suas ações.

De acordo com a tese de Nunes,⁸ os esforços de aproximação entre os países que compartilham a Amazônia foram, em boa medida, motivados por pressões externas, ou seja, os momentos de aproximação foram reações à sensação de ameaça estrangeira às suas soberanias.

Neste artigo analisaremos três momentos da construção de um conceito de Pan-amazônia, comparando Brasil e Peru, países com as maiores porções de espaços amazônicos. O primeiro momento aqui abordado será a segunda metade dos anos 1940, com o projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA); depois, entre os anos 1950 e 1980, em que, mesmo com as grandes obras justificadas numa perspectiva nacionalista, havia um horizonte de integração continental. Já no terceiro momento, entre o final do século XX início do XXI, abordaremos a articulação da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica e o lançamento da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), que

⁶ Cf.: DULCI, Tereza Maria Spyer. **As conferências pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁷ Cf.: FARRET, R. L; PINTO, S. R. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 12, n.23, p. 30-42, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000200030&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19/08/2020.

⁸ NUNES, Paulo Henrique Faria. **A institucionalização da Pan-Amazônia**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

projetou quatro grandes eixos de obras para integração física com a região amazônica.

A inexistência anterior a 1978 de grandes tratados oficiais que envolvessem todas as nações amazônicas não significa que suas populações não mantivessem contatos entre si – estes existem desde antes da conquista.⁹ Significa, apenas, que os Estados amazônicos não tinham um acordo único para contatos privilegiados. Uma explicação possível para isso consiste no fato de que, em todos eles, os centros de poder foram forjados próximos ao litoral, onde se concentraram os elos com os centros capitalistas (exceto na Bolívia, onde a dinâmica deu-se entre o altiplano e a planície).

Sendo assim, a região amazônica ficou secundarizada em relação aos centros de poder nos Estados em que foi dividida. No entanto, isso não significa que foi esquecida pelos centros de poder, tanto nacionais quanto internacionais. Ao contrário, a região foi objeto de muitas ações estatais que, ao serem impostas, tiveram, em muitos casos, declarado sentido colonialista com a justificativa da “integração” ou do “bem nacional”. Tais ações, até anos bem recentes do século XX, desconsideraram ou minimizaram os impactos para as populações locais e ainda foram pensadas na lógica da defesa das fronteiras, tomando os vizinhos como “ameaças”.¹⁰

Apesar das construções dos Estados nacionais nas Américas – com suas conseqüentes fronteiras – terem sido elaboradas, em sua maior parte, na primeira metade do XIX, esse processo na região amazônica é mais recente e ainda há querelas em andamento.¹¹ Esta situação contribuiu para complexificar o movimento de aproximação entre os vizinhos.

⁹ Cf.: CALAVIA SAEZ, Oscar. O inca pano: mito, história e modelos etnológicos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 6, n.2, p. 07-35, 2000 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:18/08/2020.

¹⁰ Cf.: ZÁRATE BOTÍA. Carlos Gilberto. El largo e incierto camino de la integración fronteriza en la Amazonia In: SILVA, Osiris M. Araújo HOMMA, Alfredo K. Oyama. (orgs.) **Pan - Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015 p. 435-448

¹¹ A fronteira entre o Brasil e a Bolívia foi acertada em 1902 com a compra do Acre, antecedida por conflitos locais, já os limites entre Peru e Colômbia foram acertados em 1934, após conflito armado dois anos antes; a Guiana cuja independência data de 1966 tem uma parte de seu território reivindicada pela Venezuela e outra pelo Suriname, cuja independência ocorreu em 1976. NUNES, Paulo Henrique Faria *Op. cit.* p. 38-57.

Ao longo deste artigo compararemos as ações estatais brasileira e peruana para suas respectivas regiões amazônicas, destacando como as respostas às demandas internacionais – seja para preservar, seja para integrar a região à dinâmica capitalista global – contribuíram para a construção de uma concepção de Pan-Amazônia latino-americana, ou seja, transnacional.

Conforme Maria Lígia Prado,¹² a comparação e a concepção transnacional de história são complementares, como se verá aqui. Assim, afirmamos a “unidade do problema” como sustentáculo da comparação em história, de acordo com o proposto por Bloch¹³ e, ainda, a unidade da região, posto que a Amazônia é, simultaneamente, una e múltipla.¹⁴

Cabe ainda indicar que trata-se de um problema do tempo presente, uma vez que analisaremos o surgimento de uma concepção de Pan-Amazônia desde os anos 1940 e que ainda está em elaboração e fortalecimento.¹⁵ Além disso, apesar das muitas críticas e impactos, verificaremos a permanência de certas lógicas de ação estatal que pouco consideram impactos locais e em concepções de crescimento econômico fortemente difundidas na segunda metade do XX.

O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: o veto ao olhar transnacional.

O projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) consistia em um amplo centro de pesquisas sobre a região, que abarcaria todos os países amazônicos em diversos âmbitos das ciências, tais como a botânica, química, zoologia, medicina, antropologia, dentre outros. Os resultados deveriam contribuir para melhorar a qualidade de vida das populações locais, incluindo, para além da pesquisa básica, os aspectos da educação, saúde e cultura. Deveria ser um instituto internacional, pois consistia numa concepção de Amazônia macro, para

¹² Cf.: PRADO, Maria Lígia. América Latina: história comparada, histórias conectadas, história transnacional. **Anuario Digital Escuela de História**. Rosário, n. 24, p. 9-22, 2012. Disponível em: <https://rephip.unr.edu.ar/handle/2133/3719>. Acesso em: 20/09/2020.

¹³ Cf.: BLOCH, M. Por una historia comparada de las sociedades europeas. In: **Una historia viva**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1992 p. 63 – 98.

¹⁴ Cf.: PIZARRO, A. **Amazônia - as vozes do rio: imaginário e modernização**. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

¹⁵ Cf.: CAMPOS, Emerson LOHN, Reinaldo. O Tempo presente entre operações e tramas. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 24, p.97-113, 2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1176/687>. Acesso em: 20/09/2020.

além das fronteiras nacionais, sendo concebido com base no bioma. Embora fortemente submetido aos governos nacionais, enfrentou forte oposição daqueles que o viam como ameaça às soberanias nacionais.

O projeto IIHA foi amplamente discutido na segunda metade da década de 1940, momento do pós-guerra e de reorganização das relações entre os Estados, com fundação de diversas agências internacionais vinculadas à recém-criada Organização das Nações Unidas. Segundo Maio,¹⁶ enquanto projeto de uma instituição internacional específica para a Amazônia, que permearia todo o bioma transnacionalmente, o IIHA foi proposto pelo engenheiro químico brasileiro de reconhecida carreira internacional, Paulo Estevão Berrêdo Carneiro.

O projeto foi tema de diversas reuniões internacionais – Paris (1946), Belém e Cidade do México (1947) e Iquitos (1948). Foi nesta última reunião que ficou acertada o que seria sua versão mais conhecida, chamada Protocolo de Iquitos, que ganhou, ainda, algumas adições e passou a ser o Protocolo do Rio de Janeiro, em 1950.

O primeiro artigo do Protocolo é muito claro em definir suas funções e expor, à contrapelo, as críticas das quais era alvo.

Os Estados Contratantes, por meio da presente Convenção, criam o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, com o objetivo de promover, conduzir, coordenar e divulgar os estudos sobre a mencionada zona geográfica, em que possuem território a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador, a França, a Grã-Bretanha, os Países Baixos, o Peru e a Venezuela.

I – Fica expressamente excluída das atividades do Instituto qualquer forma de exploração econômica da região.

II – As descobertas de valor econômico realizadas por pessoas a serviço do Instituto serão imediatamente comunicadas ao Governo do país em que tenham sido efetuadas.

III – Nem o Instituto, nem as pessoas a seu serviço poderão utilizar suas investigações e descobertas em proveito econômico próprio ou de terceiros. Tal utilização em um país compreendido na área geográfica da Hiléia Amazônica só poderá ser feita nos termos prescritos pelo respectivo direito interno.¹⁷

¹⁶ Cf.: MAIO, Marcos Chor. A UNESCO e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 115-130, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20/02/2020.

¹⁷ Protocolo do Rio de Janeiro apud NUNES, Osório. **Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1951. p. 189-190.

A citação acima evidencia o temor de que o instituto científico pudesse utilizar qualquer descoberta para fins de exploração econômica, além disso, transparece também a sujeição do instituto às autoridades e ao direito dos Estados membros.

Ainda segundo Maio,¹⁸ o projeto enfrentou forte oposição, principalmente no Brasil. A oposição internacional, segundo o autor, foi por conta do alto custo previsto para instituto, particularmente, os EUA se opuseram ao fato de que as pesquisas poderiam servir aos interesses de políticos locais. Conforme o autor, após as bombas atômicas, havia um consenso no ambiente científico internacional sobre a necessidade de afastamento entre o trabalho científico e as demandas dos Estados Nacionais. Dada a latente carência de políticas públicas na região amazônica, era muito difícil justificar as pesquisas sem buscar resultados que pudessem ser utilizados por governos locais.

No Brasil, o projeto enfrentou forte oposição nacionalista que desconfiava dos interesses internacionais nas riquezas da região. Apesar das boas intenções dos renomados cientistas brasileiros defensores do IIHA (entre os quais estavam, além de Berrêdo Carneiro, Heloísa de Alberto Torres e Lineu de Albuquerque Melo), os críticos viam o IIHA como um perigo às soberanias nacionais dos Estados amazônicos.¹⁹

Maio²⁰ explica que o fracasso do projeto, no Brasil, esteve muito atrelado à acirrada campanha nacionalista e, nos outros países latino-americanos, à instabilidade institucional, pois pouco fizeram para efetivar o projeto; e também, ao crescente desinteresse da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em promovê-lo, além das disputas pela hegemonia do projeto entre Brasil e Peru.

No Peru, o projeto do IIHA contou com apoio do governo que sediou a reunião e elaborou a proposta mais completa do Instituto, conhecida como Protocolo de Iquitos. A mensagem anual que o presidente Bustamente y Riveros enviou ao Congresso por ocasião das festas pátrias (28 de julho de 1948),

¹⁸ Cf.: MAIO, Marcos Chor. *Op. Cit.*

¹⁹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1972.

²⁰ Cf.: MAIO, Marcos Chor. *Op. Cit.*

recomendou fortemente o apoio à criação do Instituto. Deve-se destacar que, mesmo com seu fracasso – ao final nenhum dos países signatários ratificou nem o Protocolo de Iquitos, tampouco o do Rio de Janeiro – o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica teve o mérito de colocar em pauta a dimensão internacional da Amazônia e destacar que as diversas nacionalidades em que a região foi dividida deveriam somar esforços se quisessem de fato promover pesquisas científicas e solucionar os problemas locais.

Ações estatais, desenvolvimentismo, integração e concepções colonialistas

Entre as décadas 1950 e 1970 o desenvolvimentismo tornou-se a pauta de todo o continente. Em 1948 foi criada a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina – e, a partir de seus estudos, indicou caminhos para a superação da dependência dos países latino-americanos em relação aos países centrais do capitalismo. Tais caminhos eram a industrialização e o fortalecimento dos mercados internos, o que fazia da integração territorial um imperativo. Era o auge do “nacional desenvolvimentismo”, que se manifestou especificamente na região amazônica com ações para integrá-la às dinâmicas econômicas nacionais. O economista Pedro Cezar Dutra Fonseca definiu o desenvolvimentismo da seguinte forma:

Embora haja controvérsias sobre seu significado e alcance, este [desenvolvimentismo] é entendido, numa primeira abstração que servirá de ponto de partida, como possuindo um “núcleo duro” que o caracteriza em suas várias manifestações concretas, como a defesa: (a) da industrialização, (b) do intervencionismo pró-crescimento e (c) do nacionalismo, embora este deva ser entendido num sentido muito amplo, que vai desde a simples retórica ufanista conservadora até propostas radicais de rompimento unilateral com o capital estrangeiro.²¹

Segundo Ricardo Bielschowsky, o desenvolvimentismo foi o grande tema do pós-guerra até a ascensão do neoliberalismo na década de 1970. Essa definição é sobre o caso brasileiro, mas pode ser generalizada para todos os países que eram, até então, fornecedores de matérias-primas aos países industrializados:

²¹ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precusores do desenvolvimentismo no Brasil. In BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs) **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Ed Unesp, 2012. p. 21-49.

(...) ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.²²

Na década de 1960, durante o ápice do desenvolvimentismo na América Latina, começaram os primeiros intentos de integração econômica. O ideal cepalino era industrializar a região de forma integrada, inclusive com seus mercados consumidores. Em 1960, foi assinado o Tratado de Montevideu formalizando a ALALC – Associação Latino Americana de Livre Comércio, que não prosperou devido às muitas divergências entre os países membros. Apesar disso, a ALALC colocou o tema da integração como meio para fomentar o desenvolvimento dos países latino-americanos.

Em 1966 houve uma reunião entre os presidentes da Colômbia, Chile, Equador e representantes da Bolívia e Peru, que resultou numa declaração, no âmbito da ALALC, pedindo fórmulas e práticas adequadas às condições de menor desenvolvimento em comparação aos outros países da associação: começava a aproximação dos países andinos, sendo que dos cinco, quatro também são amazônicos.²³

No Brasil, os olhares para a região amazônica partiam do recorte nacional. O nacionalismo passou a ser uma bandeira de mobilização do Estado desde a chamada “Revolução de 1930” e assim seria até idos de 1980. Com o fim da ditadura, quando Estado e sociedade começaram a realinhar seus lugares, esta

²² BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 7.

²³ Cf.: GONZALEZ ARANA, Roberto. El pacto Andino (1969-1999): un balance a tres décadas de su fundación. **Investigación y Desarrollo** Barranquilla, n. 10, p. 124-139, 1999.

pôde expor toda sua pluralidade para além do ideal de unidade implicado no nacionalismo.

Para promover o crescimento econômico e a integração da região amazônica aos centros urbanos do território, foi criada, em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que, em 1966, foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Esta instituição consistiu num esforço do governo federal para fomentar atividades econômicas na região e promover sua integração ao restante do país, principalmente via estradas de rodagem. Ela deveria elaborar planos e articular as diferentes esferas de governo - local, estadual e federal.

Em 1954, Arthur César Ferreira Reis, então superintendente da SPVEA, numa conferência na Escola Superior de Guerra sobre a instituição que dirigia, defendeu o planejamento estatal contra os liberais que o identificavam com o comunismo. O que demonstra a forte oposição que o desenvolvimentismo enfrentou devido ao contexto da Guerra Fria que perpassava todas as discussões daquele período. Seu argumento, na defesa da intervenção da União e com cuidado para não ferir as “susceptibilidades autonomistas” locais, pautava-se na necessidade de investimentos, de recursos técnicos e financeiros para superar os desequilíbrios entre as regiões, que no limite poderiam comprometer “a estabilidade da unidade política”.²⁴

A comissão de planejamento do SPVEA contava com nove representantes dos estados brasileiros e territórios amazônicos,²⁵ além do superintendente e seis técnicos nomeados pelo presidente da República, ou seja, todos vinculados à máquina do Estado. Na conferência na Escola Superior de Guerra foram apresentados os seguintes objetivos para a SPVEA:

- a) criar na Amazônia uma produção de alimentos pelo menos equivalente às suas necessidades de consumo;
- b) completar a economia brasileira, produzindo na Amazônia, no limite de suas possibilidades, matérias-primas e produtos alimentares importados pelo país;
- c) promover a exploração das riquezas energéticas e minerais da região;

²⁴ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Experiências do Planejamento Regional no Brasil**. Curso Superior de Guerra. C-82-54. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1954. p. 11.

²⁵ Naquela época havia os territórios de Guaporé, Amapá e Acre, que não eram Estados.

- d) desenvolver a exportação das matérias-primas regionais;
- e) converter, gradualmente, a economia extrativista praticada nas cidades, em economia agrícola e industrial;
- f) estimular a criação de riqueza e sua movimentação através de sistemas de créditos adequados;
- g) elevar o nível de vida e de cultura técnica e política de suas populações.²⁶

Tais objetivos alinham-se à definição de desenvolvimentismo acima mencionada: consistem em fazer da Amazônia fornecedora de matérias-primas e energia para a industrialização do país. Destacam-se a produção de alimentos e matérias-primas para a indústria e nenhuma menção ao meio ambiente e às culturas locais, o que demonstra as prioridades na conjuntura dos anos 1950. Chama atenção, também, que a elevação do nível de vida das populações seja o último item mencionado, apesar do fato de que, mais adiante, “a recuperação das populações amazônicas será, portanto, o primeiro objetivo a atingir”.²⁷ Essa recuperação deveria ser alcançada pela via da colonização, atraindo a população local, garantir-lhe condições para a superação de seu nomadismo.²⁸ Nas palavras de Ferreira Reis, a colonização da região era importante porque:

A região carece de agricultores profissionais, existindo apenas roceiros que realizam quase que exclusivamente uma ‘agricultura extrativista’. A melhor maneira de ministrar conhecimentos técnicos aos que trabalham a terra será através dos processos de colonização, pois nas colônias torna-se mais simples o apoio financeiro e a posse do instrumental de trabalho necessário, assistência do agrônomo. O mais importante efeito da colonização é, ainda, tornar possível a associação dos agricultores em cooperativas, colhendo, beneficiando e vendendo suas safras, com um sistema de preços mínimos garantidos, que defenda o produtor contra as especulações comerciais.²⁹

A ideia de profissionalizar os agricultores e organizá-los em cooperativas para que isso aumentasse a sua produção, do ponto de vista de fomentar um grupo economicamente produtivo, era interessante dentro da lógica capitalista. No entanto, se tratava de uma proposta elaborada por membros de uma instituição governamental, com métodos e objetivos colocados pela mesma, ou seja, algo

²⁶ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op. Cit.* p. 32-33.

²⁷ *Ibidem*, p. 37.

²⁸ *Ibidem*, p. 38.

²⁹ *Ibidem*, p. 42.

externo ao local onde seriam realizados. Deste modo, percebemos como o plano oficial utilizou o conceito de colonização significando a implementação de políticas que promovessem o progresso material, visando a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores locais, mas a partir de planos elaborados desde fora da realidade que visava transformar. Conforme o próprio superintendente indicou na mesma apresentação, o planejamento foi elaborado sem o devido conhecimento da região: “todos os trabalhos programados esbarram com o problema do desconhecimento em que vivemos até hoje do que é realmente a Amazônia”.³⁰ Assim, o próprio conferencista reconhecia a falta de conhecimento da realidade e dos sujeitos que pretendia transformar.

Além do desconhecimento da região amazônica, na mesma ocasião, Reis denunciou a falta de financiamento da União para os projetos da SPVEA e a dificuldade em buscar financiamentos privados, de modo que já constatava alguns motivos que levariam a instituição ao fracasso: a falta de financiamento, a dificuldade de coordenação entre a SPVEA e os órgãos municipais e estaduais, assim como a dependência de aprovação de verbas no Congresso, onde a representação da região era pequena e muitas as barganhas partidárias.

Provavelmente, um dos maiores feitos da SPVEA tenha sido a aprovação da lei que instituiu a Zona Franca de Manaus em 1957, que apenas foi realmente implementada dez anos depois, em 1967, já no contexto da SUDAM. A SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus –, que atualmente faz a gestão da ZFM, divide a história desta empreitada em cinco fases: de 1967 a 1975, quando a ênfase era a industrialização por substituição de importações; de 1975 a 1990, onde o foco teria sido fomentar a produção de bens nacionais e de insumos; entre 1991 e 1996, com a abertura comercial em que a ZFM passou por mudanças como a automação e a liberação de importações; entre 1996 e 2002, quando houve a adaptação da região às demandas da globalização e das privatizações e à desregulamentação. A quinta fase, segundo a instituição, consistiria no

³⁰ *Ibidem*, p. 46.

adensamento da cadeia produtiva e investimento em tecnologia e pesquisa principalmente nos setores de biotecnologia e cosméticos.³¹

Segundo os pesquisadores José Alberto M. da Costa e Rosa Oliveira de Pontes,³² a Zona Franca de Manaus foi muito importante para o crescimento econômico do Amazonas, sendo responsável por 85% do PIB do Estado e, inclusive, formando um mercado interno com trabalhadores cujos salários se equiparavam aos das regiões mais ricas do país. Contudo, a produção ainda dependia de insumos importados e as empresas de isenções fiscais para serem competitivas, sendo assim, a ZFM não conseguiu fomentar um desenvolvimento autônomo e internalizar a riqueza na região.

No Peru também foram elaborados planos de colonização da Amazônia durante as décadas de 1950 e 1960. O primeiro foi elaborado pelos participantes do Centro de Altos Estudos Militares (CAEM), em 1959, focado especialmente na abertura de caminhos entre a Serra e a Selva.³³ O general Romero Pardo, então dirigente do CAEM, apresentou ao presidente Manuel Prado, em 1959, o *Plan de Desarrollo de la Selva*, que consistia numa série de sugestões para desenvolver economicamente a região mais pobre do país, de modo integrado aos objetivos de defesa. Segundo o general, a recusa do presidente ao plano se deu porque o governo temia delegar demasiados poderes aos militares.³⁴

O projeto de desenvolvimento regional elaborado pelos militares entrou em conflito com o grupo civil e liberal no poder. De um lado, os militares almejavam um governo mais presente e ativo numa região longínqua e de difícil acesso, onde o crescimento econômico integraria as populações alijadas da presença do Estado e contribuiria para conter o grande êxodo rumo à Costa. Por outro lado, o governo civil temia que a ingerência militar acarretasse num golpe.

³¹ Cf.: SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **Modelo Zona Franca** História, 2014. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm#:~:text=A%20Zona%20Franca%20de%20Manaus,d%201957%2C%20como%20Porto%20Livre Acesso em: 01/11/2020.

³² Cf.: COSTA, Jose Alberto Machado da PONTES, Rosa Oliveira de. Zona Franca de Manaus (ZFM): circunstâncias históricas e cenário contemporâneo e agenda de aperfeiçoamento. In: SILVA, Osíris M. Araújo HOMMA, Alfredo K. Oyama. (orgs.) **Pan-Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015. p. 221-265.

³³ Cf.: RODRIGUEZ BERUFF, J. **Los militares y el poder: un ensayo sobre la doctrina militar em el Peru: 1948-1968**. Lima: Mosca Azul Editores, 1983.

³⁴ *Ibidem*.

Assim, no Peru, o poder executivo engavetou um plano de desenvolvimento regional que fortaleceria seu poder de ação, para manter seus compromissos com setores exportadores a quem não interessava um Estado interventor e, também, por encarar os militares como ameaça.

A colonização da Amazônia foi bandeira de destaque dos dois governos de Fernando Belaúnde Terry (1963-68 e 1980-85). O arquiteto foi um verdadeiro paladino do que julgava ser a modernização da região e sua integração ao país. Para tanto, não mediu esforços, usando de violência extrema contra populações indígenas, até mesmo aquelas que estavam sendo contatadas naquele momento. Foi dele o primeiro projeto da *Carretera Marginal de La Selva* que deveria ligar as três grandes bacias hidrográficas do continente: Orinoco, Amazonas e Prata.³⁵

Em 1966, mesmo ano da supra mencionada reunião dos países andinos, foi publicado o estudo de viabilidade técnica e econômica da *Carretera Marginal de la Selva* trecho Villa Rica-Puerto Pachitea, localizado na amazônia peruana, elaborado pela empresa estadunidense *Tippetts-Abbett McCarthy-Stratton Corporation*, ou simplesmente *TAMS American Corporation*. Esta estrada seria parte de uma rota internacional que atravessaria a Amazônia andina da Venezuela até a Bolívia, atravessando a Colômbia e o Peru, numa extensão total de 5,6 mil quilômetros, formando parte do horizonte de integração latino-americana.³⁶

O estudo de viabilidade e custos para o trecho peruano apresentava o objetivo de promover o desenvolvimento por meio da colonização agrícola ao longo da estrada principal e de suas vias vicinais. A ideia era atrair para a região amazônica a população andina que migrava para a Costa, aumentando as periferias de Lima e Callao. O projeto recomendava:

En consecuencia es recomendable para la región el establecimiento de haciendas grandes que posean un alto grado de mecanización y donde se empleen modernas técnicas agrícolas. Es de esperar que mientras la mayoría de las haciendas se dedicarán a un producto, se cultivarán también otros para dar diversificación y un ingreso estable al agricultor. Deberá estimularse el establecimiento de

³⁵ DOUROJEANNI, Marc. Belaúnde en la Amazonia. **Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica** Disponível em: <https://www.caaap.org.pe/2017/06/12/belaunde-en-la-amazonia-por-marc-j-dourojeanni/> Acesso em: 29/08/2020.

³⁶ SNYDER, David E. "The 'Carretera Marginal De La Selva': A Geographic Review and Appraisal." **Revista Geográfica**, Washington, n. 67, pp. 87-100, 1967 Disponível em: www.jstor.org/stable/40992950 Acesso em: 05/08/2020.

*haciendas de 50 a 100 hectáreas y en zonas donde la actividad predominante sea la ganadería, la formación de haciendas más grandes daría mejor resultado.*³⁷

Desse modo, observamos a recomendação da formação de grandes propriedades mecanizadas, que na prática significa: concentração da propriedade, da renda e poucas vagas de emprego. O documento sugere ainda o que deveria ser produzido na região, além da criação de gado, também arroz, café, cítricos, assim como fossem implementados cultivos de produtos que, naquele momento, o Peru importava, contribuindo para a melhoria da balança comercial do país. A floresta somente foi mencionada no documento como potencial fornecedora de madeira, pois, uma vez que a estrada estivesse pronta, ficaria mais barato extrair madeira da região para o consumo das populações metropolitanas do que importar de outros países, como então era feito. Isso demonstra que o meio ambiente não era uma preocupação estatal nos anos 1960. Cerca de 20 anos depois, quando o trecho proposto no projeto foi construído, percebe-se certo reconhecimento da pauta ambiental com o esforço de preservação e a criação de duas reservas: o Parque Nacional Yanachaga Chemillen (criado em 1986) e o Bosque de Protección San Matías y San Carlos (criado em 1987). No entanto, havia ainda muitos desafios para a preservação ambiental, sobre a obra deste trecho da Marginal de la Selva realizada na década de 1980:

Posiblemente el colmo de ese comportamiento fue la apertura del trecho de la Marginal entre San Alejandro (Von Humboldt) y Villa Rica. En setiembre de 1980, sin que el personal del Bosque Nacional Alexandre Von Humboldt fuera siquiera prevenido, el Ministro de Transportes de entonces ordenó personalmente que sus tractores pasen encima de los experimentos allí instalados a grande costo. La apertura inconsulta e innecesaria en ese lugar de esa carretera fue el fin de la mayor inversión peruana en manejo de bosques naturales tropicales. El bosque como los indigenas eran apenas obstáculos.³⁸

O antropólogo Marc Dourojeanni analisou num artigo de 2017 o papel de Bealúnde Terry para a realização de obras de colonização e integração da selva

³⁷ LA CARRETERA MARGINAL DE LA SELVA – VILLA RICA-PUERTO PACHITEA. **Estudio de factibilidad Técnica y económica.** Lima: INP/ New York: TAMS American Corporation, 1966. p. 18.

³⁸ DOUROJEANNI, M. *Op. Cit.* s/p.

peruana. Segundo o antropólogo, o ex-presidente era um homem extremamente culto e de uma reputação ilibada, entretanto, fez da ocupação e da integração da selva uma ideia fixa. Além da abertura de estradas, iniciadas em sua primeira gestão e que seguiram de maneira intermitente até o início do século XXI, Belaúnde foi pioneiro em propor a abertura de hidrovias. Dourojeanni mencionou duas viagens à região amazônica feitas por Belaúnde para difundir seu projeto de interligação de bacias hidrográficas, contrariando recomendações de especialistas na região.

A primeira viagem, realizada em 1983, deveria percorrer o trajeto de Iquitos até Manaus, encalhou diversas vezes no caminho, enfrentou muitos obstáculos e inclusive criou atritos com a diplomacia brasileira. No ano seguinte realizou a segunda viagem à amazônia peruana, cujo trajeto pelas bacias do Ucayali e Madre Dios teve consequências mais sérias: a comitiva presidencial foi atacada por indígenas não contatados anteriormente, que feriu um membro da comitiva, o revide militar matou dois nativos.³⁹

Em 1970 outra estrada foi aberta na região gerando forte impacto: a BR 230, mais conhecida como Rodovia Transamazônica. O projeto previa uma estrada com cerca de 5 mil quilômetros de extensão ligando o interior da Amazônia ao litoral do Nordeste brasileiro, e foi justificado pela necessidade de integração e desenvolvimento nacionais. A defesa de empreendimento de tal monta pelo governo ditatorial à imprensa, afirmava que se tratava de solucionar os problemas das duas regiões mais pobres do país com uma só medida: tirar o “excesso” de população da região seca do Nordeste e levá-la à “vazia” região amazônica, reeditando a migração do segundo ciclo da borracha, nos anos 1940, como se tratasse de uma solução original. O projeto previa núcleos de colonização e exploração de minérios como ferro, estanho e alumínio.⁴⁰

Além disso, o projeto partia da concepção geopolítica dos militares: ocupar o “deserto verde” e controlar as fronteiras do país. O discurso oficial sublinhava a necessidade de abrir vias terrestres às fronteiras, tanto para levar mercadorias

³⁹ Cf.: *Ibidem*.

⁴⁰ Cf.: OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovia Transamazônica: Falência De Um Grande Projeto Geopolítico. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 4, n. 12, p. 282 - 298, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1166>. Acesso em: 10/08/2020.

brasileiras aos nossos vizinhos amazônicos, quanto para manter o controle sobre o território fronteiriço, principalmente via presença mais intensiva das forças armadas e do Estado. Segundo o General Golbery do Couto e Silva, o território brasileiro estava dividido em “ilhas” que precisavam ser integradas para que o Brasil aproveitasse plenamente sua continentalidade, pois até então ocupava melhor apenas o seu espaço Atlântico. Nesta lógica, a região amazônica era vista como um deserto a ser ocupado, de modo que o movimento proposto era o “tamponamento das fronteiras abertas”.⁴¹

A implementação de tal projeto impactou profundamente a região em diversos sentidos: a devastação da floresta para a construção da estrada, para a exploração de minérios, a posterior instalação de hidrelétricas para o fornecimento de energia para as mineradoras (a inauguração de Tucuruí foi em 1984) e, decorrente de tudo isso, uma grande desestruturação das sociedades que ali viviam, especialmente as indígenas.⁴²

Este processo afetou seriamente as sociedades da região: o Estado fomentou a migração de milhares de nordestinos, mas não garantiu acesso à terra, dando início à uma espiral de violentas disputas que continuam até a atualidade.

No período de 1964-1984, as regiões Centro-Oeste e Norte se tornaram palcos de investimentos nacionais e estrangeiros e ao governo brasileiro interessava ocupar a Amazônia - isto é, integrá-la ao território nacional e torná-la produtiva. Do ponto de vista social, por mais que os documentos oficiais e as autoridades dissessem o contrário, o plano era bastante deficiente; o contingente de migrantes que se embrenhou no Cerrado e na Amazônia a fugir da pobreza se converteu em ferramenta do Estado e eis aí um paradoxo: a terra não era instrumento de política social mas o ser humano era instrumento de política territorial.⁴³

Roberto Araújo⁴⁴ demonstrou que as disputas de terras na região continuam intensas, apesar das novas formas de distribuição de terras baseadas no

⁴¹ SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. p. 55.

⁴² Cf.: OLIVEIRA NETO, T. *Op. Cit.*

⁴³ NUNES, Paulo Henrique Faria *Op. Cit.* p. 144.

⁴⁴ Cf.: ARAUJO, R. *et al.* Territórios e alianças políticas do pós-ambientalismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 95, p. 67-90, 2019. Disponível em:

usufruto coletivo e na manutenção da floresta “em pé” pois, ainda faltam iniciativas e presença governamentais para viabilizar economicamente estas práticas. Além disso, a concorrência com formas de exploração que contam com incentivos e mercados, como a criação de gado ou plantação de soja, terminam por empurrar aqueles ali instalados, sem forte vinculação com a floresta, às práticas destruidoras, mas economicamente atraentes.⁴⁵

Segundo Paulo Roberto de Albuquerque Bonfim⁴⁶ as diversas ações da ditadura militar brasileira na Amazônia objetivaram integrar o território nacional, o que na concepção dos planejadores era fazer coincidir fronteiras políticas e econômicas. O autor mostrou como os Planos de Desenvolvimento Nacionais e os Planos de Desenvolvimento Amazônicos introduziram na região diversas atividades econômicas alheias às populações que ali viviam. O desejo de “inundar a Hilea de civilização”, demonstrava o quanto os planejadores ignoravam os povos que ali viviam suas civilidades.

Enquanto os governos no Brasil e no Peru, ancorados numa visão de desenvolvimento nacional, implementavam seus planos de colonização da floresta, outros grupos alarmados com os impactos propunham uma visão mais integrada da região e a preservação tanto ambiental como cultural emergia como pauta das discussões públicas. Porém, anos mais tarde, o olhar mais integrador para a região passou também a ser argumento para que alguns grupos defendessem grandes obras de infraestrutura na região.

A dimensão continental do bioma: entre a preservação e as demandas do mercado global

Depois de um período de predominância de projetos e ações que visavam o crescimento econômico e a integração da região amazônica aos centros de poder e de concentração populacional tanto no Brasil como no Peru, um olhar para região em suas particularidades, além das fronteiras internacionais, mobilizou novas

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000100067&lng=en&nrm=iso Acesso em: 14/08/2020.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira Amazônica e planejamento na época da Ditadura Militar no Brasil: inundar a hilea de civilização? **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30 n.1, p. 13-33, 2010.

ações em dois diferentes sentidos: de um lado, grupos que visavam a preservação do bioma, de outro, aqueles que almejam a construção de uma moderna infraestrutura para interligar a floresta às redes globais de comércio.

O primeiro movimento ganhou dimensão internacional institucional em 1972, na cidade de Estocolmo - Suécia, quando aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Este evento foi marcado pela divulgação de dados que indicavam a piora das condições ambientais do planeta decorrentes da industrialização e do crescimento do consumo. A situação de emergência ambiental motivou a disputa entre dois conjuntos de países: de um lado, os subdesenvolvidos, que defendiam o seu direito ao desenvolvimento acima de qualquer limitação internacional, com o argumento de que os danos ambientais se deviam à industrialização e ao consumo dos países ricos, sendo assim, estes que deveriam arcar com os custos da preservação. De outro lado, os países desenvolvidos que acusavam os pobres de não terem condições de preservar seus biomas e adotarem práticas predatórias ao perseguirem o progresso. Este foi um momento de importante exposição das tensões Norte X Sul.⁴⁷

A situação aproximou os países subdesenvolvidos – termo substituído pelo eufemismo “em desenvolvimento” – especialmente os amazônicos, liderados pelo Brasil. O tema da ameaça à soberania e à internacionalização da Amazônia era sensível em todos os países que a compartilhavam, de modo que iniciou-se uma lenta aproximação entre os países amazônicos até a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica em 1978. Deve-se frisar, que este Tratado não implicou em mudanças substanciais dos signatários no sentido de articularem efetiva proteção ao bioma, sua função era muito mais afirmar a soberania dos países amazônicos frente às críticas ambientalistas vindas dos países desenvolvidos.⁴⁸

Pouco antes da assinatura deste tratado, em 1976, houve aproximação entre Brasil e Peru, concretizada num encontro entre os ditadores dos dois países –

⁴⁷ Cf.: SILVA, Rodolfo Ilário. **A cooperação multilateral entre os países amazônicos**: a atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Marília: UNESP, 2012.

⁴⁸ Cf. *Ibidem* e NUNES, Paulo Henrique. Faria. *Op. Cit.*

Geisel e Morales Bermúdez – na fronteira das duas nações, localizada na região amazônica, durante o qual assinaram vários acordos.⁴⁹

Para a construção do Tratado de Cooperação Amazônico muitos óbices foram superados. Entre os principais estavam o medo de que o Tratado se tornasse um instrumento de domínio brasileiro sobre a região, as querelas fronteiriças⁵⁰ e o desinteresse da Venezuela, que estava mais focada em sua participação na Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Por outro lado, pesaram favoravelmente para a assinatura do Tratado: a necessidade de garantir a soberania dos Estados sobre seus quinhões amazônicos para que continuassem suas obras na região, o enfraquecimento a qualquer menção à internacionalização e, ao mesmo tempo, sinalizar à comunidade internacional que havia preocupação com o meio ambiente e, particularmente para o Brasil, afastar a sombra do “subimperialismo” que pesou depois dos acordos para construção de Itaipu.⁵¹

Segundo o general Meira Mattos, o objetivo principal do TCA era “instituir um mecanismo permanente que regularize e intensifique os contatos entre os Governos e setores técnicos da zona”;⁵² ou seja, o fortalecimento da relação entre as nações era a meta do Tratado. Para o militar, os méritos do tratado eram respeitar as soberanias nacionais e as conseqüentes ações dos Estados na Amazônia e, ao mesmo tempo, fortalecer a região como zona de contato entre o planalto brasileiro, a região platina, as nações andinas e a região das Guianas, o que significaria torná-la um centro articulador de toda a América do Sul.

Cabe destacar, conforme Rodolfo Silva,⁵³ que a integração, no sentido de construir infraestrutura física com vias de acesso e comunicação (tais como estradas, hidrovias, etc.), não constava entre os objetivos do TCA. A integração entendida desta forma não era consensual entre os signatários do Tratado, dadas as complexidades sociais, físicas, topográficas, climáticas e biológicas da região, daí que no texto do Tratado as expressões escolhidas tenham sido “cooperação” e

⁴⁹ Cf.: NUNES, Paulo Henrique Faria. *Op. Cit.* p. 219.

⁵⁰ Ver nota 11.

⁵¹ Cf.: *Ibidem* p. 224.

⁵² MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica da Pan-Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980 – gentilmente fornecido pela Gerência de Acervos Digitais, Secretaria da Cultura do Estado do Amazonas, Governo do Estado do Amazonas.

⁵³ Cf. SILVA, Rodolfo Ilário. *Op. Cit.*

“desenvolvimento harmônico” à “integração”,⁵⁴ uma vez que a cooperação implicaria em consenso na tomada de decisões em benefícios para todos os participantes de maneira equânime, e a “integração”, entendida prioritariamente como construção de estrutura física de acesso, impactaria fortemente a região, reduzindo-a à fonte de recursos escassos e baratos para o mercado internacional.

A importância que a preservação ambiental e das culturas tradicionais adquiriu no contexto de redemocratização das repúblicas latino-americanas, a partir dos anos 1980, pode ser aferida pela incorporação do tema nas novas constituições.⁵⁵ Uma novidade interessante destacada por Silva⁵⁶ foi o poder de proteger o meio ambiente conquistado pelas sociedades civis, em especial nos países amazônicos, onde a possibilidade de denunciar e punir eventuais danos ambientais passaram a existir, e os povos originários ganharam proteção, ao menos na letra da lei.

A defesa do meio ambiente e das culturas tradicionais ganhou forte amparo internacional em 1989, quando a Organização Internacional do Trabalho aprovou a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. A OIT, desde o início do século XX, se ocupava do tema do trabalho dos povos indígenas, no entanto, os questionamentos impulsionados pelas reivindicações do direito à diferença que eclodiram a partir dos anos 1960, pressionaram a instituição a rever seus posicionamentos.⁵⁷ Deste modo, a Convenção nº 169 tornou-se um marco à medida que consagrava o direito à diferença e a necessidade de que os povos fossem consultados sobre qualquer interferência nas terras em que viviam. Assim, tal Convenção – a partir do momento em que foi ratificada – comprometeu os diversos Estados Nacionais a consultar as populações indígenas sobre quaisquer interferências em seus territórios, logo poderiam redirecionar a lógica das dinâmicas estatais na Pan-Amazônia. Esta Convenção foi ratificada pelos Congressos nacionais no Peru em 1994 e no Brasil em 2002.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 59.

⁵⁵ Constituições que incorporaram a proteção ao meio ambiente: Bolívia (desde 1994 e continua na atual 2009); Brasil (1988); Colômbia (1991); Equador (1998); Peru (1993). Cf. SILVA, R. I. *Op. Cit.*

⁵⁶ Cf. SILVA, Rodolfo Ilário. *Op. Cit.*

⁵⁷ Cf.: CONVENÇÃO Nº169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

Por outro lado, ao mesmo tempo que as populações tradicionais e as causas ambientais ganhavam a cena pública, as demandas econômicas também urgiram: globalização, internacionalização, integração econômica tornaram-se palavras de ordem ditadas pela então aclamada nova ordem mundial, no final dos anos 1980. A região pan-amazônica foi abarcada por esta nova dinâmica de muitas maneiras: como uma possível ligação alternativa entre o Pacífico e o Atlântico, como produtora de energia elétrica, como nova fronteira da produção de bens primários para exportação, renomeados de *comodittes*, por sua padronização para o mercado.

Em 1993, o sociólogo peruano radicado no Brasil, Enrique Amayo Zevalos, publicou uma análise sobre a possibilidade de construção de uma ligação entre a Amazônia brasileira e o Oceano Pacífico, que à época, já era ventilada por grandes construtoras brasileiras.⁵⁸ Para o pesquisador, a viabilidade de tal projeto dependeria de muitas variáveis: a participação de estudiosos de ambos os países para minimizar os danos ambientais, que o projeto fomentasse a produção local ancorada a uma indústria baseada na manutenção da floresta em pé, como, por exemplo, a de fármacos. Além disso, o autor destacou a importância da bacia do Pacífico como produtora de tecnologia e possível mercado consumidor para os produtos amazônicos. Naquele momento, o Japão despontava como locomotiva da expansão econômica do Pacífico, ao ponto de se especular sobre investimentos deste país numa ferrovia capaz de ligar a Amazônia ao Pacífico, atravessando os Andes.⁵⁹

Anos mais tarde, a ampliação das demandas do mercado global resultou em novos tratados: em 2000 foi assinada a Iniciativa para Integração Regional Sul Americana (IIRSA) e, em 2002 o TCA virou OTCA. De forma sucinta, o IIRSA diz respeito à integração da infraestrutura no continente, para acelerar a circulação de mercadorias e consiste em dez grandes eixos de integração ao longo de todo o continente sul-americano onde foram previstas diversas obras nos setores de transportes, comunicações e geração de energia. Destes dez eixos projetados,

⁵⁸ Cf.: AMAYO ZEVALLOS, E. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.7, n17, p. 117-169,1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/04/2020.

⁵⁹ *Ibidem*.

quatro passam pela região amazônica. Em 2002, o TCA incorporou “O” de Organização e passou a contar com uma estrutura para concretizar a aproximação entre os signatários do Tratado.⁶⁰ Sobre estes movimentos de integração, o sociólogo colombiano Carlos Gilberto Zárate Botía observou que se tratava muito mais de integrar a Amazônia ao mercado global, do que de aproximar as populações locais e superar séculos de políticas de colonização das fronteiras baseadas nas afirmações nacionais, na desconfiança entre vizinhos e na militarização.⁶¹

O autor colombiano indica a encruzilhada entre duas formas de integração em que os governos dos países amazônicos se encontram:

La disyuntiva es clara: por la primera vía la integración significará la aceleración de la destrucción de la riqueza biológica y cultural de la Amazonia mientras que por la segunda habrá espacio para una integración fronteriza horizontal, inclusiva y no destructiva de la región.⁶²

A região da Pan-Amazônia está permeada por interesses contraditórios que os governos nacionais e regionais se esforçam para atender: da preservação da floresta em pé, das populações amazônicas e das diversas formas de vida à produção de energia e de *commodities* para exportação. A socióloga Edna Castro⁶³ mostrou como as obras de infraestrutura para integração continental na lógica de atendimento dos mercados globais apresentam importantes continuidades com o momento de eclosão do desenvolvimentismo (anos 1950 a 1970), apesar dos fortes impactos ambientais e sociais já exaustivamente comprovados daquelas políticas.

Cabe destacar, numa perspectiva histórica, a diferença entre os dois períodos: no ciclo do desenvolvimentismo dos anos 1950-1970 havia uma lógica de integração nacional, de integralização do território nacional, de consolidação de um mercado interno, e não havia espaço na grande imprensa e capacidade de

⁶⁰ Cf.: SILVA, R. I. *Op. Cit.* e NUNES, P. H. F. *Op. Cit.*

⁶¹ Cf.: ZÁRATE BOTÍA, Carlos Gilberto. *Op. Cit.*

⁶² Cf.: *Ibidem* p. 447.

⁶³ Cf.: CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/NZSbnDIdKLMvfNgtDKcp3jb/abstract/?lang=pt> Acesso em: 17/04/2020.

mobilização das críticas aos impactos de tais obras; enquanto que, no período mais recente, dos anos 2000 em diante, o horizonte da integração são as cadeias produtivas globais, e não mais os estados nacionais, tampouco os mercados internos aos países ou a região. Além disso, há o contexto democrático, no qual, em tese, denúncias sobre impactos de tais obras podem ser feitas, e há ainda a divulgação de muitos estudos sobre os impactos das obras do ciclo anterior, que deveriam servir como parâmetros para novas ações na região.

A disjuntiva indicada por Zárata Botía entre as duas formas de integração aparece no estudo de Edna Castro em vários exemplos, especialmente a partir da logística de produção e transporte de *commodities* na região. Entre os muitos casos mencionados pela autora, chama atenção a disputa entre os diferentes “tempos”: do capitalismo e o das populações locais pelo controle do transporte fluvial na região. De um lado, as barcaças de madeira cuja fabricação e manejo são baseados em conhecimentos locais, controlados por aquelas populações e à mercê dos tempos de cheia e vazantes dos rios e, de outro lado, o mercado de engenharia naval, e os grupos internacionais que almejam transporte mais ágil, que atenda às demandas de circulação global de mercadorias “just in time”, que defendem a modernização do setor.⁶⁴

Castro demonstra que as três *commodities* mais exportadas pelo Brasil (soja, carne e minérios) são majoritariamente produzidos na Amazônia, fomentadas por grupos internacionais que pressionam por mais e melhor infraestrutura para a ampliação de seus negócios. Há ainda um outro recurso natural de extrema importância escamoteado nestes três itens mencionados: a água. Bertha Becker, geógrafa do panteão dos intérpretes do Brasil, a chamou de “ouro azul do século XXI” por ser um recurso cada vez mais escasso devido a problemas de distribuição e gestão.⁶⁵ A autora mostra que a soja e a carne bovina concentram parte importante da “água virtual” exportada pelo Brasil via *commodities* agrícolas. A mineração também é uma via de exportação indireta de água, por exemplo, a

⁶⁴ Cf.: *Ibidem*.

⁶⁵ Cf.: BECKER, Bertha. K; STENNER, Claudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

cadeia de produção de alumínio, que vai desde a extração da bauxita até o uso intensivo de eletricidade – produzida em hidrelétricas – para a fabricação do metal.

A utilização da água na região amazônica está no centro de recentes disputas entre as populações e os governos nacionais. Particularmente no Peru, devemos mencionar a disputa em torno da construção da hidrelétrica de Inambari. Segundo estudos,⁶⁶ tal empreendimento resultaria no segundo maior lago do Peru, atrás do Titicaca. Tamanho alagamento artificial da floresta teria fortes impactos que iriam desde o deslocamento das populações, alterações nas dinâmicas dos rios, aumento das emissões de carbono da mata submersa, entre outras consequências. A resistência popular à hidrelétrica reivindicou o cumprimento da Convenção nº169 da OIT, ratificada pelo governo peruano em 1994, cujo teor é claro em exigir consulta prévia a população em qualquer tipo de intervenção em terras indígenas, como era o caso da área onde a hidrelétrica estava projetada.⁶⁷

Uma ampla mobilização popular, capitaneada por organizações indígenas, resistiu à violenta repressão do Estado e, em 2011, obrigou o Estado a suspender os contratos para as obras e a organizar uma consulta à população sobre a hidrelétrica, cumprindo assim a Convenção nº169 da OIT.⁶⁸

Portanto, a partir da década de 1970, a percepção da região amazônica simultaneamente em sua inteireza e diversidade, para além das fronteiras nacionais, se relacionou diretamente com as novas temáticas globais: de um lado a produção de *comodittes* e as obras de infraestrutura para exportá-las, de outro, as populações locais e a luta para a manutenção dos diversos modos de vida e da floresta em pé.

Considerações finais: entre rupturas e continuidades

Os rios são estruturantes para as populações amazônicas há milênios, assim, as águas podem ser um termômetro importante para a disputa de interesses na

⁶⁶ DOUROJEANNI, Marc DOUROJEANNI Diego, BARADIARÁN, Alberto. **Amazonia peruana em 2021**. Lima: ProNaturaleza, 2009.

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ Cf.: MARSILIO, Pedro Garcia. **Impactos e características nos projetos hidrelétricos Sul-americanos: o caso de Inambari no Peru, o investimento brasileiro e a lei de consulta prévia, 2006-2011**. (2012.) Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/119844> Acesso em: 20/08/2020.

região e da inescapabilidade da perspectiva transnacional para compreender a região. Como os marcos históricos são construções, pode-se propor que Guerra da Água que aconteceu no ano 2000, na cidade de Cochabamba, na Amazônia Boliviana, como o início do século XXI latino-americano. Neste episódio, a população se levantou contra a privatização de um recurso básico e, na disputa com o capital internacional, fez valer o direito à água como um bem social.⁶⁹ Outro exemplo bem-sucedido de resistência popular às políticas impostas à região amazônica quanto aos recursos hídricos, foi a já mencionada paralisação do projeto de hidrelétrica Inambari, na Amazônia Peruana em 2011.⁷⁰ Estes são dois claros exemplos de mobilização dos povos amazônicos para a preservação de seus recursos naturais e qualidade de vida contra as imposições dos centros de poder dos Estados, com vistas a atender interesses do capital internacional, desconsiderando os impactos locais. Deve-se mencionar por sua importância estratégica para as duas vitórias recentes contra tais iniciativas, a resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho de 1989, referente aos povos indígenas e tribais – ela mesma fruto de uma crescente articulação transnacional destes povos desde meados do século XX.

Apesar do crescente espaço que a proteção do meio ambiente e das populações tradicionais ganhou nas discussões internacionais a partir dos anos 1970, muitas obras ainda são propostas e realizadas sem o devido dimensionamento de seus impactos na vida das populações e no meio ambiente. Contudo, desde a crise econômica de 2008 – que ainda repercute em 2020 – somado aos inegáveis impactos do aquecimento global, aumentou o número de adeptos do “*green new deal*”: um novo acordo que reestruturaria o capitalismo sobre novas bases energéticas, que se coloca como solução simultânea para as crises econômica e climática.⁷¹ Tal novo acordo coloca, pelo menos no âmbito

⁶⁹ Cf.: CRESPO, Carlos *et. al.* La Guerra del Agua en Cochabamba, Bolivia: dos lecturas. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 22, n. 59, p. 185-188, 2015. Disponível em: <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082005000200019&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 21/08/2020.

⁷⁰ MARSILIO, P. G. *Op. Cit.*

⁷¹ Cf.: RAMPINI, Federico. Green New Deal, o plano democrático para salvar o meio ambiente que assusta Trump. **Revista IHU** (15/03/2019) tradução Luisa Rabolini Disponível em:

discursivo, a possibilidade de crescimento econômico a partir da preservação ambiental. Propostas para o desenvolvimento pautado em novas bases energéticas, principalmente no uso de novas tecnologias e de indústrias, como a de fármacos, que valorizem a “floresta em pé” já constavam em publicações do início deste século da geógrafa Bertha Becker.⁷² O que evidencia a pouca atenção dada à ciência pelos Estados no momento de fazer opções de investimentos.

O desenvolvimento, nas perspectivas mais contemporâneas, está necessariamente atrelado à melhoria da qualidade de vida das pessoas, como aponta o índice de desenvolvimento humano (IDH), que considera fatores como longevidade e educação. Deste modo, o desenvolvimento ainda é uma necessidade local, demonstrada pela média de escolaridade, no nordeste peruano (departamentos do Amazonas, Loreto, San Martín e Ucayali) é de 8,16 ano, enquanto nos estados amazônicos brasileiros são: 7,67 Amazonas; 6,98 no Acre e 6,92 no Pará, para ficarmos apenas em um exemplo de dados de 2018 retirados do Global Data Lab, do *Institute for Management Research*.⁷³

Conforme demonstramos, o processo de colonização da Amazônia foi concretizado principalmente através de grandes obras, como a *Carretera Marginal de La Selva* ou a Transamazônica, promovidas pelos Estados, cujos impactos foram muitos. No caso peruano, a estrada possibilitou a instalação de plantações de coca para o narcotráfico na região e, no caso brasileiro, fomentou a grilagem de terras e o garimpo ilegal, entre outras consequências. São frutos de uma tradição de intervenções estatais emanadas dos centros, que visam atender demandas alheias àquelas das populações que ali vivem. No entanto, isso significa que as ações estatais na região precisam ser melhor qualificadas e visarem o “bem comum”, o próprio ideal da “res-pública”. Para isso, o olhar transnacional para a região consiste numa importante ferramenta, colocar em perspectivas alguns problemas, e claro, possíveis soluções.

Por fim, neste artigo analisamos alguns momentos de ações estatais na região amazônica para compreender como a perspectiva de um olhar

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587486-green-new-deal-o-plano-democratico-para-salvar-o-meio-ambiente-que-assusta-trump> Acesso em: 12/10/2020.

⁷² Cf.: BECKER, B. K; STENNER, C. *Op. Cit.*

⁷³ Fonte dos dados Disponível em: <https://globaldatalab.org/shdi/shdi/>. Acesso em: 12/10/2020.

transnacional para a região, demandado pelo contexto de globalização, pode servir a caminhos muito diferentes: de um lado a integração para o mercado internacional de *comodities*, de outro, a integração para a preservação da floresta e de suas populações.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira de. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) In: **Dicionário Temático CPDOC /FGV** (s/d) Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-plano-de-valorizacao-economica-da-amazonia-spvea> Acesso em: 20/02/2020.

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.7, n.17, p. 117-169, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000100006&lng=en&nrm=iso Acesso em: 10/04/2020.

ARAUJO, ROBERTO et al. Territórios e alianças políticas do pós-ambientalismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 95, p. 67-90, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000100067&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14/08/2020.

BARREIRA, Solange. Investidores internacionais pressionam governo brasileiro sobre crise ambiental. **Ecodebate** (2020). Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/06/23/investidores-internacionais-pressionam-governo-brasileiro-sobre-crise-ambiental/>. Acesso em: 18/08/2020.

BECKER, Bertha. K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BECKER, Bertha. K; STENNER, Claudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira Amazônica e planejamento na época da Ditadura Militar no Brasil: inundar a Hiléia de civilização? **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30 n. 1, p.13-33, 2010.

BLOCH, Marc. Por una historia comparada de las sociedades europeas. In: _____. **Una historia viva**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1992 p. 63 – 98.

BORGES, Fábio AYMARA, Shyrley Tatiana Peña. A presença de construtoras

brasileiras no Peru nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): aproximações e conflitos. **Revista Paiguas** Coxim.v. 1, n. 1 p. 14-38, 2015. Disponível em: <https://seer.ufms.br/index.php/revpaiaguas/article/view/1010> Acesso em: 12/10/2020.

BRAGA, Márcio Bobick FIGUEIREDO, Alexandre Ganan B. Simón Bolívar e o Congresso do Panamá: o primeiro integracionismo latino-americano. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica** Rio de Janeiro. vol. 9, n. 2. p. 308-329,2017, Disponível em: <http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/141> Acesso em: 11/08/2020.

BUSTAMANTE Y RIVERO, Jose Luis. Mensaje del Presidente constitucional del Perú, doctor José Luis Bustamante y Rivero, ante el Congreso Nacional, el 28 de julio de 1948. Disponível em: https://www.congreso.gob.pe/participacion/museo/congreso/mensajes/mensaje_nacion_congreso_28_julio_1948 Acesso em: 20/01/2015..

CALAVIA SAEZ, Oscar. O inca pano: mito, história e modelos etnológicos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 07-35, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18/08/2020.

CAMPOS, Emerson LOHN, Reinaldo. O Tempo presente entre operações e tramas. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n.24, p. 97-113,2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1176/687> Acesso em: 20/09/2020.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61,2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/NZSbnDjdKLMvfNgtDKcp3jb/abstract/?lang=pt> Acesso em: 17/04/2020.

CONVENÇÃO Nº169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/ Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

COSTA, Jose Alberto Machado da PONTES, Rosa Oliveira de. Zona Franca de Manaus (ZFM): circunstâncias históricas e cenário contemporâneo e agenda de aperfeiçoamento. In: SILVA, Osiris M. Araújo HOMMA, Alfredo K. Oyama. (orgs.) **Pan - Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015. p. 221-265.

CRESPO, CARLOS et alli . La Guerra del Agua en Cochabamba, Bolivia: dos lecturas. **Cuadernos del Cendes** , Caracas, v. 22, n. 59, p. 185-188, 2005. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082005000200019&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 21/08/2020.

DOUROJEANNI, Marc DOUROJEANNI Diego, BARADIARÁN, Alberto. **Amazonia peruana em 2021**. Lima: ProNaturaleza, 2009.

DOUROJEANNI, MARC Belaúnde en la Amazonia. **Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica**. Disponível em: <https://www.caaap.org.pe/2017/06/12/belaunde-en-la-amazonia-por-marc-j-dourojeanni/>. Acesso em: 29/08/2020.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As conferências pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FARRET, Rafael Leporace PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, pág. 30-42, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000200030&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19/08/2020.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precusores do desenvolvimentismo no Brasil. In BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.) **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Ed Unesp, 2012. p. 21-49

FURTADO, Celso Monteiro. **Planejamento Econômico – Fundamentos**. Curso Superior de Guerra C-73-54. Rio de Janeiro: ESG, 1954

GONZALEZ ARANA, Roberto. El pacto Andino (1969-1999): un balance a tres décadas de su fundación. **Investigación y Desarrollo** Barranquilla, n. 10, p. 124-139, 1999.

LA CARRETERA MARGINAL DE LA SELVA – VILLA RICA-PUERTO PACHITEA. **Estudio de factibilidad Técnica y económica**. Lima: INP/New York: TAMS American Corporation, 1966

LACERDA, Luiz Felipe. **Diagnóstico sócio-ambiental da tríplice fronteira amazônica: Brasil, Colômbia, Peru**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019.

MAIO, Marcos Chor. A UNESCO e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 115-130, 2005.

MARSILIO, Pedro Garcia. **Impactos e características nos projetos hidrelétricos Sul-americanos: o caso de Inambari no Peru, o investimento brasileiro e a lei de consulta prévia, 2006-2011**. (2012). Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,

Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/119844>. Acesso em: 20/08/2020.

MÉDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE BRASIL E PERU. **Globaldatalab.org** (2020). Disponível em https://globaldatalab.org/shdi/msch/BRA/?levels=4&interpolation=0&extrapolation=0&nearest_real=0&years=2018%2B2017&colour_scales=national Acesso em: 13/10/2020.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica da Pan-amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980 – gentilmente fornecido pela Gerência de Acervos Digitais, Secretaria da Cultura do Estado do Amazonas, Governo do Estado do Amazonas .

NUNES, Osório. **Introdução ao Estudo da Amazônica Brasileira**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1951.

NUNES, Paulo Henrique Faria. **A institucionalização da Pan-Amazônia**. Curitiba: Editora Prismas, 2018

OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovia Transamazônica: Falência De Um Grande Projeto Geopolítico. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 4, n. 12, p. 282 - 298, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1166> Acesso em: 10/08/2020.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 94-111, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35829339006> Acesso em: 10/08/2020.

PERÚ: proyectos por US\$3.800m favorecerán construcción y rehabilitación de carreteras

Agencia Peruana de Noticias (21 de março de 2012) Disponível em: <https://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/peru-proyectos-por-us3800m-favoreceran-construccion-y-rehabilitacion-de-carreter>. Acesso em: 10/08/2020.

PIZARRO, Ana. **Amazônia- as vozes do rio: imaginário e modernização**. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2012

PRADO, Maria Lígia. América Latina: história comparada, histórias conectadas, história transnacional. **Anuario Digital Escuela de História** Rosario, n.24, p.9-22 2012. Disponível em: <https://rephip.unr.edu.ar/handle/2133/3719>. Acesso em: 20/09/2020.

RAMPINI, Federico. Green New Deal, o plano democrático para salvar o meio ambiente que assusta Trump. **Revista IHU** (15/03/2019) tradução Luisa Rabolini.

Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587486-green-new-deal-o-plano-democratico-para-salvar-o-meio-ambiente-que-assusta-trump>. Acesso em: 12/10/2020.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Experiências do Planejamento Regional no Brasil**. Curso Superior de Guerra. C-82-54. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1954.

_____. **A amazônia e a cobiça internacional**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1972.

RODRIGUEZ BERUFF, Jorge. **Los militares y el poder: un ensayo sobre la doctrina militar em el Peru: 1948-1968**. Lima: Mosca Azul Editores, 1983.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Rodolfo Ilário. **A cooperação multilateral entre os países amazônicos: a atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Marília: UNESP, 2012.

SILVA, Osiris M. Araújo HOMMA, Alfredo K. Oyama. (orgs.) **Pan - Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015.

SNYDER, David E. "The 'Carretera Marginal De La Selva': A Geographic Review and Appraisal." **Revista Geográfica**, Washington, n. 67, p. 87-100, 1967. Disponível em: www.jstor.org/stable/40992950. Acesso em: 05/08/2020.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **Modelo Zona Franca**. História, 2014. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm#:~:text=A%20Zona%20Franca%20de%20Manaus,de%201957%2C%20como%20Porto%20Livre. Acesso em: 01/11/2020.

WEINSTEIN, Bárbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 14, p. 9-36, 2013. Disponível em: <https://anphlac.emnuvens.com.br/anphlac/article/view/2331>. Acesso em: 01/09/2020.

ZÁRATE BOTÍA, Carlos Gilberto. El largo e incierto camino de la integración fronteriza en la Amazonia *In* SILVA, Osiris M. Araújo HOMMA, Alfredo K. Oyama. (orgs.) **Pan - Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015 p. 435-448.

Recebido: 09/05/2021
Aprovado: 31/08/2021

A REPRESENTAÇÃO DE RAMON LLULL NO CINEMA DE ANIMAÇÃO (1990-2020): (DES)COMPASSOS ENTRE O DESENHO E A HISTORIOGRAFIA?

Guilherme Queiroz de Souza¹

Resumo: o artigo examina a representação do filósofo maiorquino Ramon Llull (c. 1232-1316) no cinema de animação, comparando duas produções: o *Despertaferro* (1990) e uma série digital que carrega o nome do pensador (2020). Partimos da hipótese de que os avanços da historiografia luliana nas últimas décadas e a proposta do *Any Llull* (2015-2016) influenciaram a representação do filósofo nessa mídia contemporânea. Entre outras coisas, podemos observar uma espécie de “desmitologização” de sua figura, com a imagem do mago alquimista perdendo espaço para uma visão mais “humana” do personagem. Além das questões estéticas, levaremos em conta o contexto de produção desses materiais na Espanha, sobretudo na Catalunha e nas Ilhas Baleares.

Palavras-chave: Ramon Llull; cinema de animação; desmitologização.

THE REPRESENTATION OF RAMON LLULL IN THE ANIMATED FILMS (1990-2020): (MIS)ALIGNMENTS BETWEEN ANIMATION AND HISTORIOGRAPHY?

Abstract: the article examines the representation of the Majorcan philosopher Ramon Llull (ca. 1232-1316) in the animated films, comparing two different productions: the *Despertaferro* (1990) and *Ramon Llull*, a digital animated series (2020). We start from the hypothesis that recent decades’ advances in Lullian historiography and the proposal of *Any Llull* (2015-2016) have influenced the representation of the philosopher in this contemporary media. We can observe, among other things, a kind of “demythologization” of his image, the image of the alchemist mage losing ground to a more “human” vision of the character. Besides examining the aesthetics of the productions, we will evaluate the context in which these materials were produced in Spain, especially in Catalonia and in the Balearic Islands.

Keywords: Ramon Llull; animated films; demythologization.

Introdução

Nos últimos anos, a trajetória do filósofo maiorquino Ramon Llull (c. 1232-1316) tem sido cada vez mais explorada pelas produções midiáticas. Potencial para gerar tal interesse não falta, pois se trata de um autor polígrafo, prolífico e poliglota, um viajante incansável que sobreviveu a duas tentativas de assassinato e a um naufrágio! Tudo isso ocorrido depois de uma juventude marcada por condutas lascivas, que ele se dizia arrependido. Tão curiosa quanto essa biografia são as lendas forjadas sobre ele ao longo dos séculos, que o transformaram num

¹ Universidade Federal da Paraíba. Email: guilhermehistoria@yahoo.com.br

magico, alquimista, cabalista, inventor e descobridor (científico) da América.² Sem dúvida, estamos diante de um personagem fascinante em vários aspectos.

Entretanto, não podemos dizer que Ramon Llull seja alguém conhecido pelo grande público; muito pelo contrário. De acordo com o lulista Fernando Domínguez Reboiras,³ a vida e a obra de Llull são pouco conhecidas, mesmo na Catalunha.⁴ O objetivo deste artigo é analisar, comparativamente,⁵ duas produções midiáticas que representaram o filósofo e, cada uma à sua maneira, contribuíram para popularizar versões de sua imagem. De forma específica, examinamos o cinema de animação, focalizando o *Despertaferro* (1990) e uma série digital que carrega o nome do pensador (2020). Partimos da hipótese de que os avanços da historiografia luliana nas últimas décadas e a proposta do *Any Llull* (2015-2016), que marcou as comemorações do sétimo centenário da morte do maiorquino, influenciaram a representação dele nessa mídia contemporânea.

A história medieval catalã no cinema (de animação)

Embora tenha sido um diretor catalão, Fructuós Gelabert (1874-1955), quem inaugurou a cinematografia espanhola (1897), a história da Catalunha não mereceu maiores atenções daqueles sem identificação com o sentimento nacionalista da própria Generalitat. Entre as diversas temporalidades representadas nas películas, o Medievo catalão apareceu a partir da década de 1960, cabendo ao barcelonês Miquel Iglesias i Bonns a direção da primeira delas: *Las hijas del Cid* (1963). Mais tarde, Joaquín Coll Espona produziu *Las correrías del*

² OLIVER I DOMENGE, P. Ramon Llull descubreix l'America. *El Felanigense*. Año XL, n. 2503, 5 jul. 1924.

³ DOMÍNGUEZ REBOIRAS, F. **Ramon Llull**. El mejor libro del mundo. Barcelona: Arpa Editores, 2016. p. 36.

⁴ Algo semelhante ocorre nas Ilhas Baleares: “Ramon Llull no era actualment una de les figures més valorades o reivindicades en l'àmbit local. [...] aquesta situació contrastava amb el que esdevenia en l'àmbit acadèmic”. RIPOLL PERELLÓ, M. I. Memòria valoració any Llull. In: **Memòria de l'Any Llull**: Generalitat de Catalunya. Departament de Cultura, 2019. p. 34.

⁵ “[...] comparar em História significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente a respeito de suas similaridades e diferenças de modo a se alcançar determinados objetivos intelectuais”. KOCKA, J. Comparison and beyond. *History and Theory*, v. 42, n. 1, 2003. p. 39 [“Comparação e Além”, Tradução de Maria Elisa da Cunha Bustamante. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ].

vizconde Arnau (1974), seguido por Carles Mira i Franco e os seus filmes *La portentosa vida del pare Vicent* (1978) e *Daniya, el jardí de l'harem* (1987).⁶

Paralelamente, ocorreu o desabrochar do desenho animado espanhol, cujo primeiro longa-metragem – *Garbancito de la Mancha* (1945) – obteve enorme popularidade e reconhecimento. Algumas iniciativas foram cruciais para o desenvolvimento desse tipo de mídia, como a fundação da Sociedad Española de Dibujos Animados (1932) e da Hispano Grafic Films (1938), “que foi a primeira tentativa séria de industrializar o desenho animado na Espanha”.⁷ A cidade de Barcelona, que sediava a segunda entidade, teve um importante papel na produção e divulgação desse material, no qual atuaram prestigiados diretores, como Claudi Biern Boyd, considerado o “Walt Disney espanhol”.

No fim da década de 1980, Biern Boyd criou a série *Història de Catalunya*, produzida pela Televisió de Catalunya (TV3), aliás, o primeiro programa de animação do canal. Ela é narrada pelo Dragui, um simpático dragão que explica o passado catalão desde a Pré-história. No 13º episódio (*El pont de mar blava*), de 15 de janeiro de 1989, temos aquela que talvez seja a primeira imagem de Ramon Llull no cinema de animação. Nas palavras do narrador, ele era um maiorquino que iniciou um importante movimento intelectual. Extremamente curioso e ativo, redigiu mais de 250 livros em latim, catalão e árabe. Era místico e poeta trovador, com interesse por Teologia, Física, Medicina, Astronomia e Retórica.

Para analisar as duas animações citadas, levamos em conta o contexto de produção desses materiais na Espanha, sobretudo na Catalunha e nas Ilhas Baleares.⁸ Em outras palavras, isso implica “avaliar a significação do filme no seu contexto socioeconômico e político, localizado, muito frequentemente no quadro

⁶ ROMAGUERA I RAMIÓ, J. Films sobre la història de Catalunya. **Perspectiva escolar**, n. 246, 2000. p. 65; CAPARRÓS LERA, J. M. Cataluña y su historia, en la pantalla. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, n. 23, 2001. p. 109; LÓPEZ CASAS, M. M. El món medieval català al cinema. In: MARTOS SÁNCHEZ, J. L.; GARCIA SEMPERE, M. (coord.). **L'edat mitjana en el cinema i en la novel·la històrica**. Alicante: Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana, 2009. p. 369.

⁷ CANDEL CRESPO, J. M. **Historia del dibujo animado español**. Murcia: Editora Regional de Murcia, 1993. p. 24.

⁸ “[...] um filme sempre ‘fala’ do presente (ou ‘diz’ algo do presente, do aqui e do agora de seu contexto de produção). O fato de ser um filme histórico ou de ficção científica nada muda no caso”. VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise filmica**. São Paulo: Papirus, 1994. p. 55.

nacional”.⁹ Metodologicamente, essas imagens de Llull podem ser abordadas por distintas perspectivas. Uma delas é pela teoria do Medievalismo, que estuda as diferentes maneiras pelas quais o Medievalismo foi apreendido e construído por períodos posteriores (na literatura, cinema, arquitetura, jogos etc.).¹⁰ De toda forma, o cinema de animação, como qualquer outro produto cultural, fabrica representações que nunca são neutras. Elas são sempre determinadas pelos “interesses de grupo que as forjam”, que buscam impor “a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.¹¹

A própria *Història de Catalunya* serve como exemplo da questão. Ela foi produzida poucos anos antes das Olimpíadas de Barcelona (1992), quando vários segmentos sociais inflamavam o nacionalismo catalão.¹² Muitos anos depois, precisamente em outubro de 2017, ao ser exibida numa escola na Comunidade Valenciana, houve indignação por parte de alguns pais dos alunos. Segundo eles, o material promovia uma evidente “doutrinação” e distorcia o passado medieval – por exemplo, Jaime I de Aragão era apresentado como “rei da Catalunha”.¹³ Não por acaso, tal acusação aconteceu durante as manifestações pela independência catalã, que se acirraram com a aprovação do referendo justamente naquele mês.

O Ramon Llull do *Despertaferro* (1990)

O *Despertaferro*¹⁴ é um filme de animação produzido ao longo de mais de três anos e lançado em 1990.¹⁵ Elaborado pela Equip Produccions (Barcelona) e

⁹ LAGNY, M. O cinema como fonte de história. In: NÓVOA, J.; FRESSATO, S; FEIGELSON, K. (org.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 124.

¹⁰ BERNIS, U; JOHNSTON, A. J. Medievalism: a Very Short Introduction. **European Journal of English Studies**, v. 15, 2011. p. 97. O Medievalismo chegou a ser dividido em quatro categorias: 1) o criativo, 2) a reprodução, 3) o acadêmico e 4) o político-ideológico. Ver MÜLLER, U. Medievalism/Mittelalter-Rezeption. In: CLASSEN, A. (org.). **Handbook of Medieval Studies**. Berlin: DeGruyter, 2010. p. 853.

¹¹ CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

¹² Em 1989, por exemplo, o então jornalista Alfred Bosch declarou: “los juegos Olímpicos del 92 son una oportunidad histórica, una ocasión irrepertible, para difundir la identidad nacional catalana en todo el planeta”. BOSCH, A. Los nacionalismos olímpicos. **Catalònia**, n. 12, 1989. p. 42-43.

¹³ *NacióDigital* (22/11/2017). Disponível em: <<https://www.naciodigital.cat/noticia/143207/video/antena/acusa/ara/adoctrinament/serie/dibuijos/sobre/historia/catalunya>>. Acesso em: 20/03/2021.

¹⁴ O termo “*Despertaferro*” se refere ao grito de guerra dos almogávares.

¹⁵ Disponível no YouTube: <<https://youtu.be/4b7L3eE5DUc>>. Acesso em: 20/03/2021.

pela Maran Films (Munique), com um orçamento de 300 milhões de pesetas, teve como diretor Jordi Amorós i Ballester e, na produção executiva, Isona Passola. Tem 75 minutos de duração e utilizou tecnologias inovadoras do *frosted* para gerar um aspecto de tridimensionalidade. Foi vendido em grandes centros, como Japão, Alemanha e Estados Unidos,¹⁶ e conquistou o Prêmio Sant Jordi de Cinematografia (1991), sendo, aliás, o primeiro longa-metragem de desenhos originalmente em catalão.¹⁷ Esse sucesso é significativo, considerando a exigência daquela época, com o início do chamado “Renascimento Disney” (1989).¹⁸ A história do *Despertaferro* gira em torno de Lluria, um menino que viaja no tempo (até o século XIV) para impedir a “vingança catalã” dos almogávares (mercenários) no Mediterrâneo.¹⁹ Algo que se destaca é a estética inspirada no estilo artístico de Antoni Gaudí (1852-1926), expoente do Modernismo catalão.

Na trama, Ramon Llull está ao lado de Lluria no enfrentamento a Rocafort,²⁰ líder dos almogávares. Mesmo não sendo o personagem principal, ele atua decisivamente como um conselheiro. Sua primeira aparição se dá entre os minutos 8m50s e 9m50s, quando surge diante do menino, porém sem revelar sua identidade. Vemos ali um velho de longa barba branca, com uma túnica e chapéu pontudo azuis. Tem um corpo esguio, se comparado aos demais personagens, e uma luz brilhante ao redor dele. Seu olhar é sisudo e sério; sua voz é impositiva, autoritária e enérgica. A cena também demonstra a equivalência e fusão dos personagens senhor Ramon (professor) e Ramon Llull, algo percebido por Lluria. Ambos condenam a destrutiva campanha dos almogávares, que tinham sido

¹⁶ ROCH, E. “Desperta ferro!” se presenta como la gran superproducción del dibujo animado catalán. **Diari de Girona** (06/12/1990), p. 39.

¹⁷ RODRÍGUEZ, M. “Desperta ferro!”, un filme de dibujos animados con escenografía gaudiniana. **La Vanguardia** (11/09/1987), p. 27.

¹⁸ FOSSATTI, C. **Cinema de animação: um diálogo ético no mundo encantado das histórias infantis**. Porto Alegre: Suline, 2011. p. 47-48.

¹⁹ Segundo o próprio Ramon Llull, os almogávares eram “guerreiros a pé, armados com lanças, flechas e escudos, e acostumados a fazer caminhadas curtas e longas, de dia e de noite. Há muitos deles na Catalunha, em Aragão e em Castela. Esses homens são muito necessários na conquista de terras”. RAMON LLULL. O Livro Derradeiro. In: RAIMUNDO Lúlio e as Cruzadas. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2009. II. 4. p. 77.

²⁰ Personagem baseado na figura histórica de Bernat de Rocafort (1271-1309).

traídos pelos bizantinos.²¹ Vejamos, abaixo, a primeira representação de Ramon Llull no *Despertaferro*:

Figura 1



Figura 2



Ramon Llull – *Despertaferro* (1990)

Na segunda aparição, dessa vez mais longa (19m15s a 21m45s), Llull protege a princesa bizantina Blanca das investidas dos almogávares, que sitiavam um castelo em Constantinopla. O filósofo a conduz a uma torre e salienta que o ódio sempre é superado pelo amor. Nesse momento, Llull pratica uma forma de magia por meio da qual transforma Blanca numa estátua de pedra, camuflando-a; seu propósito era deter a “vingança catalã” e o derramamento de sangue. No fim, tem-se a única identificação dele como o “doutor iluminado”. Somente na terceira aparição, Ramon se apresenta pelo nome (24m04s a 25m16s): ele repreende as

²¹ Para Maria Mercè López Casas, os almogávares, “mite patriòtic dels romàntics catalans [...] d’alguna manera són desmitificats alhora, ja que se’ls demana la renúncia a la violència”. LÓPEZ CASAS, M. M. *Op. Cit.*, p. 372. De fato, eles são retratados como bárbaros e violentos (algo semelhante, inclusive, ao estereótipo dos vikings e dos piratas), em contraposição aos civilizados e refinados bizantinos. No entanto, a crítica não se dirige aos almogávares propriamente, mas à “vingança catalã”, pois existe uma exaltação – proferida por Ramon Llull – àquele que seria um “verdadeiro” almogávar.

atitudes de Rocafort e o acusa de se tornar uma “besta sem fé e lei”; depois, consegue evitar o seu golpe de espada e desaparece para enganá-lo. Rocafort, por sua vez, sente-se incapaz de atacá-lo e fica desnordeado.

A quarta vez em que surge também é breve (29m04s a 30m16s): dentro de uma embarcação (espécie de navio fantasma), Ramon diz a Lluria para mudar o curso da história e libertar seu povo da maldição. Na quinta (38m42s a 38m49s), escutamos apenas a voz do filósofo, que, mais uma vez, aconselha ao menino: “quando você fizer os almogávares homens bons, poderá voltar para casa. O dever do herói está acima dos seus sentimentos”. A sexta e última aparição novamente é rápida (54m38s a 55m02s): a bordo do navio fantasma, Ramon argumenta que chegou a hora de Lluria enfrentar os perigos e cumprir sua missão. Apesar de serem pontuais e breves, as atuações lulianas têm uma intencionalidade. Restamos, agora, examinar suas peculiaridades, as formas e os motivos pelos quais elas foram expostas.

Sem dúvida, há uma “mitologização” da figura de Ramon Llull, que está caracterizado como um mago, sábio, conselheiro e profeta. Ele pratica magia, como vimos, não apenas ao transformar a princesa numa estátua, mas também ao (des)aparecer a seu bel-prazer. Sua longa barba branca é um símbolo de sabedoria; seu chapéu pontudo também o é, porque direcionado aos céus, à divindade. Sua roupa azul celeste igualmente remete ao firmamento, ao transcendental.²² É um sábio profeta, pois conhece o futuro e o revela a Lluria. Tudo isso o aproxima da figura do “mago alquimista”, mesmo que inexistia uma cena de transmutação de metais. Certos detalhes são suficientes para pensar nessa relação: o principal deles é visto quando Ramon converte a princesa numa estátua.

Essa figura é muito popular nas produções dos estúdios Walt Disney, com destaque para Merlin e o “aprendiz de feiticeiro”.²³ Em *The Sword in the Stone* (1963), o famoso mago medieval é apresentado como um poderoso sábio e profeta. É um homem velho que porta uma longa barba branca, com roupas e pontudo

²² Para a cultura ocidental, o azul é a “cor do infinito, do remoto, do sonhado”. PASTOUREAU, M. Azul. In: DICCIONARIO de los colores. Barcelona: Paidós, 2009. p. 40.

²³ LABBIE, E. F. The Sorcerer’s Apprentice: Animation and Alchemy in Disney’s Medievalism. In: PUGH, T.; ARONSTEIN, S. (ed.). **The Disney Middle Ages: a fairy-tale and fantasy past**. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 97-115.

chapéu azuis.²⁴ Sua casa contém vários livros, modelos de invenções do futuro e um laboratório, ao que parece, o local onde ele praticava os experimentos alquímicos. Merlin também é inserido em episódios de desenhos como *Dungeons & Dragons* (1983-1985), com semelhantes caracterizações notadas em sua longa barba branca, chapéu cônico e cor azul nas vestimentas.

Outro famoso mago do cinema é Gandalf, personagem criado por John R. R. Tolkien (1892-1973). No filme de animação *The Lord of the Rings* (1978), ele é retratado como um velho com uma longa barba branca, chapéu pontudo e trajas cinzentos. Entre os seus poderes mágicos, estava a capacidade de neutralizar as armas dos inimigos. Recentemente, essas aproximações foram investigadas pelo jornalista e historiador Francesc M. Rotger, que publicou um comentário num jornal e proferiu conferências com associações não somente entre Ramon Llull e Merlin/Gandalf, mas também entre ele e Kenobi/Panoramix. As características compartilhadas seriam o fato de ele ser barbudo, mestre, sábio e mago – ou, ao menos, capaz de prodígios.²⁵ No caso dos supostos “poderes” de Llull, eles teriam se manifestado após a sua morte, porque existiriam vários testemunhos de milagres que lhe foram atribuídos, sobretudo pelas relíquias produzidas com partes de seu corpo – como a mandíbula.

²⁴ As primeiras fontes medievais que mencionam a figura de Merlin não dispõem de verdadeiras descrições físicas do personagem, que aparece como um simples mago ou sábio profeta. Ao longo do tempo, sua sabedoria conduziu a uma “representação de homem idoso, imagem consubstanciada pelas iluminuras dos manuscritos que retratam a personagem de barba e vestido de uma túnica com carapuço azul”. RINALDI, A. A sobrevida de Merlin: da Idade Média à contemporaneidade. **Revista Literatura em Debate**, v. 10, n. 19, 2016. p. 7. Algumas das mais famosas imagens de Merlin com barba, capuz e vestes azuis são encontradas num manuscrito francês (Paris, BnF, fr. 95), coincidentemente da mesma época de Ramon Llull (c. 1290-1300). Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6000108b>>. Acesso em: 20/06/2021.

²⁵ ROTGER, F. M. Què tenen a veure Gandalf i Ramon Llull, a més de la barba? **Diari ARA Balears** (21/02/2020).

Figura 3



Merlin (1963)

Figura 4



Merlin (1983-1985)

Figura 5



Gandalf (1978)

Alguns estudiosos veem nessas aproximações o “arquétipo do mago”, que formaria o substrato psicológico do masculino amadurecido e atuaria ao longo da História.²⁶ Em outros termos, tal abordagem fenomenológica junguiana defende a existência de modelos universais e atemporais. Contudo, ela já recebeu acertadas críticas, entre as quais a de negligenciar as particularidades dos diversos contextos históricos e culturais. Sem adotar essa perspectiva, acreditamos que o Lull do *Despertaferro* recebeu a influência da “estética do mago”, que se vinculou a ele desde o período medieval. Tal estética, como demonstramos, também era compartilhada pelo cinema de animação nas décadas anteriores a esse filme, contribuindo para reforçá-la e popularizá-la.²⁷

Outras questões nos chamam a atenção, como as diferentes dimensões espaço-temporais nas quais Ramon Lull intervém. Ele aparece a Lluria já no Parc Güell, em Barcelona, antes de o menino viajar ao passado; contudo, é capaz de transitar pelas duas temporalidades, porque também atua no século XIV.

²⁶ MOORE, R.; GILLETTE, D. **Rei, Guerreiro, Mago, Amante**: a redescoberta dos arquétipos do masculino. Rio de Janeiro: Campus, 1993. p. 95-115.

²⁷ “[...] os filmes inscrevem-se em correntes, em tendências e até em ‘escolas’ estéticas [...]”. Um filme jamais é isolado. Participa de um movimento ou se vincula mais ou menos a uma tradição”. VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. *Op. Cit.*, p. 23-24.

Igualmente interessante é a trilha sonora inserida em suas aparições²⁸ – a saber, uma música instrumental num tom misterioso, de suspense, cuja intensidade e volume aumentam conforme o personagem aparece. Ainda é importante notar que Ramon não sofre nenhum tipo de crítica; seu exemplar comportamento ético-moral o leva, inclusive, a proferir admoestações à conduta destrutiva dos almogávares.

O último ponto a ser examinado no *Despertaferro* são as referências a um suposto *Livro das Maravilhas*. Pelo título, estaríamos diante da famosa novela enciclopédica luliana (c. 1287-1289), na qual é narrada as andanças de Félix, um personagem que percorre o mundo para conhecer e compreender suas “maravilhas”.²⁹ Todavia, o interessante é que, no *Despertaferro*, ele não tem relação direta com Ramon Llull. Existe somente uma menção de que se trata de um “livro mágico”, em cujas páginas Rocafort diz ter visto a ilustração do seu mausoléu – nesse caso, uma alusão à própria catedral da Sagrada Família de Barcelona. Em nenhum momento, sua autoria é atribuída ao filósofo, razão pela qual seria precipitado elucubrar alguma correlação.

O Ramon Llull da animação digital (2020)

A série de animação “Ramon Llull” foi desenvolvida em 2016 pela LADAT, unidade de *Animació i Tecnologies Audiovisuals* da Universitat de les Illes Balears (UIB). Juan Montes de Oca, criador da empresa, ficou encarregado pela direção, com a consultoria de Maria Isabel Ripoll Perelló, professora da UIB e especialista em Llull. Foi orçada em 210 mil euros e utilizou uma tecnologia que misturou 3D com aparência final de 2D.³⁰ Ela é composta por sete capítulos, cada um com 10 minutos de duração, que focalizam as principais etapas da vida do pensador.³¹

²⁸ As trilhas sonoras do *Despertaferro* foram produzidas por Carles Cases e Lluís Llach.

²⁹ Existe uma tradução para o português: **Félix ou O Livro das Maravilhas**. São Paulo: Editora Escala, 2009. 2 v.

³⁰ El Ramon Llull més tecnològic i proper als joves. **Diari ARA Balears**, Reportagem de Enric Culat (10/06/2017). Disponível em: <https://www.arabalears.cat/premium/suplements/emprenemRamon-Llull-tecnologic-proper-joves_0_1812418841.html>. Acesso em: 20/03/2021.

³¹ São eles: 1) Els primers anys; 2) Preparació i inici literari; 3) Comença la gira mundial; 4) Entrebancs i dubtes; 5) La consolidació del projecte; 6) Arriba l'èxit mundial; 7) Última etapa. A historiografia, por sua vez, chegou a dividir a vida de Llull em fases: I. Etapa vital e mudança de vida (1232-1264); II. Etapa de formação (1265-1273); III. Etapa de introspecção (1274-1286); IV. Etapa

Ainda que os dois primeiros tenham sido exibidos em Palma de Maiorca já em novembro de 2017, o material completo só foi divulgado ao grande público no início de 2020, tanto no canal IB3 quanto no YouTube.³² Atualmente, também pode ser assistido no *site* da EPRTVIB – *Ens Públic de Radiotelevisió de les Illes Balears*.³³

Nessa animação digital, um curioso menino chamado Lluís conhece Ramon Llull, que lhe explica, pacientemente, os episódios mais relevantes de sua vida. Essa relação fictícia ocorre em Maiorca (1313) e se assemelha àquela entre um avô e o seu neto. Há um profundo laço de amizade e de respeito, tanto que, já no primeiro episódio, Lluís se refere a Ramon como “mestre” e “sábio senhor”. Esse “Llull narrador” tem uma longa barba branca, calça humildes sandálias e veste um hábito franciscano marrom preso por um cordão.³⁴ Trata-se de uma figura simpática, carismática e bem-humorada; sua voz é doce, calma e serena. Carinhoso, expressa sentimentos afetuosos para com Lluís. Seu temperamento, mesmo nas cenas retrospectivas, só é alterado quando ele repreende ao escravo muçulmano que o apunhalou (2º episódio) e àqueles que planejavam envenená-lo (5º episódio).

É possível perceber que a animação segue de perto a *Vita Coetanea* (1311), texto autobiográfico que Ramon ditou a um monge cartuxo de Paris. Dessa vez, é Lluís quem escuta a narrativa. Um dos elementos que chamam a atenção é sua vestimenta (como vimos, um hábito monástico), muito similar àquela retratada no manuscrito conhecido como *Breviculum* (c. 1321-1330). Espécie de relato ilustrado da *Vita*, esse documento francês contém 12 adornadas miniaturas que registram algumas das principais fases da trajetória luliana. Determinadas cenas são claramente inspiradas nele, como quando Llull coloca a veste monástica (1º

de expansão (1287-1288/1312); V. Etapa mística (1313-1316). Ver VILLALBA I VARNEDA, P. **Ramon Llull**. Escriptor i Filòsof de la Diferència. Palma de Mallorca, 1232-1316. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 2015. p. 566-574.

³² <<https://youtu.be/lb37pJNcsoQ>>. Acesso em: 20/03/2021.

³³ <<https://ib3.org/ramon-llull?pl=1&cont=863cad60-917b-4666-91aa-17cd9a8f5aeb>>. Acesso em: 20/03/2021.

³⁴ Embora existam afinidades intelectuais e espirituais, não há nenhuma prova de que Ramon tenha entrado na Ordem Franciscana; aliás, nem em qualquer outra. Todavia, isso não impediu que sua figura fosse apropriada pelos franciscanos, que produziram diversas iconografias do filósofo, sobretudo em Maiorca. Não por acaso, o sepulcro de Llull encontra-se no convento de San Francisco, em Palma. Para uma síntese da iconografia luliana, ver CANTARELLAS CAMPS, C. Iconografía luliana: prototipos y desarrollo histórico. **Bolletí de la Societat Arqueològica Lulliana**: Revista d'estudis històrics, n. 61, p. 213-228, 2005.

episódio), estuda árabe com o escravo muçulmano e recebe a “iluminação” divina no Monte Randa (2º episódio).³⁵

Nos sete capítulos, observamos um Ramon de carne e osso, alguém sem os atributos mágicos que encontramos no *Despertaferro*. A proposta dessa animação digital, segundo Juan Montes de Oca, era oferecer a imagem de um Llull do ponto de vista “mais humano possível”,³⁶ com uma linguagem simples e fácil de entender pelo público infanto-juvenil, a quem estava destinada. Essa preocupação é central, pois narrar uma vida repleta de eventos marcantes e explicar uma obra tão complexa exigem formas acessíveis e didáticas. A própria Arte luliana – uma “ciência universal” de difícil compreensão até para os escolásticos de Paris! – passou por essa adaptação (2º episódio). Vejamos, abaixo, duas imagens do Ramon Llull nessa animação digital:

Figura 6



“Ramon Llull” (2020)

Figura 7



“Ramon Llull” (2020)

³⁵ *Breviculum ex artibus Raimundi Lulli electum*. Karlsruhe, Badische Landesbibliothek, Cod. St. Peter perg. 92, fol. 2r e 3v. Disponível em: <<https://digital.blb-karlsruhe.de/blbhs/content/thumbview/105546>>. Acesso em: 20/03/2021.

³⁶ El Ramon Llull més tecnològic i proper als joves. *Diari ARA Balears*, Reportagem de Enric Culat (10/06/2017). Disponível em: <https://www.arabalears.cat/premium/suplements/emprenemRamon-Llull-tecnologic-proper-joves_0_1812418841.html>. Acesso em: 20/03/2021.

As representações de Ramon também diferem na gestualidade: no *Despertaferro*, ele é mais vigoroso e ágil, como quando enfrenta Rocafort; no modelo digital, é mais lento e calmo, o que seria típico a um octogenário. No entanto, não existem apenas diferenças. Em ambas, há uma relação de amizade e cumplicidade entre Ramon e um menino; a partir dela, ocorrem importantes diálogos e interações. Não obstante a animação de 2020 retrate o filósofo em diversas faixas etárias (desde a juventude), é a imagem do “Llull narrador” que se destaca numa observação em conjunto. Estamos diante de um homem velho, com uma longa barba branca, num dos últimos momentos de sua vida, quando tinha 82 anos. Assim, as duas produções priorizaram o aspecto senil (porém saudável, vale dizer) do personagem, algo muito popular na iconografia medieval e moderna.

Além disso, mesmo com temperamentos distintos, também no *Despertaferro* Ramon Llull buscava a paz. Ele critica a violência de Rocafort; diz que o amor sempre vence; pretende acabar com a vingança dos almogávares. O debate em torno do “pacifismo luliano” já fez correr muita tinta entre os especialistas, e não é nossa intenção resumi-lo, tampouco chegar a uma conclusão sobre essa complexa e polêmica questão.³⁷ O importante aqui é enfatizar que foi esse o perfil escolhido pelas animações examinadas. Numa linguagem aristotélica, notamos duas figuras com “aparências” distintas (doce *versus* sisudo), mas com “essências” (pacífica) idênticas.

Algumas vezes, as animações buscaram inspiração em tradicionais epítetos associados ao filósofo. Destacamos três deles. Em primeiro lugar, “mestre” (*magister*), que consta num escrito luliano (1289), quando de sua primeira viagem a Paris. Tal título era obrigatório para quem quisesse se pronunciar no ambiente universitário. Em segundo, “barba florida” (*barba floridus*), uma referência à sua longa barba branca, conforme citada num texto redigido em sua última estada parisiense (1309-1311).³⁸ Essa aparência é visualizada tanto na primeira imagem

³⁷ Para uma visão sobre o tema, ver ENSENYAT PUJOL, G. Pacifismo y cruzada en Ramon Llull. *Quaderns de la Mediterrània*, n. 9, p. 354-360, 2008.

³⁸ VILLALBA I VARNEDA, P. *Op. Cit.*, p. 202; 374. Outras obras, como a *Vita Coetanea*, contêm informações curiosas sobre isso. Ela comenta a passagem de Llull por Bugia (1307), onde ele foi atacado pelos muçulmanos, que “*esbofeteavam-no ou arrastavam-no violentamente pela barba, que trazia muito comprida*”. RAMON LLULL. *Vida Coetânea*. Coimbra: Ariadne Editora, 2004. IX, § 38, p. 95. Aliás, a barba de Ramon não era algo meramente estético: para ele, “*quem tem grande tristeza*

conhecida do filósofo (1298)³⁹ quanto na maioria das miniaturas do *Breviculum*. Por fim, “doutor iluminado” (*doctor illuminatus*), alcunha fixada ainda em vida e, sobretudo, depois da sua morte.⁴⁰ Podemos verificá-la em muitas fontes textuais e iconográficas dos séculos XVII e XVIII, indicando a suposta “iluminação” divina que Llull teria recebido no Monte Randa (1274), em Maiorca.

Figura 8



Ramon Llull. *Breviculum* (c. 1321-1330).
Karlsruhe, Badische Landesbibliothek, Cod. St. Peter perg. 92, fol. 11v.

A desmitologização da figura de Ramon Llull

Depois de examinarmos essas duas representações de Ramon Llull, ficam algumas perguntas: por que há esse contraste? Por que temos uma espécie de “desmitologização” de sua figura?⁴¹ A primeira parte de nossa hipótese é que os estudos lulianos cresceram e amadureceram exponencialmente nas últimas

usa barba”, expressão do luto que deve ser observado em certos casos, como “até que a Terra Santa e as outras terras que os cristãos possuíram no passado sejam recuperadas”. RAMON LLULL. O Livro Derradeiro. In: RAIMUNDO Lúlio e as Cruzadas. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2009. II. 2. p. 71.

³⁹ CANTARELLAS CAMPS, C. *Op. Cit.*, p. 215-216.

⁴⁰ DOMÍNGUEZ REBOIRAS, F. *Op. Cit.*, p. 131.

⁴¹ Não entendemos “desmitologização” como um procedimento de exegese que busca identificar e separar as camadas míticas construídas ao longo do tempo para encontrar o “real” e “verdadeiro” Ramon Llull. Nesse caso, trata-se tão somente de realizar uma aproximação ao personagem histórico, com base nos avanços da crítica historiográfica.

décadas⁴² e, hoje, nenhum acadêmico sério o identifica como um mago alquimista. Na época de produção do *Despertaferro*, no entanto, ainda havia uma divergência de opiniões. Na verdade, o mito mágico-alquímico luliano remonta ao início do século XIV, num processo que também o transformou em alguém “conhecedor das ciências cabalista e hermética cultivadas pela tradição oculta”.⁴³ O mito se popularizou no Renascimento, com boa parte da fama de Llull derivando do considerável número de textos alquímicos que lhe foram atribuídos; para se ter uma ideia, 34 já haviam sido escritos antes do século XVI.⁴⁴ Nas duas centúrias seguintes, as obras alquímicas pseudolulianas eram frequentemente mais editadas do que as autênticas.⁴⁵

Ainda que essa vinculação nunca tenha sido muito popular na Espanha, sendo já criticada pelo cônego maiorquino Juan Seguí no século XVI,⁴⁶ podemos encontrá-la na Europa Setentrional. Um exemplo desse contraste está no fato de que outro maiorquino, o jesuíta Jaime Custurer, discordava da versão alquímica de Llull, ao contrário do teólogo alemão Ivo Salzinger. A erudição oitocentista espanhola, representada por escritores como Fernando Weyler y Laviña⁴⁷ e José Ramón de Luanco,⁴⁸ conservou essa criticidade. Respeitados autores de manuais sobre a história da Filosofia medieval também fizeram a denúncia: entre os

⁴² “La publicación de estudios sobre Ramon Llull (1232-1315) tuvo un notable aumento a partir de la última década del siglo XX. [...] En la actualidad esa tendencia se ha consolidado. Los datos, disponibles en la Base de Datos-Llull, muestran un importante crecimiento de la producción bibliográfica de 1975 a 1995”. HIGUERA RUBIO, J. Ensayo Bibliográfico sobre los Estudios Lulianos (2008-2018). *Revista Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*, v. 38, 2021. p. 65.

⁴³ YATES, F. O Lulismo como Arte da Memória. In: A ARTE da Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 238.

⁴⁴ DOMÍNGUEZ REBOIRAS, F. La recepción del pensamiento luliano en la península ibérica hasta el siglo XIX. Un intento de síntesis. *Revista de lenguas y literaturas catalana, gallega y vasca*, n. 15, 2010. p. 380.

⁴⁵ “[...] en la biblioteca del gran Isaac Newton, con ocho volúmenes lulianos, los dos tomos más usados y con más comentarios en los márgenes eran de alquimia”. BADIA, L; BONNER, A. **Ramón Llull: vida, pensamiento y obra literaria**. Barcelona: Quaderns Crema, 1993. p. 222.

⁴⁶ SEGUÍ, J. **Vida, y hechos del admirable doctor, y martyr Ramon Lull vezino de Mallorca**. Mallorca: Imprenta de Gabriel Guasp, 1606. p. 19.

⁴⁷ “Lulio no practicó la Alquimia, ni la continuó en sus escritos, ni dió crédito á la posibilidad de efectuar lo que esta ciencia pretendía”. WEYLER Y LAVIÑA, F. **Raimundo Lulio juzgado por si mismo**. Palma: Imprenta de Pedro José Gelabert, 1866. p. 369.

⁴⁸ “[...] los conocimientos químicos de Llull [...] fueron escasos y mas bien teóricos que prácticos”. LUANCO, J. R. de. **Ramon Lull (Raimundo Lulio) considerado como alquimista**. Barcelona: Establecimiento tipográfico de Jaime Jepús Roviralta, 1870. p. 12.

franceses, Étienne Gilson;⁴⁹ entre os espanhóis, os irmãos Joaquín e Tomàs Carreras i Artau.⁵⁰

Esses apontamentos, todavia, não foram suficientes para enfraquecer o mito, que encontrou campos férteis para se enraizar. Conseguimos localizá-lo na obra de Jean Ryeul, cujo Prefácio, escrito por Géza Back de Surany, defende a ideia de um “Raymond Lulle alchimiste”.⁵¹ Essa permanência foi denunciada por um importante lulista, Armand Llinarès, que declarou: “a lenda ainda está viva”.⁵² Se, por um lado, concordamos com ele; por outro, discordamos quando diz que, “na Espanha, ninguém acredita mais nas simpatias e atividades alquímicas do filósofo de Maiorca”. Talvez Llinarès tenha pensado no mundo acadêmico. Na realidade, mesmo nos círculos intelectuais, essa versão mágico-alquímica só perdeu força a partir da década de 1980, quando a italiana Michela Pereira publicou uma série de pesquisas que foram divulgadas em várias línguas, como italiano, inglês, espanhol, francês, alemão e português.⁵³

Portanto, o mito de Ramon Llull como um mago alquimista estava arraigado no contexto de produção do *Despertaferro* – final da década de 1980. Mais do que isso: é possível que rondasse as mentes dos idealizadores e do público consumidor da animação. Não temos a condição de afirmar, é claro, que os produtores do *Despertaferro* acreditavam, realmente, nessa faceta mágico-alquímica. Contudo, o fato é que essa imagem foi a escolhida para ser representada, talvez porque fizesse mais sentido aos espectadores daquele período e poderia, assim, ter uma recepção mais favorável. Aliás, o próprio *Despertaferro* contribuiu para reforçar o mito mágico-alquímico luliano, considerando que todo “filme preenche uma função na

⁴⁹ “[...] a lenda de um Raimundo Lúlio alquimista e meio mago não recebe nenhuma confirmação do exame da sua vida, nem do estudo de suas obras”. GILSON, É. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1922]. p. 573.

⁵⁰ “En tesis general, Ramón Lull sostiene la imposibilidad de la alquimia”. CARRERAS I ARTAU, J.; CARRERAS I ARTAU, T. **Historia de la Filosofía española**: Filosofía cristiana de los siglos XIII al XV. Madrid: Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, tomo II, 1943. p. 50.

⁵¹ SURANY, G. B. de. Raymond Lulle Alchimiste (1232-1315). In: RYEUL, J. **La Légende de Raymond Lulle, le Docteur Illuminé**. Paris: Omnium littéraire, 1965. p. 9-13.

⁵² LLINARÈS, A. Propos de Lulle sur l’alchimie. **Bulletin Hispanique**, v. 68, 1966. p. 86.

⁵³ A primeira sistematização crítica dessa lenda apareceu em PEREIRA, M. La leggenda di Lullo alchimista. **Estudios Lulianos**, v. 27, p. 145-163, 1987. Um estudo de Rosa Planas, que se debruça exclusivamente sobre o tema, segue essa interpretação: “Llull, en els seus escrits, no defensà mai l’alquímia. Els seus textos són més aviat de reprovació o desconfiança” PLANAS, R. **Ramon Llull i l’alquímia**. Palma: Lleonard Muntaner, 2014. p. 41.

sociedade que o produz: testemunha o real, tenta agir nas representações e mentalidades”.⁵⁴

Se, por um lado, a série *Història de Catalunya* – daquela mesma época – não descreve Llull como um alquimista; por outro, isso é exatamente o que ocorre com Arnaldo de Villanova. Ele é o imediato antecessor de Ramon na explicação, alguém envolvido num fracassado experimento e que tinha “fama de alquimista”.⁵⁵ Nem por isso concluímos que apenas o médico catalão era visto como tal. Ora, a vitalidade do mito mágico-alquímico luliano pode ser observada no pensamento de vários artistas, produtores e intelectuais daquele período: Salvador Dalí (1904-1989), por exemplo, talvez seja o nome mais famoso de alguém que acreditava nessa imagem de Llull, com quem se identificava e em quem dizia se inspirar.⁵⁶ Também José María Candel Crespo, diretor de animação, acreditava nessa lenda, porque, ao legendar um desenho de Llull no *Despertaferro*, refere-se a ele como um “famoso alquimista e sábio catalão”.⁵⁷ Essa ideia também consta na literatura, como na obra *Raimon o el seny fantàstic* (1985),⁵⁸ de Lluís Racionero i Grau, e nos livros de Josep Palau i Fabre (décadas de 1970-1990).⁵⁹ É igualmente significativo verificar que Siro Arribas Jimeno, catedrático de Química Analítica da Universidad de Oviedo, tenha uma publicação na qual Llull é apontado como um alquimista medieval.⁶⁰ Outro indício importante está no *Rerum Demoni*, um suplemento do *Aquelarre*, jogo de RPG popular entre os jovens espanhóis no início da década de

⁵⁴ VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. *Op. Cit.*, p. 58.

⁵⁵ Durante muito tempo, Arnaldo de Villanova também foi visto como um alquimista, mito soterrado apenas no fim do século XX. Sobre o tema, ver FALBEL, N. **Arnaldo de Vilanova (c. 1240-1311)**: doutrina reformista e concepção escatológica. São Paulo: Humanitas, 2018. p. 55-72.

⁵⁶ “El filósofo catalán Raimundo Lulio, alquimista, metafísico, que escribió los *Doce Principios de la Filosofía*, místico y mártir – él fue apedreado a los ochenta años, en Bougie, por los árabes – me inspira. Como él, yo creo en la transmutación de los cuerpos”. DALÍ, S. **Confesiones inconfesables**. Barcelona: Bruguera, 1975. p. 214.

⁵⁷ CANDEL CRESPO, J. M. *Op. Cit.*, p. 133.

⁵⁸ Esse livro sustenta que Llull se tornou “*alquimista per amor a una dama*”. Embora enfatize que sua obra é uma “*novel·la, i l'alquímia és presa com a metàfora d'una recerca interior*”, o autor não hesita em questionar algumas interpretações que já rechaçavam a ideia de um Llull alquimista. Ver, respectivamente, RACIONERO I GRAU, L. **Raimon o el seny fantàstic**. Barcelona: Laia, 1985. p. 251; 281. A obra foi reeditada algumas vezes e ganhou uma tradução para o espanhol ainda em 1985: *Raimon, la Alquímia de la Locura*.

⁵⁹ ROSSELLÓ BOVER, P. **Ramon Llull en la literatura contemporània**. Palma de Mallorca: Lleonard Muntaner, 2016. p. 60-64.

⁶⁰ ARRIBAS JIMENO, S. **La fascinante historia de la alquímia descrita por un científico moderno**. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 1991. p. 108.

1990. Nele, há uma afirmação de que Llull “sempre mostrou um interesse especial pela alquimia”.⁶¹

Especulamos ainda que boa parte do jovem público espanhol daquele período, principal consumidor desse material, não via em Ramon Llull um dos personagens mais populares da Idade Média. Isso pode ser notado a partir de uma enquete realizada com os estudantes da Faculdade de Geografia e História da Universitat de València, entre 1986 e 1989. Considerando as respostas dos 76 discentes recém-ingressos no ensino superior sobre os personagens mais “representativos” do Medievo, vemos que Llull não se destaca: num universo de 70 nomes referidos, ele é citado por apenas um discente, enquanto muitos outros aparecem várias vezes. O mesmo ocorre no âmbito hispânico, já que os personagens são majoritariamente castelhanos.⁶² Ou seja, entre tal amostragem de recém-egressos do ensino escolar, o filósofo não era alguém que vinha, em geral, à mente, o que poderia refletir certo desconhecimento sobre sua biografia.

A segunda parte de nossa hipótese é que a animação de 2020 acompanhou a proposta do *Any Llull*,⁶³ cujas produções foram elaboradas à luz das renovadas perspectivas dos estudos lulianos. Durante aquele marco, mais de quinhentas atividades ocorreram ao redor do mundo, com o objetivo de atingir diversos públicos – não apenas o acadêmico. Entre elas, podemos citar congressos, exposições, festivais, concertos, projetos educativos e publicações. Com efeito, uma série de obras veio à tona, como edições críticas, traduções e adaptações infanto-juvenis de textos lulianos.⁶⁴ As atividades na Catalunha e nas Ilhas Baleares foram coordenadas, respectivamente, pelos comissários Joan Santanach Suñol (Universitat de Barcelona) e Maria Isabel Ripoll Perelló, lulistas com atuação em prestigiados centros de pesquisa e universidades.

⁶¹ RERUM DEMONI. Produção de Ricard Ibañez. Barcelona: Joc Internacional, 1992. p. 36.

⁶² FURIÓ, A. ¿Quina Edat Mitjana? La percepció de l'escenari medieval entre els estudiants d'Història. Resultats d'una enquesta. **Revista d'història medieval**, n. 1, 1990. p. 258-260.

⁶³ Site oficial: <<https://llull.cat/monografics/anyllull/>>. Acesso em: 20/03/2021.

⁶⁴ SANTANACH I SUÑOL, J. Un any per a Ramon Llull. **Llengua & Literatura**, n. 28, p. 223-226, 2018; RIPOLL PERELLÓ, M. I. *Op. Cit.*, p. 34-36.

Durante o *Any Llull*, obras historiográficas de fôlego foram publicadas, sintetizando a trajetória do filósofo maiorquino.⁶⁵ De forma mais sistemática, importantes pesquisadores se debruçaram sobre os mitos construídos ao longo dos séculos e que se tornaram extremamente populares. Esse foi o caso de Domínguez Reboiras que, em seu livro, se preocupou em incluir uma seção intitulada “*De la Historia a la Leyenda*”, principalmente com o propósito de esclarecer o processo de elaboração da faceta alquímica luliana.⁶⁶ Outro exemplo está na atuação de Ripoll Perelló, que propôs uma conferência com um oportuno título (“*Ramon Llull, del mite a la realitat*”),⁶⁷ num evento inserido nas comemorações do *Any Llull* e organizado pela Universidad de Granada (maio de 2016).⁶⁸

De fato, o *Any Llull* seguiu as recentes interpretações sobre o filósofo, sem levar em consideração aqueles mitos, os quais, em nossa opinião, dispunham de potencial para atrair o grande público. A questão, entretanto, é que o contexto já era distinto, e os produtores da animação digital tinham outros objetivos e entendimentos sobre quem era Ramon Llull. Certamente, eles levavam em conta a opinião da comunidade acadêmica luliana, da qual um de seus consultores fazia parte. O desenho focalizou o lado “humano” do filósofo, cuja personalidade poderia gerar uma empatia com o espectador. Seus criadores buscaram escapar do secular mito mágico-alquímico, promovendo uma verdadeira “desmitologização”. Em entrevista, Ripoll Perelló até destacou a sua preocupação em “manter o equilíbrio, de transmitir tudo o que é necessário para entender quem foi Ramon Llull sem

⁶⁵ Destacamos os estudos de Pere Villalba i Varneda (2015) e Fernando Domínguez Reboiras (2016).

⁶⁶ “El Raymundo histórico fue entrando en la mentalidad popular de tal manera que, muy pronto, la historia documentada y los motivos legendarios se fusionan y crean un entramado que la crítica histórica en los últimos decenios tuvo que ir seleccionando y aclarando”. DOMÍNGUEZ REBOIRAS, F. *Op. Cit.*, p. 66.

⁶⁷ Numa entrevista à *Catalunya Ràdio* (10/04/2016), Ripoll Perelló diz esperar que Ramon também fosse “desmistificado” no *Any Llull*. Disponível em: <<https://www.ccma.cat/catradio/alcarta/folls-per-llull-ramon-llull-en-els-seus-llibres/bonus-llull-lentrevista-amb-maribel-ripoll/coleccio/4151/915735>>. Acesso em: 23/09/2021.

⁶⁸ <<https://canal.ugr.es/evento/conferencia-ramon-llull-del-mite-a-la-realitat/>>. Notícia de 06/05/2016.

perder um pingo de verossimilhança, de historicidade, de documentação rigorosa”.⁶⁹

Das poucas alusões à recepção da animação digital pelo público, já que o material integral só foi disponibilizado em 2020, encontramos um relato publicado por Ripoll Perelló na prestigiosa revista *Studia Lulliana*. Nele, a autora refere-se àquela exibição dos dois primeiros capítulos num teatro em Palma de Maiorca (2017), quando o público em geral e as principais autoridades governamentais, acadêmicas e eclesiásticas da ilha demonstraram “entusiasmo com um projeto cativante e visualmente muito atraente”.⁷⁰ O resultado desse evento, que mobilizou distintos setores da sociedade maiorquina, indica um impacto positivo entre aqueles que tiveram o privilégio de assistir ao lançamento da animação – nesse caso, apenas às cenas que retratam as primeiras etapas da vida de Ramon Llull.

O espírito do *Any Llull* ainda influenciou outros materiais, entre os quais a revista *Cavall Fort* (2016), que dedica um dossiê ao filósofo, porém sem apresentar nenhuma daquelas lendas.⁷¹ Esse também é o caso da animação conhecida como *Píndoles de Ramon Llull* (2016), da produtora Brutal Media, de Barcelona. A direção ficou a cargo de Lluís Danés, e os conteúdos orientados por Xavier Bru de Sala, escritor catalão, e por Joan Santanach Suñol. Com 20 episódios de 1 minuto, daí o nome “píndoles” (pílulas), a animação foi exibida na Televisió de Catalunya e, hoje, está integralmente disponível no site da *Corporació Catalana de Mitjans Audiovisuals*.⁷² Em nenhum dos episódios encontramos caracterizações míticas, como a versão mágico-alquímica de que tratamos. Esse perfil de Ramon Llull se limita ao *Despertaferro*. Nossa hipótese central, portanto, não se sustenta apenas na animação de 2020; outros materiais (para além da historiografia) permitem observar essa evolução.

⁶⁹ <<https://ladat.es/premiere-ramon-llull/>>. Notícia de 04/12/2017.

⁷⁰ RIPOLL PERELLÓ, M. Crònica. 1. Activitats commemoratives lul·lianes a Mallorca. **Studia Lulliana**, v. 58, n. 113, 2018. p. 263.

⁷¹ RAMON LLULL, UN HOME FANTÀSTIC. **Dossiê da revista Cavall Fort** (n. 1289-1290). Texto: Mercè Canela e Eugènia Morer. Ilustrações: Lluísot, Laura de Castellet, Pep Brocal i Quim Bou. Barcelona: Edicions Cavall Fort, 2016.

⁷² <<https://www.ccma.cat/tv3/alcarta/pindolesderamonllull/proverbis/coleccio/7230/5635545/>>. Acesso em: 20/03/2021.

Figura 9



Píndoles de Ramon Llull (2016)

Considerações finais

Em nossa pesquisa, não buscamos rotular as representações de Ramon Llull como “falsas” ou “verdadeiras”, apontando os anacronismos e (im)precisões das animações. Metodologicamente, a avaliação da historicidade do audiovisual não é suficiente e nem deve ser a prioridade do pesquisador.⁷³ Seria tão relevante recordar que ele tinha 1,61m de altura,⁷⁴ ao contrário do seu esguio correspondente no *Despertaferro*? Ou, então, 1) explicar como a representação do mago alquimista está ligada à durabilidade desse mito ao longo de sete séculos? 2) demonstrar como sua estética está em sintonia com a imagem dos magos do cinema daquela época? 3) expor os motivos e as formas pelas quais a animação digital “humanizou” sua figura à luz dos avanços historiográficos e do *Any Llull*?

⁷³ “Em outras palavras, é menos importante saber se tal ou qual filme foi fiel aos diálogos, à caracterização física dos personagens ou a reproduções de costumes e vestimentas de um determinado século. O mais importante é entender o porquê das adaptações, omissões, falsificações que são apresentadas num filme”. NAPOLITANO, M. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, C. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 237.

⁷⁴ Conforme a última autópsia dos seus restos mortais realizada em 1985. Ver DOMÍNGUEZ REBOIRAS, F. *Op. Cit.*, p. 105.

Além das questões estéticas, nosso procedimento comparativo considerou o contexto de produção das duas animações. Nesse sentido, o intervalo cronológico entre elas mostrou-se fundamental, com o aparecimento de inovações tecnológicas nas mídias e o desenvolvimento dos estudos lulianos. Não podemos esquecer que, a princípio, suas preocupações eram distintas. A primeira, o *Despertaferro*, criou um Ramon Llull sem compromissos com a fidelidade histórica, uma vez que era uma obra fictícia de entretenimento; nas palavras de Jordi Amorós, um “conto surrealista de aventuras”.⁷⁵ A segunda, a animação digital, almejava atingir certa historicidade, tanto que solicitou a consultoria de uma especialista; todavia, ela também recorreu, conscientemente, à ficcionalidade ao apresentar, por exemplo, a relação entre Ramon e Lluís. De uma forma ou de outra, ambas lançaram mão de liberdade imaginativa; ao fim e ao cabo, são produtos de divertimento e assim devem ser consideradas.⁷⁶

Embora o *Despertaferro* tenha um perfil mais comercial e com elementos fantásticos (dragão voador, cogumelo personificado etc.), somente a figura de Ramon Llull – entre todos os personagens humanos da história – foi mitificada. Ao que tudo indica, havia uma predisposição para isso ocorrer com ele no fim da década de 1980, como demonstramos em nosso artigo. As duas animações eram opostas nesse sentido. Por um lado, o *Despertaferro* acompanhou um mito que circulou durante séculos e se manifestou em ilustrações e em textos biográficos, literários, historiográficos e lúdicos; por outro, a animação digital preferiu desmitologizá-lo e, para isso, ancorou-se na recente historiografia. Algo importante a salientar é que a cultura histórica de uma época – em nosso caso, sua dimensão estética⁷⁷ – não é o resultado somente das pesquisas dos historiadores e demais acadêmicos. É o que aconteceu com a caracterização de Llull. Apesar de sua última

⁷⁵ *Apud* RODRÍGUEZ, M. “Desperta ferrol”, un filme de dibujos animados con escenografía gaudiniana. *La Vanguardia* (11/09/1987), p. 27.

⁷⁶ “Está mais do que provado que esse formato de mídia é principalmente isto: um poderoso veículo de divertimento”. LUCENA JÚNIOR, A. *Arte da animação: técnica e estética através da história*. São Paulo: Editora Senac, 2005. p. 91.

⁷⁷ “Na dimensão estética da cultura histórica, as recordações históricas aparecem, antes de tudo, sob a forma de criações artísticas, como novelas e dramas históricos”. RÜSEN, J. O que é a Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a História. In: SCHMIDT, M. A.; MARTINS, E. de R. (org.). *Jörn Rüsen: contribuições para uma teoria da didática da história*. Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016. p. 65.

representação ser mais “humana” e já influenciar o imaginário contemporâneo, isso não significa que a faceta mítica não possa retornar com força num futuro próximo.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

Animações

DESPERTA FERRO. Direção de Jordi Amorós i Ballester. Espanha: Equip Produccions (Barcelona) e Maran Films (Munique), 1990. 75 min.

RAMON LLULL. Direção de Juan Montes de Oca. Espanha: LADAT - Unitat d'animació i tecnologies audiovisuals de la Universitat de les Illes Balears (Palma de Maiorca), 2020. 7 capítulos (10 min.).

Fontes medievais

RAMON LLULL. **Félix ou O Livro das Maravilhas**. São Paulo: Editora Escala, 2009, 2 v.

RAMON LLULL. O Livro Derradeiro. In: RAIMUNDO Lúlio e as Cruzadas. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2009. p. 35-99.

RAMON LLULL. **Vida Coetânea**. Coimbra: Ariadne Editora, 2004.

Fontes Secundárias

ARRIBAS JIMENO, S. **La fascinante historia de la alquimia descrita por un científico moderno**. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 1991.

BADIA, L.; BONNER, A. **Ramón Llull: vida, pensamiento y obra literaria**. Barcelona: Quaderns Crema, 1993.

BERNS, U; JOHNSTON, A. J. Medievalism: a Very Short Introduction. **European Journal of English Studies**, v. 15, 2011.

BOSCH, A. Los nacionalismos olímpicos. **Catalònia**, n. 12, 1989.

CANDEL CRESPO, J. M. **Historia del dibujo animado español**. Murcia: Editora Regional de Murcia, 1993.

CANTARELLAS CAMPS, C. Iconografía luliana: prototipos y desarrollo histórico. **Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana**: Revista d'estudis històrics, n. 61, p. 213-228, 2005.

CAPARRÓS LERA, J. M. Catalunya y su historia, en la pantalla. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, n. 23, p. 103-124, 2001.

CARRERAS I ARTAU, J.; CARRERAS I ARTAU, T. **Historia de la Filosofía española**: Filosofía cristiana de los siglos XIII al XV. Madrid: Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, 1943. Tomo II.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CULAT, E. El Ramon Llull més tecnològic i proper als joves. **Diari ARA Balears** (10/06/2017). Disponível em: <https://www.arabalears.cat/premium/suplements/emprenemRamon-Llull-tecnologic-proper-joves_0_1812418841.html>. Acesso em: 20/03/2021.

DALÍ, S. **Confesiones inconfesables**. Barcelona: Bruguera, 1975.

DOMÍNGUEZ REBOIRAS, F. La recepción del pensamiento luliano en la península ibérica hasta el siglo XIX. Un intento de síntesis. **Revista de lenguas y literaturas catalana, gallega y vasca**, n. 15, p. 361-385, 2010.

DOMÍNGUEZ REBOIRAS, F. **Ramon Llull**. El mejor libro del mundo. Barcelona: Arpa Editores, 2016.

ENSENYAT PUJOL, G. Pacifismo y cruzada en Ramon Llull. **Quaderns de la Mediterrània**, n. 9, p. 354-360, 2008.

FALBEL, N. **Arnaldo de Vilanova (c. 1240-1311)**: doutrina reformista e concepção escatológica. São Paulo: Humanitas, 2018.

FOSSATTI, C. **Cinema de animação**: um diálogo ético no mundo encantado das histórias infantis. Porto Alegre: Suline, 2011.

FURIÓ, A. ¿Quina Edat Mitjana? La percepció de l'escenari medieval entre els estudiants d'Història. Resultats d'una enquesta. **Revista d'història medieval**, n. 1, p. 251-275, 1990.

GILSON, É. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HIGUERA RUBIO, J. Ensayo Bibliográfico sobre los Estudios Lulianos (2008-2018). **Revista Anales del Seminario de Historia de la Filosofía**, v. 38, p. 65-75, 2021.

KOCKA, J. Comparison and beyond. **History and Theory**, v. 42, n. 1, p. 39-44, 2003 [“Comparação e Além”, Tradução de Maria Elisa da Cunha Bustamante. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ].

LABBIE, E. F. The Sorcerer's Apprentice: Animation and Alchemy in Disney's Medievalism. In: PUGH, T.; ARONSTEIN, S. (ed.). **The Disney Middle Ages: a fairy-tale and fantasy past**. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 97-115.

LAGNY, M. O cinema como fonte de história. In: NÓVOA, J.; FRESSATO, S; FEIGELSON, K. (org.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 99-131.

LLINARÈS, A. Propos de Lulle sur l'alchimie. **Bulletin Hispanique**, v. 68, p. 86-94, 1966.

LÓPEZ CASAS, M. M. El món medieval català al cinema. In: MARTOS SÁNCHEZ, J. L.; GARCIA SEMPERE, M. (coord.). **L'edat mitjana en el cinema i en la novel·la històrica**. Alicante: Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana, 2009. p. 365-376.

LUANCO, J. R. de. **Ramon Lull (Raimundo Lulio) considerado como alquimista**. Barcelona: Establecimiento tipográfico de Jaime Jepús Roviralta, 1870.

LUCENA JÚNIOR, A. **Arte da animação: técnica e estética através da história**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MOORE, R.; GILLETTE, D. **Rei, Guerreiro, Mago, Amante: a redescoberta dos arquétipos do masculino**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

MÜLLER, U. Medievalism/Mittelalter-Rezeption. In: CLASSEN, A. (org.). **Handbook of Medieval Studies**. Berlin: DeGruyter, 2010. p. 850-865.

NAPOLITANO, M. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, C. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 231-290.

OLIVER I DOMENGE, P. Ramon Lull descubreix l'America. **El Felanigense**. Año XL, n. 2503, 5 jul. 1924.

PASTOUREAU, M. Azul. In: **Diccionario de los colores**. Barcelona: Paidós, 2009. p. 32-42.

PEREIRA, M. La leggenda di Lullo alchimista. **Estudios Lulianos**, v. 27, p. 145-163, 1987.

PLANAS, R. **Ramon Lull i l'alquímia**. Palma: Lleonard Muntaner, 2014.

RACIONERO I GRAU, L. **Raimon o el seny fantastic**. Barcelona: Laia, 1985.

RAMON LLULL, UN HOME FANTÀSTIC. **Dossiê da revista Cavall Fort** (n. 1289-1290). Texto: Mercè Canela e Eugènia Morer. Ilustrações: Lluísot, Laura de Castellet, Pep Brocal i Quim Bou. Barcelona: Edicions Cavall Fort, 2016.

- RERUM DEMONI. Produção de Ricard Ibañez. Barcelona: Joc Internacional, 1992.
- RINALDI, A. A sobrevida de Merlin: da Idade Média à contemporaneidade. **Revista Literatura em Debate**, v. 10, n. 19, p. 04-17, 2016.
- RIPOLL PERELLÓ, M. Crònica. 1. Activitats commemoratives lul·lianes a Mallorca. **Studia Lulliana**, v. 58, n. 113, 2018.
- RIPOLL PERELLÓ, M. I. Memòria valoració any Lull. In: MEMÒRIA de l'Any Lull: Generalitat de Catalunya. Departament de Cultura, 2019. p. 34-36.
- ROCH, E. "Desperta ferro!" se presenta como la gran superproducción del dibujo animado catalán. **Diari de Girona** (06/12/1990), p. 39. Disponível em: <<http://pandora.girona.cat/viewer.vm?id=0001727177&page=39&lang=ca&view=hemeroteca>>. Acesso em: 20/03/2021.
- RODRÍGUEZ, M. "Desperta ferro!", un filme de dibujos animados con escenografía gaudiniana. **La Vanguardia** (11/09/1987), p. 27. Disponível em: <<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/1987/09/11/pagina-27/33005603/pdf.html>>. Acesso em: 20/03/2021.
- ROMAGUERA I RAMIÓ, J. Films sobre la història de Catalunya. **Perspectiva escolar**, n. 246, p. 62-72, 2000.
- ROSSELLÓ BOVER, P. **Ramon Lull en la literatura contemporània**. Palma de Mallorca: Lleonard Muntaner, 2016.
- ROTGER, F. M. Què tenen a veure Gandalf i Ramon Lull, a més de la barba? **Diari ARA Balears** (21/02/2020). Disponível em: <https://www.arabalears.cat/cultura/Que-tenen-a-veure-Gandalf-Ramon-Lull_0_2403959669.html>. Acesso em: 20/03/2021.
- RÜSEN, J. O que é a Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a História. In: SCHMIDT, M. A.; MARTINS, E. de R. (org.). **Jörn Rüsen: contribuições para uma teoria da didática da história**. Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016. p. 54-81.
- SANTANACH I SUÑOL, J. Un any per a Ramon Lull. **Llengua & Literatura**, n. 28, 2018.
- SEGUÍ, J. **Vida, y hechos del admirable doctor, y martyr Ramon Lull vezino de Mallorca**. Mallorca: Imprenta de Gabriel Guasp, 1606.
- SURANY, G. B. de. Raymond Lulle Alchimiste (1232-1315). In: RYEUL, J. **La Légende de Raymond Lulle, le Docteur Illuminé**. Paris: Omnium littéraire, 1965. p. 9-13.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. São Paulo: Papyrus, 1994.

VILLALBA I VARNEDA, P. **Ramon Lull**. Escriptor i Filòsof de la Diferència. Palma de Mallorca, 1232-1316. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 2015.

WEYLER Y LAVIÑA, F. **Raimundo Lulio juzgado por si mismo**. Palma: Imprenta de Pedro José Gelabert, 1866.

YATES, F. O Llulismo como Arte da Memória. In: A ARTE da Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 219-249.

Recebido: 11/08/2021
Aprovado: 27/11/2021

REPRESENTAÇÕES SOBRE OPERÁRIOS NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985) EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEOS

João Henrique Zanelatto¹

Erick Martignago Dagostim²

Resumo: O objetivo do artigo foi analisar como os operários, no período da ditadura civil-militar, aparecem nos livros didáticos de História do nono ano do Ensino Fundamental, usados no triênio 2019-20-21. Neste artigo, foram analisados, então, quatro livros didáticos distribuídos e utilizados nas escolas públicas brasileiras. O artigo foi dividido em quatro seções: a) inicia com uma introdução apontando para o aporte teórico; b) faz uma breve contextualização sobre a ditadura; c) discorre sobre a produção e a distribuição dos livros didáticos no Brasil, cujo Estado é o principal comprador dos livros que estão sendo usados por professores/as e alunos/as, favorecendo um arranjo econômico que interage também com os interesses de empresas nacionais e estrangeiras atuantes no ramo da educação; d) analisa a presença dos operários nos livros didáticos selecionados; e) finaliza, com as considerações apontando para a relevância do livro didático nas escolas e a autonomia do professor no seu uso.

Palavras-chave: trabalhadores; livros didáticos; ditadura civil-militar.

REPRESENTATIONS ABOUT WORKERS IN THE PERIOD OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985) IN CONTEMPORARY HISTORY TEXTBOOKS.

Abstract: The objective of this article was to analyze how the operatives in the the period of the civil-military age appears in textbooks of History of the ninth year of the Fundamental Education, used in the triennium 2019-20-21. In this article, we analyzed, then, four educational books distributed and used in Brazilian public schools. The article was divided in four sections: a) it begins with an introduction intended for the theoretical contribution; b) it does a brief contextualization about the civil-military; c) it speaks about the production and distribution of two educational books in Brazil, whose State is the biggest buyer of two books that are being used by teachers and students, favoring an economic start-up that also it interacts with the national and foreign companies actuates interests in the education; d) it analyzes the presence of the operatives in the selected textbooks; e) it ends, with the considerations appointing for relevancy of the textbook in the schools and the autonomy of the teacher in your use.

Keywords: workers; textbooks of History; civil-military dictatorship.

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense. Email: jhz@unesc.net

² Universidade do Extremo Sul Catarinense. Email: erick_dagostin@hotmail.com

Introdução

A trajetória dos movimentos operários no Brasil a partir do golpe de 1964 se deu com o confronto constante, com a repressão institucionalizada aos sindicatos e suas organizações. O contexto golpista no país promoveu a perseguição e a destituição de lideranças sindicais combativas e a intervenção por parte do Estado nos sindicatos, que foram substituídos por pessoas afinadas com o regime.

Essa situação foi acompanhada pelo arrocho salarial promovido pela ditadura civil-militar e pela Lei de Greve, que proibia quase toda manifestação dos trabalhadores, criando assim um clima de imobilização popular propício para as empresas multinacionais que se estabeleceriam no Brasil a partir desse arranjo econômico e social.

Com as condições de vida cada vez mais opressivas, somadas à realidade antidemocrática estabelecida no país, novas movimentações populares e greves operárias despontaram no cenário nacional a partir da segunda metade da década de 1960, sendo respondidas duramente com o Ato Institucional número 5.

Mais tarde, a partir de 1976, tivemos a volta do protagonismo exercido pela população nas ruas e pela classe trabalhadora em suas paralizações nos locais de trabalho, pressionando o fim da ditadura civil-militar e reivindicando as demais bandeiras democráticas favorecidas pela crise econômica do regime, resultando em uma nova fase de lutas por parte dos movimentos sociais brasileiros.

Esta pesquisa busca discutir como os trabalhadores, em suas trajetórias de embates e lutas, são apresentados no ensino de História nas escolas públicas brasileiras. Para atingir esse objetivo, usamos como fontes quatro livros didáticos de História³ pertencentes ao triênio 2019-20-21, destinados ao nono ano do Ensino Fundamental, a partir dos capítulos em que a ditadura civil-militar é abordada.

³ Os livros escolhidos para serem utilizados como fontes para esta pesquisa foram os seguintes: SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **Inspire História**: 9º ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: FTD, 2018; COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**, 9º ano: ensino fundamental – anos finais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018; CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História**: escola e democracia: manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber História**: 9º ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

Os quatro livros usados na pesquisa foram os selecionados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) - MEC e que estavam disponibilizados por algumas editoras, gratuitamente na internet. Neste cenário de pandemia de Covid-19, que persiste em nossa realidade, optamos pelo acesso às fontes de uma maneira condizente com essa situação.

O artigo se fundamentou na História Social do Trabalho, em especial nas discussões produzidas pelo historiador E. P. Thompson (1981), nos conceitos de classe, luta de classe e experiência, abordados pelo autor. Thompson discorda da ideia de classe como “coisa”; ele a define como uma construção social. O autor desenvolveu o conceito de “Experiência” para melhor analisar a classe trabalhadora, contrapondo-se a uma perspectiva determinista estruturalista da tradição marxista, em especial aos estudos de Althusser.

No que concerne às reflexões sobre os trabalhadores na ditadura, é preciso expor que “[...] o tema trabalho, trabalhadores e movimento sindical tem caminhado à margem dos estudos sobre ditadura no Brasil. Tornou-se, por fim, uma temática um tanto quanto “*old fashion*” (grifos dos autores).⁴ A historiografia recente vem se debruçando em abordar um conjunto de questões sobre os trabalhadores na ditadura.⁵ Entretanto, as pesquisas dos autores citados estavam concentradas somente nos grandes centros urbanos onde havia uma maior concentração de operários. Estudos recentes têm se preocupado em abordar as lutas operárias em âmbito regional e local.⁶

A análise dos livros foi produzida a partir do referencial de Circe Bittencourt (2008), a qual sugere abordar sobre o livro didático em três

⁴ CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016.

⁵ SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, [s.l.], n. 13, 2008. NEGRO, Antonio Luigi. Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo. Verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura. *In: Relatório da comissão nacional da memória, verdade e justiça da CUT*. São Paulo: CUT, 2015, p. 81-86. RAMALHO, José Ricardo; ESTERCI, Neide Esterci. Militantes e assessores: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, [s.l.], v. 6, n. 11, 2014. CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016.

⁶ ZANELATTO, João Henrique. Guerra fria e ditadura civil-militar na capital do carvão. **Revista Continentes (UFRRJ)**, Rio de Janeiro, [s.l.], n.16, p.203-226, 2020.

dimensões: a) aspectos formais; b) conteúdos históricos escolares; c) conteúdos pedagógicos. A produção de livros didáticos se dá de maneira diferente dos demais livros. O Estado brasileiro organiza e publica as diretrizes e os requerimentos para a compra dos livros, sendo atendido pelo mercado editorial nacional e estrangeiro, que produz e vende tais obras, conseguindo, com isso, expressivos ganhos financeiros, em um arranjo que caracteriza a produção de obras didáticas para a educação pública no País.

O livro didático, para Bittencourt (2008), é um dos mediadores do processo de aquisição do conhecimento, assim como um facilitador da apreensão de conceitos, domínio das informações. Ele contém uma linguagem específica das áreas abordadas pelas disciplinas que o contemplam. Também se caracteriza pela construção técnica, obedecendo a critérios, como idade e vocabulários de acordo com os princípios pedagógicos.

Além de explicitar os conteúdos escolares, o livro didático é, ao mesmo tempo, suporte de métodos pedagógicos, por conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos em grupo, e uma forma de avaliação da apreensão do conteúdo escolar. Ainda segundo Bittencourt (2008), tal característica de associar conteúdo e método de ensino explica a importância que o livro didático ocupa na constituição da disciplina de História e do saber escolar. Destarte, o livro didático contém seus limites, suas vantagens e desvantagens. Com essa compreensão, esta pesquisa buscou analisar os livros selecionados a partir dessa realidade.

Os operários ante a ditadura: breve contextualização

A coalizão civil-militar, que deu o golpe de Estado em abril de 1964, teve como uma das primeiras tarefas a eliminação dos focos de resistência populares. A desmobilização dos movimentos sociais era um dos pressupostos do novo projeto de classe que se estabeleceu no poder, o qual fez uso de recursos extraleais e legais disponíveis, como a perseguição aos sindicatos, a destituição de diretorias eleitas e a cassação de lideranças sindicais.

Os golpistas almejavam transformar a ação sindical no Brasil em mera assistência aos trabalhadores, resolvendo questões trabalhistas diárias e tirando o enfoque na possibilidade de organização ampla e grevista, provocando

desinteresse em relação ao seu sindicato, pois desde a década de 1950 os trabalhadores vinham em um processo de forte organização política e sindical.

Os anos de 1950 marcam um período de extrema importância para os trabalhadores brasileiros. O movimento sindical, liderado pela aliança das militâncias comunista e trabalhista, conseguiu grande avanço organizativo e mobilizatório, o que resultou em uma forte participação dos trabalhadores no seio da sociedade e na vida política nacional.⁷

Após o golpe e nos primeiros anos do general Humberto de Alencar Castelo Branco, eleito presidente da República de maneira indireta, o regime buscou criar um ambiente institucional que possibilitasse a superacumulação de lucros para os representantes do capital nacional e estrangeiro, imobilizando os operários com a Lei de Greve, promulgada em 1º de junho de 1964, para atacar diretamente as organizações reivindicativas dos trabalhadores, limitando as greves às questões salariais e, ao lado disso, com uma política de controle e arrocho salarial que diminuísse os custos de produção no País, beneficiando diretamente o grande capital.

O arrocho salarial resultou diretamente em queda das vendas, grande desemprego nos setores automobilístico, têxtil, de calçados etc., bem como no fechamento de pequenas e médias indústrias que se voltavam para o consumo popular, com uma perda real de 25% do salário mínimo entre 1964 e 1966.⁸

Em setembro de 1966, por meio de uma reforma trabalhista, a então estabilidade no emprego foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), provocando debates e críticas mesmo nos sindicatos alinhados ao governo. A constituição aprovada pela ditadura em 1967 reuniu os atos e as leis repressivas publicadas até então, consolidando a legislação repressiva sobre a população brasileira, em especial sobre as organizações operárias.

As ações repressivas da ditadura foram determinantes para a reorganização dos operários a partir de 1967. Em comitês de fábrica, ocorreu o retorno das greves a partir das oposições sindicais à revelia da orientação do sindicato oficial, o

⁷ SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, [s.l.], n. 13, 2008, p. 279.

⁸ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

que, naquele contexto, significava uma ampla e aberta declaração coletiva contrária à política econômica pretendida e imposta pelo regime.

No ano seguinte, a maior greve operária desde o início da ditadura eclodiu em Contagem, paralisando a produção na cidade industrial em Minas Gerais, reivindicando o reajuste salarial acima do teto oficial de 17%. Para tanto, os operários mantiveram como reféns os diretores da empresa.

Tal situação na greve provocou a ida do então Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, até Belo Horizonte, a fim de negociar com os grevistas (o que denota o nível da organização dos operários). A greve foi encerrada no dia 2 de maio, com o governo Costa e Silva concedendo 10% de abono aos trabalhadores grevistas, significando uma brecha conquistada na política de arrocho salarial.⁹

Nesse período, graças ao trabalho desenvolvido nos grupos de fábrica, organizaram-se muitas greves de curta duração e pequenas mobilizações que não tinham a influência do sindicato oficial, restritas às seções de fábrica, sendo resolvidas rapidamente entre patrões e empregados, não aparecendo na imprensa.

A greve em Osasco (São Paulo) iniciou na fábrica da Cobrasma e envolveu a prisão de 16 diretores e engenheiros dessa fábrica, cujos operários reivindicavam o reajuste de 35% como condição para libertá-los. A greve contou com a adesão de operários de mais três metalúrgicas, que ganharam o apoio da manifestação popular e também de padres dos bairros operários. A repressão militar caiu duramente e prendeu mais de 500 operários grevistas.¹⁰

A reação do regime às mobilizações operárias cada vez mais radicalizadas e do movimento estudantil que tomaram as ruas veio com o Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, que tinha como um dos objetivos imobilizar os movimentos por parte da população que contestassem o clima antidemocrático no País.

O AI-5 significou a supressão de várias liberdades civis, como a negação de *habeas corpus* e a cassação dos mandatos parlamentares oposicionistas ao regime, dando margem e sustentação legal à repressão direta, que se seguiria nos

⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

¹⁰ MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 26-1, 2008.

próximos anos, como o uso da tortura e dos desaparecimentos políticos, com um expressivo número de lideranças sindicais perseguidas.¹¹

A repressão imposta pela ditadura levou parte dos operários a buscar alternativas de luta na ação armada por parte de grupos das esquerdas revolucionárias, deixando em segundo plano, naquele momento, a militância sindical e operária, principalmente as dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se viu dividido quanto aos métodos e meios de enfrentamento à ditadura nos centros urbanos. Já alguns militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dissidência do PCB a partir de 1962, voltaram-se para a área rural brasileira, no episódio da Guerrilha do Araguaia (1966-1974), inspirados pelos ideais maoístas de revolução socialista a partir dos camponeses. Tais grupos guerrilheiros foram duramente reprimidos e perseguidos nos anos seguintes.¹²

A censura da ditadura aos movimentos sociais passou a reprimir principalmente esses agrupamentos revolucionários, que, desarticulados, renovavam suas estratégias a partir do contato com as massas, influenciando a formação de movimentos populares com tendência à auto-organização, a partir das associações de vizinhos, dos clubes de mães, da atuação nas oposições sindicais, em grupos de educação e alfabetização popular, em grupos de fábrica, nos movimentos da saúde pública e também das comunidades eclesiais de base.

As comunidades em torno de grupos católicos influenciados pela Teologia da Libertação buscaram visualizar os problemas dos seus bairros e as possíveis soluções, lidando, por isso, diretamente com o poder público.¹³ Nesse exercício de organização, os espaços anteriores de discussão política, esvaziados pela repressão, reestabelecem-se na sociedade sob uma nova forma, constituindo uma das pontas dos movimentos sociais emergidos na década de 70. A outra ponta era a luta por melhores salários e condições de trabalho.¹⁴

Estabelecido esse cenário, os metalúrgicos da região do ABC Paulista entraram em greve em 1976, a qual se transformou em uma paralisação massiva

¹¹ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília, DF: CNV, 2014.

¹² SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³ SADER, *Ibidem*.

¹⁴ NAPOLITANO, *Op. Cit.*

dos trabalhadores das montadoras multinacionais a partir das adesões de operários de empresas de São Bernardo e Santo André. A organização dessas greves a partir das bases de operários se caracterizou pelas votações e deliberações que passaram pelo crivo de assembleias lotadas de trabalhadores das categorias. Poucos meses depois, categorias não operárias, como educação e saúde, em todo o país, constituíram uma onda de greves generalizadas pelas empresas. A ditadura no mesmo ano reformaria a Lei de Segurança Nacional a fim de reprimir a movimentação dos trabalhadores, até porque a greve sem piquetes dificultava a repressão imediata policial.¹⁵

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema lançou, em agosto de 1977, já sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, uma campanha pela reposição de 34% do salário. Em julho de 78, a Conferência Nacional dos Trabalhadores da Indústria lançou um manifesto que visava à organização de um movimento sindical independente, com maior participação dos operários na distribuição de renda, eleições e voto direto para a Presidência da República, somando-se ainda a reivindicação por uma Assembleia Nacional Constituinte.¹⁶

Até o final de 1978, as greves foram organizadas pelos trabalhadores nos seus locais de trabalho e fora do sindicato oficial. As greves na cidade de São Paulo e no ABC fizeram parte de uma fase de vitórias para os trabalhadores ao conseguirem significativos ajustes salariais.¹⁷

Os resultados dessas movimentações operárias puderam ser expressos na realidade política do país a partir da organização de um Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979, e na criação, nos anos seguintes, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT), duas centrais sindicais de cúpula, organizações proibidas pela legislação corporativa, que o regime militar mantinha. A criação de um partido político

¹⁵ NEGRO, Antonio Luigi. Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo. Verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura. In: Relatório da comissão nacional da memória, verdade e justiça da CUT. 1. ed. São Paulo: CUT, 2015, p. 81-86.

¹⁶ LIMA, Mateus da Fonseca Capssa; CARVALHO, Yuri Rosa. "Operários em construção": a organização da classe trabalhadora apesar da Ditadura de Segurança Nacional. **História em Revista**, Pelotas, v. 19, p. 257-266, 2013.

¹⁷ BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: UNICAMP, 1991.

significava também, por parte dos setores mais organizados dos operários, um salto da atuação corporativa nos sindicatos para a luta política no Brasil.¹⁸

O processo iniciado com essas movimentações dos operários se estabeleceu com as greves em 1979 e 1980, ganhando a adesão de várias categorias em um número muito maior de operários mobilizados, resultando em um momento extremamente significativo de organização e atuação da classe trabalhadora, que se somou aos anseios pelo fim da ditadura, os quais tomavam conta da sociedade brasileira, tensionando os limites e as fraquezas do regime já em processo de distensão.

A partir desta narrativa, que buscou sintetizar a extensão das atuações e lutas dos operários brasileiros durante o período da ditadura civil-militar, a pesquisa se volta para traçar alguns aspectos do uso do livro didático no país, buscando, em seguida, perceber como os operários são apresentados nos livros didáticos selecionados.

O livro didático no Brasil

O livro didático é tido como principal recurso, muitas vezes único, do docente em sala de aula, principalmente na ausência de outros materiais didático-pedagógicos nas escolas, muitas vezes tendo o papel para o/a professor/a de condutor/a de seu planejamento para os conteúdos históricos que são abordados. Os/As profissionais da educação básica enfrentam no dia a dia do exercício de sua profissão uma série de adversidades, dificuldades locais de estrutura e disponibilidade de recursos didáticos na amplitude das diversidades regionais do país. Fatores que são desconhecidos e por isso não previstos pelos especialistas do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), designados como avaliadores dos manuais escolares inscritos pelas editoras para a compra e consequente uso em sala de aula por, no mínimo, um triênio. Esse tempo de uso pode se estender a partir da realidade de cada escola e da preferência dos professores e das professoras.¹⁹

¹⁸LIMA, *Op. Cit.*

¹⁹ MATOS, Júlia Silveira. A História nos livros didáticos: o papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico. *Historiae*, Rio Grande, v. 3, n. 1, p. 51-74, 2012a.

Adaptado ao longo do tempo às renovações curriculares propostas pelo Plano Nacional e às mudanças nos programas governamentais referentes ao ensino público, além da inclusão de novos paradigmas nas áreas abordadas, o livro didático tem permanecido em sala de aula durante o período republicano nas escolas públicas do Brasil.

A Comissão Nacional do Livro Didático, instituída em 1938, buscou regular e limitar as temáticas abordadas nos livros didáticos usados no país com uma específica cautela em relação aos volumes de História, pelas possibilidades que essa área traz de discussão e percepção do social e político, dando uma contribuição assim para uma ampla e duradoura mudança no mercado editorial de manuais didáticos.

Tal mudança acarretou uma relação entre Estado, editoras e autores de livros didáticos, evidenciando os interesses econômicos privados na produção e distribuição dos manuais escolares. Mais tarde, sob a ditadura civil-militar (1964-85), o regime forneceu incentivos fiscais ao setor editorial, além de investimentos no parque gráfico brasileiro.²⁰

De acordo com Bezerra (2006), o livro didático deixou de ser somente uma referência para os/as professores/as em sala de aula e passou ao papel de condutor muitas vezes exclusivo das aulas na década de 60, com a ampliação do número e da frequência de pessoas no ensino público, acompanhado pelo crescimento, decorrente dessa situação, do mercado editorial de produtos destinados às escolas.

O atual Programa Nacional do Livro Didático foi criado em 1985, no contexto de abertura democrática, significando uma busca por parte dos educadores de abordagens nos livros que substituíssem a lógica autoritária que dominava os manuais escolares nos governos militares até então. O PNLD, porém, passou a adquirir e a distribuir os livros para uso nas escolas públicas somente dez anos depois.²¹

MATOS, Júlia Silveira. Os livros didáticos como produtos para o ensino de história: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático - PNLD. *Historiae*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 165-184, 2012b.

²⁰ MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

²¹ MATOS, *Op. Cit.*

A especial atenção do Ministério da Educação em relação à qualidade das obras didáticas e a preocupação com as metodologias pedagógicas e com o teor dos conteúdos abordados nos livros se deram a partir de 1995, quando os pareceristas selecionados pelo Ministério da Educação (MEC) iniciaram o aperfeiçoamento, ao longo das edições seguintes do PNLD, do processo avaliativo dos livros aprovados para uso nos ensinos fundamental e médio, processos esses que são de divulgação pública, constando no Guia dos Livros Didáticos.²²

Em 1996, começou a avaliação dos manuais escolares pelo PNLD, a partir da inscrição das obras didáticas publicadas pelas editoras, com base nos requisitos exigidos em edital, seguida da avaliação prévia por parte dos revisores designados pelo Programa Nacional, a fim de serem selecionadas as obras que seriam adquiridas para a distribuição nacional com as verbas públicas. Tais critérios e seleções foram alterados e aprimorados a cada edição de um novo Programa Nacional do Livro Didático por meio de leituras e críticas, além da adição de múltiplos olhares ao Programa e aos parâmetros de avaliação das obras.²³

Tal aprimoramento, além da percepção das falhas, deu-se também por meio das mudanças das políticas de educação pública adotadas em cada governo e suas equipes ministeriais desde o processo da redemocratização brasileira pós 1985. A partir de 2002, foram incorporadas as análises estatísticas na área de História a fim de mensurar o desempenho de cada coleção selecionada pelo programa com os quesitos dos avaliadores, os quais foram divulgados pelo Guia do Programa do Livro Didático. A partir disso, as editoras dos livros conseguiram se adequar e conseguiram uma ampla aprovação de seus volumes para compra, distribuição e uso nas escolas brasileiras.

A política pública educacional de compra e distribuição dos livros inicialmente era voltada para os/as alunos/as do 1º grau (atual Ensino Fundamental), mas a partir de 2002 foi expandida também para o público do Ensino Médio. Em 2009, o Programa Nacional do Livro Didático passou a ser política de Estado, sendo definitivamente institucionalizado.

²² SILVA, Marco Antônio. A fetichização do Livro Didático no Brasil. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012.

²³ MIRANDA, *Op. Cit.*

Os editais do PNLD são abertos muito antes da data de utilização dos livros e possuem duas fases. A primeira consiste na candidatura das obras didáticas por parte das editoras para a posterior avaliação e liberação dos resultados em uma lista com os volumes que tenham sido selecionados. A segunda fase se dá com os/as professores/as na escolha a partir dessa listagem dos livros que serão utilizados por eles com os/as alunos/as nas suas aulas.

Tal estrutura, apesar de pouco ágil, cumpre seu objetivo, sendo necessariamente complexa, com todo o processo durando cerca de 20 meses, entre a aquisição dos livros selecionados e sua chegada e efetivo uso nas escolas pelos/as professores/as e alunos/as.²⁴

A institucionalização do PNLD e a conseqüente ampliação de sua cobertura, a partir de 1995, resultaram em uma profunda mudança para o mercado editorial brasileiro, com o governo se tornando um grande comprador de livros didáticos, com a aquisição regular e ampla do material produzido pelas editoras.

A quantidade de exemplares vendidos significa ampla parcelado do giro de capital dessas empresas. Silva (2012, p.810) afirma que “O PNLD é, sem dúvida, um grande negócio para as editoras”.²⁵ A produção é feita a partir da encomenda estatal, e um volume de suas coleções escolhido pelos/as professores/as é garantia de compra e retorno financeiro.

Quanto às funções exercidas pelo governo nesse processo, mesmo sem produzir de maneira direta os livros didáticos, participa ativamente, através do PNLD, da elaboração das obras, com requisitos mínimos que resultam na uniformização e na apresentação dos conteúdos, além de promover um cerceamento e a uniformização do resultado final das produções, agindo, assim, no âmbito da educação no sentido de ela ser um veículo privilegiado para a introdução de novos valores e modelagem de condutas.²⁶

Apesar do valor dos livros vendidos ao Estado ser menor para as editoras se comparado com suas vendas de obras didáticas para as livrarias, a quantidade de exemplares vendidos ao Governo Federal significa altos ganhos financeiros e

²⁴ SILVA, *Op. Cit.*

²⁵ SILVA, *Ibidem.*

²⁶ SILVA, *Ibidem.*

amplo faturamento. No ano de 2011, por exemplo, as negociações entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e as editoras que tiveram seus volumes selecionados para o Ensino Fundamental daquele ano foram de R\$ 880.263.266,15.²⁷ Os livros didáticos são responsáveis por 60% do faturamento da indústria livresca no país, sendo o PNLD o principal responsável por esse número.²⁸

Nos últimos anos, tem-se notado a oligopolização desse setor do comércio, acompanhada da entrada de empresas estrangeiras nesse ramo da educação. No PNLD de 2008, as 19 coleções de obras didáticas de História destinadas às escolas públicas brasileiras foram compradas de oito editoras, que, por sua vez, pertenciam a seis empresas.²⁹ Na busca de ter seus livros escolhidos pelos/as professores/as da rede pública de educação e de garantir amplas quantias de volumes vendidos, as empresas editorais utilizam do *marketing*, brindes e outros meios de convencimento.

Além do uso geral do livro didático na realidade diária em sala de aula por alunos e alunas, os formuladores do Plano Nacional, nos Guias do Livro Didático de 2005, 2008 e 2011, indicavam que os volumes destinados aos/às professores/as deveriam não somente trazer as respostas prontas às questões e aos exercícios dos livros, mas tratar também das metodologias e dos referenciais teóricos usados pelos autores e editores na construção do livro didático, projetando, assim, no manual do professor, a responsabilidade adicional de ser um material auxiliar na formação profissional e prática docente.

Em período recente, destaca-se que o livro didático foi o gênero mais vendido pelo mercado editorial brasileiro. Em 2018, representou 52% das vendas, levando-se em conta tanto a aquisição por parte do mercado privado quanto pelo

²⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2011. Ensino Fundamental e Médio - Valores Negociados. Publicado em agosto de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6604-pnld-020910&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03/12/2020.

²⁸ SILVA, *Op. Cit.*

²⁹ SIMAN, Lana Marra de Castro; PEREIRA, Júnia Sales; SILVA, Marco Antônio. Processo de escolha dos livros didáticos de História: atores, cenários e tramas: In: CONGRESSO DE LIVROS ESCOLARES, 2007, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, p. 1814-1831, 2007.

Governo Federal. Em 2018, o governo federal foi responsável por 42,3% das compras de todo o mercado editorial brasileiro.³⁰

Ainda sobre o mercado editorial recente dos didáticos, enfatiza-se que em 2017 foram publicados 11.060 títulos e em 2018 foram 10.726 obras, havendo uma queda de -3,02%. Em relação à quantidade de exemplares produzidos no mesmo período, em 2017 foram 192.533.365 e em 2018 foram 175.204.544, ocorrendo uma queda de -9,00%.

No que concerne ao faturamento total, em 2017 foram 2.550.251.415,66 e em 2018 foram 2.737.034.241,42, com um crescimento no faturamento de 7,32%, mesmo com a diminuição de títulos e exemplares publicados.

Em relação à aquisição dos livros pelo mercado e o governo no mesmo período: o mercado adquiriu em 2017, 1.450.701.765,74 e, em 2018, 1.368.884.697,87, ocorrendo uma queda de -5,64%. Quanto ao governo, observou-se um crescimento, pois em 2017 foram 1.099.549.649,92 e em 2018 foram 1.368.149.543,55, ou seja, houve um aumento de 24,43%.

Em relação à quantidade total de exemplares vendidos, em 2017 foram 159.089.701 e 2018 foram 185.592.860, correspondendo a um crescimento de 16,66%. Desse total, o mercado adquiriu em 2017, 44.203.949 e em 2018 foram 39.503.370, com uma queda de -10,63%. O governo, no mesmo período, obteve um crescimento, pois em 2017 foram adquiridos 114.885.752 livros e em 2018 essa aquisição saltou para 146.089.490, um crescimento de 27,16%.³¹

Existe, porém, um desacordo entre esse citado esforço por um aperfeiçoamento dos volumes didáticos por parte do PNLD e os livros escolhidos pelos/as professores/as de História atuantes nos ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas brasileiras. Os livros considerados de maior rigor metodológico pelos pareceristas não são necessariamente os escolhidos pela maioria dos docentes. Por isso, um volume avaliado como “ruim” pela comissão de especialistas do PNLD pode ser usado de uma maneira mais didática e construtiva

³⁰ FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. **Editoras**. 2018. Disponível em: <http://pesquisaeditoras.fipec.org.br/>. Acesso em: 12/09/2021.

³¹ FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE, *Ibidem*.

pelos profissionais de História, levantando em sala de aula pontos de reflexão em torno dos temas estudados.

São amplos os motivos pelos quais os docentes escolhem determinada coleção para uso com seus alunos e alunas, como, por exemplo, a realidade escolar de sua cidade ou de seu estado, suas condições de trabalho nas diferentes escolas em que atuam, o nível de leitura de seus alunos e de suas alunas e a situação de violência urbana, principalmente nas médias e grandes cidades.³²

Estabelecidas essas questões, o texto parte para a análise dos quatro livros didáticos do nono ano, destacando como os operários são apresentados nos capítulos referentes à ditadura civil-militar.

Inspire História: 9º ano

Iniciamos a análise dos livros didáticos pelo volume da editora FTD. Sua autora e seu autor são Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi. Ambos ganharam o Prêmio Jabuti no ano de 2013, na categoria de livros didáticos e paradidáticos. A primeira é mestra em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi pesquisadora, professora universitária e de História nos ensinos Fundamental e Médio nas redes pública e privada. O segundo é bacharel em Letras pela Universidade de São Paulo e Comunicação Social pelo Instituto Metodista de São Paulo.

Esse volume do nono ano se divide em quatro unidades, as duas primeiras com dois capítulos e as duas últimas com três. Seus capítulos ocupam de 13 a 28 páginas, não obedecendo, portanto, a um número mais ou menos uniforme. As unidades são apresentadas a partir de um conceito, com o objetivo de relacioná-lo com os capítulos, que misturam e interligam a História do Brasil com os demais eventos do século XX. São quatro conceitos: “Cidadania” (Capítulos 1 e 2: A Proclamação da República e A República Oligárquica); “Violência” (Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa, O totalitarismo e a Segunda Guerra Mundial). A unidade três traz o conceito “Meios de comunicação de massa” para os capítulos “Da Revolução de 1930 à ditadura civil-militar”, “A Guerra Fria e a expansão do socialismo” e “África e Ásia lutam pela independência”. Por fim, a unidade quatro,

³² SILVA, *Op. Cit.*

com o conceito “Equidade”, apresenta os capítulos “As ditaduras na América Latina”, “O fim da Guerra Fria e o mundo contemporâneo” e “O Brasil na virada do milênio”. É nesta unidade que se encontra o nosso objeto de pesquisa: o capítulo sobre a ditadura civil-militar brasileira, especialmente a maneira como apresenta a classe trabalhadora.

Tais conceitos para as unidades do livro são apresentados em duas páginas no início de cada unidade, com um breve texto explicativo sobre o tema e duas questões que incentivam o/a professor/a, a inserir o conceito nos capítulos, bem como os assuntos que serão apresentados nas páginas seguintes. Busca, ainda, promover em sala de aula a reflexão, por exemplo, em torno do conceito de equidade, sugerindo aos alunos e às alunas que identifiquem problemas sociais que poderiam ser atenuados com a aplicação desse princípio.

Esse volume pertencente ao atual Plano Nacional do Livro Didático, em sua versão destinada ao uso do/a professor/a, expõe nas marginais das páginas as exigências da Base Nacional Curricular Comum mais atual, relacionando-as com as respectivas abordagens e atividades presentes na obra, listando ainda os Objetos de Conhecimento que a BNCC³³ propõe em seus documentos, bem como as Competências Gerais e Específicas de Ciências Humanas e História.

Nas marginais do livro, apresenta breves textos, de poucos parágrafos e estando presentes em quase todas as páginas, relacionados ao tema abordado no capítulo. Tais textos são apresentados sob o tópico “Mais atividades” e buscam fomentar uma reflexão sobre o tema histórico presente na narrativa, cabendo ao docente utilizá-los em suas aulas ou não. Outras atividades exclusivas no volume do/a professor/a são os tópicos “Procedimentos didáticos”, contendo uma sugestão de atividade, geralmente a divisão da sala em grupos com seus respectivos temas. Tal abordagem remete ao que discutimos anteriormente: o livro didático projetado como uma ferramenta auxiliar do/a professor/a não só para as aulas, mas para a própria didática e formação do profissional docente,³⁴ seja com os livros trazendo a metodologia didática, seja nos numerosos exemplos de atividades para os/as alunos/as.

³³ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

³⁴ SILVA, *Op. Cit.*

Um desses “Procedimentos didáticos” é uma sugestão de atividade a respeito dos fatores que resultaram do “milagre econômico” promovido durante a ditadura civil-militar, destacando as altas taxas de crescimento do período e o contraste com a piora nas condições gerais de vida da maior parte da população brasileira, ao lado da crescente dívida pública resultante dos empréstimos estrangeiros, além da concentração de renda. A atividade sugere que o/a professor/a discuta com os/as alunos/as a quem interessava e quem era beneficiado pelo chamado “milagre econômico”, assim como sobre o clima de otimismo promovido pela mídia na época. O livro oferece essa possibilidade de análise crítica e mesmo sem citar a classe trabalhadora, ela está presente implicitamente na problematização sugerida.

As atividades do livro ficam no final dos capítulos, ocupando uma página, e são divididas em dois tipos. O primeiro tipo sugere perguntas que limitam os alunos e as alunas a localizarem a informação no texto e a copiarem a frase pronta almejada pela questão. O outro tipo se constitui em questões verdadeiras ou falsas (marque V ou F). Algumas atividades trazem recortes de textos e o uso de imagens, porém a possibilidade crítica desses conteúdos se resume a sugerir ao/à aluno/a que reproduza a narrativa presente no capítulo.

Traz muitas imagens e fotos ao longo das páginas, porém com uma simples legenda explicativa, não as relacionando explicitamente com o texto como um ponto de reflexão das temáticas abordadas, que poderia ser melhor explorado.

O livro faz uso de tópicos denominados “Enquanto isso” para relacionar eventos simultâneos ao redor do mundo abordados nos capítulos. No capítulo oito, “As ditaduras na América Latina”, temos uma página com um texto sobre a Revolução Iraniana de 1979, possibilitando uma ligação com as manifestações no Brasil pela retomada democrática nesse mesmo período.

Ao final de cada capítulo, o volume apresenta um “esquema-resumo” das temáticas abordadas. Com o capítulo “As ditaduras na América Latina (1954-1990)”, o eixo principal do resumo em tópicos apresenta o “contexto-geral” das ditaduras: “tensões da Guerra Fria”, colocando como características gerais a repressão violenta, as medidas autoritárias, a propaganda e a censura, a modernização econômica, a crise e a conseqüente redemocratização em

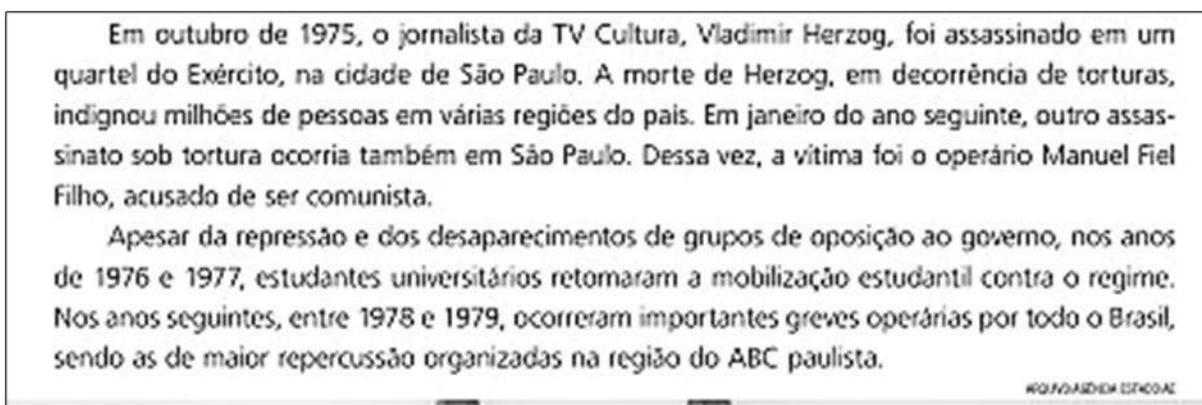
decorrência dessa crise. Ao elaborar em linhas gerais as ditaduras da segunda metade do século XX, faz uma ligação com o regime de exceção civil-militar brasileiro com os “primeiros tempos da ditadura” de 1964 a 1968, seguindo o “endurecimento do regime (1969-78) e a crise do regime de 1979 a 1985. A atividade, que segue, sugere a divisão da turma em nove grupos a fim de pesquisarem especificamente cada período. Desse modo, o livro traz uma condensação dos eventos históricos, que objetiva facilitar a compreensão dos alunos e das alunas, ao mesmo tempo que, inevitavelmente, acaba por generalizar os processos de golpe e ditadura na América do Sul.

Não encontramos com frequência o recurso dos mapas para aprofundamento dos temas abordados nos capítulos, porém, no capítulo específico sobre as ditaduras latino-americanas, o livro apresenta um mapa das Américas elaborado em duas páginas, que traz um breve resumo do processo de golpe em cada país sul-americano, com uma lista dos presidentes dos partidos Democrata e Republicano estadunidenses desde a década de 1950 até 2012, evidenciando o envolvimento deles com os grupos golpistas e o estabelecimento desses regimes repressivos. Traz um breve texto sobre a Doutrina Monroe, justificativa da reivindicação estadunidense de intervenção no território da América do Sul, assim como cita o treinamento oferecido aos militares latino-americanos a fim de combater a expansão de movimentos populares e do socialismo soviético.

O capítulo 11, onde buscamos a presença dos operários, traz características gerais das ditaduras latino-americanas e a influência dos EUA nesses processos. Destaca a reação de setores da população às medidas governamentais de repressão, o movimento estudantil e os sindicatos, de onde saíram líderes contrários ao autoritarismo e à política do arrocho salarial. O arrocho salarial é colocado em destaque e um pequeno glossário ao lado, o qual explica porque o salário não teve aumento por parte do governo. O livro traz o Ato Institucional número 5 como a medida de contenção por parte da ditadura ao fortalecimento desses protestos. Destaca os anos de chumbo, a repressão à luta armada e a ação de propaganda governamental com base no lema “Brasil: ame-o ou deixe-o” e o chamado milagre econômico, além de destacar a repressão às populações indígenas.

Por meio do tópico “Inflação e mobilização popular”, trata da crise do petróleo como elemento da crise econômica a partir de 1974, no Brasil, com o aumento da inflação. Tais fatores, aliados ao assassinato do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, são colocados como propulsores do descontentamento geral popular com o regime. Nessa parte, o texto faz a ligação dessas movimentações populares com as greves no ABC Paulista a partir de 1978 (figura 1).

Figura 1 - A Repressão e resistência à ditadura



Fonte: Seriacopi e Seriacopi (2018, p. 195).

Com a crise do regime e as Diretas Já, o livro encerra sua narrativa sobre as ditaduras, trazendo a ação parlamentar do MDB como propulsora principal do fim do bipartidarismo (Arena-MDB) e das consequentes eleições indiretas e redemocratização a partir de 1985.

Vontade de saber História: 9º ano

O segundo livro analisado foi um volume da editora Quinteto. Suas autoras e seu autor são Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco César Pellegrini. A primeira é bacharela em História pela Universidade Estadual de Londrina, especialista em História Social e Ensino de História pela mesma instituição. Atuou como docente no ensino na rede particular de ensino, além de ser autora de livros didáticos de História para os ensinos Fundamental e Médio. A segunda é professora licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense, doutora em História Social pela mesma instituição e professora no Departamento de

História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Por último, Pellegrini é bacharel em História pela Universidade Estadual de Londrina, atuou como professor no ensino privado e é editor e também autor de outros livros didáticos de História para os ensinos Fundamental e Médio.

O livro é dividido em 12 capítulos, apresentados cada um com 15-27 páginas (exceto pelo último capítulo, “O mundo contemporâneo”, com 49 páginas), e mescla a História do Brasil com a História Geral. Os capítulos iniciam com uma imagem de duas páginas, uma outra imagem menor com um texto como legenda, seguida de três questões que buscam iniciar as reflexões em sala de aula sobre o tema que será abordado.

No início do capítulo 11, “A ditadura civil-militar no Brasil”, visualizamos uma foto de tanques do exército na cidade de São Paulo, em abril de 1964, e uma pequena foto de uma manifestação pelas eleições diretas para Presidente da República em Brasília, no ano de 1984. O parágrafo que serve de legenda para esta última imagem ressalta que, em 64, militares aplicaram um golpe e exerceram uma ditadura, estabelecendo o autoritarismo e a repressão por 20 anos, ao lado das “[...] muitas pessoas que fizeram oposição à ditadura e lutaram de diversas maneiras pela liberdade”.³⁵ As indagações que seguem questionam o que os alunos e as alunas já sabem sobre o período da ditadura, usam a primeira imagem para indagar o motivo de existirem tanques pelas ruas e provocam uma última reflexão que busca o diálogo acerca da importância do voto direto.

Nas marginais do manual do professor há orientações gerais como sugestão para discussões e aprofundamento a partir dos temas elencados na narrativa ao longo dos capítulos, podendo trazer pequenos recortes de textos historiográficos, além das respostas das atividades. Entre uma página e outra, as marginais são ocupadas pelas competências da BNCC para os temas dos capítulos.

³⁵ DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber História**: 9º ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018, p.243. Disponível em: <https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo-divulgacao>. Acesso em: 03/12/2020.

A narrativa é acrescida de quadros com informações ao longo das páginas, como o quadro “O sujeito na história”, presente três vezes no capítulo sobre a ditadura civil-militar: o jornalista editor do jornal “O Pasquim”, Tarso de Castro Manoel, a trajetória política de Leonel Brizola e o militante operário Manuel Fiel Filho, trazendo sua ligação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e o Partido Comunista Brasileiro. Alguns desses quadros contêm um parágrafo acompanhado de uma imagem, que traz eventos que ocorreram no mesmo período em outros lugares, fazendo ligações com os assuntos trabalhados no capítulo.

O livro apresenta algumas fontes históricas acompanhando o texto, geralmente capas de jornais, com suas respectivas legendas, buscando integrá-las com o conteúdo do texto. Algumas charges e fotos são acompanhadas de atividades que têm como comando a identificação, por parte do/a aluno/a, das pessoas presentes na imagem, produzindo pouca referência crítica à narrativa. O livro utiliza poucos mapas ao longo de seus capítulos como referência aos temas.

As atividades ao final de cada capítulo iniciam com dez perguntas, que buscam trabalhar a percepção dos temas históricos pelos/as alunos/as, como, por exemplo, “quais foram as medidas tomadas pelos militares para conduzir a abertura política no Brasil?” e “explique como era organizada a censura”. Apresenta dois recortes de textos acadêmicos ou recortes de notícias em jornais, com atividades seguintes que têm suas respostas no próprio texto. As atividades trazem também uma proposta de análise das imagens. Por exemplo, duas fotos de uma manifestação contra o aumento do custo de vida, reprimida pela polícia de São Paulo em 1978. As questões subsequentes seguem a mesma abordagem limitada quanto à reflexão, pedindo que o/a aluno/a dê sua opinião sobre a repressão policial durante a ditadura e que descreva os personagens retratados (manifestantes e polícia).

Os operários não aparecem diretamente na narrativa do capítulo sobre a ditadura civil-militar. Ao se referir à publicação do Ato Institucional nº 5 em 1968, o texto do livro traz somente as manifestações estudantis como vanguarda dos protestos de resistência e de contestação à repressão e a desmobilização em cima de seus líderes, não mencionando as movimentações grevistas no mesmo ano e a violenta repressão aos operários e sindicalistas.

Ao abordar o fim do regime, cita a reforma partidária e a criação, a partir disso, do Partido dos Trabalhadores como um partido de lideranças operárias, e que as forças de oposição ao regime passaram a lutar pelas eleições diretas para Presidente da República.³⁶ Não especificando quem eram esses opositores, que medidas tomaram, relegando tanto a ação da “abertura lenta, gradual e segura”, quanto a iniciativa pela reforma partidária aos presidentes militares, desconsiderando as pressões sociais pela democratização e as insatisfações crescentes com os resultados econômicos que oprimiam os operários.

Em relação aos movimentos pelas Diretas Já, o livro traz, em um curto parágrafo, que “[...] após as primeiras eleições diretas para governador de estado, em 1982, a população passou a reivindicar, no ano seguinte, o direito pelo voto direto também para presidente”³⁷, desconsiderando as movimentações de estudantes, as greves e paralisações dos operários pelo Brasil, por exemplo, além dos vários movimentos sociais e populares que reivindicavam o fim do regime militar nas ruas pelo menos desde a segunda metade da década de 1970.

O livro trata da classe operária somente nas atividades no final do capítulo, com um texto da Revista de História, da Biblioteca Nacional, acerca das greves do ABC, destacando a importância das greves para o contexto de redemocratização no Brasil.

Figura 2 - Greves do ABC e redemocratização

³⁶ DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber História**: 9º ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo-divulgacao>. Acesso em: 03/12/2020.

³⁷ DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, *Ibidem*, p. 258.

Em 1980, o conflito se repetiu. Na pauta dos metalúrgicos, além de um reajuste de 15% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), entraram reivindicações como a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial e o controle das chefias pelos trabalhadores. Como era de se esperar, os pedidos foram negados. Resultado: mais uma onda de greves. Mas, desta vez, a repressão veio forte: o governo interveio nos sindicatos e prendeu os líderes grevistas e representantes de associações liberais. [...]

A partir das greves ocorridas no ABC paulista entre 1978 e 1980 e de suas reverberações e composições com outros atores, estavam lançadas bases importantes para o processo de redemocratização da sociedade brasileira [...].

11. b) Em 1974, o I Congresso dos Metalúrgicos

de São Bernardo do Campo definiu as reivindicações futuras da classe pela liberdade e autonomia sindical, por uma lei básica do trabalho que contemplasse os seus direitos fundamentais e pela contratação coletiva.

- a) Qual era a região mais industrializada do Brasil na época da ditadura civil-militar?
- b) O que o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, realizado em 1974, definiu sobre a luta dos operários da região?
- c) Quais os demais municípios que aderiram à greve de 1978?
- d) Quais eram as principais reivindicações dos operários do ABC no ano de 1979? E no ano seguinte?
- e) Qual foi a contribuição mais importante das greves do ABC para a história política do Brasil?

Fonte: Dias, Grinberg e Pellegrini (2018, p. 167).

Os operários aparecem somente nas atividades propostas pelo livro, ficaram invisibilizados no capítulo. Portanto, observa-se a falta de conexão entre a proposta do conteúdo do capítulo e os exercícios.

Historiar: 9º ano

O terceiro livro analisado foi um volume da Editora Saraiva, cujos autores são Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues. O primeiro é licenciado e bacharel em História pela USP, mestre em Educação pela Universidade Mackenzie e professor de História na rede particular. O segundo é bacharel em História também pela USP, doutor em História Social do Trabalho pela Unicamp, professor de História na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e ex-professor de História das redes pública e particular.

O conteúdo para o nono ano é dividido em quatro unidades temáticas (“Brasil República; Guerras e Revoluções; Brasil Contemporâneo; Pós-guerra e globalização”, respectivamente), divididas duas unidades para a História do Brasil e duas para a História Geral.

Os capítulos ocupam de 12 a 18 páginas e iniciam com fotos apresentadas em duas páginas. Nas marginais do volume de uso do/a professor/a, está

presente, no início de cada capítulo, uma lista de objetivos que as discussões buscam proporcionar, além das habilidades e dos objetos de conhecimento propostos pela Base Nacional Curricular Comum para os temas do ensino de História, que se encontram no capítulo. Ao iniciar o capítulo 10, “Ditadura civil-militar”, as fotos são da exposição permanente no Memorial da Resistência em São Paulo, do ano de 2015, com imagens externas e internas do prédio que serviu para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS), uma foto de uma cela onde os presos ficavam e legendas que apontam o DOPS como “[...] uma das polícias políticas mais violentas do país”.³⁸

As marginálias ao longo dos capítulos sugerem ao/a professor/a textos e atividades complementares, além das respostas às atividades. Quanto as atividades, concentram-se nas duas últimas páginas do capítulo, mas aparecem também no meio da narrativa, sugerindo a exibição e análise de filmes e pinturas.

No capítulo sobre a ditadura civil-militar, encontramos duas atividades com músicas. Uma sobre a canção “Apesar de você”, de Chico Buarque, por meio da qual os alunos e as alunas são indagados/as sobre seu duplo sentido, fazendo referência à repressão que ocorria na época. Traz ainda a canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, permitindo que os/as alunos/as encontrem nessa canção um reflexo dos eventos apresentados no livro.

No final dos capítulos se concentram as atividades que trazem trechos de livros, como “Brasil: nunca mais”, no qual os/as alunos/as são provocados/as a encontrar os objetivos dos autores em publicar um livro que lançasse luz às torturas realizadas contra a população brasileira pela ditadura.

Outra atividade constantemente sugerida é a interpretação de frases, como, por exemplo, a fala do Ministro Delfim Netto de que era “[...] necessário fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”.³⁹ Relacionando com a abordagem do capítulo, o livro sugere com essas atividades uma abordagem crítica por meio da qual traz elementos que propõem a reflexão dos alunos e das alunas para além da reprodução de frases encontradas no texto.

³⁸ COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**, 9º ano: ensino fundamental – anos finais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p.151. Disponível em: https://api.plurall.net/media_viewer/documents/2596113. Acesso em: 03/12/2020.

³⁹ COTRIM; RODRIGUES, *Ibidem*, p.162.

O volume apresenta fontes históricas acompanhando o texto, como charges e fotos, em quase todas as páginas, com a respectiva legenda tratando de relacionar imagem e narrativa, ao mesmo tempo que as análises específicas de cada imagem se concentram no final dos capítulos. No entanto, a presença de mapas é pouco verificada, mas quando consta, ocupam também o espaço de suporte ao texto, não sendo necessariamente problematizados.

O capítulo sobre a ditadura divide os temas pelo recorte de tempo da presidência dos militares, trazendo no “Governo Castelo Branco (1964-1967)” que “[...] muitos trabalhadores perderam a estabilidade no emprego naquele contexto [...]”,⁴⁰ além das perdas salariais, mencionando também a intervenção nos sindicatos. Também apresenta que durante todo o regime militar os sindicatos, apesar das pressões, não foram liquidados e que o imposto sindical foi mantido, “[...] garantindo a sobrevivência desses órgãos”.⁴¹

Em relação ao governo Costa e Silva (1967-1969), aborda as mobilizações ocorridas em 1968 contra a ditadura, o protesto contra a morte do estudante Edson Luiz e a reação do governo com o Ato Institucional nº 5.

Nas páginas seguintes, no tópico “Governo Médici (1969-1974)”, narra que o governo adotou o arrocho salarial para a população na tentativa de conter a inflação de preços no período, mencionando que os operários se encontravam intimidados, com suas associações e sindicatos sob a vigilância da polícia.

Ao abordar o “Governo Geisel”, o texto relaciona a morte do operário Manuel Fiel Filho e do jornalista Vladimir Herzog, com “[...] os militares que não tinham simpatia pela abertura democrática e que continuavam a agir violentamente”.⁴²

Seguindo a narrativa do contexto da abertura “lenta, gradual e segura”, o texto chega ao tópico “Governo Figueiredo (1979-1985)”, abordando que a redemocratização era reivindicada “[...] pelos diversos sindicatos dos

⁴⁰ COTRIM; RODRIGUES, *Ibidem*, p.153.

⁴¹ COTRIM; RODRIGUES, *Ibidem*, p.153.

⁴² COTRIM; RODRIGUES, *Ibidem*, p.159.

trabalhadores, grupos de empresários e setores religiosos e associações de artistas, entre outros”.⁴³

Abaixo, um recorte dessa abordagem, que é acompanhada por uma foto do então líder sindicalista metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva.

Figura 3 – Luta dos trabalhadores no final da ditadura



Fonte: Cotrim e Rodrigues (2018, p. 160).

Na sequência, o tópico prossegue associando a campanha pela redemocratização com o fim do bipartidarismo e a anistia.

A narrativa do livro menciona a situação dos sindicatos, destacando a intervenção nas diretorias na sequência do golpe, a perpetuação do imposto sindical no regime militar e o arrocho salarial aplicado sobre os operários. Ao abordar o fim do regime, relaciona as mobilizações do operariado no fim da década de 1970 com a luta por eleições diretas e a redemocratização no País.

História: escola e democracia

Por fim, o último livro didático analisado foi um volume da editora Moderna. Escrito por Flávio de Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff. O primeiro é bacharel e licenciado em História pela PUC-SP. Mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor do departamento de

⁴³ COTRIM; RODRIGUES, *Ibidem*, p.160.

História da mesma universidade. Autor de livros didáticos e paradidáticos e coordenador científico do Ludens-USP: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Futebol e Modalidades Lúdicas. Regina Claro é bacharel em História e mestre em História Social pela USP. Autora de livros didáticos e paradidáticos, além de desenvolver projetos de capacitação para professores/as da rede pública em atendimento da Lei nº 10.639/03, na temática História e Cultura Africana e Afro-Americana. Miriam Dolhnikoff é bacharel e licenciada em História pela PUC-SP, doutora em História Econômica pela USP, professora do departamento de História e do curso de Relações Internacionais na mesma universidade. Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e autora de livros didáticos e paradidáticos.

O livro divide seu conteúdo em 13 capítulos, contendo de 14-38 páginas cada, sugerindo no índice uma organização dos capítulos para os bimestres do ano letivo escolar. Os capítulos se iniciam com algumas imagens, podendo ser de duas a seis, acompanhadas de algumas questões que buscam uma primeira reflexão e aproximação com os temas que serão apresentados nas páginas seguintes.

O capítulo 11, “A ditadura militar no Brasil”, inicia com a imagem do presidente militar Costa e Silva no dia de sua eleição (indireta), uma imagem do presidente militar Médici levantando a taça conquistada pela Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 1970, junto do jogador Carlos Alberto, e outra foto de um desfile em Brasília da seleção brasileira em comemoração à copa de 1970, além de fotos dos presidentes militares Geisel, uma de João Baptista Figueiredo e de Castelo Branco.

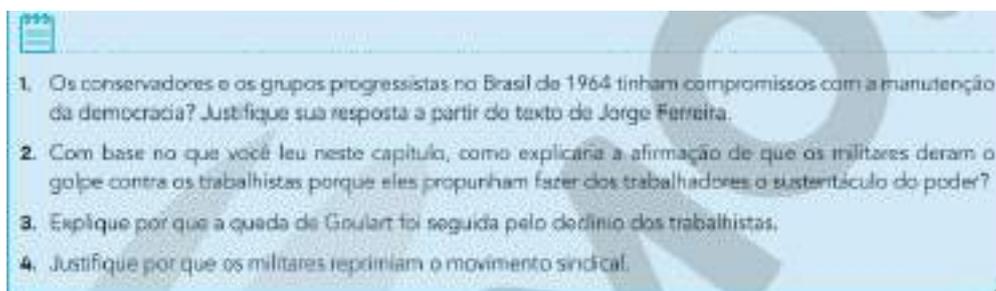
As perguntas que acompanham a atividade sugerem que o/a aluno/a perceba como os presidentes militares aparecem e sob que circunstâncias. As respostas sugerem ao/à professor/a que chame a atenção nessa questão para os trajes civis dos presidentes militares. Outra questão busca perceber nas fotos uma crítica implícita por parte dos fotógrafos quanto às imagens obtidas. O objetivo é que o/a aluno/a perceba na primeira imagem que o Marechal Costa e Silva, fotografado no Congresso Nacional no dia de sua eleição, está sozinho na imagem, ao lado de cinco cadeiras vazias, podendo ser visto ainda um quepe militar em cima de uma mesa ao lado.

Não apenas no início dos capítulos, o livro traz constantemente fotos e imagens como fontes históricas, porém, poucos mapas, com legendas que as associam à narrativa. As imagens ao longo do texto não possuem atividades subsequentes e as questões ao longo do texto consistem em perguntas cujas respostas são encontradas nos parágrafos das páginas.

As atividades do livro se concentram no final dos capítulos e caracterizam-se por sugerir aos/às alunos/as que definam em seu caderno uma lista de conceitos trabalhados na narrativa, como “Estado de direito”, “Lei de Segurança Nacional”, “Jovem Guarda” etc., apostando na simples pesquisa no próprio livro.

Utiliza letras de músicas ou recortes de textos também sobre essas questões, permitindo já uma reflexão e uma visão crítica dos temas para além da procura das respostas no livro, como, por exemplo, um texto do historiador Jorge Ferreira, que aborda o golpe em 1964 do ponto de vista da ofensiva civil-militar contra o trabalhismo de João Goulart e o apoio buscado por ele nos movimentos sociais com o objetivo de promover as Reformas de Base, o qual é seguido de atividades (figura 4).

Figura 4 - Atividades



Fonte: Campos, Claro e Dolhnikoff (2018, p. 171).

Tais questões (exceto a primeira) permitem um olhar sobre o golpe e a ditadura civil-militar no Brasil que visualize a repressão inicial dos golpistas contra as organizações sindicais e suas lideranças. Possibilitam ainda que o/a professor/a explicita a partir disso sobre as ligações e os interesses econômicos do imperialismo estadunidense com a repressão aos operários e o controle salarial a fim de impor uma agenda econômica que permitisse ampla margem de lucros para as empresas multinacionais que se instalariam aqui.

No manual do professor, nas marginais aparecem a indicação dos números das habilidades da Base Nacional Comum Curricular que o livro aborda, as respostas das atividades, algumas sugestões de outros textos e sugestões pedagógicas com os objetivos do capítulo. No início do capítulo 12, “A democratização do Brasil”, traz como proposta a identificação do contexto de redemocratização no país a partir da mobilização e das reivindicações dos movimentos sociais e dos acordos firmados pelas elites, que resultaram em uma saída pelo centro, do ponto de vista do espectro político-ideológico no Brasil.

Tal perspectiva se reflete na narrativa ao longo desses dois capítulos, não só na maneira como trabalha a redemocratização, assim como os primeiros anos pós-golpe, em 1964, na abordagem que faz os operários nesses contextos. A narrativa inclui as lideranças sindicais e as centenas de pessoas que foram presas e que poderiam se opor à ditadura. Ao trazer um tópico para a Constituição promulgada em 1967, cita a Lei de Segurança Nacional, que coloca como crime a incitação à greve, destacando que os indiciados não poderiam apelar do julgamento feito em tribunal militar.

A narrativa traz ainda que “[...] a contestação não ocorria no Congresso Nacional [...]”.⁴⁴ devido à intimidação feita contra a oposição parlamentar, com a luta política se dando, portanto, nas ruas. Ao apresentar a pressão popular contrária à ditadura, são incluídas as greves operárias de Osasco e Contagem, em 1968, feitas “[...] fora do sindicato controlado pelo governo”,⁴⁵ como mostra o recorte do livro selecionado abaixo:

⁴⁴ CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. História: escola e democracia: manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018, p.243. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0028993278db741c48363?authid=c6PWEklPcDkL>. Acesso em: 03/12/2020.

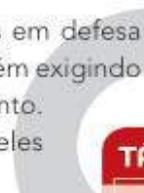
⁴⁵ CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, *Ibidem*, p. 245.

Figura 5 - Recorte sobre as greves operárias de Osasco e Contagem (1968)

Os operários também se mobilizaram contra a ditadura. Em 1968, duas greves importantes demonstravam a capacidade de organização e a independência que algumas lideranças operárias haviam conquistado, fora dos sindicatos controlados pelo governo.

Em Contagem (MG), cerca de 15 mil trabalhadores paralisaram suas atividades e a greve só acabou com a chegada de tropas do Exército, que reprimiram duramente os grevistas.

Em Osasco (SP), milhares de operários cruzaram os braços em defesa de reivindicações trabalhistas, como aumento salarial, mas também exigindo democracia. Mais uma vez a repressão acabou com o movimento. Foram realizadas prisões em massa dos trabalhadores, muitos deles submetidos a torturas.



Fonte: Campos, Claro e Dolhnikoff (2018, p. 245).

Ao apresentar o “milagre econômico”, a narrativa destaca que a redução salarial dos operários foi um dos meios utilizados para conter a inflação, com o reajuste determinado pela ditadura substituindo a negociação entre patrões e empregados, com base no reajuste oficial baseado em índices do próprio governo.

Ao abordar também sobre a propaganda produzida pelo regime militar, o texto aponta que o governo lançava mão do patriotismo para esconder o fato de que a situação dos operários piorava.

Antes de abordar em um tópico o “novo movimento operário”, o texto cita o assassinato do operário comunista Manuel Fiel Filho, em 1976, no contexto de intensificação da repressão da ditadura, com a narrativa concluindo que “[...] o governo brasileiro era, por isso, denunciado no exterior”.⁴⁶

As amplas mobilizações a partir das greves no ABC Paulista de 1978, exigindo o pagamento dos salários de acordo com a inflação, em um contexto de insatisfação popular e de movimentações pelo fim da ditadura, são apresentadas com destaque na narrativa do livro, fazendo também menção à organização sindical naquele período.

⁴⁶ CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, *Ibidem*, p. 259.

Figura 6 – Renovação no movimento operário

UM NOVO MOVIMENTO OPERÁRIO

Em 1978 realizavam-se eleições para o Congresso. As medidas do pacote de abril garantiram a vitória da Arena, mas o MDB conseguiu eleger um bom número de senadores. Contudo, o acontecimento mais marcante desse ano foi o ressurgimento do movimento operário. Pela primeira vez, desde a dura repressão das greves de Contagem e Osasco, em 1968, os operários se mobilizaram, realizando greves na região do chamado ABC de São Paulo.

Aparecia uma nova geração de líderes sindicais desvinculada do sindicalismo dócil ao governo e das heranças do período populista. Durante a ditadura militar os sindicatos continuaram funcionando. No entanto, como os aumentos de salário eram determinados pelo governo militar, os sindicatos tinham apenas funções burocráticas e recreativas.

Na década de 1970, várias categorias operárias organizaram movimentos de oposição às direções pelegas dos sindicatos e montaram comissões de fábricas independentes.

Fonte: Campos, Claro e Dolhnikoff (2018, p. 260).

Na sequência, o texto menciona que o exemplo da greve em maio de 1978 de 2.500 metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi seguido, dez dias depois, por operários de 90 empresas na região ao redor da cidade de São Paulo, com 500 mil grevistas que paralisaram suas atividades, conseguindo, depois de doze dias, um aumento salarial a partir de uma nova base de cálculos para os reajustes futuros, agora de acordo com a inflação.

Traz ainda que bancários, professores, além de operários de outros setores da indústria, organizaram-se em greves por todo o Brasil, intensificando a luta geral pelo fim do regime. O tópico é encerrado destacando “a fase inédita da história brasileira”, com parte do movimento operário, sob a liderança dos novos sindicalistas combativos, que se organizariam e criariam a Central Única dos Trabalhadores em 1983.

Ao lado do último parágrafo, uma foto do então líder sindical, Luís Inácio Lula da Silva, e do senador do MDB, Fernando Henrique Cardoso. A legenda destaca que Lula apoiou Fernando Henrique Cardoso nas eleições para o senado em 1978 e que este apoiou a greve dos metalúrgicos, também que o destino de ambos se cruzaria ainda diversas vezes, ora como aliados, ora como adversários políticos.

Os movimentos populares são apresentados ainda na reivindicação por eleições diretas no final da década de 1970, com o livro fazendo uma abordagem mais crítica, que os demais volumes analisados, sobre as manifestações das Diretas Já. Expõe que, apesar das amplas mobilizações, não foi alcançado no Congresso Nacional votos suficientes para aprovar a medida pelas eleições diretas, resultando na chapa organizada em torno de Tancredo Neves, “[...] político de centro que gozava da confiança dos militares”⁴⁷ e de José Sarney, que representava diretamente os interesses do regime. Esse, arranjo político manteria no poder muitos que já ocupavam espaços desde o golpe em 1964.

Considerações Finais

O livro didático continua sendo a principal ferramenta disponível aos/as professores/as das escolas públicas brasileiras, assim como é elemento presente no processo de aprendizado por parte dos/as alunos/as, firmando-se como praticamente indissociável da vida escolar e da sala de aula.

Reconhecendo essa presença do livro didático, perpetuada pelas políticas públicas por parte do estado brasileiro de distribuição massiva dos livros aos/as alunos/as nas escolas, e a presença do mercado editorial, nacional e estrangeiro, que atende à demanda governamental com a pesquisa e a fabricação do livro (significando grandes números em lucros para as editoras, que têm total interesse, portanto, na permanência do livro didático na vida e realidade escolar), este artigo buscou analisar como os trabalhadores foram narrados nos livros didáticos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Partimos também da perspectiva de que o/a professor/a, dotado/a da autonomia de escolha do livro didático a partir do catálogo do PNLD, tem igualmente autonomia para aplicar os temas históricos presentes nas obras à sua própria maneira e experiência, podendo se valer do texto do livro como guia de suas aulas ou das atividades presentes, reflexões críticas à sociedade que o livro pode abordar, análise de fotos e imagens, etc.

⁴⁷ CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, *Ibidem*, p. 262.

Tais opções nos permitem dimensionar a abrangência de temáticas e elementos metodológicos e didáticos para a aula de História que tais obras oferecem, ao mesmo tempo que o livro pode ser usado também pelo/a professor/a de maneira a ser o guia e referência únicos de suas aulas, limitando, portanto, as possibilidades didáticas ao que é apresentado no livro. Tais escolhas e abordagens remetem diretamente ao/à professor/a de história, às suas preferências subjetivas, à sua realidade escolar e à de seus/suas alunos/as.

Com base nisso, concluímos que as abordagens que podem ser feitas através dos livros didáticos aqui analisados em seu uso em sala de aula sobre os trabalhadores brasileiros, suas lutas e reivindicações, no contexto da ditadura civil-militar, concentram-se nas reivindicações e greves de 1968, que no final daquele ano seriam respondidas pela ditadura com a publicação do AI-5, e nas organizações grevistas a partir de 1976 na região do ABC Paulista.

Tais eventos históricos não são, porém, um “tema comum” à narrativa dos livros didáticos do nono ano, com os livros se distinguindo em suas abordagens desde as narrativas sobre as movimentações de 1968, sem a presença das greves operárias, à ausência dos operários nas reivindicações pelo fim da ditadura e por eleições diretas a partir da segunda metade da década de 1970. No que tange à tendência histórica predominante nos livros didáticos analisados, observamos que, de modo geral, o ecletismo os permeou.

Um “tema comum” analisado nos livros didáticos de História do nono ano do atual PNL D foram as mobilizações pelas Diretas Já, a partir de 1983, deslocando tais reivindicações das lutas dos estudantes e dos operários, que tomaram as ruas, no caso dos estudantes, e pararam a produção, no caso dos operários, desde pelo menos o ano de 1976.

Os livros analisados dão demasiada ênfase à iniciativa da ditadura civil-militar de abrir o regime por meio de sua “abertura lenta, gradual e segura”, como se as reivindicações populares, como a anistia para os presos políticos, a luta contra a carestia, por exemplo, fossem concessões dadas pelos militares em nome da abertura democrática e não uma conquista alcançada por meio de amplas manifestações populares que enfraqueceram o regime.

Os livros analisados, de uma maneira geral, deixam de problematizar aspectos da realidade brasileira do período no qual massivos atos públicos reivindicando o voto direto para presidente foram canalizados para a atividade parlamentar, de modo que as eleições se deram de maneira indireta, sem a demanda popular ter sido atendida e com o Colégio Eleitoral firmando uma transição à presidência civil que mantivesse no poder velhas figuras presentes desde o golpe de 1964.

Existem exceções à “regra” exposta acima quanto aos livros didáticos, como no último caso analisado, que apresentou narrativas mais ricas e abrangentes, as quais podem servir ao/à professor/a como possibilidade didática nas atividades desenvolvidas com os/as alunos/as sobre a presença de operários e movimentos sociais na luta por uma transição à democracia. Ao mesmo tempo, livros didáticos que contêm uma abordagem menos abrangente dos movimentos sociais no período da ditadura também podem apresentar outros exemplos e sugestões de atividades, as quais permitirão uma visão crítica de determinado tema da realidade da época ou uma variedade de possibilidades para trabalhar outros temas históricos em sala de aula, não existindo, portanto, livros didáticos totalmente ruins ou totalmente bons no que tange à narrativa da ditadura civil-militar ou a qualquer outro tema histórico, mas sim livros que enquanto ferramentas para a aula de História podem ser usados de diversas maneiras em suas múltiplas sugestões didáticas, dependendo sempre da visão que o/a professor/a tem de sua aula, da mensagem e dos conceitos que ele/a desejará abordar com os/as alunos/as, além de vários fatores subjetivos que por sua vez são verdadeiros espaços que o livro didático busca ocupar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O Sindicalismo entre a Conservação e a Mudança”. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ALVES, Marcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Em busca da Qualidade: PNLD História – 1996-2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **Livros Didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006, p. 27-53.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: UNICAMP, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2011. **Ensino Fundamental e Médio - Valores Negociados**. Publicado em agosto de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6604-pnld-020910&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03/12/2020.

CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História: escola e democracia: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0028993278db741c48363?authid=c6PWEklPcDkL>. Acesso em: 03/12/2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília, DF: CNV, 2014.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar, 9º ano: ensino fundamental – anos finais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://api.plurall.net/media_viewer/documents/2596113. Acesso em: 03/12/2020.

DAGOSTIN, Erick Martignago; ZANELATTO, João Henrique; SOUZA, Rayane Layra de. “Educação, trabalho e história: os trabalhadores nos livros didáticos de história na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”. **Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/01/educacao-trabalho-historia.html>. Acesso em: 03/12/2020.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber História: 9º ano: ensino fundamental: anos finais**. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018. Disponível em: https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo_divulgacao. Acesso em: 03/12/2020.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. **Editoras**. 2018. Disponível em: <http://pesquisaeditoras.fipe.org.br/>. Acesso em: 12/09/2021.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

HOBBSAWM, Eric John. **Sobre História**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBRAHIM, José. Os operários. In: CASO, Antonio (org.) **A esquerda armada no Brasil (1967-1971)**. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa; CARVALHO, Yuri Rosa. "Operários em construção": a organização da classe trabalhadora apesar da Ditadura de Segurança Nacional. **História em Revista**, Pelotas, v. 19, p. 257-266, 2013.

MACHADO, Lia Zanotta. **Estado, escola e ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; SANTANA, Marco Aurélio. Sindicatos e processos de redemocratização no Brasil: Analisando algumas conjunturas. **Penélope**, [s.l.], n. 27, p. 75-90, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

MATOS, Júlia Silveira. A História nos livros didáticos: o papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 1, p. 51-74, 2012a.

MATOS, Júlia Silveira. Os livros didáticos como *produtos* para o ensino de história: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático - PNLD. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 165-184, 2012b.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. **Clio-Série Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, [s.l.], Série Revista de Pesquisa Histórica, n. 26-1, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NEGRO, Antonio Luigi. Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo. Verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura. *In: Relatório da comissão nacional da memória, verdade e justiça da CUT*. São Paulo: CUT, 2015.

OLIVEIRA, Sergio Murilo Ferreira de. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. *Revista Adm. Púb.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 24-36, 1987.

RAMALHO, José Ricardo; ESTERCI, Neide Esterci. Militantes e assessores: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, [s.l.], v. 6, n. 11, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, [s.l.], n. 13, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, p. 85-96, 2014.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **Inspire História: 9º ano: ensino fundamental: anos finais**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2018. Disponível em: https://issuu.com/editoraftd/docs/inspire-historia-mp-9-divulgacao_d0ca02e4aedd84. Acesso em: 03/12/2020.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do Livro Didático no Brasil. *Educ. Real*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012.

SIMAN, Lana Marra de Castro; PEREIRA, Júnia Sales; SILVA, Marco Antônio. Processo de escolha dos livros didáticos de História: atores, cenários e tramas: *In: CONGRESSO DE LIVROS ESCOLARES, 2007*, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, p. 1814-1831, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da teoria**: Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZANELATTO. João Henrique. Guerra fria e ditadura civil-militar na capital do carvão. *Revista Continentes (UFRRJ)*, Rio de Janeiro, n.16, p.203-226, 2020.

Recebido: 31/01/2021
Aprovado: 17/09/2021



RESENHA

EMPRESARIADO E DITADURA NO CHILE, NO BRASIL E NO CONE SUL – UM CHAMADO A ESTUDOS COMPARATIVOS ENTRE OS REGIMES DE EXCEÇÃO NA REGIÃO

Pedro Henrique Pedreira Campos¹

Resenha do livro: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián (org.). *Complicidad económica con la dictadura: un país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM, 2019. 478p.

Marc Bloch afirma que comparar, em História, é “escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras”.² As pesquisas desenvolvidas com o método comparativo entre os historiadores têm demonstrado a fertilidade dessa ferramenta. Se levarmos em consideração as indicações feitas por Bloch, vamos verificar que a América Latina é um ambiente altamente propício para comparações de situações históricas vividas entre os diferentes países da região, tendo em vista a convergência das trajetórias e marca do processo colonial, da dependência, da desigualdade e dos reincidentes governos ditatoriais no subcontinente.

Dentro da farta tradição de estudos comparados na América Latina, um campo que apresenta bastante potencial e que tem visto as pesquisas florescerem nos últimos anos diz respeito à colaboração do empresariado com os regimes de exceção dos países da região durante a Guerra Fria. Muitas investigações foram feitas recentemente sobre o ativismo dos empresários nas ditaduras do Cone Sul e como esses agentes ajudaram a desferir golpes de Estado, dar suporte, participar e se beneficiar dos governos autoritários impostos nos anos 60 e 70. São particularmente dignos de nota os esforços editoriais liderados por Juan Pablo Bohoslavsky, que teve início com o hoje já clássico estudo sobre os cúmplices da

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: phcampos@yahoo.com.br

² BLOCH, M. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 120-121.

ditadura argentina, em livro lançado no ano de 2013, e que foi seguido de estudos congêneres no Brasil, Uruguai e, agora, no Chile.³

O livro organizado por Juan Pablo Bohoslavsky, Karinna Fernández e Sebastián Smart dá sequência a essa agenda de trabalho analisando a cumplicidade empresarial com a ditadura de Pinochet no Chile, instituída com o golpe de 1973. Trata-se de uma coletânea de fôlego, com um total de quase 500 páginas e 26 capítulos que abordam assuntos diversos. A formação dos 28 autores das seções da obra denota uma característica do trabalho: apesar das trajetórias distintas, 12 dos autores que assinam os capítulos possuem formação em Direito, sendo seis historiadores/as, além de outros em menor número formados em outras áreas das Humanidades – Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Economia, Arquitetura, Comunicação e Ciências Sociais. Os três organizadores da obra também são oriundos da área jurídica, sendo que Bohoslavsky é argentino e já foi assessor da Unctad (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento), ao passo que Fernández e Smart são docentes de universidades no Chile. Assim, trata-se de uma obra que tem certa predominância do debate e instrumental teórico e conceitual das ciências jurídicas.

Isso fica visível no caráter prático e voltado para a ação do livro, que aponta para um processo de reparação envolvendo a atuação das empresas na ditadura chilena. A estrutura da obra, com suas seções, indica isso, havendo uma parte prévia com estudos e levantamento de casos, seguida por propostas para o acionamento judicial das empresas que cooperaram com o regime. A coletânea guarda, dessa forma, a característica de uma ferramenta de trabalho. Mais do que um horizonte compreensivo sobre a colaboração das empresas com o regime, o livro busca ser base para a montagem de ações nos tribunais contra grupos econômicos que cooperaram com o terror no Chile.

Uma citação parece ser bastante expressiva da proposta do trabalho:

³ Cf. VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. **Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; TORELLY, Marcelo (org.). Dossiê: Cooperação econômica com a ditadura brasileira. **Revista Anistia: política e justiça de transição.** n. 10, 2013; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). **El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya.** Montevideo: Penguin, 2016. Sobre o tema no Brasil, Cf. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

El golpe militar de 1973, la consolidación del gobierno dictatorial y las atrocidades que este cometió tuvieron como principal propósito crear las condiciones necesarias para la implementación de políticas económicas que beneficiarían a una minoría en el país y en el extranjero y que, consecuentemente, serían rechazadas por gran parte de la población¹. La racionalidad de la dictadura fue eminentemente económica. La fuerte puja redistributiva que comenzó en los setenta en un gran número de países, exacerbada por las implicaciones de la Guerra Fría en la región, se hizo carne en Chile.⁴

O trecho parece indicativo da tese do livro, de que a ditadura mudou o Chile, transformando-o em um país mais desigual, injusto, autoritário e violento. Nos termos colocados na obra, um paraíso empresarial. Os autores dos capítulos demonstram como as novidades institucionais impostas pelo regime forjaram um ambiente extremamente fértil e propício para as empresas explorarem significativamente a força de trabalho no país e obterem altas taxas de lucro. Se Dreifuss indicou que o golpe de 1964 implementou uma ordem empresarial no Brasil,⁵ no país andino teria se formado um paraíso para as atividades dos grupos econômicos transnacionais e domésticos.

A ditadura chilena foi uma das mais violentas do Cone Sul. O governo inaugurado em 11 de setembro foi responsável oficialmente por 3.216 vítimas de homicídio e desaparecimento forçada, além de outras 38.254 pessoas torturadas. A agressividade do regime se combinou com o neoliberalismo, dado que o país se tornou desde meados dos anos 70 em um laboratório das ideias dos autores neoclássicos da escola de Chicago, como Milton Friedman e outros. Essas políticas se fizeram expressar não só nas ações econômicas do governo, mas nas políticas estatais como um todo.

Outra marca da ditadura chilena explorada pela obra diz respeito à Constituição imposta em 1980, que não foi objeto de revisão por mais de 40 anos. Apenas com as grandes manifestações populares no país no ano de 2019, foram dadas as condições para a modificação da carta constitucional, por força de um plebiscito popular, no qual o povo demandou a convocação de uma Constituinte

⁴ BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián (org.). **Complicidad económica con la dictadura: un país desigual a la fuerza**. Santiago: LOM, 2019. p. 25.

⁵ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

para mudar a carta aprovada no período Pinochet, de modo a reverter o Estado neoliberal vigente no país desde então.

Para além dessas questões e que, em si, já constituem um convite à leitura, deve-se destacar um aspecto interessante e que permite uma agenda de trabalho a ser realizada por pesquisadores do Brasil e países da região. A obra, em seus capítulos, trata de uma série de questões que guardam analogia com o que ocorreu no Brasil e outros países sul-americanos durante as suas ditaduras. O livro permite estudos comparativos problematizando a interface entre empresariado e ditadura nos países da região. Abre-se uma fronteira de possibilidades para pesquisas e parcerias entre investigadores para assinalar semelhanças e diferenças em relação aos processos ditatoriais vividos em cada realidade nacional, com a possibilidade de hipóteses acerca do porquê dessas aproximações e distanciamentos. Essa nos parece uma grande potencialidade da obra.

A ditadura chilena guarda acusações de crimes de corrupção e favorecimento ilegal de integrantes da família Pinochet e membros da cúpula do regime. Isso aparece em capítulos da obra e também pode ser objeto de comparação entre os diferentes regimes ditatoriais na região. Particularmente o capítulo de Sebastián Smart sobre os processos de privatização durante o período de exceção trata de denúncias de desvio de recursos públicos, tendo entre os beneficiários integrantes da família do ditador. Por mais que a ditadura brasileira tenha sido imposta lastreada em um discurso anti-corrupção, denúncias várias indicam como o fechamento do regime forjou um ambiente propício para a proliferação da escalada dos interesses empresariais sobre o Estado, muitas vezes através de práticas ilícitas e irregulares.

De forma similar às outras ditaduras na região, o governo Pinochet promoveu a redução dos gastos sociais e a ampliação dos dispêndios com segurança e defesa. Segundo dados do livro, o orçamento militar e policial pulou de 14,9 para 23,3% dos gastos públicos entre 1969 e 1982. Apesar das semelhanças, notam-se também as singularidades do processo no Chile. Além do desmantelamento do Estado social, houve naquele país a privatização da previdência, com imposição de um regime de capitalização, elevação da idade mínima para aposentadoria e ampliação da contribuição dos trabalhadores. Já no

Brasil foi aplicada uma reforma que, de certa forma, ampliou e reforçou o sistema, incorporando os trabalhadores rurais ao sistema, por exemplo.

O livro traz capítulos sobre o apoio das organizações empresariais e da imprensa comercial ao regime, o que pode ser visto na seção escrita por Rodrigo Ayara Gómez sobre o apoio das câmaras empresariais à ditadura, no texto de Carla Moscoso sobre a cumplicidade e o benefício econômico dos meios de comunicação pelo governo de exceção e no artigo de Nancy Guzmán sobre a família Edwards, donos do periódico *El Mercurio*, que aderiu intensamente ao terror de Estado. Trata-se de outro tópico que permite a analogia entre os casos nacionais. É analisada na obra a trajetória de alguns grupos econômicos do setor de comunicação. No Brasil, boa parte da mídia empresarial apoiou o golpe de 1964 e deu suporte à ditadura, havendo, no entanto, tensões e favorecimentos direcionados a certos grupos com prejuízo de outros.

Uma questão trabalhada na obra e que pode ser objeto de reflexão e comparação diz respeito à relação entre políticas liberais e elevação do encarceramento da população. O Estado neoliberal se apresenta na crescente defesa da propriedade privada, reforçando o aparato de segurança e defesa dos bens particulares, além de ampliar a população destituída de liberdade. Trata-se de um tópico que merece estudos e análises comparativas, tendo em vista que no Brasil e outros países da região também houve elevação da população carcerária, seja de presos políticos como de “presos comuns”, pressionados para a criminalidade com a intensificação da questão social no período.

Outro aspecto interessante e que abre margem para sugestivas analogias com os países da região diz respeito ao processo de desenvolvimento urbano durante a ditadura. Em capítulo específico, analisa-se a política habitacional e o desenvolvimento de Santiago durante o governo Pinochet, indicando-se a ampliação da segregação social do espaço, a realocação das periferias e o crescimento da mercantilização da produção das casas e moradias, com a financeirização do mercado imobiliário. A política é passível de paralelo com a ditadura brasileira, que teve a formação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e ações para redução do déficit de moradias, que serviram para ampliar a

contratação de força de trabalho, fornecer infraestrutura urbana e construir casas populares e para a classe média, favorecendo o capital que atuava no setor.

A obra trata também das novas políticas em relação à exploração mineral, ambiental e do regime de águas, com as ações privatizantes que permitiram avanço do extrativismo e da monocultura no Chile, com danos para povos originários e tradicionais, expropriados da sua terra e das suas condições de existência. Esse avanço do capital sobre regiões inóspitas do país guarda semelhança com o que ocorreu na Amazônia durante a ditadura brasileira e na Patagônia em meio à ditadura argentina.

O livro trata também de empresas específicas que colaboraram com o sistema repressivo, como foi a *pesquera Arauco*, que monitorou, vigiou e repassou dados ao sistema repressivo da DINA (Dirección de Inteligencia Nacional) e do governo Pinochet. Novamente o caso guarda paralelos com a atuação da Volkswagen no Brasil e a Ford na Argentina, dentre outras empresas.

Por fim, um aspecto interessante tratado na coletânea diz respeito às singularidades do processo de transição chileno, que não coincidiu com uma revisão do Estado neoliberal, da Constituição ditatorial e outras marcas do regime. Pelo contrário, o regime democrático que sucedeu ao governo Pinochet não só manteve, como aprofundou práticas cultivadas durante a ditadura, tornando o Chile um país mais desigual, competitivo e individualista. Trata-se de uma transição com diferenças em relação à vigente na Argentina, Brasil e Uruguai, o que é um bom tema para análise.

A comparação entre as realidades vividas nos países sul-americanos permite verificar marcas comuns, padrões, assimetrias e particularidades das ditaduras. Estudos comparativos podem ajudar a identificar semelhanças e diferenças no empenho empresarial nesses regimes, desnudando o seu conteúdo social, o que abre margem para uma melhor compreensão dos governos autoritários e de como os empresários apoiaram e se beneficiaram dos mesmos, permitindo inclusive que eles sejam denunciados e responsabilizados pela sua contribuição ao terror de Estado aplicado no período.

Referências bibliográficas

BLOCH, M. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). **El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya**. Montevideo: Penguin, 2016.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián (org.). **Complicidad económica con la dictadura: un país desigual a la fuerza**. Santiago: LOM, 2019.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. **Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; TORELLY, Marcelo (org.). **Dossiê: Cooperação econômica com a ditadura brasileira. Revista Anistia: política e justiça de transição**. n. 10, 2013.

Recebido: 25/01/2021
Aprovado: 07/09/2021